

MARIA ELZA SOARES DA SILVA

# A TERRA PROMETIDA NO SERTÃO DO PIAUÍ

TRAJETÓRIAS DOS CAMPONESES  
PARCEIROS NO PROGRAMA  
DO BIODIESEL



SER  
TÃO  
PIAUI



Maria Elza Soares da Silva é doutora em Sociologia (UFRGS), Mestra em Antropologia (UFPI) e bacharela em Ciências Sociais (UFPI). Tem desenvolvido estudos na área da sociologia rural, políticas públicas e diferenciação social. Foi a primeira pesquisadora a desenvolver estudos com objetivo de compreender as relações sociais entre os parceiros rurais da Brasil Ecodiesel e a meta de inclusão socioproductiva da agricultura de base familiar no programa do biodiesel no estado do Piauí.

MARIA ELZA SOARES DA SILVA

# A TERRA PROMETIDA NO SERTÃO DO PIAUÍ

TRAJETÓRIAS DOS CAMPONESES  
PARCEIROS NO PROGRAMA  
DO BIODIESEL

Teresina  
2020





Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertao cult.com  
sertao cult@gmail.com  
www.editorasertao cult.com

#### Conselho Editorial

Adilson Rodrigues da Nóbrega  
Adriana Brandão Nascimento Machado  
Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Francisco Dênis Melo  
Francisco Elionardo de Melo Nascimento  
Francisco Hélio Monteiro Júnior  
Geranilde Costa e Silva  
Izaquiel Mateus Macedo Gomes  
Nilson Almino de Freitas  
Telma Bessa Sales  
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros  
Valeria Aparecida Alves

#### Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

#### Revisão e capa

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

S586t Silva, Maria Elza Soares da Silva.

A terra prometida no sertão do Piauí: trajetórias dos camponeses parceiros no Programa do Biodiesel. /Maria Elza Soares da Silva. - Teresina- PI: Sertão Cult, 2020.

208p.

ISBN: 978-85-67960-38-8 -(E-book-pdf)

ISBN: 978-85-67960-37-1- (papel)

Doi: 110.35260/67960388-2020

1. Piauí- Programa do Biodiesel. 2. Piauí- Desenvolvimento regional. 3. Piauí- Inclusão social. I. Título.

CDD 363.7

## AGRADECIMENTOS

A todos/as os/as camponeses/as parceiros/as assentados/as na Fazenda Santa Clara, por terem ajudado a compreender suas práticas cotidianas individuais e coletivas, em especial às famílias Souza, Costa, Moura, Silva e Macedo, por abrirem as portas de suas casas, acolhendo-me com carinho, atenção e respeito; e, acima de tudo, por me abrirem as “portas de suas vidas”, revivendo suas trajetórias; algumas com passagens saudosas, outras dolorosas. Sem vocês esse trabalho não teria nem faria sentido. Para sempre, “agradecida”!

Ao Prof. Dr. Ferdinand Cavalcante Pereira, parte importante do processo de construção do meu “saber” e fazer etnográfico, pelo apoio, respeito e comentários sinceros ao apontar meus erros e acertos, ajudando-me a pensar, a agir, a etnografar.

Ao meu companheiro de vida e sonhos, Márcio Galvão por incentivar a continuação da jornada acadêmica.

Por fim, e não menos importante, aos meus familiares e amigos que, de algum modo, contribuíram e acreditaram nessa modesta contribuição para o conhecimento das múltiplas facetas das ruralidades no Sertão do Piauí.



*O pesquisador antropólogo é uma espécie de cientista social, que sabe que pouco sabe, que nem mesmo sabe fazer as perguntas mais importantes para seu trabalho, se o/a camponês/as não lhe der a mão.*

*Prado (2007)*



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Estado do Piauí, localização do Município de Canto do Buriti / 44

Figura 2 - Croqui etnográfico geral da área da Fazenda Santa Clara, Canto do Buriti - PI / 46

Figura 3 - Croqui Etnográfico do Núcleo da Fazenda Santa Clara, Canto do Buriti - PI / 62

Figura 4 - Célula de produção no período seco / 76

Figura 5 - Célula de produção no período verde / 76

Figura 6 - Roça da camponesa T. S. de Moura com cultivo de milho / 106

Figura 7 - Pé de mamona roxa / 117

Figura 8 - Plantio de mamona consorciada com feijão / 119

Figura 9 - Camponês fazendo a capina no plantio de milho na sua roça. Um pouco adiante, o poste de energia elétrica demarca os limites com o lote da empresa / 120

Figura 10 - Camponês utilizando o arado com tração animal / 124

Figura 11 - Panela com carne suína – almoço na casa da camponesa de E. da Silva / 126

Figura 12 - Croqui etnográfico da planta de uma das casas do Assentamento Santa Clara na versão original / 146

Figura 13 - Croqui etnográfico de uma célula de produção sem alterações na infraestrutura das casas / 146

Figura 14 - Croqui etnográfico de uma célula de produção com alterações físicas de maior recorrência no assentamento da Fazenda Santa Clara / 148

Figura 15 - Vista aérea da Aldeia Kaikotore – PA e, ao lado, vista aérea da célula H do Assentamento Santa Clara - PI / 151

Figura 16 - Croqui etnográfico da planta de uma das casas do assentamento da Fazenda Santa Clara com alterações físicas de maior recorrência / 152

Figura 17 - Camponesa “ajudando” o marido na colheita de feijão por empreitada / 165

Figura 18 - Sequência de fotos - Entre brinquedos, espaços e brincadeiras / 172

Figura 19 - Sequência de fotos - A aniversariante nas duas cozinhas de sua casa / 174

Figura 20 - Marido da aniversariante na roça “batendo feijão” com máquina alugada / 175

Figura 21 - Sequência de fotos da festa de aniversário da dona Selma, no assentamento Santa Clara / 178

Figura 22 - Sequência de fotos - Capela Santa Clara abandonada pelos camponeses da Fazenda Santa Clara / 183

Figura 23 - Jovens jogando futebol no campo da célula. / 187

## SUMÁRIO

Prefácio / 13

Introdução / 15

Aproximação com o tema / 15

Os caminhos cruzados de uma etnografia / 23

O ritual de escrever: a experiência de campo revisitada / 38

CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO E O PROGRAMA DE CULTIVO DA MAMONA PARA O BIODIESEL NO PIAUÍ: PROMESSAS E EXPECTATIVAS / 43

1.1 Paisagem sócio-histórica / 43

1.2 Contrato de parceria na produção de mamona e a promessa de propriedade da terra: o que dizem a Empresa Brasil Ecodiesel e gestores públicos / 48

1.3 Contexto sociohistórico: a sede antiga da Fazenda Caju Norte “[...] um ponto de partida ou de chegada para o biodiesel no Piauí” / 54

1.4 O núcleo da Fazenda Santa Clara – “aqui a gente coloca as novidades em dia” / 60

CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIAS QUE SE REPETEM: DO ESTRANHAMENTO À (RE) CONSTRUÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE / 69

2.1 Trajetórias marcadas pela migração: uma estratégia de reprodução da família camponesa / 69

2.1.1 Família Souza, a busca de terra para os filhos / 79

2.1.2 Família Silva: uma migrante marcada pela dolorosa condição de ser mãe solteira... / 85

2.1.3 Família Costa: uma cidade com a cara de roça, com direito a terra, uma promessa! / 90

2.1.4 Família Macedo: de camponeses ocupantes a camponeses assentados: a luta pela terra “[...] coisa que gente da cidade não faz” / 92

2.1.5 Família Moura: “a terra está prometida, vamos ganhar!” / 100

2.2 (Re) construindo rede de sociabilidade: “entre parentes, compadres e vizinhos” / 105

### CAPÍTULO 3 - RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DOS/AS CAMPONESES/AS COM A TERRA, TRABALHO, (CONTRATO DE PARCERIA) E MORADIA: CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL / 115

3.1 Conflitos entre práticas culturais no roçado de antes e no lote de agora / 115

3.2 Dos “roçadinhos” aos “quintais produtivos” / 130

3.3 “Ser parceiro rural, agricultor familiar, trabalhador rural e assentado - tudo leva a gente a um único lugar: a terra” / 132

3.4 Controvérsias sobre a quebra de Contrato de Parceria Rural Agrícola - entre discursos, práticas, “sedução” e “armadilha” na conquista da terra prometida / 138

3.5 Células de produção: lugar de morada, dos roçadinhos e da (re) construção da autonomia relativa / 144

### CAPÍTULO 4 - COTIDIANO DA FAMÍLIA CAMPONESA: RECRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL / 155

4.1 Conjunto familiar - “o projeto aqui foi pensado no trabalho da família com muita gente” / 155

4.2 A contribuição das mulheres na reprodução social da família / 159

4.3 O cotidiano de uma criança no assentamento - um dia com o menino Chirão e a menina Mariazinha / 166

4.4 A festa de aniversário - “a gente dá a festa, para dividir com as pessoas a fartura da família” / 173

4.5 Cemitérios – “a gente vela aqui e enterra na nossa terra [...] de onde a gente veio” / 181

4.6 Capela Santa Clara – “O povo aqui prefere que as missas aconteçam no ‘centrinho’ de cada célula” / 183

4.7 Jovens do assentamento: “no trânsito de incertezas entre a cidade e a roça” / 184

CONCLUSÃO / 191

POSFÁCIO / 197

REFERÊNCIAS /201



## PREFÁCIO

Depois de realizar sua pesquisa de campo junto a camponeses/as parceiros/as e assentados/as da Fazenda Santa Clara, do município de Canto do Buriti, no sul do Piauí, Elza Soares, com suas qualidades de atenta e disciplinada pesquisadora, empreende com coragem e determinação a difícil tarefa de sistematização e interpretação dos dados, transformando-os em possíveis leituras da realidade a que se propôs estudar e desvendar.

As questões suscitadas pelo seu objeto de estudo foram inúmeras, algumas delas ficaram como chaves de leituras e ideias de pesquisas futuras, outras não menos importantes, perseguiram durante seu processo de construção, demarcando relações, campos específicos e processos sociais fundamentais na compreensão da trajetória dos sujeitos pesquisados e de si como pesquisadora.

A pesquisa etnográfica de Elza Soares considerou como questão central, de um lado, as formas desenvolvidas pelos camponeses quanto as trajetórias e suas estratégias de reprodução social, em situações de mudança ou transformações de suas relações socioculturais com a terra, o trabalho e moradia, e de outro, o contexto de conflitos ocasionado pela apropriação capitalista da terra e trabalho comandados por agentes governamentais e privados, responsáveis pela implantação do Programa Biodiesel na região Sul do estado, e as estratégias de recriação de autonomia camponesa.

Esta pesquisa, ora publicada na forma de livro, cumpre uma sugestão unânime dos membros da banca de defesa em 2011, a primeira dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI. O mérito acadêmico está fundamentado tanto no rigor da pesquisa, sua qualidade, quanto nas ricas descobertas feitas pela pesquisadora e, principalmente, a posição honesta frente ao material pesquisado. A originalidade temática marca singularmente esta investigação como importante contribuição para os estudos e pesquisas acadêmicas e o debate social no país.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à repercussão da desafiadora imersão a que a autora se viu envolvida no exercício da imaginação socioantropológica e da temática escolhida, que anos depois, a motivou a con-



tinuar e desenvolvê-la de forma mais ampla no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, consolidando em passos seguros sua trajetória acadêmica e intelectual.

Por estas razões, não é demais referendar o raro sucesso da empresa do conhecimento acadêmico na formação de jovens pesquisadores, e os não menos invisíveis benefícios sociais para a construção coletiva da autonomia e sustentabilidade dos chamados povos tradicionais, que enfrentaram e continuam enfrentando cotidianamente os desafios de serem o que são.

O livro de Elza Soares soma-se ao conjunto de outras obras das Ciências Sociais que discute as políticas de desenvolvimento rural, orientadas para os diversos tipos de produtores familiares e os consequentes impactos econômicos e sociais que estas obrigam a seus beneficiados redimensionar ou integrar seus sistemas produtivos junto às novas dinâmicas econômicas prevalentes no país hoje, ainda que para isso sejam forçados a comprometer o patrimônio sociocultural de saberes e de sua sobrevivência.

Portanto, o conhecimento e a transformação dessa realidade socioeconômica de que trata esta obra é importante para que possamos reorientar a construção dessas políticas públicas que possibilitem de fato, garantir, sobretudo, a valorização das potencialidades desses agricultores, profusamente descritos por este trabalho etnográfico.

*Ferdinand Cavalcante Pereira*

Prof. Dr. em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.





## INTRODUÇÃO

### Aproximação com o tema

Esta obra trata do cotidiano, modos de vida e trajetória dos/as camponeses/as assentados/as na condição jurídica de parceiros/as rurais agrícolas com a Empresa Brasil Ecodiesel, na Fazenda Santa Clara<sup>1</sup>, localizada no município de Canto do Buriti, no Sul do Estado do Piauí. Os textos a seguir têm como base o estudo etnográfico junto às famílias de camponeses/as, durante os meses de fevereiro, março, abril, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2010. Cada um desses momentos me fizeram perceber, conforme Geertz (1987), a importância de ouvir as pessoas como um exercício, no sentido de captar seus discursos e torná-los relatos.

Para a minha aproximação inicial com os/as informantes, construção de laços de confiança e a participação no cotidiano, para apreender o modo de vida desses grupos sociais nas células<sup>2</sup> de produção (locais de moradia e produção)<sup>3</sup>,

- 1 Oficialmente o projeto denomina-se “Núcleo de Produção Santa Clara”, conforme exposto no contrato de parceria rural. No entanto, as famílias parceiras, funcionários da Brasil Ecodiesel e moradores dos municípios vizinhos (Elizeu Martins, Colônia do Gurgueia e Canto do Buriti) denominam por “assentamento da Fazenda Santa Clara”. Nesse sentido, utilizarei essa categoria sempre que me referir ao “Núcleo de Produção Santa Clara”.
- 2 Célula de produção, termo utilizado pela Empresa Brasil Ecodiesel, designa o espaço de moradia e os lotes de produção. Essas células são assim denominadas em função de as habitações das famílias camponesas estarem organizadas em círculos. Na concepção de um dos gerentes da Empresa Brasil Ecodiesel, o modelo ajudaria as famílias a se conhecerem melhor e a colaborarem umas com as outras, gerando assim uma rede de solidariedade; e ainda facilitar o trabalho dos técnicos quanto à visão de todos ao mesmo tempo e fiscalização quanto às condições da casa, evitando alterações estruturais e no interior das células. O termo célula foi incorporado pelos/as camponeses/as quando se referem às suas moradias. Quanto aos lotes de produção, são chamados de roças das famílias e lotes da empresa. Quando instigados sobre os motivos da escolha do termo célula e a disposição das casas em círculos, as respostas por parte da empresa são vagas, mas entre os/as camponeses/as, esses círculos são permeados de significados por eles/as, atribuídos de acordo com suas vivências cotidianas nas células de produção, conforme veremos no Capítulo 3, no qual também tratarei das estratégias de resistências adotadas como mecanismo de controle dos espaços físicos do assentamento por parte das famílias. Na perspectiva da empresa, o assentamento é composto por vinte células de produção, que são identificadas pelas letras do alfabeto; no entanto, é importante informar que as células Q e R não deveriam ser consideradas como células porque essa área (considerada célula Q e R pela empresa) trata-se do local de moradia e das roças dos/as camponeses/as que ocuparam a sede da Fazenda Caju Norte no ano de 1995, conforme tratado no Capítulo 1.
- 3 Para melhor compreender a estrutura física de uma celular, ver Fig.13 - Croqui etnográfico espacial de uma célula no capítulo III.



a fotografia serviu como elo entre mim e as mulheres que me procuravam para fazer o registro fotográfico dos acontecimentos de suas famílias em troca de receberem as imagens impressas. Nesses momentos, ao mostrá-las no visor da máquina, eu aproveitava para dar início ou continuidade às indagações antropológicas que me interessavam como pesquisadora. Embora, em alguns momentos, fotografar tenha sido desconfortável para mim, as fotografias representaram um importante elemento de troca e fortalecimento das nossas relações cotidianas.

Nesta pesquisa, ao utilizar a terminologia assentamento, faço a partir da percepção dos/as camponeses/as parceiros/as assentados/as que encontram-se na condição jurídica de parceria rural agrícola na Fazenda Santa Clara. Eles se consideram assentados e identificam as células e lotes das roças como áreas de assentamento. Nesse sentido, utilizei a denominação nativa assentamento<sup>4</sup> sempre que essa categoria foi acionada pelos/as camponeses/as assentados/as para identificar sua relação de moradia e produção nas terras da Fazenda Santa Clara. O fato de utilizar a categoria assentamento para discutir a condição de moradia, de sociabilidade, de reprodução social e a relação com a terra dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa não implica dizer que esse modelo de projeto de produção agrícola esteja em consonância com os que comumente são chamados de assentamentos rurais na literatura corrente, sobretudo a despeito de reforma agrária, ou seja, uma área desapropriada ou comprada pelo Estado, em que agricultores/as sem-terra são assentados/as e passam a gozar de determinados direitos.

A categoria assentado/a tem sido utilizada pelas políticas públicas de reforma agrária para denominar os sujeitos beneficiados pelos programas de assentamentos rurais. Trata-se de uma terminologia técnica<sup>5</sup>, adotada pelos governos da qual, aos poucos, os movimentos sociais de luta pela terra foram, deste termo, se apropriando, legitimando-a como uma identidade assumida pelos que lutam pelo uso e acesso a terra. Com isso, não estou afirmando que a trajetória dos/as camponeses/as que se autodenominam assentados da Fazenda Santa Clara esteja diretamente ligada à participação nos movimentos so-

4 “O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico sociológico no contexto da realidade agrária Venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária” (BERGAMASCO, 1996, p. 8).

5 Ver portaria/MDA/N. 080- 24/04/2002, que trata da definição do termo assentado, como um candidato inscrito, que, após ter sido entrevistado e selecionado para o ingresso ao Programa de Reforma Agrária, foi-lhe concedido o direito ao uso de terra identificada incorporada ou em processo de incorporação do Programa.



ciais na luta pela terra. Inicialmente levantei a hipótese de que essa construção identitária de parceiro/a assentado/a, nesse contexto específico, era resultado da inserção dessas famílias em um modelo de projeto até então desconhecido, e que a forma de eles não se sentirem “desconectados” do pacote de categorias sociais, isto é, aliados dos presumíveis benefícios decorrentes, é se apropriando de uma, de certa forma, legitimada socialmente, pois são poucos os/as camponeses/as que não conhecem alguém que esteja assentado ou deseja sê-lo em assentamentos do INCRA, conforme observação das conversas informais entre as famílias camponesas. Ademais, essa estratégia resulta da mediação das relações que eles/as desenvolvem com os funcionários da empresa, em processo permanente de negociação institucional, nem sempre consensual como parece ser.

Dessa forma, corrobora-se a ideia de sujeito em processo de construção e reconstrução de identidades, em que o sujeito não é, assim, algo imutável, mas sim um trabalho constante de construção, procurando, conforme Mendes (2002), integrar três contradições essenciais: a relação entre o dito e o não dito, entre o diálogo livre e o constrangido e entre o discurso interior e o exterior. Para tanto, este autor considera que as várias subjetividades que os sujeitos apresentam são válidas. Portanto, utilizei o termo camponês/a parceiro/a assentado/a, por ser essa a categoria de referência importante no exercício de reflexão, ao elucidar os conceitos etnografados e na articulação com outros estudos sobre trajetórias e modos de vidas em assentamentos rurais com famílias camponesas.

Partindo do entendimento das trajetórias sociais como estratégia para a compreensão de modos de vida, propus, além dessa peculiar compreensão, uma reflexão sobre as trajetórias sociais dos/as camponeses/as parceiros/as assentados/as na Fazenda Santa Clara<sup>6</sup>. Nesse sentido, as identidades construídas e reconstruídas durante essas trajetórias serão analisadas a partir dos diferentes momentos em que são acionadas pelos/as camponeses/as.

Ainda falando de identidades, quando me referi aos camponeses/as da área da Fazenda Santa Clara denominada Sede Velha da Fazenda Caju Norte<sup>7</sup>, fiz uso da categoria camponeses/as ocupantes<sup>8</sup>, porque é assim que eles se identi-

6 “Para compreender uma trajetória é necessário construirmos previamente os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou, e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2002, p. 190).

7 Sede da Fazenda Caju Norte, para melhor compreensão, ver Figura 2 – Croqui etnográfico da Fazenda Santa Clara, capítulo 1.

8 Apesar da minha convivência com as famílias dos camponeses/as ocupantes, para melhor compreender a relação desses grupos domésticos com as terras da Fazenda Santa Clara e com a Empresa Brasil



ficam ao relatar suas experiências na organização do movimento de ocupação e luta pela permanência nessas terras, ainda aguardando por reconhecimento como assentamento rural pelo INCRA. Essas famílias foram incorporadas ao projeto de produção de mamona pela Empresa Brasil Ecodiesel através da assinatura do contrato de parceria rural agrícola, assinado pelos/as camponeses/as assentados/as nas células de produção agrícola construídas pela empresa. De acordo com os/as camponeses/as ocupantes, ao doar as terras para a empresa através da Lei 5.333/03, o Governo do Estado do Piauí exigiu que esta mantivesse as famílias<sup>9</sup> que já se encontravam morando na área ocupada; e que, ao fazer a divisão da Fazenda em lotes para as novas famílias, levasse em consideração a existência de famílias e roças dos/as camponeses/as ocupantes na sede da Fazenda Caju Norte. Para tanto, a empresa não interferiu na estrutura organizacional das casas e roças desses ocupantes. Assinale-se que esses/as camponeses/as também cultivam mamona em seus lotes para vender diretamente para a empresa.

Embora as discussões, no Brasil, sobre a produção do biodiesel a partir da mamona ainda fossem incipientes, conforme argumenta um dos dirigentes da Empresa Brasil Ecodiesel, a Fazenda Santa Clara (instalada oficialmente no mês de março de 2004), representou para o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)<sup>10</sup>, a “garota propaganda do biodiesel”. Nessa mesma perspectiva de legitimação do Programa, eles compartilham a ideia de que, pelo fato de ter sido a primeira empresa a receber o selo combustível social<sup>11</sup>, passou a ser utilizada como “vitrine”, com o objetivo de estimular outras empresas interessadas em entrar nos negócios dos biocombustíveis com

---

Ecodiesel, esse grupo não constitui foco principal desta pesquisa. Assim, eles foram evocados no texto na medida em que tratei da contextualização socio-histórica das terras da Fazenda Santa Clara, no capítulo I.

- 9 A lei Estadual nº. 5.333 de 15 de outubro de 2003, que dispõe sobre o programa de cultivo de mamona no semiárido do Estado do Piauí, distribuição de bens dominicais e de assentamento de agricultores, não se refere à existência de famílias camponesas morando de forma irregular na área. Essa questão não é abordada nas cláusulas.
- 10 “O Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB – aprovado através da lei 11.097/05, dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, definindo por ocasião o biodiesel como sendo o biocombustível derivado de biomassa renovável para o uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente os combustíveis de origem fóssil” (PNPB, 2005, p. 15).
- 11 Selo combustível social é um conjunto de medidas específicas que visam estimular a inclusão social da agricultura na cadeia produtiva do biodiesel. As empresas produtoras de Biodiesel que têm o selo social não somente podem reduzir a carga tributária, mas também poderão participar nos leilões de biodiesel oferecidos pelo Governo Federal. No marco destes leilões, a empresa estatal PETROBRAS se compromete a comprar certa quantidade de biodiesel das empresas produtoras, estimulando desta maneira a oferta do agrocombustível. Segundo informações do MDA, a meta do governo é que 80% do biodiesel sejam entregues por empresas com selo social. Nos primeiros cinco leilões, a Empresa Brasil Ecodiesel apareceu como líder do mercado. Dos 849 milhões de litros que foram negociados nestes leilões, 496 milhões de litros foram adquiridos das usinas da Brasil Ecodiesel.



investimentos de capital privado e público para a construção de assentamentos privados para a produção de oleaginosas no Brasil, e em especial no Nordeste.

Os incentivos para a produção dos bicomcombustíveis estão assegurados pelas diretrizes que regem o PNPB, que, em linhas gerais, propõe a adição de 2% de biodiesel no diesel de fósseis até o ano de 2008, e 5% a partir de 2013. Como estratégia para atender às necessidades das refinarias do biodiesel, o Governo Federal direcionou as ações de produção de matéria-prima a partir do incentivo à construção da cadeia produtiva de oleaginosas, articulando a regulação de sua produção no país com preocupações sociais, regionais e ambientais. Para tornar viável esta proposta, foram definidas como “protagonistas” desse processo as famílias camponesas, sobretudo no Norte-Nordeste, com abrangência de todo o semiárido brasileiro com a produção de mamona. De acordo com o Programa, essa seria uma saída para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil e a geração de renda no campo. Para essas áreas específicas (Norte e Nordeste), os investidores, na produção da mamona e da palma<sup>12</sup> para o biodiesel, tiveram uma redução de 100% da incidência do PIS/COFINS e dos tributos federais em geral. E, no caso da Brasil Ecodiesel, no Estado do Piauí, além das vantagens tributárias, receberam 36 mil hectares, conforme Lei 5.333 15/10/2003.

É em um contexto de controvérsias quanto às vantagens fiscais e financeiras usufruídas pela Empresa Brasil Ecodiesel que nasce oficialmente o Núcleo de Produção Comunitária da Fazenda Santa Clara. O projeto foi idealizado pelo empresário Nelson José Cortes da Silveira, no período, presidente do grupo de investidores da Empresa Enguia *Power Ltda.*, através da sua controlada Enguia GEN PI LTDA, no Estado do Piauí. Em discurso proferido durante audiência pública no Senado Federal, um dos diretores da Empresa Brasil Ecodiesel, Jório Dauster, ao falar da capacidade da empresa, tanto em termos de capital financeiro como intelectual, para conduzir o desenvolvimento do PNPB, a partir da mamona no semiárido, afirma: “Nelson Silveira é a pessoa que mais conhece biodiesel de mamona no Brasil e, quem sabe, no mundo”. Essa audiência pública teve como temática “agricultura familiar e reforma agrária, com a finalidade de se tomar conhecimento das experiências em andamento da produção do biodiesel com base na produção familiar e seus principais desafios”.<sup>13</sup> A Empresa Brasil Ecodiesel participou dessa audiência na condição de

12 Ver Decreto n. 5.297, que estabeleceu os coeficientes de redução de alíquotas de contribuição PIS/PASEP e COFINS, que dá um incentivo adicional para que se produza biodiesel a partir da palma e da mamona.

13 Diário do Senado Federal, sexta-feira, 24 de agosto 2005, p. 606 (Suplemento).



parceira do PNPB, em função do entendimento do Governo Federal de que a “instalação de núcleos de produção comunitária se apresentou como uma proposta que tem uma visibilidade muito importante dentro do nosso modelo de produção”.<sup>14</sup>

Foi nessa trama do dizível e do indizível, das controvérsias sobre a proposta de geração de renda no campo e, sobretudo, das questões sociais e culturais emergidas na Fazenda Santa Clara, que me senti tocada pelo interesse de estudar modos de vida e as trajetórias sociais dos/as camponeses/as desse assentamento. As minhas vivências pessoais e familiares (minhas subjetividades como pesquisadora) estão ancoradas em espaços rurais. De modo relativizado (não essencializando), tal como a maioria das famílias nordestinas, minhas raízes (lembranças e construções sociais) fazem parte de uma ruralidade (talvez numa compreensão mais idealizada neste momento, que propriamente acadêmica), que me acompanha até os dias de hoje. Sou “fruto da migração”, sexta filha de um casal de camponeses piauienses que buscou, entre outras regiões do país, alternativas para reproduzir-se socialmente. E, em uma dessas migrações, chegamos à conhecida “terra da mamona”, chamada de Uibaí, cidade de 5 mil habitantes, à época, desmembrada politicamente do município de Irecê, no Estado da Bahia, responsável por 60% da produção de mamona em todo o Brasil.

Na adolescência, entre as idas e vindas, compreendi na prática que as roças de mamona não representavam apenas um espaço de produção, mas também um local de pertencimento de camponeses/as, através das relações que se estabelecem com outros grupos domésticos, com as roças de mamonas e com a natureza. Aprendi, nessas vivências, que cultivar mamona representava manter o elo intergeracional, a continuidade de suas histórias e construção identitária, conforme narrativas de meu avô adotivo: —“meu pai e o pai do meu pai (meu avô) sempre plantaram mamona. Eles sustentaram toda a família com essa “danada”. Hoje, tenho medo de meus filhos não continuarem os roçados, é como se nossa família acabasse aqui”. Nesse sentindo, procuro pensar o cultivo da mamona como uma tradição para aquelas famílias de camponeses que dele sempre dependeram para a reprodução social de seus grupos familiares,

14 Quando Jório Dauster refere-se aos núcleos de produção comunitária, as imagens apresentadas são as da Fazenda Santa Clara, porque, na ocasião, era a única experiência da empresa com essa estratégia de “produção comunitária”, capaz de convencer os congressistas e a sociedade brasileira. De acordo com o Diário do Senado Federal, “No assentamento da Fazenda Santa Clara a Empresa Brasil Ecodiesel, assume a organização efetiva da produção oriunda da agricultura familiar, através do gerenciamento centralizado na produção, dando garantias alimentares, proporcionando garantias de inclusão social e cidadania, num projeto que finalmente levará à distribuição de terras no Piauí” (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, 2005, p. 607, 24 ago. 2005).



diferentemente do que ocorre com as famílias camponesas do assentamento da Fazenda Santa Clara, que tiveram sua primeira experiência com o cultivo da mamona no ano de 2004, atendendo às exigências do referido contrato de parceria.

Desse modo, a minha trajetória profissional não se desenrolou por caminhos distintos da pessoal, e sem muita reflexão sobre o assunto, minha atuação profissional aos poucos foi tomando caminhos rurais. Minha iniciação ocorreu como agente de mobilização dos/a horticultores/as do município de União, no Estado do Piauí. A partir dessa experiência, todos os caminhos trilhados me levavam a um único lugar, às ruralidades. Foram quatro anos trabalhando com mobilização de populações rurais em aproximadamente 60 municípios do Piauí, através da Fundação Visão Nordeste de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Contudo, nem mesmo o tempo foi capaz de apagar da minha memória as lembranças dos roçados de mamona, das festividades para comemorar a colheita, da fartura e dos rituais de distribuição da produção, nas quais:

O passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece com força, ao mesmo tempo profunda e ativa latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 47).

Esse passado se fez presente em fevereiro de 2006, quando minhas percepções imediatas sobre a Fazenda Santa Clara foram acionadas ao passar pela BR-324, que divide o assentamento em dez células do lado direito e sete do lado esquerdo, no sentido geográfico Canto do Buriti a Elizeu Martins.

Aquela imagem observada, mesmo que rapidamente, de uma extensa plantação de mamona, com um verde indescritível, e intercalada por centenas de casas dispostas em círculos, seguiu comigo durante toda a viagem para a Bahia. Ao retornar, no mês março do mesmo ano, decidi conhecer o assentamento da Fazenda Santa Clara.

Nesse período, minha entrada na Fazenda foi autorizada pelo gerente administrativo.<sup>15</sup> Havia uma regra estabelecida para todos os visitantes – passar pela guarita somente com autorização. Essa “aventura” entre as células de produção durou vinte e quatro horas, observando o movimento dos/as campone-

<sup>15</sup> Francisco Lustosa (2005-2007).



ses/as entre suas casas e os lotes da empresa, realizando os tratos culturas da mamona. À noite, pude observar que a empresa ainda estava desmatando áreas para ampliar o cultivo da mamona e de novas construções. Existiam aproximadamente dez tratores trabalhando durante vinte e quatro horas; de longe, era possível ver a sincronia com que eles eram conduzidos entre as terras da Fazenda. No dia seguinte, por volta das sete e trinta da manhã, os ônibus escolares disponibilizados pela empresa chegavam com os alunos e algumas mães que recebiam deixar seus filhos irem sozinhos à escola no primeiro dia de aula. Considero que foi a partir desse primeiro contato que passei a acompanhar as notícias que diziam respeito ao assentamento, não como uma futura estudante de mestrado, mas como alguém que teve uma experiência tão próxima dessas famílias que sobreviviam e sobrevivem do cultivo da mamona.

Conforme Roberto DaMatta, “nas transformações antropológicas, os movimentos sempre conduzem a um encontro com o outro” (DAMATTA, 1987, p. 23). Assim, considero que o meu primeiro movimento de encontro com o “outro” nos “confins do meu modo social” não ocorreu no início da pesquisa de campo (que será abordada adiante), e sim no dia em que, pela primeira vez, juntamente com minhas lembranças, percorri as terras da Fazenda Santa Clara. Como se naquele momento eu estivesse “desvendando evidências simbólicas” (OLIVEIRA, 2007), ao observar cada detalhe daquele território, com o qual ora me familiarizava<sup>16</sup>, ora estranhava. Nessa ocasião, desconhecia totalmente o que queria dizer “domesticação teórica do olhar antropológico”, como dito por Oliveira (1988).

De fato, o rito de iniciação como pesquisadora no assentamento, com esse olhar domesticado teoricamente, ocorreu no início de dezembro de 2009 e no do ano de 2010, como aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. A interação decorrente da minha inserção nas células do assentamento, como pesquisadora, possibilita-me “olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 1988, p. 2). Essa “aproximação” gradual me permitiu ouvir coisas dificilmente reveladas a estranhos e a transformar essas informações em base para produção de novos conhecimentos. Isso não significa dizer que as particularidades observadas nos modos de vida

---

<sup>16</sup> Nesse momento, passei a compreender o *anthropological blues* como experiência constitutiva do trabalho de campo, incorporando-se às rotinas oficiais já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos extraordinários, sempre prontos a emergir em todo relacionamento humano (DAMATA, 1987, p. 156). Ao tratar das dificuldades iniciais do antropólogo no campo, ao interagir com sociedades culturalmente distintas e onde tudo parece exótico e estranho. Assim, num primeiro momento o pesquisador deverá fazer um esforço para transformar o exótico em familiar, para dar sentido lógico e coerente às práticas que estiver observando.



das famílias dos camponeses me foram dadas. Pelo contrário, são resultados de uma relação de interação construída a partir da convivência cotidiana que me permitiu, aos poucos, ouvir, ver e sentir (emoção); sentimentos que emergem em todo relacionamento humano. Ressalte-se que esse sentimento e emoção são considerados por Lévi-Strauss (1974) os hóspedes não convidados da situação etnográfica. Esse sentimento, apesar da carga afetiva, foi fundamental na construção do conhecimento sobre os modos de vidas e trajetórias dos camponeses/as da Fazenda Santa Clara. Aprendi, na prática da experiência intelectual em constante diálogo com o campo que, para estudar o outro é necessário compreender que devemos estudá-los, não para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar aos camponeses/as como viver; nós é que devemos aprender com eles/as como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida (SHANIN, 2004).

## Os caminhos cruzados de uma etnografia

*Para se escrever uma boa etnografia.  
É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade.  
DaMatta, 1987*

No trabalho de campo, tudo é fundado na alteridade, pois só existe o antropólogo quando há um “nativo” transformado em informante. E só existem dados quando há um processo de empatia correndo de lado a lado. É o que permite ao informante contar mais um mito, colaborar com mais um dado (DAMATTA, 1987). Partindo dessa premissa, iniciei meu trabalho de campo buscando construir relações no dia a dia que, aos poucos, me levassem a conquistar a confiança dos/as camponeses/as assentados/as.

Meu fascínio pelo trabalho etnográfico foi surgindo na medida em que passei a entender que realizar uma observação participante significa “muito mais a possibilidade de captar as ações e o discurso em ato” (GOLDMAN, 2003, p. 458). Desta feita, esta pesquisa de campo utilizou o método etnográfico para apreender o modo de vida e as trajetórias dos/as camponeses/as assentados na Fazenda Santa Clara através da minha inserção em seu cotidiano, objetivando o desenvolvimento de uma interação sistemática para a criação de um ambiente favorável à aplicação de “instrumentos” técnicos de pesquisa, tais como a observação participante (GOLDENBERG, 2004), entrevistas (GASKELL, 2002), diário de campo (BRADÃO, 1982; OLIVEIRA, 2002) e a produção de imagens e mapas etnográficos.



Desta forma, compreendendo a antropologia como uma ciência interpretativa da relação e do encontro com o “outro”, a opção pelo método etnográfico me possibilitou esse encontro e o estabelecimento de relações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Partindo de uma relação de alteridade, fundamentada na observação participante, o antropólogo busca compreender modos de vida diferentes e singulares. Etnografar é, nesse sentido, narrar. Por sua vez, Clifford (1988) chama a atenção para o caráter narrativo das descrições culturais, tendo em vista suas retóricas, metáforas, assim como os posicionamentos políticos e ideológicos presentes nas entrelinhas dos textos escritos pelos autores. Assim sendo, o autor considera que toda experiência etnográfica se dá em uma circunstância histórica e política que a permeia.

Logo, minha experiência etnográfica deu-se num contexto de conflitos, tensões e pressões, em um assentamento considerado público/privado, em que os/as camponeses/as são colocados em uma situação limite de tentativa de controle da produção e da organização social das famílias.

Em acordo com meu orientador, iniciei a pesquisa de campo no dia 5 de fevereiro de 2010. Neste mês, as tensões e conflitos no assentamento aumentaram, porque a Justiça do Trabalho dava início às audiências<sup>17</sup> na Comarca de São Raimundo Nonato, município localizado no Sudeste piauiense. Nessa primeira visita oficial, cheguei à Fazenda Santa Clara por volta das dezessete horas; e, como não tinha conseguido confirmar minha chegada para que alguém da empresa me recebesse, optei por dormir no município de Elizeu Martins (que fica a aproximadamente vinte quilômetros de distância), e retornar na manhã seguinte. A intermediação entre mim e a empresa deu-se através da articuladora político-social que enviou um *e-mail* para o gerente administrativo da empresa comunicando minha chegada no assentamento. Mesmo não obtendo uma resposta de imediato sobre minha estadia, resolvi manter a agenda de viagem ao campo e dar início à pesquisa.

Na oportunidade de estar no município de Elizeu Martins, busquei apreender sentidos que os moradores dessa localidade atribuem à experiência dos/as camponeses/as que vivem na condição de parceiros assentados na Fazenda Santa Clara. Um dos pontos referidos como importante foi que Elizeu Martins teve sua economia dinamizada nos três primeiros anos após a chegada da empresa. Cerca de 120 funcionários contratados são do município. Além disso,

17 No mês de novembro de 2009, aproximadamente 320 famílias entraram com ação trabalhista contra a empresa Brasil Ecodiesel, reivindicando direitos trabalhistas e indenização por quebra de contrato por parte da empresa. No momento desta pesquisa, as referidas ações tramitavam na 62ª Vara do Trabalho, em São Raimundo Nonato, no sul do Piauí. É necessário esclarecer que existem controvérsias quanto a



as compras de cestas básicas<sup>18</sup>, doadas aos camponeses/as parceiros/as assentados/as, são realizadas no comércio local. Por outro lado, há também uma visão negativa sobre o assentamento:

Ali só tem gente malandra, que vive entre São Paulo e o assentamento<sup>19</sup> e estão usando as células mais escondidas para guardar roubos. Quando a empresa sair daquilo ali (assentamento) vai ser complicado de controlar o uso de drogas por jovens, álcool por pais de família e assaltos na BR- 324, [estrada] que são feitos por pessoas que moram nas células mais escondidas. (Delegado de polícia civil de Elizeu Martins).

Após essas conversas que se estenderam até tarde, percebi que as pessoas que se encontravam no hotel estavam se recolhendo para dormir. Nesse caso, não me restava alternativa, sobretudo, porque acordaria cedo para me deslocar até o assentamento.

Dormir nessa noite não foi uma tarefa das mais fáceis, primeiro, porque não tinha sono, devido aos sentimentos de inquietação que me consumiam em uma ansiedade profunda; em segundo lugar, porque o local onde me hospedei não oferecia as mínimas condições para se repousar. Nesse período, na região é intensa a presença de “muriçoca” (*Culex quinquefasciatus*), então, nem mesmo o repelente resolvia.

O dia amanheceu e, às seis horas da manhã, lá estava eu, pronta para sair. Tomei café com leite, mas o pão não deu para comer, estava duro e com um leve cheiro de mofo. Fechei minha conta no hotel que, por sinal, foi muito cara: — setenta reais pela diária em um hotel<sup>20</sup> sem as mínimas condições de conforto!

Às sete horas da manhã, cheguei ao núcleo administrativo da Fazenda Santa Clara, aguardei o técnico administrativo concluir os encaminhamentos do dia, junto à equipe de técnicos agrícolas que se preparavam para mais um dia

---

quantidade de camponeses/as que estavam com ação na justiça contra a empresa Brasil Ecodiesel. Registra-se na memória dos/as Camponeses/as o dia 7 de fevereiro de 2010, como início das audiências.

18 Uma cesta contendo arroz, feijão, óleo de soja, massa de milho, açúcar, café, farinha, margarina, biscoito e macarrão entregue mensalmente as famílias parceiras como parte da parceria rural.

19 Ver Durham (1978), Menezes (2002), Jardim (2007) e Wolf (1975), que abordam a migração temporária como estratégia de sobrevivência de populações camponesas, como uma alternativa de viabilizar a família no lugar de origem.

20 Esse hotel é conhecido como “hotel de passagem”; fica na BR-135; neste período do ano, esse tipo de hospedagem é disputada em função das famílias que tiram férias e viajam geralmente de Brasília (DF) para Fortaleza (CE). Segundo o proprietário do Hotel, em períodos de baixa estação o valor fica em torno de 50% menor.



de visita aos lotes do/as camponeses/as parceiros assentados/as e, somente após uns trinta minutos, fui atendida.

Para essa visita, que passo a considerar como oficial, contei com a ajuda da minha vizinha em Teresina, agente de articulação de políticas públicas da Empresa Brasil Ecodiesel, que enviou um *e-mail* para o gerente administrativo da empresa, que mora no alojamento do núcleo da Fazenda Santa Clara, no qual solicitava um quarto e alimentação no restaurante da empresa, para os dias em que eu permanecesse no campo, ou até encontrar uma casa nas células de produção para hospedar-me. Ao receber-me, o gerente de pronto frisou: — “Ah! Você é a pessoa recomendada pela nossa articuladora?”. Respondi afirmando que sim, e acrescentei algumas informações na minha apresentação. Começamos a conversar por um longo tempo, observei que, naquele momento, deixei de ser a pesquisadora para ser a pesquisada. Foram tantas as perguntas que, em alguns momentos, não sabia por onde começar a respondê-las, tendo em vista que estas eram intercaladas com questões sobre minha vida profissional e pessoal. Optei por responder algumas de forma vaga e limitada, principalmente aquelas que queriam maior clareza sobre os motivos que me levaram a estudar os/as parceiros/as da Santa Clara. Assim o fiz porque essa resposta, naquele momento, ainda era confusa; provavelmente não devo ter respondido a contento, para uma pesquisadora que iniciava seu trabalho de campo naquele dia. Aproveitei a conversa amistosa, que se desenrolava, para sondar com o gerente administrativo sobre a possibilidade de hospedar-me em alguma casa nas células de produção. A resposta foi negativa, por considerar as casas das células pequenas<sup>21</sup> e com famílias numerosas. Outra questão observada é que os funcionários têm maior abertura com aqueles moradores que trabalham para a empresa e se encontram como camponeses/as assentados/as não-parceiros/as. Para a empresa, era a primeira vez que alguém de fora desejava passar o dia e a noite nas células de produção e, mais estranho ainda, querer “morar” temporariamente com as famílias.

Após o “interrogatório”, fui conduzida ao quarto número 15 do alojamento por um funcionário responsável por sua limpeza. Esse quarto, de acordo com o funcionário, geralmente é destinado aos visitantes. Nesse momento, fui orientada quanto aos horários das refeições. Ao adentrar pelo apartamento, senti pela primeira vez que aquele era meu momento de descobertas, de acertos, de erros, era o campo pulsando mais forte naquele instante. Em um momento de euforia, deixei a bagagem ainda fechada, no centro do quarto, peguei a câmera,

21 As casas das células medem 36 m<sup>2</sup> divididos em uma sala, um banheiro social, dois quartos e uma cozinha.



o gravador de voz, diário de campo, caneta, garrafa de água e filtro solar, coloquei-os em uma mochila e saí observando cada detalhe do núcleo do assentamento, a movimentação das pessoas que entravam e saíam constantemente do escritório da empresa, do posto de saúde, alunos/as, enfim, a circulação das pessoas entre as células-núcleo.

Ao circular “despretensiosamente” pelo núcleo, fui abordada por um dos motoristas da empresa, colocando-se à disposição para guiar-me pelas células de produção da Fazenda. Ao recusar a oferta de tê-lo como guia, pedi para que me ajudasse a esquematizar um croqui da área. A partir dessas informações sobre a localização geográfica das células passei a ter uma ideia, mesmo que generalizada, da distribuição dessas unidades pelas terras do assentamento, um ponto de partida para a elaboração de um desenho do que denominei por Esboço Espacial da Fazenda Santa Clara (fig. 2 – cap. I). Este desenho teve a finalidade de conhecer, e não de explicar, o campo. A cada dia, esse desenho era enriquecido com informações que me ajudaram a circular pelas células e a compreender em quais posições se encontravam em relação ao núcleo da fazenda, tendo em vista ser essa a referência utilizada pelas famílias para orientar os visitantes quando na saída das células e para orientar-se pelas células que estão à sua direita e esquerda.

Depois de rabiscado o primeiro esboço espacial, observei as células que estavam mais próximas e as mais distantes do núcleo. Optei por iniciar as minhas visitas pelas células mais distantes, sempre no sentido de retorno ao núcleo da Fazenda (fig. 3 - cap. I), por ser esta a referência dos/as camponeses/as ao informar como sair das células. Para esses primeiros movimentos no campo, decidi que não gostaria de ter ninguém comigo, além dos autores que me inspiraram na estruturação do pensamento antropológico, a partir das teorias que me ajudaram a pensar o projeto de pesquisa e sobre a escolha do método etnográfico para a realização desta pesquisa. Optei inicialmente por olhar sozinha e colocar à prova o meu olhar, que Oliveira (1998) denominou treinado para ver, ouvir e escrever no sentido particular à antropologia.

A estratégia de estar sozinha com a ajuda de um esboço espacial do assentamento e ter sempre como referência o núcleo da Fazenda funcionou, em parte. Por diversas vezes me perdi entre os 36 mil hectares pelos quais estão distribuídas as 18 células de produção. Ao elaborar esse esboço, eu não tinha noção da disposição das estradas que interligavam as células, para alguém que não conhece a sensação, é que são todas idênticas. Houve momentos em que fiquei fazendo giros em torno de duas células e não conseguia sair para o nú-



cleo. Tive de contar com a ajuda de um parceiro que se encontrava na roça, fazendo o plantio do feijão, para me levar até um ponto por eles considerado sem erro para saída das células para visitantes. Essa conexão entre as células foi a maneira que encontrei para me orientar melhor, o que não quer dizer que outros atalhos não sejam utilizados. Apenas observei que a forma pela qual me guiei através do esboço deu certo.

A opção de circular sozinha pelas células gerou muita especulação por parte dos/as camponeses/as, que me observavam com desconfiança e, de certa forma, não permitindo muita aproximação nessa fase da pesquisa, que chamei de “exploração do território”. Sentindo essa dificuldade, passei a entender a importância de um sujeito mediador para minha aproximação inicial das famílias e do seu cotidiano. Após essa percepção, passei a me informar sobre a existência de alguém que fosse conhecido/a e bem quisto/a pelos/as camponeses/as, que não tivesse nenhum vínculo empregatício com a empresa e que as famílias fossem conhecedoras dessa não ligação. Depois de muito especular, enquanto almoçava no restaurante do núcleo da Fazenda, uma jovem professora de português da escola do assentamento sentou-se ao meu lado e questionou sobre o que eu estava fazendo em Santa Clara. Ao explicar de forma sucinta o objetivo da minha pesquisa, externei a necessidade de encontrar uma pessoa para ajudar-me no processo de aproximação das famílias. A professora sugeriu-me procurar um jovem, por ela considerado discreto<sup>22</sup> e querido pelas famílias. Ele era funcionário da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e desempenhava a função de agente sanitário no assentamento. Na opinião da professora, ele seria a pessoa mais indicada, por conhecer todas as famílias em função das visitas domiciliares que realizava semanalmente.

Direcionei-me até o posto de saúde, ponto de apoio desse jovem no núcleo, mas não o encontrei, por ser horário de visitas nas células. Procurei informar-me como poderia encontrá-lo ainda naquele dia. Então me informaram que às dezessete horas, se eu ficasse à entrada principal do núcleo, conseguiria falar com ele antes do seu retorno ao município de Canto do Buriti, local de sua moradia.

Ao chegar à guarita, pedi aos seguranças que me avisassem quem era o jovem e, se possível, parassem a moto antes de sua entrada no núcleo. Assim o fizeram, ao avistá-lo. Um dos seguranças me apresentou como; “essa professora de Teresina quer conversar com você sobre as pessoas das células”. Após essa

22 Quando se referiu à discrição do agente sanitário, era por se tratar de uma pessoa que não se envolvia com intrigas no assentamento e geralmente não comentava sobre a vida das famílias que ele visitava diariamente.



rápida apresentação, nos direcionamos até o posto de saúde, apresentei-me com mais detalhes e expliquei minha necessidade e desejo de acompanhá-lo nas visitas diárias por uma semana. Ele concordou com a ideia e, de pronto, mostrou-me seu calendário de visitas para aquela semana, no qual deveria envolver-me. Combinamos de nos encontrar na manhã seguinte e observei que ele passou a utilizar o termo “as nossas visitas”, sempre que a elas se referia.

No dia seguinte, marcamos de nos encontrar às sete horas da manhã em frente à guarita, para darmos início às visitas. Ele atrasou trinta minutos e eu já estava inquieta, pensando que ele havia mudado de ideia. Os minutos passavam e, de repente, avisto uma moto vermelha CGC-125, vindo em minha direção. Era ele o meu primeiro guia, a pessoa que iria me oportunizar entrar de casa em casa nas células visitadas naqueles dias. Comecei, então, as minhas descobertas, entre chuvas, lamas, sol e poeira, de célula em célula, de casa em casa, um bate-papo aqui, outro acolá, uma parada para um cafezinho, doce de caju, suco, água, gentilezas essas observadas em quase todas as casas por onde passamos. Em todas as casas nos ofereceram uma cadeira para sentarmos, com o objetivo de assegurar a minha permanência em suas casas para ouvi-los contar sobre suas experiências e também saber um pouco mais sobre as minhas. Houve momentos em que tivemos dificuldade para sair de algumas casas porque as pessoas queriam contar quarenta e cinco anos da história de suas vidas em apenas vinte minutos, tempo que durava o trabalho do agente sanitário por residência visitada. Essa forma de inserção me ajudou a perceber a existência de diferentes tipos de estratégias para se reproduzirem socialmente no assentamento, bem como os tipos de relações entre os/as parceiros/as rurais e a empresa (representada por técnicos agrícolas e funcionários administrativos que trabalham diretamente no assentamento), conduzindo-me a identificar cinco tipos ideais de famílias para terem suas trajetórias de vida reconstruídas no plano presente a partir das narrativas dos sujeitos<sup>23</sup>. Entrar no cotidiano das famílias a partir do universo de suas casas foi para mim uma experiência singular, ao tempo em que não me sentia no direito de praticar tamanha invasão, sentia-me atraída pelas descobertas que se desvendavam a cada sala que adentrávamos. Senti que, a partir dessas visitas, a minha etnografia dava seus primeiros “sinais de vida”.

Nessa primeira fase, que prefiro chamá-la de “exploração territorial”,<sup>24</sup> procurei andar por todas as células como se procurasse algo, não o exótico tão buscado pela antropologia em décadas passadas, mas o diferente, o novo ou

23 O tema será tratado adiante, no capítulo II.

24 Exploração no sentido de observar e descobrir.



velho, ou a contradição ou a confirmação; sei que buscava encontrar respostas que naquele momento não me eram facilmente dadas, em função de as relações pouco evidentes ainda não favorecerem essas descobertas através das narrativas das famílias. Assinale-se que estar acompanhada do agente da FUNASA ajudou-me na aproximação com as famílias, como também a sugestão de ir à casa da Dona Lourdes<sup>25</sup>, uma senhora reconhecida pelos moradores da sua célula como a única mulher Sendera<sup>26</sup> e de idade,<sup>27</sup> com condição de hospedar uma jovem solteira, por ser considerada de respeito. Era comum ao falarem sobre Dona Lourdes dizerem que: “lá é um lugar bom para você se arranchar”<sup>28</sup>. Ao chegar em sua casa, não demonstrei que já tinha algum conhecimento sobre sua pessoa e deixei a conversa fluir e tomar os rumos que ela desejasse. Depois de um tempo, falei sobre minha intenção de conviver um pouco mais com os/as moradores daquela célula para conhecer seu cotidiano e apreender os significados de suas práticas diárias, mas que, para isso, seria necessário um lugar para passar uma temporada. A intervenção do agente sanitário a meu favor, durante a apresentação, foi de fundamental importância para que Dona Lourdes se sentisse segura ao colocar uma estranha dentro da sua casa. Após tomarmos um café, perguntei se ela não gostaria de hospedar-me por uns dias, e esclareci que minha presença em sua casa não traria despesas extras,<sup>29</sup> e que procuraria não dar trabalho. Ela sorriu e disse: — “se quiser, venha logo hoje, vou gostar de ter companhia em casa, vivo sozinha”. Ao ouvir essas palavras ditas com tanta doçura, despertou-me um sentimento de primeira conquista, proposta no meu plano de trabalho de campo, que era encontrar uma casa para morar na célula em que eu estava interessada em iniciar a etnografia.

Passada a fase de exploração territorial, que durou doze dias, retornei a Teresina no dia quinze de fevereiro de 2010. Nesse período, o campo suscitou muitas questões que me levaram a organizar melhor as ideias e a escrever sobre minhas primeiras impressões no contato com os camponeses, bem como a fazer ajustes metodológicos e novas leituras para me subsidiarem nas questões que emergiram durante essa fase “exploratória”.

25 Nome fictício.

26 Sendera, na linguagem nativa, é o mesmo que mulher separada.

27 Na linguagem local, mulher de idade é aquela que já passou dos cinquenta anos, categoria substituída pela de aposentada, quando a mulher possui mais de cinquenta e cinco anos de idade.

28 *Arranchar*, na linguagem nativa, é o mesmo que passar a morar ou passar um período.

29 Ao hospedar-me com Dona Lourdes, levei toda a alimentação que ela estava acostumada a preparar, busquei adaptar-me a seus hábitos alimentares, e não o contrário, como ela gostaria que ocorresse. Nas atividades domésticas, eu ajudava a lavar a louça, oferecia-me para fazer alguma coisa na cidade (porque eu estava de carro), mas ela, na maioria das vezes, se recusava a aceitar minhas ofertas, alegando que esses favores exigiriam muito de mim. Como forma de retribuir as gentilezas a mim dispensadas, sempre que ia à cidade trazia alguma coisa, como, por exemplo, um esmalte, batom, xampu, perfume. O que geralmente era recebido com muita alegria. Fazia isto por observar o seu cuidado diário com a aparência; unhas pintadas, cabelos sempre alinhados, lábios com batom e perfumada.



A segunda viagem ao campo aconteceu no dia cinco de março de 2010 com permanência de vinte dias. Desta vez, sentia-me mais segura, menos ansiosa e mais bem “preparada” emocionalmente para permanecer o tempo necessário à construção da parte etnográfica sobre os modos de vida dos camponeses parceiros assentados. Aquelas dúvidas iniciais sobre onde ficaria na célula e como circularia pelas células já não mais me angustiavam. Agora, eram outras ansiedades, como, por exemplo, saber se conseguiria apreender e descrever passagens consideradas importantes na vida das famílias assentadas.

Esse retorno, que denominei de segunda fase, tive recepção calorosa por parte das famílias, que ao me reverem se recordaram da minha passagem no mês anterior pelo assentamento, relataram terem sentido minha falta, e alguns declararam terem apostado que eu não mais voltaria ao assentamento. Essa dúvida existia por já terem conhecido pessoas que lá estiveram como visitantes e, de fato, não retornaram. Essas frases eram constantes nos dois primeiros dias após minha chegada e, junto a elas, o surgimento de convites para almoços e jantares. Aceitei parte dos convites; infelizmente, tive de optar por aqueles que mais me interessavam como pesquisadora, naquele momento. Tomei todos os cafés para os quais recebi convite, almocei em várias casas e participei de um acontecimento social importante para as famílias no assentamento: uma festa de aniversário na qual estive presente desde os preparativos na casa da aniversariante até o acontecimento da festa à noite no núcleo. Como parte da negociação com a aniversariante para etnografar a sua festa, solicitou-me que fosse ao município de Elizeu Martins pegar o bolo e, durante a festa, tornei-me a “fotógrafa oficial” da aniversariante e seus convidados diretos e indiretos.<sup>30</sup>

Nessa fase da pesquisa, ainda existiam especulações sobre a minha presença no assentamento. Perguntavam-me se estava ali enviada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Geralmente essa pergunta vinha carregada com um tom de reprovação,<sup>31</sup> como, por exemplo, se eu fazia parte do Governo do Estado para fiscalizar os empréstimos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou era contratada pela Empresa Brasil Ecodiesel. Observei que, dessa vez, os camponeses estavam preocupados em “me enquadrar” em alguma instituição que tivesse lógica em seus modos de pensar e que, ao mesmo tempo, justificasse minha presença no assentamento.

30 A temática “convidados diretos e indiretos” será tratada no capítulo IV.

31 Parte dos assentados não aceita a presença do INCRA no assentamento, antes de eles receberem o título de posse das terras. Na concepção dos agricultores assentados, o INCRA poderá prolongar o prazo que já estaria se esgotando para serem proprietários dos lotes. Esta “recusa” é um dos elementos importante para compreender a resistência dos camponeses no processo de mediação junto à empresa, para assegurar por fim, a posse da terra.



Após alguns dias de convivência, comecei a compreender que um dos motivos de toda aquela ansiedade por parte dos camponeses parceiros assentados para saberem quem eu era devia-se, em parte, às preocupações com relação ao que podiam ou não falar naquele momento, tendo em vista conflitos emergidos por ações judiciais movidas contra a empresa por aproximadamente 320 parceiros assentados. O assunto justiça passou a ser um interdito naquele momento. Mas observei, mesmo sem os camponeses comentarem qualquer coisa sobre o assunto, que o ambiente estava tenso e silencioso. Eles estavam pensativos, ponderavam o que deviam falar, principalmente com estranhos. No entanto, este era o assunto de preferência nas rodas de amigos, vizinhos e parentes. Falava-se o tempo todo na quebra de contrato da empresa e nos motivos que levaram os camponeses a entrar com a ação judicial contra a Empresa Brasil Ecodiesel. Cheguei a ser indagada por diversas vezes se estava ali para sondar quais foram os camponeses parceiros que entraram com ação jurídica contra a empresa.

Percebia que, como pesquisadora, chegar ao campo em momento de tensão como o que eles estavam vivenciando tinha dois lados: primeiro, permitia observar as relações visíveis e latentes em torno do assunto; segundo, a preocupação quanto a minha presença no assentamento, ou seja, se traria prejuízos ao processo de aproximação com as famílias. Nesse contexto, percebi que tocar no assunto justiça seria desfavorável a esse processo de aproximação, sobretudo porque eles questionavam com desconfiança sobre o que de fato eu estava fazendo no assentamento.

Quando questionada sobre o que estava fazendo ali, sempre respondia da mesma forma, até para que eu mesma internalizasse: “sou estudante, estou aqui para conhecer e aprender como vocês vivem, por onde andaram antes de vir para a Fazenda Santa Clara, o que faziam da vida antes, o que fazem agora; resumindo: vou escrever sobre vocês. Estou interessada em vocês”. Dessa forma, consegui aproximar-me, gradativamente, deles e a participar daquelas conversas que ocorriam em espaços públicos. Pesquisar, nesse sentido, tem sido para mim um exercício de paciência, mas também de tensão pelo domínio do tempo, ou melhor, dos tempos opostos, porque as coisas acontecem no tempo dos sujeitos e não no tempo da pesquisadora.

Aos poucos, em contato mais direto com as famílias, observei que ainda não me era “permitido” participar do cotidiano nas células — espaço considerado restrito às relações familiares, de parentesco, amizade e vizinhança. Portanto, essa participação era “livre” no núcleo da fazenda, local onde se concentram



alguns bares, um dos espaços de lazer frequentado por todos os moradores das 18 células.

Ao perceber a importância do Núcleo da Fazenda como um espaço de lazer, onde mulheres e homens se encontram para bater papo, consumir bebidas alcoólicas e, em alguns momentos, encontrar namorados/as, reconhecendo também esse espaço como de socialização no assentamento, passei a frequentar diariamente um bar, também utilizado como açougue, denominado “O Bom de Prosa”.<sup>32</sup> Em frente a este bar há um cavalete de madeira<sup>33</sup> onde mulheres ficam sentadas conversando ou bebendo, e geralmente não adentram o interior do bar. Já os homens, ao chegar, cumprimentam quem está na calçada, acenam para o proprietário, que já entende o sinal e logo se direciona para o interior do bar, atendendo o cliente com uma dose de Cachaça 51<sup>34</sup>, a melhor opção na opinião dos frequentadores. Sendo essa a única bebida considerada quente que visualizei na prateleira do bar, juntamente com alguns maços de cigarros, arroz, barras de sabão de coco, preservativos e aparelhos de barbear. O cliente, após tomar a referida bebida, inclina-se para trás, cospe no chão, limpa a boca com o antebraço e sai para participar das conversas que acontecem na calçada do bar-açougue.

É nesse espaço que as pessoas buscam se atualizar sobre os últimos acontecimentos. Para quem é do assentamento, as informações têm que ser fresquinhas;<sup>35</sup> já para aqueles que estão chegando, como no meu caso, as notícias podem ser as antigas, mas que marcaram suas vidas no assentamento. Inteirar-se dos acontecimentos diários faz parte da rotina daqueles que vivem no assentamento, e não daqueles que chegam para visitar ou pesquisar.

Por conseguinte, observei, durante os dias que passei hospedada em um dos apartamentos do núcleo, que os frequentadores legitimaram esse espaço não apenas como um lugar das “novidades”, mas também como aquele espaço neutro que está mais próximo da empresa. Quando chegam ao bar, perguntam: — “E, aí, bom de prosa, as novidades daqui?”. O “daqui” me chamou a atenção, pois percebi que eles queriam mesmo era saber como a empresa es-

32 Bom de prosa, nome dado pelos frequentadores ao proprietário do bar pela facilidade de se expressar, contar piadas e “causos”.

33 O cavalete de madeira, com capacidade para cinco pessoas sentarem, é comum à frente de ambientes de grade circulação no assentamento. Observei a existência de dois cavaletes em frente ao escritório da empresa e alguns em frente às casas onde os/as moradores/as costumam sentar-se à noite para bater papo com os vizinhos e amigos que se juntam a eles.

34 Caninha 51 ou Cachaça 51 é uma marca brasileira de cachaça, líder de vendas do mercado. É produzida pela Companhia Müller de Bebidas desde 1951, razão da origem do nome, na cidade paulista de Pirassununga. Fonte [www.51.com.br](http://www.51.com.br), acesso em 15 de março de 2010.

35 A mesma coisa que novas/novidades.



tava se movimentando no assentamento e quais eram suas últimas decisões, principalmente por conta dos acontecimentos recentes — as causas jurídicas contra a empresa<sup>36</sup>.

Dessa forma, no início da pesquisa, a minha presença passou a ser uma constância nesse bar, o que geralmente ocorria por volta das dezessete horas, horário em que chegava das células, no período em que eu ainda não estava hospedada na própria célula. Quando eu chegava ao bar, notava que, por tratar-se de um espaço considerado público e de lazer, permitiam-me participar das conversas, ouvir as fofocas sobre vizinhos, separações, traição, os que entraram na justiça contra a empresa, as quebras de contratos, os que não cuidam dos lotes da empresa, em suma, uma diversidade de assuntos, mas todos ligados ao cotidiano camponês no assentamento. Nesse espaço, eu tanto podia ouvir e participar das conversas, como também ser vista e tirar dúvidas. A partir das visitas constantes a este bar, tive uma visão, mesmo que breve, de todas as células, sobre as pessoas e o que elas fazem, e passei a ser convidada pelos frequentadores a visitar suas casas e conhecer suas famílias.

Entre idas e vindas, encontros e desencontros, optei por desenvolver a pesquisa etnográfica em três células e no núcleo. As três células escolhidas foram aquelas onde moram as famílias Souza, Silva, Costa, Macedo e Moura, que tiveram suas trajetórias sociais pesquisadas. Ao elaborar o meu projeto de pesquisa, ainda não estavam definidas quais seriam as células etnografadas, tampouco as famílias, isso só ocorreu depois de um mês de permanência no assentamento. A escolha das famílias não se deu pelas células, pelo contrário, a escolha das células se deu a partir das famílias. As cinco famílias seriam o que convencionalmente poderíamos chamar de tipos ideais, não no sentido discutido por Max weber, mas pela sua recorrência no assentamento.

Por sua vez, cada uma dessas famílias trouxe práticas sociais importantes para a compreensão dos modos de vida, cotidiano e estratégias adotadas para se reproduzirem socialmente no assentamento. Das cinco famílias que tiveram suas trajetórias analisadas, três delas, a Souza, a Silva e a Costa, moram em células compostas por famílias que compartilham a mesma origem geográfica. A maioria possui relações de parentesco por consanguinidade ou afinidade. Notei que, nas células que possuem um número maior de parentes, as intrigas e fofocas são mais latentes e visíveis. Em determinados momentos, tanto eles se acusam quanto se protegem mutuamente. Entre essas famílias que migraram

36 Em novembro do ano de 2010, aproximadamente 320 camponeses entraram com ação trabalhista contra a Empresa Brasil Ecodiesel, reivindicando quebra de contrato e melhor remuneração pelos anos trabalhados com a produção de mamona.



em grupo, é comum manterem vínculos permanentes com sua comunidade de origem. Durante a semana, elas permanecem nas células e assumem esse espaço como sua moradia; já nos finais de semana, toda a família vai para sua casa na roça, como eles costumam chamar. Esse retorno aos finais de semana, na maioria das vezes, é dedicado a fazer pequenos reparos nas casas, nas roças e nos animais que deixaram sob os cuidados de filhos ou amigos.

Já as outras duas famílias, a Macedo e a Moura, moram em células compostas por famílias de origem geográfica diferentes e que apresentam interesses diversos quando o assunto é acesso à terra e à moradia. Observei que essas famílias apresentam maior envolvimento com os problemas do assentamento, mais propensas a se organizarem socialmente, envolvendo-se em discussões ligadas à sustentabilidade socioprodutiva do assentamento após a saída da empresa, ao término do contrato de parceria.

Recentemente, foi criada uma associação envolvendo quatro células que se encontram próximas, na tentativa de promover políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura camponesa no assentamento. Ao chegar nesse espaço, percebi algo diferente em relação aos demais. Praticamente todas as casas foram alteradas com pinturas de cores diferentes das padronizadas pela empresa (amarela e branca); havia construção de pontos comerciais na própria casa ou no centro das células, ampliação de novos cômodos, alteração nas portas de acesso das casas e uma movimentação constante de camponeses parceiros assentados chegando de viagem – no processo de migração temporária. Uma particularidade dessa célula é que as famílias são de origens geograficamente diferentes, a maioria não se conhecia, e relatam que a construção dos laços de vizinhança se deu a partir de sua chegada ao assentamento.

Por fim, a terceira “célula” etnografada diz respeito à sede da Fazenda Caju Norte. Optei por compreender a relação desse grupo de camponeses, denominado “parceiros ocupantes”, porque uma das trajetórias reconstruídas tem um camponês responsável pela organização do movimento, que deu origem à ocupação da sede da Fazenda Caju Norte em 1995. Os camponeses parceiros assentados fazem referência às famílias de camponeses ocupantes como exemplo de “moradores”, por serem dedicados e sua trajetória ser marcada pela luta pelo acesso e uso da terra. Na opinião dos demais moradores, as pessoas desse grupo dão valor à terra porque lutaram para conquistá-la. Todas essas informações fizeram com que me aproximasse dessa área e dos ocupantes (é assim que eles se reconhecem). E ao conversar com militantes da ocupação, pude ver que parte da história do assentamento Santa Clara está diretamente ligada aos



movimentos promovidos pelo grupo, para que as terras sejam reconhecidas como assentamento rural pelo INCRA.

Nesse sentido, as trajetórias sociais das famílias foram reconstruídas em um número de cinco situações, a saber: 1) Que participaram do movimento de ocupação das terras da Fazenda Caju Norte e com a chegada da Empresa Brasil Ecodiesel foram incorporadas ao contrato de parceria rural para a produção de mamona; 2) Que vieram em grupo e organizaram suas moradias na mesma célula de produção, mantendo os mesmos padrões de relacionamentos praticados em seus locais de origem; 3) Que, mesmo ao mudar-se para o assentamento, continuam mantendo a roça e a criação de animais no seu lugar de origem; 4) Que venderam suas casas e/ou roças para viverem nos assentamentos; 5) Que viviam na condição de meeiras e/ou moradores em propriedades rurais antes de virem para o assentamento. Todas essas situações acima relacionadas à migração temporária fazem parte das estratégias de reprodução social da unidade doméstica, tanto de quem migra (lugar de destino), quanto de quem fica (lugar de origem). Nesse sentido, morar no assentamento da Fazenda Santa Clara não representou para suas famílias o fim da migração temporária. Ao contrário, ainda é comum chefes masculinos das famílias migrarem nos períodos considerados secos e a mulher assumir temporariamente a chefia da família, e responder informalmente pelo contrato de parceria rural com a empresa.

As trajetórias foram registradas em gravador de voz, em outros momentos, no diário de campo. A técnica de obtenção das informações variava de acordo com as famílias. No caso da família Silva, as tentativas de manter o gravador ligado foram frustradas. A informante tinha dificuldade para compartilhar sua história com a presença do aparelho. Recorri à estratégia de colocá-lo em pontos da casa, na tentativa de que a sua presença não se impusesse à do/a informante, mas mesmo assim percebi que a estratégia não estava gerando resultados. Só então resolvi recorrer ao diário de campo.

No entanto, a partir dessa experiência, passei a observar a atitude dos sujeitos pesquisados e quais os assuntos das nossas conversas geravam receios e/ou constrangimentos; a princípio notei que registrar as falas em gravador, para uns, gerava medo e insegurança para falar; assim, percebendo essas limitações, procurei reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através de uma entrevista (BOURDIEU, 2007). Esses momentos me fizeram compreender, ainda com Pierre Bourdieu, na prática com os/as camponesas, o que significavam “as distâncias entre as finalidades da pesquisa tal como ela é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem



em mente” (BOURDIEU, 2007, p. 36). Esse processo de continuar quando se percebe que está dando certo, ou recuar quando não, levou-me a perceber que o método etnográfico, mais do que outro método de pesquisa, é como o que Bourdieu denominou de uma espécie de intrusão. Essa intrusão se apresentava de várias maneiras, seja no diário de campo, pelo que passei a ser apontada como a “menina que anotava tudo”, seja no gravador, como a “menina que gravava tudo”. Esses instrumentos utilizados durante a pesquisa de campo eram interpretados pelos camponeses como símbolos de um jogo que se iniciava, no qual as regras eram estabelecidas pela “pessoa de fora”, a pesquisadora interessada nas singularidades e particularidades de suas histórias de vida.

Dessa forma, busquei superar a “comunicação violenta”, através do processo de construção de laços de confiança; aproximei-me do cotidiano das famílias, participando das práticas sociais dos grupos domésticos; tais como nas visitas aos vizinhos, pedir um pouco de açúcar emprestado, ir à cidade fazer compras, levar comida para os porcos, assistir novelas, tomando café à sombra das árvores, e ainda participar das conversas em família e com vizinhos. Todo esse investimento gerava em mim as mesmas inquietações reveladas por Bourdieu (1996), que se questionava sobre seus sentimentos em relação às pessoas que pesquisava ou acabara dirigindo-lhes apenas um interesse profissional, o que em sua opinião tratava-se também de uma forma de afeição. Mesmo com essas dúvidas que me abatiam, principalmente quando o ambiente me sufocava, ou da necessidade de “respirar” outros ares que não fossem o da pesquisa, refletia sobre os motivos de estar no campo por acreditar que “todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica” (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Passada a fase do “mergulho” etnográfico, dei início a outra fase da pesquisa — a da transcrição. Ao transcrever os relatos gravados, as anotações do diário de campo e as observações participantes oriundas da prática etnográfica, procurei ser fiel, ao máximo, às falas, sem cair na armadilha de “reproduzir caricaturas de sua pronúncia [pois], transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever” (BOURDIEU, 2007, p. 32). Nesse processo de transcrição das falas dos camponeses, optei por retirar as declarações puramente informativas, que identificavam com facilidade as famílias e as redundâncias verbais, vício de linguagem e a transcrição fonética que dificultassem a compreensão do leitor, mas sem substituir uma palavra (BOURDIEU, 2007).

Nessa mesma perspectiva, Dulce Whitaker chama a atenção dos pesquisadores para os cuidados na transcrição da fala do homem rural; ao transcrever,



deve-se “reproduzir apenas os erros de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso, e escrever corretamente o léxico, sem erros ortográficos” (WHITAKER, 2002, p. 2). Essa atitude, na opinião da autora, torna-se fundamental para reforçar o respeito e a valorização da fala dos informantes. Assim, conduzi a organização das narrativas das famílias que tiveram suas trajetórias pesquisadas e na ordenação das práticas observadas e registradas no diário de campo.

## O ritual de escrever: a experiência de campo revisitada

*Os dados registrados nos nossos cadernos de campo, não devem ser considerados fatos sociais, mas sim fatos etnográficos, permeados por uma observação imbuída de um exercício de interpretação.*  
Evans-Pritchard (1972, p. 85)

O trabalho da escrita foi longo e exigiu muitas idas e vindas, motivadas pelos reencontros com o campo. Nesse momento, ao contrário do que eu imaginava, o ritmo de leitura aumentou, porque surgiu a necessidade de consultar novos autores para a compreensão de práticas sociais observadas no cotidiano das pessoas e necessidade de análise dos seus diversos discursos. Assim, posso dizer que o campo não encerrou o ciclo das leituras conceituais e sim, tornou o processo de leitura mais dinâmico e intenso, para ajudar a compor uma descrição densa a partir da articulação empírica e teórica. De acordo com Woortmann (1997), o método etnográfico possui dois sentidos considerados amplos na pesquisa antropológica. Um se trata da observação de campo, onde ocorre a relação pessoal entre pesquisador e pesquisados. O outro diz respeito à construção de um texto consistente, no qual o pesquisador fala sobre alguém, ou seja, aqueles aos quais procurou entender durante a pesquisa: — alguém, outro, a comunidade antropológica e/ou um público mais amplo. É no trabalho de campo que se realiza o encontro com a alteridade; já no texto, se realiza o esforço de dar sentido ao outro para nós, de traduzir uma cultura para outra.

Construir um texto etnográfico... talvez tenha sido esse o momento em que a pesquisa mais me angustiou, pois foi a partir das observações registradas no diário de campo, das entrevistas e outros acontecimentos que urgiram no decorrer do trabalho de campo que me fizeram perceber o peso da responsabilidade como pesquisadora, principalmente sobre as questões éticas que permeiam no campo das pesquisas. Ao sentar para escrever, questionava-me:



— isso pode ser publicitado sem causar constrangimentos às famílias? Mesmo tendo a permissão para escrever determinadas passagens ou acontecimentos na vida dessas pessoas, algumas vezes registrei no diário de campo, mas ao final optei por não usá-los neste texto.

Havia dias que após circular pelo assentamento, retornava para meu quarto com a sensação de não ter nada para registrar no meu diário de campo e pensava comigo, “bem, hoje não fiz campo”. Mas o tempo passava e, ao observar outras experiências, como algumas situações ocorridas nesses dias por mim considerados “improdutivos”, durante a escrita e análise dos discursos dos camponeses, percebia que aquelas informações daqueles dias eram acionadas e convidadas a se unirem a novas informações, que ao final terminava por compor dados importantes para a minha pesquisa.

Ao analisar essa junção de fragmentos que compõe um todo na escrita etnográfica, estou querendo dizer que usar o diário de campo é juntar peças de quebra-cabeças, é olhar uma anotação, a princípio, e não ver “utilidade” no que se escreveu, mas depois se percebe que aquele trecho anotado, aquela fala, aquela descrição, mesmo que cheia de palavras faltando letras, dada a emergência de não perder o que se queria escrever, agora é utilizada para compor uma ideia que se encontrava sem sentido. E passei a compreender que aquele detalhe que você julga de menor relevância no campo, em determinado momento da sua escrita será parte fundamental para se compreender o todo. Nesse sentido, concordo com Geertz (1987), quando defende que “fazer etnografia é como tentar ler, construir, dar sentido a um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipse, incoerência, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento “modelado”. Todas essas características levantadas por Geertz (1987) levam o etnógrafo a observar, registrar e analisar. E, nessa análise, o comportamento humano é visto como uma ação simbólica cujo respeito devemos indagar qual o sentido que está sendo transmitido com a ocorrência e através de sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho. Assim, ao escrever, percebia que a análise ia caminhando junto com a construção do texto inicial, mesmo nas anotações do diário de campo, pois sentia que as leituras e releituras iniciais me conduziam a interpretações e conclusões que sempre denominava de iniciais.

De acordo com Oliveira (1998), a pesquisa etnográfica constitui-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao pesquisador ou à pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para situar-se no interior do



fenômeno por ele ou por ela observado, através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade, por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta. Como aprendiz de antropóloga, observei que o meu olhar estava o tempo todo orientado pelas questões teórico-conceituais apreendidas durante as leituras sugeridas pelas disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, mas sem sacrificar a descrição etnográfica, pois não estive presa a nenhum classicismo teoricamente inspirado.

Para Bachelard (1996), na pesquisa é importante compreender como vencer os obstáculos epistemológicos imbuídos de uma cultura científica; para o autor, somos fascinados pelas generalizações de primeira vista, logo, somos mobilizados pela motivação científica e superamos as armadilhas de explicar o que observamos pelo senso comum. Ao recorrer às ideias científicas, podemos então ordenar nossas descobertas em uma lógica inteligente, que provoca o conhecimento intelectual sobre o observado, sobre a situação pesquisada, sobre as dinâmicas sociais investigadas. É no campo científico que vivemos uma ruptura epistemológica. Assim, considero o meu rito de iniciação na escrita etnográfica.

A opção pela etnografia me exigiu realizar, no processo de reconstrução das trajetórias sociais e dos modos de vidas dos camponeses parceiros assentados, uma reflexão teórica que, ao definir as categorias explicativas a partir das contribuições das discussões teóricas, considerasse também a visão dos sujeitos escolhidos, de maneira, que, nesse processo de construção analítica do objeto, as arestas inconvenientes deem lugar a contornos mais precisos. Isso não quer dizer que as noções ou categorias consideradas para o entendimento das situações descritas e analisadas sejam por completo fechadas às reformulações, prescindindo de um processo permanente de (re) construção do conhecimento, de forma que as percepções iniciais sobre determinada realidade, tidas como verdadeiras, possam ser confirmadas ou não.

A produção do texto etnográfico pelo/a antropólogo/a sobre o trabalho de campo, através da observação participante, parece tanto obscurecer quanto revelar suas experiências. De acordo com Clifford (1988), a escrita etnográfica deveria resistir à tentação de transformar toda a experiência significativa em interpretações, mantendo-as separadas, embora estejam reciprocamente relacionadas, através de uma sensibilidade à alteridade, aguçada à forma, tom, gesto e estilos de comportamento, ou mesmo à compreensão dos imponderáveis da vida em campo. E, nessa perspectiva, o maior desafio foi “dar vida” ao texto etnográfico.



Na estruturação deste texto, optei pela ordenação dos dados da pesquisa etnográfica, gerados a partir da observação participante, dos registros em diário do campo e em gravador de voz, no qual o empírico se articula com a teoria sempre que necessário, na ajuda de uma análise mais consistente na interpretação das práticas sociais observadas. No constante esforço de reflexão, análise e sistematização das narrativas, memórias e observação do cotidiano dos camponeses parceiros assentados, procurei compor esse livro em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Campesinato e o programa de cultivo de mamona para o biodiesel no Piauí – promessas e expectativas”, refere-se à apresentação da dinâmica dos espaços físicos do assentamento e como os/as camponeses/as parceiros/as assentados/as e os camponeses/as ocupantes se articulam dentro dessa dinâmica social e cultural, até então estranha às suas experiências através da participação direta no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, como “proposta de inclusão social no campo”. Apresento os variados discursos sobre essa proposta de assentamento privado e como os/as camponeses/as avaliam a chegada da Empresa Brasil Ecodiesel nas terras da antiga Fazenda Caju Norte.

O capítulo segundo, denominado “Trajetórias Sociais e Configurações Identitárias”, trata da reconstrução das trajetórias de cinco famílias de parceiros assentados, identificadas como Costa, Moura, Silva, Macedo e Souza, sendo possível apreender os sentidos atribuídos às suas vivências e modos de vida, marcados pela migração temporária, demonstrando assim, através de suas narrativas e práticas sociais, a importância dessa migração e da conquista da terra na reprodução social da família. Na parte última deste capítulo, discutimos a construção e manutenção das redes de sociabilidades entre as famílias que tiveram suas trajetórias reconstruídas.

O capítulo terceiro, intitulado “Relações socioculturais dos/as Camponeses/as com a Terra, Trabalho (contrato de parceria) e Moradia: conflitos e estratégias de reprodução social”, trata da presença de conflitos visíveis e latentes em relação à resistência dos/as camponeses/as à disposição das habitações em formato circular e à produção de mamona como cultura principal no assentamento, perda da autonomia no que e como produzir nas roças. No final deste capítulo, procurei enfatizar as construções identitárias de trabalhador/a rural, parceiro/a rural, agricultor/a familiar e assentado/a como estratégias de negociação e inclusão nos grupos. Ainda nesse capítulo, discuto a quebra de contrato na percepção dos/as camponeses/as parceiros/as.

O quarto e último capítulo, denominado “Cotidiano da Família Camponesa: recriação de espaços de interação social”, traz uma abordagem a respeito da



apreensão dos sentidos atribuídos às práticas individuais e coletivas dos grupos domésticos. Assim, como foi pensado o “conjunto da família” para atender a necessidade da Empresa Brasil Ecodiesel, e como os jovens, crianças e mulheres circulam entre a casa, a rua, a roça e os roçadinhos.

Por fim, na conclusão, reitero práticas sociais de relevância, abordadas ao longo dessa pesquisa, dentre elas as cotidianas de resistências das famílias camponesas, o processo de retomada parcial da autonomia no que produzir e como produzir, a alteração dos espaços físicos das células e a migração temporária como prática incorporada às estratégias de reprodução social camponesa no assentamento da Fazenda Santa Clara.





## CAPÍTULO 1

# CAMPESINATO E O PROGRAMA DE CULTIVO DA MAMONA PARA O BIODIESEL NO PIAUÍ: PROMESSAS E EXPECTATIVAS

### 1.1 Paisagem sócio-histórica

O assentamento da Fazenda Santa Clara está localizado em uma área de 36 mil hectares, no município de Canto do Buriti (Figura 1), Sudeste do Piauí. Este município possui uma área de 4.419,4 km<sup>2</sup> e se localiza a 405 km de distância da capital do Estado. Ressalta-se que parte das terras que compõem o Parque Nacional Serra da Capivara<sup>1</sup> localiza-se ao sul das terras do assentamento.

De acordo com a memória dos mais velhos da região, o município de Canto do Buriti foi formado por famílias de camponeses que vieram atraídos pela exploração extrativista do látex para a produção de borracha natural a partir da maniçoba-do-Piauí (*M. caerulescens pohl*), entre os anos de 1845-1920. Este processo de ocupação pela exploração econômica da borracha da maniçoba deu origem ao povoado denominado Guaribas, no Vale do rio Guaribas, que banha parte das terras deste município. Esta atividade econômica representou, durante cinco décadas, a principal fonte de renda para o provisão das famílias camponesas que migraram, em sua maioria, do município de São João do Piauí<sup>2</sup>.

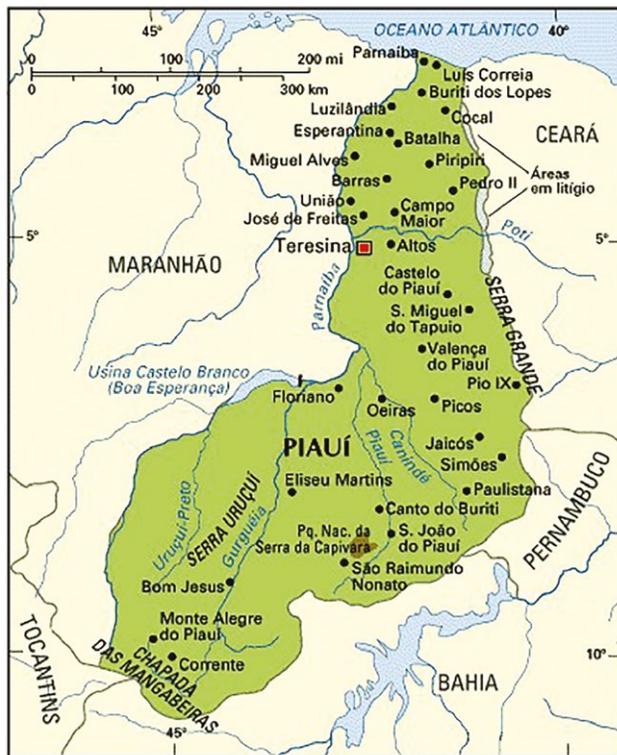
De acordo com o camponês ocupante Joaquim Santos, de 91 anos de idade, que mora na área de ocupação da sede da Fazenda Caju Norte, com o fim do ciclo da borracha na região, por volta da década de 1920, as famílias camponesas que migraram para Canto do Buriti atraídas pela borracha passaram a trabalhar nas fazendas de gado – atividade que ganhava força na região: “Meu

- 1 O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no Sudeste do Estado do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí, Canto do Buriti e Coronel José Dias. A superfície do Parque é de 129.140 ha e seu perímetro é de 214 km.
- 2 Sobre o tempo da maniçoba na região e sua presença na vida camponesa, ver Godói (1999).



pai e meu avô era borracheiro e depois que se acabou a borracha eles foi ser vaqueiro do mesmo patrão”.

Figura 1 - Mapa do Estado do Piauí, localização do Município de Canto do Buriti



Fonte: [www.dnit.gov.br](http://www.dnit.gov.br).

A atividade de vaqueiro foi marcante até da década 1960, no município de Canto do Buriti, em função da quantidade de fazendas de gado à época. Depois, com o surgimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na década de 1960, surgiram investimentos na produção de caju e cultivo de pastagem. Conforme recorda o camponês, “aqui foi muito dinheiro na época da SUDENE, essas terras, aqui, [Fazenda Caju Norte] já passou por muitas novidades”. Essas “novidades” a que se refere são experiências no cultivo de pastagem, na criação de gado de corte e na produção de caju. As famílias que moram a mais tempo no município de Canto do Buriti costumam chamá-la de “terra amaldiçoada”, devido a inúmeros empreendimentos fracassados. Esses projetos de exploração agrícola se deram em um contexto de grande especulação imobiliária, comandada pelos “projeteiros” (MORAES, 2000), travestidos de “colonizadores”, “empresários” da agroindústria, que incentivaram a grilagem de terras e a consequente incorporação, ao patrimônio



privado, de terras públicas devolutas estaduais (MACHADO, 2002; PEREIRA, 2004).

Na percepção das dos moradores da Fazenda Santa Clara, na economia do município de Canto do Buriti e daqueles mais próximos, como Elizeu Martins e Colônia do Gurgueia, após o boom da borracha e da pecuária, a principal fonte de renda advém das pequenas unidades agrícolas, pequenos comércios, aposentadorias de trabalhadores rurais, e nos anos mais recentes, dos programas de transferência de renda do Governo Federal, e com a chegada da Empresa Brasil Ecodiesel. Estes dois últimos são apontados pelos camponeses parceiros como responsáveis pela movimentação econômica no comércio de eletrodomésticos e móveis nos referidos municípios. No depoimento a seguir, a camponesa avalia o Programa Bolsa Família e o adiantamento de safra como um dinheiro certo, dando aos proprietários de lojas a segurança no parcelamento das compras realizadas por essas famílias camponesas.

Aqui no assentamento as mulheres compram os móveis, televisão e a parabólica é com o cartão do [Programa] fome zero. Todo negociante confia, porque o dinheiro não tarda a chegar na mão dele. No caso do dinheiro da empresa [adiantamento de safra], o marido compra as coisas de casa, faz o fornecimento na quitanda de conhecido nosso, e o pagamento é certo. Quando atrasa o dinheiro da empresa, como já atrasou, a gente vai lá na quitanda e dá nossa satisfação ( E. da Silva).

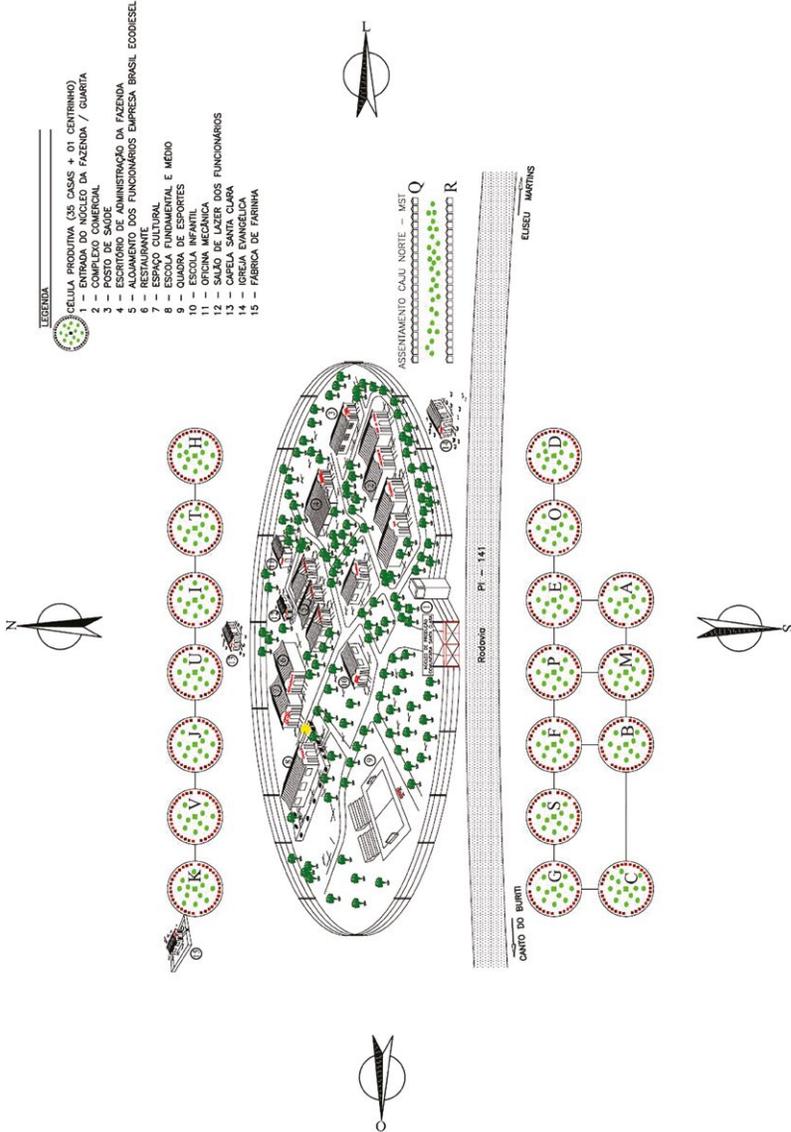
A chegada da Empresa Brasil Ecodiesel representou para algumas famílias a retomada de promessas dos projetos de desenvolvimento e a possibilidade de tornarem-se assalariados, principalmente, no entendimento que elas tiveram sobre o adiantamento de safra como “salário fixo”. Essa distorção no entendimento das relações de deveres e direitos com a empresa deu-se em função da ausência de maiores esclarecimentos quando houve a seleção das famílias para tornarem-se parceiras rurais, categoria cujo sentido, abordarei adiante.

Nessa parceria foram assentadas 630 famílias, distribuídas geograficamente entre as 18 células de produção. Essas terras são divididas pela BR-324, ficando 11 células do lado direito e 7 do esquerdo, no sentido de quem vai para Bom Jesus do Piauí (PI). Na área central das terras do assentamento, foi construído o núcleo administrativo da fazenda – local em que se concentram os serviços de saúde, educação, pequenos comércios, lazer, moradia dos funcionários, restaurante e o escritório da empresa da Empresa Brasil Ecodiesel no Piauí,



conforme croqui etnográfico geral da área da Fazenda Santa Clara, com a localização de todas as construções que edificadas nos 36 mil hectares (Fig. 2).

Figura 2 - Croqui etnográfico geral da área da Fazenda Santa Clara, Canto do Buriti - PI



O acesso entre o núcleo e a maioria das células é realizado por estradas de chão arenoso, e de barro vermelho naquelas áreas com relevo. As células mais

próximas do núcleo são consideradas pelas famílias como as de melhor acesso, se contrapondo à paisagem inóspita dos atalhos que ligam as mais distantes do núcleo. No período chuvoso, as famílias sentem-se “isoladas” por esses atalhos, evitando sair das células até mesmo para irem ao núcleo, conforme relato da camponesa T. de Moura: “Nas chuvas a gente só sai para o núcleo quando não tem jeito”. Quando fala “não tem jeito”, está se referindo aos dias em que precisam se deslocar para receberem a cesta básica, distribuída no núcleo. A entrega geralmente ocorre na primeira quinzena de cada mês, sendo necessária a presença do/a camponês/a parceiro/a, que ao receber a cesta, assina uma ficha de controle constando o recebimento.

As células D, E, F, G, I, J, O, P, S e U, por estarem próximas à BR- 324, são as mais disputadas pelas famílias parceiras. Essa disputa é motivada pelas facilidades de acesso ao núcleo. Enquanto, que as células A, B, C, H, M, T, K e V são as recordistas em reclamação por considerá-las distantes e “isoladas”. É comum alegarem que as famílias que moram nessas oito células não conseguem participar dos “acontecimentos” no núcleo com a mesma frequência com que as demais participam.

A área total do assentamento é considerada pelos/as moradores/as como um “mundaréu de terras”. Devido ao tamanho da área total do assentamento, é recorrente entre as famílias parceiras encontrar pessoas que não conhecem todas as células. Esse conhecimento, na maioria das vezes, se resume àquelas que estão a uma distância de aproximadamente “duas léguas”, que corresponde a doze quilômetros. A quantidade de terras e a distância entre as células foram apontadas como fator limitante no processo de controle das famílias por parte da empresa, que, por medidas de contenção de despesas, teve de reduzir a frota de transportes e funcionários necessários à “fiscalização” de toda a área.

As pessoas argumentam também que essa distância tem dificultado as tentativas de organização do grupo de famílias em uma associação. No início, tentaram se organizar em uma única associação, mas as tentativas foram frustradas porque se tornava inviável a mobilização de todas as famílias distribuídas entre as dezoito células. A solução encontrada para superar essa distância tem sido a aglutinação de, no mínimo, três células, e, no máximo, cinco, para a formação de associações, de modo que a previsão dos/as camponeses/as é que, nos próximos dois anos, sejam criadas aproximadamente cinco associações dentro do assentamento.

A criação de associação entre células que ficam próximas umas das outras surgiu da necessidade das famílias em fortalecer o grupo e, como resistência,



também, à tentativa da Empresa Brasil Ecodiesel de criar uma associação por célula. Essas associações para as famílias vêm surgindo frente a estratégias de reivindicações no cumprimento do contrato de parceria Rural Agrícola. Todas as estratégias adotadas no sentido de aproximação das famílias entre as células circunvizinhas têm como objetivo superar a distância que provoca o “isolamento” e “enfraquecimento” de suas reivindicações.

## **1.2 Contrato de parceria na produção de mamona e a promessa de propriedade da terra: o que dizem a Empresa Brasil Ecodiesel e gestores públicos<sup>3</sup>**

*Aqui na Santa Clara [...] os assentados pouco se importam com o destino dado a mamona plantada aqui. O negócio de todo mundo é a terra (P. da Costa).*

Discussões mais recentes sobre alternativas de fontes renováveis para a matriz energética do Brasil chegaram à conclusão de que o biodiesel, a partir da mamona, seria a alternativa viável, com possibilidade de geração de renda no campo e a inclusão de famílias camponesas na cadeia produtiva dos bicomcombustíveis. Com a aprovação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), surgiram “parcerias” entre o setor público e o privado para atender à demanda das refinarias do biodiesel, com a utilização da mão de obra de agricultores familiares para a produção de matéria-prima. Essas parcerias, de acordo com o PNPB, devem estar amparadas às nuances sociais, regionais, tecnológicas e de mercado (PNPB, 2005). Nesse sentido, como estratégia para viabilizar a produção do biodiesel, o programa concedeu incentivos fiscais às empresas interessadas em investir nos negócios dos bicomcombustíveis.

Um das exigências do Programa para que as empresas produtoras de matéria-prima e processadoras do biodiesel pudessem usufruir das vantagens fiscais é que desenvolvessem ações que levassem em consideração o quesito preocupação social; mais especificamente, a inserção dos pequenos agricultores, particularmente, os do Norte-Nordeste, com abrangência de todo o semiárido brasileiro. De acordo com o Programa, essa seria uma alternativa para o fortalecimento da agricultura de base familiar no Brasil e a geração de

3 Em discurso durante a inauguração oficial da Fazenda Santa Clara em Canto do Buriti, PI, O presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou à nação brasileira, direto da Fazenda que: “o Brasil estava dando o primeiro passo para a substituição dos combustíveis fósseis por um combustível limpo, o bicomcombustível, produzido a partir da mamona, pela Empresa Brasil Ecodiesel”. Fonte: Jornal Bom Dia Piauí, exibido no dia 26 de agosto de 2005.



renda no campo. Para essas áreas específicas (Norte-Nordeste), os investidores do agronegócio com foco no cultivo de mamona e palma<sup>4</sup> para o biodiesel, tiveram uma redução de 100% da incidência do PIS/COFINS e dos tributos federais em geral.

A mamona, cultivada há décadas pelos/as famílias de camponeses do sertão nordestino, chegou a ser uma cultura relativamente importante em estados como o Ceará, Pernambuco e, principalmente, a Bahia, entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, como registra a Série Histórica da Mamona do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002). Nesse período, o país chegou a ser o principal produtor de óleo de mamona do mundo, posição que perdeu para a Índia e para a China em meados da década de 1990. Esse histórico foi um dos principais fatores que levaram o Governo Federal a eleger a mamona como uma espécie de “carro-chefe” do PNPB em 2004, quando lhe conferiu a “missão” de imprimir junto ao Programa Brasileiro de Agroenergia um caráter mais social, através de estratégias que buscaram vincular a produção de biodiesel ao investimento na agricultura familiar.

Fundamentado nas discussões sobre produção do biodiesel no cenário nacional, o Governo do Estado do Piauí aprova, em outubro de 2003, a lei Estadual 5.333 de 15 de outubro de 2003, que institui na região do semiárido piauiense o Programa de Plantação de Mamona para a Extração do Biodiesel, na qual é autorizada por lei a doação de trinta e seis mil hectares de terras para o grupo de investidores Enguia Power Ltda. – administrado pela Buriti Agrícola da Empresa Brasil Ecodiesel, para fins de “reforma agrária privada” conforme a lei supramencionada. Um assentamento que disponibilizará a força de trabalho das famílias de camponeses/as parceiros/as assentados/as<sup>5</sup> como suporte produtivo para a empresa. Ao término do prazo de dez anos de exploração produtiva dessas terras, as famílias que permanecerem com as parcerias vigentes com a empresa receberão o título de propriedade de vinte e cinco hectares das terras do assentamento, no ano de 2014.<sup>6</sup>

A singularidade desse assentamento, que conceitualmente não está em consonância com o que é comumente denominado pela política de Reforma

4 Ver Decreto n.º 5.297, que estabeleceu os coeficientes de redução de alíquotas de contribuição PIS/PASEP e COFINS, que dá um incentivo adicional para que se produza biodiesel a partir da palma e da mamona.

5 Assentado é uma terminologia técnica adotada pelos governos. Aos poucos, os movimentos sociais de luta pela terra foram se apropriando, legitimando-a como uma identidade assumida pelos sujeitos que lutam pelo uso e acesso da terra.

6 A terra prometida, termo que tomo emprestado das narrativas dos informantes, quando se referem à situação de promessa de vinte e cinco hectares a cada família assentada ao término do contrato de parceria rural.



Agrária no Brasil, consiste no “investimento de recursos da iniciativa privada em parceria com o poder público, para resolver problemas de acesso à terra”, conforme frisa Júlio Armandez, Gerente de Agricultura Familiar da Empresa Brasil Ecodiesel.

Por tratar-se de um assentamento público-privado e evitar vínculos empregatícios dos camponeses com a empresa, o instrumento jurídico utilizado para legalizar essa relação foi o Contrato de Parceria Rural Agrícola, baseado na lei de nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, pelo Decreto n. 59.566, de 14 de novembro de 1966 – Estatuto da Terra. Nessa perspectiva, a nova posição social do camponês assentado não é a de proprietários da terra, e sim de parceiros rurais. Essa nova condição não representou para os camponeses a autonomia, no sentido do controle de *como* e o *que* produzir, conforme saberes e práticas anteriores. Por parceria, no caso da Brasil Ecodiesel, compreende-se uma expressão meramente institucional de um contrato de parceria rural agrícola, no qual é possível se observar a existência de relações assimétricas de poder entre parceiro-outorgante (empresa) e parceiro-outorgado (camponeses).

Ainda sobre a situação de parceria vivenciada por esses camponeses, é possível inferir que essa parceria está longe da situação clássica estudada por Cândido (1987), que, em linhas gerais, apresenta uma parceria de arrendamento, unindo parceiros e proprietários num universo social em que as distâncias sociais e as distorções na gestão dos negócios são relativamente pequenas. O que ocorre, de modo contrário na Fazenda Santa Clara é que, de um lado, a empresa diz que as famílias não sabem o que é serem parceiros, e do outro, as famílias dizem que “essa parceria que falam, é só no papel”. A palavra parceria, na concepção dos camponeses, significa uma relação de “troca e camaradagem”, e não a de “patrão e empregados”, como eles se sentem em relação à situação.

Na definição jurídica do contrato, o termo parceria rural aparece no item cinco como sendo uma relação de “uso de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, com o objetivo de nele ser exercida a atividade de produção agroempresarial”, em consonância com o estatuto da terra. Como resultado dessa parceria, aqueles camponeses que permanecerem no “Programa de Cultivo da Mamona”, por no mínimo dez anos, receberão da empresa, “sem ônus para o Estado nem para o agricultor”, o título de propriedade da terra correspondente a vinte e cinco hectares, conforme Lei Estadual 5.333/03.

Quando o assunto é parceria, os funcionários da Empresa Brasil Ecodiesel a compreende como uma proposta de “Projeto Público/Privado (PPP)”, na qual eles assumiram a gestão do assentamento, a seleção das famílias de acordo com as necessidades do projeto produtivo, cuja força de trabalho existente no



grupo doméstico, e boas condições de saúde constituíram o critério base da seleção. Esses critérios tiveram a anuência do Estado, que exigiu da empresa a apresentação prévia dos critérios de seleção adotados para conhecimento. A empresa alega que “honrou” todos os seus compromissos com a construção da infraestrutura do assentamento, a manutenção dos serviços sociais básicos, condições iniciais para as famílias se alimentarem, adiantamento de safra, contrato de garantia de preço e compra da mamona, e que o Estado e o Governo Federal “viraram as costas para a Fazenda Santa Clara”, conforme o diretor de agricultura familiar da empresa.

Assim, as controvérsias sobre as circunstâncias em que se dão as parcerias, são constantes. Em entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2010, o gerente de Agricultura Familiar da empresa, Julio Armandez, que na ocasião se encontrava supervisionando as atividades desenvolvidas na Fazenda Santa Clara, argumentou que as parcerias institucionais só funcionaram no papel. Ele ressalta que, por algum tempo, a Fazenda Santa Clara deu visibilidade ao PNPB, quando este, em sua opinião, nada tinha de concreto para apresentar ao Brasil como resultado do Programa.

Para o Governo Federal foi interessante utilizar a imagem da Fazenda Santa Clara para promover um programa que, na verdade, vive de imagem, e com poucas ações concretas na produção de biodiesel. Mas, quando as dificuldades se apresentaram, a Fazenda passou a ser um problema e não uma solução para a matriz energética do Brasil, eles viraram a costas para nós. Reconhecemos que enfrentamos muitos problemas, mas avalio como positivo a atuação da Brasil Ecodiesel na inserção dos agricultores na produção da matéria-prima para o biodiesel, dando oportunidade de trabalho e renda (Julio Armandez, janeiro de 2010).

Na opinião do gerente, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério de Minas e Energia (MME), desapareceu e não cumpriu as promessas de investimentos na Fazenda Santa Clara, como a construção de uma fábrica de farinha, a doação de tratores, facilidades na aquisição de implementos agrícolas para a produção de mamona e, sobretudo, apoio na comercialização. No que se refere ao envolvimento dos Governos Federal e Estadual, afirma:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, nesse período dirigido por Miguel Rosseto, por diversas vezes fez promessas para que a proposta da Fazenda Santa Clara não fosse conduzida apenas pela iniciativa privada, mas uma parceria entre o Gover-



no e empresa, porém essa parceria nunca aconteceu na prática, exceto o Governo do Estado do Piauí que entrou com as terras e agora por último assumiu a responsabilidade com a escola de ensino médio. A ajuda na estruturação produtiva da mamona na Fazenda não passou de uma promessa do ministro e do Presidente da República quando estiveram na Fazenda Santa Clara [4 de agosto de 2005] mostrando para o Brasil como se desenvolve a agricultura familiar através de parcerias privadas (Julio Armandez, janeiro de 2010).

Após a fase de seleção e chegada das famílias nas células, a Brasil Ecodiesel inicia a proposta de produção da mamona como a principal cultura nas terras do assentamento, e do feijão, como cultura secundária mais próxima dos hábitos alimentares e produtivos dos/as camponeses/as parceiros/as assentados/as. Essa proposta de produção, baseada nessas duas culturas, durou aproximadamente quatro anos; no total contabilizou uma safra de sucesso, uma intermediária e duas de fracasso, dessa forma, apresentando-se como uma atividade desfavorável aos negócios do biodiesel, tal como a empresa havia apostado ao instalar o assentamento.

Em nossa opinião, a baixa produtividade da mamona nas terras da Santa Clara ocorre por uma série de problemas de ordem técnica relacionadas à baixa fertilidade do solo, qualidade da semente, entre outros, o abandono das áreas plantadas pelos parceiros, a resistência que eles tiveram à cultura da mamona também favoreceu para colheitas fracassadas. No primeiro ano, conseguimos até novecentos quilos por hectare, mas nos anos seguintes os valores ficaram muito abaixo do esperado (Julio Armandez, janeiro de 2010).

A reduzida produção da mamona na percepção dos técnicos e gestores administrativos da Brasil Ecodiesel esteve ligada à:

Baixa qualidade das sementes, ataques constantes das pragas, irregularidades na quantidade e distribuição das chuvas e não realização dos tratos culturais (compromisso do grupo doméstico). Aliado aos fatores negativos acima relacionados pode-se dizer que, a gestão centralizadora e autoritária da empresa no início do projeto, a pouca experiência e entusiasmo das famílias em relação à mamona como cultura principal. O que também contribuiu para esse fracasso produtivo da mamona no assentamento (BRASIL ECODIESEL, 2009).

De acordo com Arnaldo Campos, responsável pelo programa de biodiesel no MDA, grande parte da responsabilidade pelo fraco desempenho da inclu-



são social do PNPB recai sobre a Empresa Brasil Ecodiesel, primeira a iniciar a produção industrial de biodiesel no País e que focou seus investimentos iniciais na mamona nordestina. O pioneirismo da Brasil Ecodiesel e seu alardeado plano de inclusão de cerca de cento e vinte mil agricultores familiares em projetos de produção de matéria-prima de biodiesel — principalmente mamona — em todo o país — atraíram o apoio (e certa benevolência) do Governo Federal e do presidente Lula, que, pessoalmente, inaugurou duas usinas da empresa, uma no Piauí e a outra no Tocantins (BRASIL, 2008, p. 32).

A primeira das usinas inauguradas por Lula, em Floriano, Piauí, estava vinculada a um inédito projeto de “reforma agrária privada”, o Núcleo de Produção Comunitária Santa Clara, em Canto do Buriti – a primeira criada em novembro no ano de dois mil e três em uma área de 36 mil hectares cedidos à Brasil Ecodiesel pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT). O projeto foi dividido em vinte células residenciais e trouxe cerca de seiscentas famílias para a área. O acordo entre as partes previa o fornecimento, por parte da empresa, de sementes, assistência técnica, o manejo do solo e o plantio da mamona, além da titulação, após dez anos, de vinte e cinco hectares para cada família. Os agricultores, por sua vez, se responsabilizariam pelo trato cultural e por entregar, a cada ano, três mil kg de mamona (BRASIL, 2008, p. 62).

No final do ano de 2008, tanto o MDA quanto a Petrobras reconheceram que a mamona está longe de virar biodiesel. As usinas que continuam comprando a produção de pequenos agricultores o fazem para garantir a concessão do Selo Combustível Social, estratégia que vincula uma série de incentivos fiscais pela aquisição de matéria-prima da agricultura camponesa e, mais importante, possibilita a participação das usinas nos leilões de biodiesel da Agência Nacional de Petróleo - ANP. Devido à valorização da oleaginosa no mercado ricinoquímico, a mamona adquirida pelo mercado do biodiesel é praticamente toda revendida à indústria química, transformando as usinas, em última instância, em meros atravessadores (BRASIL, 2008, p. 15).

Diante da experiência fracassada na produção de mamona, a Empresa Brasil Ecodiesel entra em crise interna e perde o selo combustível social por não conseguir comprovar a origem da matéria-prima utilizada nas usinas esmagadoras da baga de mamona, que deveria ser adquirida da agricultura familiar. Sem “condições financeiras” para continuar ofertando os serviços sociais básicos, tais como educação e saúde no assentamento, a empresa transferiu, em 2008, as escolas de Ensino Infantil e Fundamental e o Posto de Saúde, com uma equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), para a administração



da Prefeitura Municipal de Canto do Buriti, e a escola de Ensino Médio para a administração do Estado. E, de acordo com o Gerente da Empresa Brasil Ecodiesel, em 2009 tiveram início os trâmites burocráticos junto ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) para o loteamento das terras do assentamento de modo que, ao término dos dez anos de parceria, os títulos já estarão disponíveis para serem repassados às famílias que permanecerem até o ano de 2014. Essas mudanças na gestão dos serviços sociais básicos provocaram insegurança entre as famílias camponesas quanto ao futuro da promessa da terra.

O fracasso anunciado tem origem também na natureza do projeto, cuja atividade de produção agroempresarial, seja no caso, da mamona, seja em outra cultura qualquer no modelo proposto, está destinada à obtenção de alta rentabilidade lucrativa que justifique os investimentos e custos de produção. Por sua vez, a geração de renda para os camponeses assentados utiliza o instituto legal da parceria e da expectativa ou promessa da titularidade da terra. Então, camponeses na condição de parceiros assentados são convertidos em mão de obra de baixo custo, disponível à produção da matéria-prima do biodiesel, diminuindo assim parte dos custos dos fatores de produção – terra e trabalho. Os assentados assumem essa posição ou condição social, mesmo numa vivência de contextos históricos de fracassos, porque são obrigados a acionar seu patrimônio cultural sempre que estão sob a ameaça de não reprodutibilidade social, como forma estratégica de resistência camponesa.

Pude observar que, em seus discursos, os dirigentes da empresa não utilizam os termos “assentamento - assentados” para se referirem ao projeto e aos camponeses assentados. Eles se referem sempre a “parceiros” e “fazenda”, expressando uma situação de que “um lado manda e o outro obedece”, numa clara demonstração de não reconhecimento destes como atores sociais nesta experiência, e que as relações assimétricas de poder, instituídas pela empresa entre os camponeses parceiros, como já foi dito, expressam a forma parcial de inclusão ou exclusão destes no propalado “projeto” de reforma agrária privada.

### **1.3 Contexto sociohistórico: a sede antiga da Fazenda Caju Norte “[...] um ponto de partida ou de chegada para o biodiesel no Piauí”<sup>7</sup>**

Em 13 de junho de 1995, ocupamos a sede velha da Fazenda Caju Norte. Na época Israel era o presidente do Sindicato dos

7 Trecho extraído da fala do Camponês L. de Souza.



Trabalhadores [e Trabalhadoras] Rurais de Canto do Buriti, com apoio do pessoal do MST para organizar os trabalhadores sem-terra numa reunião na sede do sindicato do Canto [do Buriti] (M. de Macedo).

Em 1995, aproximadamente 80 famílias, oriundas dos municípios de Elizeu Martins e Canto do Buriti, atenderam à mobilização realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadora Rurais - STTR de Canto do Buriti, com o apoio do Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, cujo objetivo era ocupar as terras da sede da antiga Fazenda Caju Norte, conforme depoimento do primeiro camponês a chegar à Fazenda para a ocupação.

O pessoal do Sindicato e do MST avisou em Elizeu Martins o dia da invasão e eu vim logo cedo para cá, fiquei arranchado numa moita e nada de ninguém aparecer, então, comecei a ficar cabreiro [desconfiado], sem saber se eles iam ou não invadir a área. Foi, então, que pedi uma carona para Canto do Buriti, e lá, no Sindicato me disseram que só seria no dia seguinte, de noite. Eu e minha família ficamos arranchado até a madrugada naquele silêncio com um fogareiro aceso e umas poucas panelas, era tudo que a gente tinha mesmo (risos do camponês). Quando foi na madrugada, haja gente a chegar! Era umas 80 famílias. Gente que já estava na estrada, procurando terra, um canto pra se aquietar. Colocamos logo a bandeira do Movimento dos Sem-Terra, aquela vermelha que todo mudo já sabe que ali invadiram. Eles [MST], ficou apoiando a gente um tempão, depois foi embora ajudar outros por aí a ter terra e o Sindicato caminhou sempre com a gente nessa luta. Mas muitos companheiros foram embora, por causa da vida dura aqui. Só restou uns 35 daquela época (C. de Souza, Caju Norte).

A decisão dos/as camponeses/as por ocupar a sede da Fazenda se deu por ser uma área, à época, com construções de residências, água e energia, ficando destinada às moradias. Os “pedaços de terra”, como denominadas pelos camponeses ocupantes, ficam a uma distância de aproximadamente quatro quilômetros, e geralmente são destinados à atividade apícola, cultivo de pastagem e roçados de até três hectares com cultivos de mandioca, milho e feijão. Essas famílias se distribuíram entre as vinte casas construídas pelo antigo proprietário da fazenda; outras se acomodaram nos dois galpões com capacidade para quinze famílias e as que chegaram após a invasão construíram barracos de lona. Após três meses de ocupação, dividiram entre si as terras da sede da fazenda, de modo que pudessem morar e fazer seus roçados. A decisão de permanecer em área de ocupação é narrada pelas dificuldades que enfrentaram



para que essas terras fossem chamadas de “nossa [fazenda] caju norte”, conforme aparece por diversas vezes nos discursos de identificação e pertencimento dos/as camponeses/as ocupantes quando se referem ao movimento de ocupação e uso das terras da seda da Fazenda Caju Norte.

Assim que ocupamos a [Fazenda] Caju Norte, veio um advogado do Canto do Buriti que dizia que as terras eram de Fernando Brasileiro, mas na verdade não era. Essas terras já eram do Estado. Aí, já chegaram aqui com a polícia e tiraram o povo todinho das casas. Nessa hora eu já tava em Canto, resolvendo o negócio das terras com os políticos. Quando cheguei lá, a polícia já tinha era passado por mim. Foi pesado o negócio, provar que a terra não era mais do fazendeiro Fernando Brasileiro. Aí, cheguei com o papel que dizia isso, provando que a gente podia ficar que a terra era do Estado. Ao final, em Teresina descobrimos que 39.608 hectares era do Estado e 600 do Fernando Brasileiro (M. de Macedo, líder do grupo na ocupação).

A vida aqui era muito difícil, a gente pagava água em Elizeu Martins e em Canto do Buriti, não tinha a menor condição de viver aqui e, pra piorar a nossa situação, a polícia vinha aqui expulsar a gente, toda semana. Me recordo como hoje que, quem mandava era Dona Lourdes, na época Prefeita de Canto do Buriti. Quando a polícia chegava a gente era xingado de ladrão de terra. Eles nunca entenderam que a gente só queria um pedaço de terra pra plantar e pra morar (M. da Silva).

Logo pela manhã eu pegava a bicicleta, botava a mulher na garupa com uma trouxa de roupas sujas, e umas duas moringas. Lá eu deixava a mulher lavando as roupas e esperando secar e eu voltava com as moringas cheia de água para beber e lavar os pratos. Só dava tempo chegar já era hora de voltar para pegar a mulher com as trouxas... Todos os dias essa labuta... assim, pouco a gente ia na roça porque só a falta da água já consumia o nosso dia todo (C. dos Santos).

Os camponeses contam que passaram dez anos sem assistência por parte das instituições governamentais e sem sucesso nas tentativas de negociação com o INCRA para serem reconhecidos como assentamento rural. Eles se recordam das tentativas frustradas de negociações com as instituições governamentais como um momento de “desilusão” com as terras ocupadas. Organizaram caminhadas e manifestações até a capital do Estado, Teresina, cujo objetivo era chamar a atenção do governo estadual para as condições precárias nas quais estavam vivendo.



A senhora sabe que doido é virado de gente, né? Pois é, a gente se tacou nesse mundo de meu Deus a pé, dormindo nas estradas, achando que o governo ia fazer alguma coisa por nós, mas nada... Só ganhamos foi pé inchado mesmo (risos)... Eles até fazia promessa para se livrar daquele tanto de gente [se referindo ao movimento], mas depois que a gente desocupava o INCRA, ninguém dava nenhuma resposta pra nós! (L. dos Santos).

Em dezembro de 2003, os camponeses que vivem na antiga sede da Fazenda Caju Norte receberam a visita do presidente da Brasil Ecodiesel, que solicitou aos presidentes da associação de pequenos produtores da Caju Norte e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canto do Buriti uma reunião com as famílias para comunicar a implantação do Projeto de Produção de Mamona nas terras da Fazenda Caju Norte. Nessa reunião, o presidente da empresa propôs às famílias ocupantes o contrato de parceria rural para o cultivo de mamona, e que, como contrapartida, a empresa equiparia o poço de água existente na sede, reformaria as casas e pagaria a energia de todas as casas. Das 35 famílias, aproximadamente 28 assinaram o Contrato de Parceria Rural Agrícola para produzir mamona.

A gente precisava dos benefícios, mas também não podia forçar as trinta e oito famílias aceitarem o contrato com a empresa. Ao certo que a empresa fechou com quem quis. A nossa associação estava sempre tirando a dúvida de quem procurava nós. A maior dúvida era se precisavam abandonar as outras coisas que já fazia, como plantar milho, feijão, mandioca e criar animais. Aqui, todo mundo cria de tudo, um pouco. Eles ficaram com medo de perder a liberdade nas coisas que plantam como ia acontecer com quem fosse assentado pela empresa. A parceria na [Fazenda] caju norte é tranquila, o povo é mais organizado, não deu muito trabalho a empresa, como os que são assentados (M. de Macedo).

Na opinião dos camponeses, o fato deles terem sido incorporados ao contrato de parceria rural favoreceu a permanência das famílias nas terras da fazenda com a melhoria das condições de infraestrutura, como água, energia e adiantamento de safra. Quando a Brasil Ecodiesel planejou a construção das células e do núcleo, o fez sem incluir as terras ocupadas. Sobre isto, o presidente da associação dos pequenos produtores da Caju Norte argumenta:

O governo do Piauí não perderia a oportunidade de resolver um problema que se arrastava já há dez anos. Com pressão por



parte da gente e as notícias de descaso dado à nossa luta para ser assentado, o governo tinha que tomar providência. Então, quando a empresa chegou aqui [Piauí], ofereceram essas terras e em troca da parceria, o governo exigiu que a empresa mantivesse os ocupantes que já viviam na [Fazenda] Caju Norte<sup>8</sup> (R. de Carvalho).

A Empresa Brasil Ecodiesel, ao chegar, firmou contrato de parceria com os/as camponeses/as ocupantes, com a finalidade de produção em cinco hectares de plantação de mamona consorciada com feijão. Ambas as culturas com garantia de preço e compra pela empresa. Essas famílias que assinaram contrato tiveram suas casas reformadas, receberam adiantamento de safra e uma cesta básica mensal. O acesso à energia custeada pela empresa e a perfuração de outro poço é extensivo a todas as famílias que moram na Caju Norte. A água é avaliada pelas famílias como a maior conquista do grupo nos dez anos de ocupação da Fazenda.

Nós hoje temos energia paga pela empresa. Até a gente fica pensativo<sup>9</sup>, porque nenhum de nós paga energia, aí, a senhora sabe, ninguém economiza. E se a empresa for embora? Todo mundo tem que pagar energia. A água foi nossa maior conquista com a vinda da empresa. Sabe minha dona, ninguém olhava por nós, a gente era visto como bicho sem dono. Sem ente nem aderente. Hoje considero que vivo no céu! A lida é dura, mas quem trabalha tem. A água é a maior riqueza que pode existir no mundo (M. da Silva).

Quando essas famílias relatam suas histórias sobre as condições de vida na Caju Norte, dizem que “suas histórias de vida podem-se dividir em dois momentos”: o primeiro foi a decisão de ocupar a Fazenda, através do MST e do Sindicato, em 1995; junto a essa decisão, a possibilidade de conquistar a terra para morar e produzir; o segundo, diz respeito à chegada da Brasil Ecodiesel, no final do ano de 2003. Avaliam a chegada da empresa como fator determinante para que as famílias permanecessem na área de ocupação, porque a “falta de água já castigava cerca de 40 famílias que persistiram na ocupação” (M. da Silva).

Embora esses camponeses ocupantes tenham sido incorporados ao contrato de parceria para a produção e compra da mamona e do feijão, observei que esse contrato não representou para ele a ideia de parceiro do projeto na con-

8 Essa “exigência” do governo em mantê-los na área de ocupação não aparece na lei nem nos contratos de parcerias. Do ponto de vista documental é como se não existisse ninguém morando nas terras da Fazenda Caju Norte.

9 Pensativo, utilizado pelo informante, é o mesmo que preocupado.



cepção e divulgação da Brasil Ecodiesel. Curiosamente, os camponeses ocupantes são apresentados pela empresa como os melhores parceiros do projeto. Quando o assunto é dedicação e organização, são estes a serem referidos pela empresa como seus melhores parceiros da Fazenda Santa Clara. É necessário compreender que essas famílias não foram selecionadas pela empresa, e que já havia uma dinâmica de organização, luta pela terra e estratégias de reprodução social definidas. O fato de parte deles se tornarem parceiros não acarretou em mudanças na forma de organização e produção do grupo. Continuaram plantando suas roças da mesma forma que antes. E aquelas famílias que começaram a cultivar mamona, passaram a contratar mão de obra<sup>10</sup> para ajudar a cuidar dos hectares de mamona da empresa.

Pra nós aceitar plantar os lotes da empresa não foi difícil não. Com o adiantamento de safra a gente contratava gente para trabalhar e continuava cuidando da nossa roça de feijão, milho, mandioca, pastagem e animais. A gente não podia era dar as costas para a empresa, porque, ela podia fazer por nós o que o Estado nunca fez dar água e energia de graça (M. da Silva).

A relação entre as famílias do assentamento Caju Norte e a Brasil Ecodiesel, aparentemente, ocorre de forma tranquila quando o assunto é produção. Mas quando a empresa tenta incorporar à linguagem dos camponeses ocupantes novas terminologias que ameaçam a perda da identidade do grupo, eles apresentam resistências, sobretudo, por parte daqueles com maiores esclarecimentos sobre o movimento de luta e acesso à terra. Observei que eles rejeitam a denominação de células Q e R atribuídas pela empresa para denominar as terras da sede da Fazenda Caju Norte. A crítica do grupo é que, por célula, entende-se a moradia dos camponeses assentados pela empresa, moradia estas que possui característica física diferente das suas. A outra resistência observada trata-se do nome “antiga sede da Caju Norte”, também atribuído pela empresa e incorporado tanto pelos visitantes quanto pelos camponeses parceiros assentados. Conforme relata o filho da camponesa ocupante M. da Silva, professor de História do Ensino Médio na Escola da Fazenda Santa Clara.

Aqui nós somos Caju Norte. Sede Velha é invenção da empresa, porque, construíram o núcleo e precisava fazer o povo entender lá como novo e nós como velho. Mas nunca pegou aqui entre nós, pegou entre eles [empresa e camponeses/as assentados/as]. Temos até um documento em que a gente exigia ser chamado de Caju Nossa. Mas não tivemos força para o nosso povo se acostumar. Esse nome era para fazer uma homenagem a nossa

10 A mão de obra contratada geralmente era externa aos grupos familiares da Caju Norte.



história de luta aqui na Caju Norte. Esse documento ninguém sabe onde está, mas ele existiu. Mas todo mundo chama mesmo é Caju Norte. É assim que a gente gosta de ser chamado e quer ser conhecido.

As 38 famílias que moram no assentamento Caju Norte são reconhecidas pelo camponeses assentados na Fazenda Santa Clara como “exemplo de determinação e trabalho”. A forma como lidam com a conquista das terras da Caju Norte é avaliada como “um lugar para morar e produzir alimentos”.

O povo da sede velha é mais trabalhador, mais unido, mas também eles sofreram muito para ganhar aquele pedaço de terra. Aqui não, o povo foi convidado, adulado, engabelado para querer vir pra cá. Por isso ninguém dá valor, sabe, o que é dado, não tem valor (P. da Costa).

A roça da Caju Norte dá gosto de se ver. Tem tudo! Eles criam gado, porco, galinha. O leite que nós compra aqui vem de lá. Eles lutaram para ficar ali. Até o INCRA já começou a se interessar por eles (E. da Silva).

Na narrativa acima, há o reconhecimento de que a organização e resistência dos camponeses/as pelo acesso e uso da terra fazem a diferença, quando o assunto é a valorização que cada um atribui à terra, o que na opinião dos camponeses assentados ocorre o contrário. Em 2008, as famílias da Caju Norte receberam a visita dos técnicos do INCRA para iniciar os trâmites legais para que a instituição reconheça a área de ocupação como assentamento Caju Norte, vindo a se concretizar no ano de 2013. São 35 famílias assentadas, sendo as mesmas que participaram da mobilização pela ocupação das terras da fazenda Caju Norte com apoio do MST/PI em 1995.

#### **1.4 O núcleo da Fazenda Santa Clara – “aqui a gente coloca as novidades em dia”**

Na Fazenda Santa Clara, existe uma área denominada núcleo. Nessa área concentra-se a oferta dos serviços de educação formal, saúde, comércio, alojamento dos funcionários que moram em outras cidades, como Canto do Buriti, Elizeu Martins, Colônia do Piauí e Flores do Piauí, restaurante, administração da empresa e espaço de lazer e sociabilidade (fig. 3). O significado atribuído ao núcleo pelas famílias assentadas e ocupantes vai além de um espaço físico de oferta de serviços sociais de uso comum. Como a circulação entre algumas



células é dificultada pela distância e acessos precários em determinado período do ano, a estratégia que as famílias encontraram para se relacionar com os demais moradores é participar dos “acontecimentos no núcleo”. Ou seja, há um local de interações sociais entre “os de fora e os de dentro” do assentamento. As festividades como, por exemplo, festejos de Santa Clara, padroeira do assentamento, festivais de quadrilha escolar, aniversários, missa, culto evangélico, capacitações, reuniões e comemorações outras ocorrem no núcleo. Existe constante movimentação das famílias entre as células (moradia - produção) e o núcleo, um lugar de lazer no assentamento.

No núcleo, o centro comunitário é o local em que os camponeses, tanto do ocupação da Fazenda Caju Norte como do Núcleo de Produção da Fazenda Santa Clara, reúnem-se para realizar as festividades religiosas ou até mesmo trocar informações. Por outro lado, as festas que os camponeses denominam “mundanas” ocorrem na quadra de esportes e nos salões dos bares. O Alojamento é o local destinado aos funcionários da empresa que moram em outras cidades, e a visitantes que pretendem hospedar-se no núcleo. Os quartos são mobiliados com cama (casal, solteiro ou beliche), guarda-roupa, criado-mudo e banheiro. Alguns quartos também possuem uma copa com fogão e pia de lavar louça. O refeitório é destinado ao atendimento apenas dos 140 funcionários que trabalham no assentamento, sendo nove professores/as da rede municipal, 47 da rede estadual, nove profissionais da equipe do Programa de Saúde da Família (PSF) e 76 da Empresa Brasil Ecodiesel.

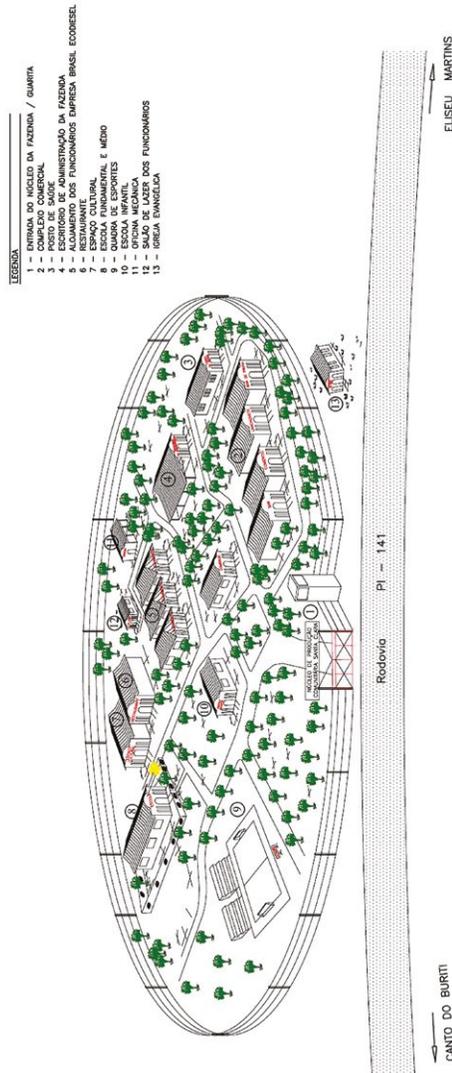
O dia no Núcleo começa cedo. Às cinco horas e trinta minutos da manhã já ouço o barulho de tratores aquecendo os motores, antes de sair para a roça; dos três ônibus escolares saindo para as células, de chuveiros ligados nos apartamentos dos funcionários e, por fim, às seis da manhã, uma campainha é acionada no restaurante, comunicando que o café está pronto. É a partir desse sinal sonoro que se percebe claramente o movimento de aproximadamente 140 funcionários que se direcionam apressadamente para tomar café no restaurante, que fica aberto até às sete horas e trinta minutos, só retornando a abrir suas portas para os funcionários das onze horas e trinta minutos até o meio-dia e trinta minutos para o almoço; e, para o jantar, das dezoito às dezenove horas e trinta minutos. As refeições servidas são iguais para todos os funcionários, não é permitido o preparo de pratos diferenciados nem fazer as refeições após os horários estabelecidos, exceto, aqueles profissionais que estiveram trabalhando fora do assentamento, as cozinheiras deixam pratos feitos guardados no forno do fogão industrial.

Observei que geralmente os funcionários que trabalham no campo, como extensionistas rurais e operários das máquinas de arado e plantio, são os últi-



mos a chegar ao restaurante para suas refeições. Em especial quando do preparo das roças dos camponeses parceiros assentados para a plantação de mamona consorciada com feijão, como ocorreu no período de agosto a dezembro durante uma das minhas idas a campo. A empresa conta com seis técnicos agrícolas responsáveis pelo acompanhamento dos plantios, tratos culturais e colheita realizada em parcerias com as famílias parceiras.

Figura 3 - Croqui Etnográfico do Núcleo da Fazenda Santa Clara, Canto do Buriti - PI



Cada técnico é responsável por três células; ou seja, uma média de 105 grupos domésticos. A quantidade de roças a serem assistidas por apenas um técnico agrícola tem sido a responsável pela relação conflituosa entre camponeses parceiros e extensionistas. De acordo com o plano de trabalho extensionista, as famílias ficam de sobreaviso, aguardando as datas para dar início ao plantio da mamona. Mas as famílias dizem que esses prazos nunca são cumpridos devido à quantidade insuficiente de profissionais e tratores, e atribuem os prejuízos ocasionados à lavoura a esses dois fatores.

Depois do café da manhã, a área do núcleo nas adjacências do restaurante é tomada por um silêncio total; ouve-se apenas o barulho de alguns utensílios da cozinha ao baterem contra a pia de lavar louça. São dois grupos de cozinheiras que se revezam durante a semana. As duplas trabalham em jornadas de “três por três<sup>11</sup>”, como elas chamam. Trabalham três dias e folgam três. O cardápio da semana é elaborado pelas próprias cozinheiras e, geralmente, não varia muito as opções de alimentação, apresentando quase sempre: arroz, feijão, carne bovina, proteína da soja e macarrão.

A preparação do almoço começa às cinco horas da manhã. Antes mesmo de servirem o café, já é possível ouvir o apito das panelas de pressão. O almoço é servido diariamente das onze horas e trinta minutos a meio dia e trinta minutos. Nos horários das refeições, a campainha é acionada e os funcionários começam a chegar, sobretudo, aqueles que trabalham no próprio núcleo, como os da área da Saúde, Educação e Administração. Os profissionais que trabalham no campo chegam por volta de meio-dia. O almoço encerra-se meio-dia e trinta minutos. Após esse horário, alguns permanecem na área de lazer que fica ao lado do restaurante jogando sinuca, baralho e dominó, momento de descontração com predominância da presença masculina. As mulheres passam por longe e, na maioria das vezes, não olham para o lado, como se aquela concentração de homens no saguão do restaurante trouxesse algum constrangimento. Observando de perto, percebi que esse ambiente é simbolicamente “fechado” à participação feminina. Ao aproximar-me da mesa de sinuca, quando tinham uns poucos funcionários jogando, eles me olharam com certa desconfiança e pouco me deram atenção. Notei também que os funcionários que usam esse espaço — salão de jogos — são aqueles que desempenham funções que exigem menor escolaridade.

Já os profissionais da Saúde, Educação e Administração da empresa, após o almoço, direcionam-se aos seus apartamentos e tiram uma sesta<sup>12</sup> até as treze

11 Trabalha três dias e folga três.

12 *Sesta*, refere-se a descanso após o almoço.



horas e cinquenta minutos, para quatorze horas retomarem suas atividades. Mais uma vez, ao dia, essa área do núcleo é tomada pelo silêncio. Andando pelo núcleo após o almoço, percebi que apenas no Posto de Saúde existia um pequeno movimento de mães com crianças de colo para vacinar.

Na escola, todos os alunos estão em sala de aula. O pátio da escola infantil recém-construído não possui área de lazer coberta para as crianças brincarem durante o horário de recreação. Geralmente, as crianças, durante o intervalo, tomam a merenda, que é servida na cantina da própria escola, e permanecem nas salas de aula, porque preferem não sair para brincar, para não se exporem ao sol nos dias quentes de verão. Além de a área destinada para recreação não ser coberta, tem o piso cimentado apenas em parte; assim, ao movimentar-se no corre-corre das brincadeiras infantis, levanta muita poeira que termina por atrapalhar quem permanece na sala aula. Em função dessas limitações, as professoras não estimulam as crianças a usarem esse espaço de recreação, cuja estrutura atual ainda não foi discutida com a Secretaria Municipal de Educação de Canto do Buriti se será ou não definitiva.

Às quinze horas e trinta minutos, alunos do Ensino Fundamental são liberados para a recreação. Esse outro prédio escolar possui um espaço de lazer maior e coberto, comum às atividades de lazer. Doravante, o recreio gira em torno dos grupos de meninas, confidenciando suas experiências, e, na maioria das vezes, flertando com os meninos mais velhos da turma. Observei a troca de bilhetes entre os adolescentes, e sempre o mais extrovertido é quem se encarrega da entregar e voltar dando notícias do bilhete enviado. Nesse momento, meninos e meninas com idade entre dez e doze anos optam por jogar bola na quadra que fica em frente à escola. Às dezesseis horas, a campanha anuncia a volta para a sala de aula. Alguns alunos permanecem no pátio como se não ouvissem a campanha. Notando esta indiferença ao sinal sonoro, professores começam a gritar das janelas das salas de aula: “não ouviram a campanha não? Vamos entrando, logo!”. Somente assim, aos poucos, o pátio fica vazio e todos os alunos voltam para as salas de aula.

Às dezessete horas e trinta minutos, alunos são liberados e o núcleo volta a ficar movimentado, com a entrada e saída de ônibus levando-os de volta para casa e trazendo os alunos do Ensino Médio, do horário noturno. Nesse horário, o barulho e a poeira tomam conta do núcleo com a chegada das máquinas e transportes (carros, motos) da empresa, que todos os dias têm de ser guardados em frente ao escritório administrativo da empresa. Os funcionários começam a chegar a seus quartos para tomar banho e seguir para o restaurante



onde será servido o jantar às dezoito horas e trinta minutos. Após o jantar, a área do restaurante permanece no escuro e apenas um cachorro faz barulho, ao ver alguém aproximar-se, sendo pessoas do seu convívio ou não.

Durante a noite, alunos do Ensino Médio que vem de ônibus escolar, chegam por volta das dezoito horas; e aqueles alunos que moram mais próximos do núcleo optam por virem de bicicletas, motos e a pé. É comum encontrar turmas de até dez alunos vindo a pé das células para o núcleo. Eles dizem que, devido à distância entre as células, geralmente, ao retornarem para casa, se forem de ônibus, chegam por volta da meia-noite. Por exemplo, o percurso de um dos ônibus que sai do núcleo, obedecendo ao seguinte roteiro das células G- C- B- M- A- E e núcleo leva aproximadamente duas horas de viagem. Sendo que, de bicicleta, os alunos que moram nas primeiras células levam em média quinze minutos. Todos os alunos do Ensino Médio que moram na célula P optaram por ir e vir a pé todos os dias para a escola. Eles fazem juntos o percurso de ida e volta diariamente. O retorno geralmente ocorre por volta das vinte e duas horas. Os intervalos ocorrem por volta das vinte horas e quinze minutos e, nesse momento, alunos se direcionam para um bar-lanchonete que vende lanches e bebidas. É comum a presença de alunos, após as aulas, sentados debaixo de uma árvore em frente ao bar-lanchonete consumindo bebidas alcoólicas. Eles retornam para casa por volta de meia-noite ou, caso o bar esteja movimentado, permanecem até mais tarde. Os jovens que, ao sair da escola, direcionam-se de imediato para casa, geralmente, são aqueles que precisam acordar cedo porque ajudarão os pais na roça, ou “dar dias de serviço”, como eles dizem.

Nesse bar-lanchonete, ouvem músicas, bebem, comem e marcam encontros amorosos. Compreendi ser esse espaço um ponto de encontro dos jovens no núcleo, enquanto o açougue-bar se apresenta como um espaço cujos frequentadores são mais velhos. O bar-lanchonete foi legitimado pelos jovens do assentamento como seu espaço de encontro e lazer. Eles dizem que, pelo fato de a proprietária ter três filhos jovens que ajudam no atendimento dos frequentadores, a comunicação entre eles é facilitada, principalmente quanto aos gostos músicas e assuntos abordados nas rodas de bate papos.

Durante a semana, a movimentação de pessoas no núcleo termina por volta das vinte e três horas. Os alunos voltam para suas casas nas células, os profissionais vão dormir para iniciar suas atividades na manhã seguinte. Apenas uma dupla de seguranças, por turno, permanece acordada, revezando entre vigiar a guarita e fazer a ronda no núcleo. Essas rondas passariam despercebi-



das se não fossem os cachorros latindo com o barulho das botas do segurança, rompendo o silêncio da noite.

Nos finais de semana, de modo geral, pude observar a movimentação das famílias em torno de um telefone público, com maior procura aos domingos pela manhã, onde ficam esperando o telefonema de parentes, sentadas, batendo papo, à sombra de um coqueiro que fica em frente ao Posto de Saúde. O serviço de comunicação no assentamento é precário. Existem três telefones públicos dentro do núcleo e, além de haver número insuficiente para a quantidade de famílias que demandam por esse serviço, os telefones passam boa parte da semana sem comunicação e também não conseguem realizar chamadas a cobrar, o que compromete a comunicação, sobretudo, de membros dessas famílias que se encontram fora e geralmente ligam a cobrar. Aquelas famílias que possuem transporte, no domingo pela manhã, se deslocam para o município de Canto do Buriti e/ou Elizeu Martins para usarem um telefone público.

No domingo, às dezenove horas, o silêncio do núcleo é rompido com as canções entoadas pelos evangélicos em culto da Igreja Assembleia de Deus, que acontece no salão de lazer. A mencionada Igreja está construindo no núcleo, sua própria sede, em um espaço que fica de frente para a BR-324. Missa, batizados e outros eventos da Igreja Católica também acontecem nesse mesmo espaço. O uso do salão é agendado com antecedência, para não coincidirem horários de diferentes celebrações.

Por fim, as famílias elegeram esse espaço como uma espécie de “centro”, em função da oferta dos serviços sociais básicos e pelo lazer. Ir ao núcleo é uma ação planejada com antecedência pelas mulheres, que precisam acordar cedo e deixar todos os afazeres domésticos prontos, porque geralmente fazem o percurso a pé. Observei também que essas mulheres estão arrumadas, com roupas limpas, sandálias rasteiras ou/e saltos e cabelos alinhados. Enquanto os homens, no dia a dia, circulam pelo núcleo, na maioria das vezes, com as mesmas roupas que estavam trabalhando na roça, exceto nos dias de festa ou quando têm consulta no posto de saúde. O núcleo se apresenta como um espaço importante de integração entre as famílias que vivem em células diferentes; é o local em que se atualizam constantemente sobre as “novidades” do assentamento como um todo.

No capítulo a seguir, trato da reconstrução das trajetórias sociais das famílias Souza, Silva, Macedo, Moura e Costa que vivem na condição de parceiros assentados no assentamento da Fazenda Santa Clara, os desdobramentos dessas trajetórias proporcionaram uma compreensão acerca das práticas de



migração temporária como estratégia de reprodução social das famílias camponesas, em cujo âmbito se inclui a participação no contrato de parceria com a empresa.







## CAPÍTULO 2

# TRAJETÓRIAS QUE SE REPETEM: DO ESTRANHAMENTO À (RE) CONSTRUÇÃO DE REDES DE SOCIABILIDADE

### 2.1 Trajetórias marcadas pela migração: uma estratégia de reprodução da família camponesa

Para a reconstrução das trajetórias sociais das cinco famílias, como inspiração metodológica, o estudo biográfico de intelectuais e artistas, denominado de ciência das obras, no qual Pierre Bourdieu indica três caminhos que devem ser trilhados pelo pesquisador para a reconstrução de trajetórias. Primeiro, é necessária a análise da posição do campo em estudo, no seio do campo de poder, no decorrer do tempo. Segundo a análise da estrutura interna deste campo, suas leis de funcionamento e de transformação. Terceiro e último, a análise do *habitus* dos ocupantes dessas posições, ou seja, os sistemas de disposições, passíveis de atualização, que são o produto de uma trajetória social; uma posição no interior do campo (BOURDIEU, 2002).

Essas trajetórias foram reconstruídas a partir da convivência com as famílias quando, em diversos momentos do dia ou da semana, mergulhávamos em narrativas que evocavam o passado, na tentativa de justificar as práticas sociais no presente, e, em alguns casos, as ações pensadas para o futuro. Nesse processo de idas e vindas do desenrolar das trajetórias das famílias, alguns pontos considerados de relevância em suas vivências foram gerando relações de interdependência entres os camponeses. A partir da identificação da existência de questões recorrentes em todos os relatos, optei por transcrever as trajetórias a partir dos eixos temáticos, a saber: trabalho, terra, migração e redes de sociabilidade. Pude observar, nas narrativas e na convivência diária com essas famílias, que os filhos contam a história de seus pais; ou seja, sua visão de mundo é, nesse sentido, a visão de mundo dos pais, na qual a atribuição de sentido para suas experiências é ordenada culturalmente pelo que eles internalizaram como



*habitus*. A oportunidade de participar do cotidiano dessas famílias ajudou-me, conforme Godói (1999), a entender a prática que objetiva seus modos de vida. Essas práticas são permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos, pelas categorias e regras, mediante as quais pensam e vivem sua existência, estruturam, e por estas são estruturadas.

As cinco famílias são retratadas a partir do trabalho de campo que Duarte (2008) denominou de “convencionalmente etnográfico”, resultado da convivência com as famílias, seus vizinhos, parentes e amigos que moram nas mesmas células. No momento em que eu estava diante das famílias, suscitou-me uma série de inquietações e cuidados com a dimensão ética na pesquisa, sobretudo, por se tratar do método etnográfico, no qual participamos dos “imponderáveis da vida real” dos camponeses assentados, como, por exemplo, dormir, acordar, fazer as refeições, ajudar nas tarefas domésticas (quando esse ato não é tomado como uma ofensa), presenciar brigas entre os familiares, vizinhos, e as intrigas que se davam em torno das famílias. Acrescenta-se que algumas informações declaradas ou registradas no diário de campo não foram utilizadas, evitando assim que sua exposição pública pudesse ter implicações para alguns membros das famílias pesquisadas.

Na reconstrução da trajetória das famílias selecionadas, optei por identificar as pessoas, neste texto, pelas letras iniciais do primeiro nome e um dos sobrenomes, *Souza, Silva, Macedo, Moura e Costa*. É importante ressaltar a polifonia das narrativas dessas trajetórias. Por exemplo, em uma mesma família, esta polifonia se deu pelo envolvimento do casal, filhos, netos; e nos momentos em que recebiam a visita de amigos, compadres e parentes, ouviam-se passagens de suas vidas compartilhadas entre os grupos familiares; ou seja, uma memória coletiva, compartilhada.

Conforme Godói citando Deleuze (1985), ao analisar outros grupos domésticos no Sul do Piauí: “a memória não está dentro deles, antes são eles que se movem dentro de uma memória-mundo”. Pude perceber essa movimentação dos filhos em torno da trajetória do pai, quando educados pelo casal; já no caso daquelas famílias chefiadas por mulheres sem marido, situação vivenciada pela família Silva, havia a influência feminina nas redes afetivas de ajuda mútua (FONSECA, 1986). Com relação à família Moura, a mulher é considerada o centro das decisões familiares. Nessas duas trajetórias, no momento dos relatos das mães, os filhos procuram distanciar-se não participando direta nem indiretamente dos relatos. No entanto, em conversas informais com esses mesmos filhos, percebi que esse “distanciamento” se dá em função do sentimento de impotência que eles carregam, por serem homens e “permitirem” que a “mãe, mulher considerada frágil e sem saúde”, chefiasse a casa enquanto eles



estudavam. O discurso dessas mães gira em torno do “sacrifício e da abdicação da própria vida de mulher, para ser mãe e pai ao mesmo tempo”. É como se os filhos, nesse momento, não quisessem sentir-se parte dessa retrospectiva, pois, conforme dito por um deles, recordar “é viver a dor duas vezes”, conforme um dos filhos da camponesa E. da Silva.

Ao relatar os acontecimentos que marcaram suas vidas, os informantes, quando relatavam a situação de terem vindo em grupos, geralmente buscavam no outro a confirmação do ocorrido. Esse outro nem sempre era alguém da família, mas aquelas pessoas que eles legitimavam como testemunhas de sua vida, e que construíram uma identidade social por redes de relações sociais consolidadas ao longo do tempo. Os grupos sociais identificam-se pelos seus lugares de origem, e se refere sempre ao conhecimento uns dos outros, pelas relações estabelecidas anteriores ao assentamento. Nessas condições de proximidade entre as famílias de cada grupo, as estratégias de ocupação das novas moradias nas células obedeceram a uma ordenação de vizinhança organizada pelas famílias, como, por exemplo, o grupo social ao qual pertencem às famílias Souza e Silva, ocupa quinze casas em uma mesma célula. Apenas aquelas famílias que chegaram após dois meses de funcionamento do assentamento, mesmo que pertencentes ao mesmo grupo estão morando em células diferentes, sem obedecer a essas regras de vizinhança adotada pelos grupos.

Uma análise sucinta a partir da observação direta no assentamento da Fazenda Santa Clara revelou-me que os camponeses parceiros assentados possuem origens semelhantes no que diz respeito às posições sociais anteriores ao assentamento. Essas famílias são constituídas por filhos de camponeses, empregados rurais temporários ou permanentes, de arrendatários e meeiros. Observei que essas posições sociais, por eles ocupadas ao longo de suas vidas, influenciaram na montagem e definição das estratégias de reconstrução e manutenção das relações sociais e produtivas nas células, em função das experiências acumuladas, e de um conjunto de saberes que tendem a dar consistência à ação como senso prático e *habitus*. A ideia de voltar “um passo atrás” permite observar que os camponeses assentados são portadores de um *habitus* que orienta as condutas à maneira de uma adaptação e alteração das relações estabelecidas com os novos vizinhos e com os funcionários da empresa, com base em práticas anteriores.

No caso específico das famílias Costa, Souza e Santos, foi identificado que elas vieram em grupos de aproximadamente treze famílias, unidas por uma rede de relações de parentesco e afinidades, e de uma mesma origem geográfica. A decisão de se inscrever no Projeto de assentamento foi discutida e tomada pelo grupo, sendo também decidido que aquelas famílias que possuísem



casas e/ou pequenos roçados não os venderiam, pois, dessa forma, teriam a garantia de que se não desse certo a permanência no assentamento estaria assegurado seu retorno, e recomeçariam a vida no lugar de onde vieram. Para os camponeses, sair em busca da sobrevivência ou de recursos para continuarem em seus lugares de origem significa riscos que se corre e, ao sair, eles querem ter a certeza de que não estão colocando em risco a reprodução da família; de acordo com Scott (2002), o camponês evita o risco à sua reprodução ao máximo. Em outra perspectiva, Durham (1973) discute migração como um projeto familiar, que tende a ser resolvido em termos familiares. Esse se torna um processo condicionado pelo tipo de organização social da sociedade rural. Nesse sentido, migrar com família, parentes e amigos dá ao grupo a segurança da companhia e coragem para enfrentar os desafios nos novos espaços de moradia.

No contexto de mobilidade, o chefe da família Macedo já tinha o que Durham (1973) chama de “uma tradição de migração”; quando jovem e solteiro, migrou por diversas vezes para localidades onde tinha amigos, conterrâneos ou parentes. A migração para os jovens transforma-se em uma aventura, em libertação pessoal; nesse caso, não sendo a migração bem-sucedida, o camponês retornava para sua origem e recomeçava a vida do mesmo ponto do qual partiu. Ao casar-se pela primeira vez, a migração tornou-se um problema. A esposa ficou sozinha por um ano, tendo que cuidar do filho de apenas dois meses de idade, e o dinheiro que o marido recebia em São Paulo não estava cobrindo suas despesas na capital e nem da esposa e filho, que permaneceram no lugar de origem. Essas dificuldades, de acordo com o camponês, provocaram a separação do casal. Sobre a fragilidade das relações conjugais entre as famílias rurais, Durham (1973) ressalta que a família, na forma de grupo conjugal, sob a qual se apresenta na sociedade rural, é uma unidade instável e em constante transformação, que se apresenta com características diferentes nas deferentes fases do seu ciclo de existência.

De acordo com o camponês, as transformações se deram em seu casamento pela forma de as mulheres pensarem na década de 1980. Para as “mulheres da época da minha mãe, o homem sair no mundo buscando melhoria, recurso para sobreviver, era normal; hoje a mulher não espera pelo homem muito tempo”. M. de Macedo casa-se pela segunda vez e continua viajando até sua chegada com a família nas terras da antiga Fazenda Caju Norte através do Movimento dos Trabalhadores Rurais em 1995, sendo ele um dos coordenadores do movimento de ocupação.

A mobilidade da família Moura para o assentamento ocorreu de forma diferente das demais pesquisadas. O processo não se deu em grupo de famílias,



e tampouco conheciam alguma das famílias que vieram no mesmo dia de sua mudança. A decisão para a mudança partiu da camponesa que, em sua opinião, “queria mudar de vida, ter uma terra para morar e fazer seu roçado todo inverno”. Essa decisão transformou-se em mais uma “aventura”, como os filhos avaliam, baseados em experiências de migração anteriores. Mas dessa vez a “promessa da terra” era um atrativo para a família, cujos membros sempre trabalharam como meeiros. Contam que se sentiram inseguros com a mudança, mas que nada tinham a perder porque não estariam abandonando bens materiais. Quanto aos amigos e vizinhos, por estarem perto, poderiam visitá-los quando sentissem saudades ou até mesmo recorrer a eles para ajudá-los, caso precisasse retornar ao seu lugar de origem.

Por não possuírem casa nem roça, para essa família, mudar-se para o assentamento representava a importância da conquista de bens para serem chamados de “seus”. E, com essa conquista, a esperança de superar o que Carvalho (1999) denominou de “nomadismo geográfico e social”. Para todas as famílias abordadas, a conquista da terra e moradia ao virem para o assentamento não as isentou da sujeição às regras da empresa, tida como o patrão em suas experiências anteriores. Esse sentimento de libertação de uma vida de opressão, exploração pelos donos de terras e indefinição da continuidade de plantar ou não no próximo inverno nas áreas cedidas, é algo que tem uma conotação simbólica, fortemente presente nas práticas diárias das famílias Moura e Silva. Embora a consciência da sujeição inicial aos novos patrões apontasse para um risco iminente, a expectativa no assentamento, da possibilidade de aquisição da terra e moradia obteve um peso maior, mobilizando forças para a decisão da família.

As famílias Costa e Souza mantêm relações permanentes com suas comunidades de origem. Geralmente, com visitas regulares às propriedades são deixadas sob a responsabilidade dos filhos mais velhos, fato recorrente nas duas famílias. Uma parte dos recursos das famílias, oriundos das atividades desenvolvidas no assentamento, é destinada para manter o funcionamento das roças, com o cultivo de milho, feijão, mandioca e arroz, e da alimentação dos animais, gado e caprinos. Para fazer as limpas, plantações e colheitas nas roças que ficaram sob a responsabilidade dos filhos mais velhos, os pais contratam mão de obra externa à propriedade, porque, de acordo com os camponeses, os/as filhos/as que constituíram casamentos, quando chegam ao assentamento, passam a cuidar de suas próprias roças; e, se convocados pelos pais, ajudam na roça do assentamento, mas não se sentem na responsabilidade de ajudar o pai a manter a roça no lugar de origem. Esse desligamento dos filhos com a



roça de origem é visto como positivo pelos pais, pois demonstra que eles estão construindo seus próprios caminhos, tornando-se autônomos.

A ajuda dos/as filhos/as solteiros/as, no caso das duas famílias, ocorre no período das colheitas. A prioridade nos dias de semana é realizar a colheita dos lotes no assentamento; e aos sábados e domingos, as famílias Souza e Moura se deslocam para suas comunidades de origem para realizar a colheita nas “outras” roças. O relato a seguir é ilustrativo na questão do desejo de retorno à comunidade de origem e o envolvimento da família nos dois espaços.

A mulher briga muito com essa história de roça lá, roça aqui. Esse licute<sup>1</sup> com a roça toda vez que vou prá lá. Só que no meu pensamento, abandonar a roça de lá é como se nós não voltasse mais. E quando a gente viemos, sabia no coração que era pra gente dar mais uma arranjada na vida dos filhos da gente, eles se danaram casar e fazer sua família, e a gente da roça tem que arrumar recursos é na roça mesmo, não quero nenhum deles no mundo como fui uma vez e sofri muito. Burro velho sofre na mão de gente sabida, que só trabalha com caneta. Mão grossa na cidade grande vira porqueira. A gente ainda tem um valorzinho aqui no canto da gente, que se dão uns com os outros. Assim, vamos levando, uma roça ajuda a outra. O restinho de recursos que sobra das duas roças a gente vai incutindo numas cabeça de animal pra vender na precisão (P. da Costa).

Outro fato recorrente, entre as cinco famílias, é que continuam trazendo familiares que ficaram em suas comunidades de origem ou que moravam em São Paulo e não retornavam por falta de uma “casa para morar e roça para plantar”, conforme relata P da Costa. Depois que esta família chegou ao assentamento já intermediou o retorno de três sobrinhos que moravam em São Paulo há mais de dez anos e desejavam retornar, mas não conseguiram acumular dinheiro para comprar casa e roça. Essas famílias que vieram nos últimos dois anos para o assentamento não possuem contrato de parceria com a empresa. Estão trabalhando, como eles dizem, “por conta própria”; no entanto, algumas utilizam os serviços de arado da empresa e pagam um percentual de 20% sobre a produção.

Frente aos relatos, fica evidenciado que as trajetórias das cinco famílias são marcadas por um processo significativo de mobilidade motivada pelo trabalho. Esse processo de migração é compreendido pelas famílias como meio de vida e manutenção da condição camponesa. Para algumas famílias, a vinda para o assentamento não representou o fim das migrações. Nos “períodos se-

1 Quer dizer apego à roça, querer estar perto o tempo todo.



cos” (Figura 4), as migrações temporárias entre os camponeses parceiros assentados continuam representando importante estratégia para a reprodução das famílias. Contudo, para aquelas famílias chefiadas por mulheres e que também migravam para trabalhar, a chegada ao assentamento alterou o padrão da migração. É comum nessas famílias os filhos trabalharem fora do assentamento, como assalariados nos municípios vizinhos, e voltam para casa no assentamento nos finais de semana. A saída dos filhos para trabalhar nas cidades vizinhas, embora motivada pelos pais, estes consideram que termina enfraquecendo a força de trabalho nas roças. Essa característica analisada por Almeida (1986), para quem a família rural, na perspectiva das pressões que enfrenta para se reproduzir socialmente no campo e, na impossibilidade de comprar ou ocupar novas terras para os filhos no ciclo curto, intensifica o trabalho (mais membros da família trabalham fora e mais cedo), ocorrendo assim a dispersão da unidade de trabalho familiar (membros da família trabalham fora como assalariados) e, ainda, a redução do consumo.

Nesse período seco a gente fica aqui sem fazer nada, porque a gente só prepara a terra de outubro a diante, e o dinheiro é pouco. Todo ano, deixo minha mulher aqui e levanto poeira pra trabalhar na construção, lá em Brasília. O dinheiro serve para arremediar outras coisas aqui na roça. A senhora sabe, aqui tem gente que vai é o ano todo para fora, os filhos dos parceiros e trabalha registrado o ano todo, mas nos lugar aqui perto e vem passar final de semana em casa. Já os casados têm muita gente aqui vivendo assim: O homem trabalhando em Brasília e manda o dinheiro pra mulher ajeitar na roça só na seca. Depois quando ele volta, tem tudo enquanto na sua terrinha [...]. Tem gente aqui ganhando a vida com trator que comprou com o dinheiro que ganhou quando foi trabalhar na angola (África). Eu mesmo sou um que todo ano no período seco vou pra Brasília e só volto nas chuvas (Filho de P. de Moura).

A migração temporária regional, nacional e internamente entre os camponeses parceiros assentados é uma prática de reconhecida importância econômica para as famílias. Nos períodos considerados secos — os meses de junho a outubro — viajam para Brasília, onde trabalham na construção civil, em Goiás, no corte da cana, e no Pará, na pecuária. A esposa e os/as filhos/as que ficam no assentamento são encarregados de comunicar ao pai o início das primeiras chuvas, sendo esse o sinal que marca o seu retorno ao assentamento, que geralmente ocorre no mês de outubro, quando o inverno começa cedo; ou de novembro, período que eles consideram mais provável para início do inverno, o que eles denominam por “período verde (Figura 5)”, que compreende os meses de novembro a abril.



Figura 4 - Célula de produção no período seco



**Fonte:** Silva (Set/ 2010).

Figura 5 - Célula de produção no período verde



**Fonte:** Silva (Janeiro/2010).

A classificação das temporalidades em inverno/verde, está estreitamente relacionada ao calendário agrícola da Brasil Ecodiesel (Quadro 1) – Convém lembrar que a mamona é cultivada como cultura de sequeiro – e ao calendário camponês, cujo sistema de roça de toco (MORAES, 2000) também é baseada em culturas de sequeiro (Quadro 2). E demonstramos ao longo desta pesquisa que rural não é sinônimo de agrícola, o calendário de atividades das famílias camponesas parceiras assentadas não se resume às atividades agrícolas.

Quadro 1 - Calendário agrícola da Empresa Brasil Ecodiesel e responsáveis pelas atividades

Inverno – “período verde”			Verão – “período seco”								
NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Início do plantio da mamona consorciada com feijão.	Conclusão do plantio de mamona consorciada com feijão, plantio de mandioca, tratos culturais da mamona e do feijão.	Dependência das chuvas, plantio de feijão BR- 16 e colheita do feijão plantado em novembro.	Arranca da mandioca plantada no ano anterior; Tratos culturais na mamona.	Arranca da mandioca e apanha do feijão. Tratos culturais na mamona.	Conclusão da colheita de feijão. Tratos culturais na mamona.	Arranca de mandioca, Tratos culturais na mamona.	Se plantada e “vingada”, inicia-se a “quebra” da mamona.	Quebra da mamona.	Conclusão da quebra da mamona.	Início do preparo dos lotes.	Continua o preparo das terras dos lotes com limpeza e, se houver se houver chova, inicia o plantio de mandioca.
Empresa Brasil Ecodiesel.	Empresa Brasil Ecodiesel.	Empresa Brasil Ecodiesel e Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Empresa Brasil Ecodiesel.	Empresa Brasil Ecodiesel.
<b>RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES</b>											
Empresa Brasil Ecodiesel.	Empresa Brasil Ecodiesel.	Empresa Brasil Ecodiesel e Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Parceiros/as assentados/as.	Empresa Brasil Ecodiesel.	Empresa Brasil Ecodiesel.



Quadro 2 - Calendário de atividades dos camponeses/as parceiros/as assentados/as

Período	Espaço Roças e roçadinhos das famílias.	Atividade	Divisão do trabalho
Novembro	Roças e roçadinhos das famílias.	Plantio de feijão, milho, abóbora e mandioca.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Dezembro	Roças e roçadinhos das famílias.	Continua o plantio iniciado em novembro.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Janeiro	Roças e roçadinhos das famílias.	Ainda se plantam milho, feijão, maxixe, quiabo e colhe o feijão verde.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Fevereiro	Roças e roçadinhos das famílias.	Dependendo das chuvas, ainda se plantam feijão, milho e mandioca e se realiza a capina nos roçados.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Março	Roças e roçadinhos das famílias.	Colheita de feijão, quebra do milho para comer verde e colheita de abóbora, maxixe e quiabo.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Abril	Roças e roçadinhos das famílias.	Continua a colheita da abóbora, maxixe, quiabo e milho verde e feijão verde, capina das roças.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Maió	Roças e roçadinhos das famílias.	Arranca do feijão seco	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Junho	Roças e roçadinhos das famílias.	Quebra do milho seco na roça e milho verde nos roçados.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Julho	Roças e roçadinhos das famílias.	Continua a quebra do milho seco e arranca da mandioca plantada em novembro.	Mulheres e homens adultos dedicam-se aos trabalhos na roça e mulheres, crianças e adolescentes responsabilizam-se pelos cultivos dos roçadinhos.
Agosto	Roças e roçadinhos das famílias.	Inicia a derruba para novas roças nos lotes e limpeza dos roçadinhos.	Homens, Mulheres e filhos/as adolescentes.
Setembro	Roças e roçadinhos das famílias.	Continua a derruba nos lotes e limpeza dos roçadinhos.	Homens, Mulheres e filhos/as adolescentes
Outubro	Roças e roçadinhos das famílias.	Dependendo da quantidade de hectares cultivados pela família alguns já concluíram a limpa e outros ainda estão por concluir. Espera-se a chuva.	Homens e mulheres em pouca quantidade

**Período verde**

**Período seco**



## 2.1.1 Família Souza, a busca de terra para os filhos

Meu rito de iniciação com a reconstrução das trajetórias das famílias ocorreu entre os meses de setembro e outubro do ano de 2010 com a família Souza, período esse destinado apenas à reconstrução das trajetórias, convivendo com as famílias. Às dezessete horas do dia 24 de setembro de 2010, aproximei-me da casa do casal Souza; apesar de já estar familiarizada com o ambiente da célula onde moram, senti-me nervosa ao perceber que eles me aguardavam, talvez com a mesma ansiedade na qual me encontrava naquele momento.

Ao chegar à casa do casal, fui convidada para sentar em uma cadeira de espaguete<sup>2</sup> cor-de-rosa, já com alguns arrebitados, o que me fazia, de vez em quando, mudar de posição, procurando acomodar-me de forma confortável para aquele momento que despertava em mim o sentimento de “invasão permitida” à vida do outro. O camponês assentado, L. de Souza, abriu um sorriso e disse: “Sente-se, fique à vontade, por onde quer que eu comece? A senhora tem que passar um ano aqui, minha história dá um livro”. Nesse momento, hesitei e respondi “provavelmente”. Esta era a frase mais amadora dita por uma pesquisadora, após preparar-se tanto tempo para este momento; depois complementei: “Que tal começarmos pelo começo, não tenho pressa”, esboçando um leve sorriso para disfarçar o nervosismo que paralisava minhas atitudes diante do casal. Nos dias de muito calor no assentamento, a pesquisa não rendia o quanto eu desejava; as pessoas evitavam sair em alguns horários do dia e, com isso, reduziavam suas atividades aos horários menos quentes, das cinco e trinta às nove e trinta, e, à tarde, a partir das dezesseis e trinta até às dezoito horas. Foi nesse contexto, em meio ao vento das dezessete horas, numa movimentação constante dos jovens em torno do campo de futebol, no centro da célula, diante de um entardecer de cor cinza-avermelhado misturando-se à fumaça das queimadas constantes nessa época e ao verão, que começamos a conversar sobre a trajetória da família Souza.

Após esse momento de apresentação, o casal senta-se em um banco de madeira com capacidade para aproximadamente oito pessoas. Passados alguns minutos, a filha do casal se aproxima com seus dois filhos e passa a observar o nosso diálogo que, conforme Mirian Goldemberg (2004) considerei, “fase do namoro”.

Sob o banco de madeira em que se sentava o casal, estendia-se a grama verde, que contrastava com o cenário habitual da vegetação nesse período, que

2 Cadeira de estrutura em aço maciço e enrolada com fios de plástico PVC.



costumava ser cinza e seco. Avistei uma garrafa térmica de cor marrom-clara com café e quatro copos americanos em cima do banco de madeira. Enquanto conversávamos, alguns parentes, vizinhos e amigos do casal ao passar perguntavam pelo café, aproximavam-se, servindo-se com uma quantidade equivalente a “dois dedos de café” e “um dedo de prosa”. Dessa forma, concluí que aquele era um hábito da família Souza, de sentar-se à porta de sua casa com essa garrafa de café. Por algum instante cheguei a pensar que aquela garrafa de café era uma gentileza para receber a pesquisadora, no entanto, a partir da observação, nos dias seguintes em que permaneci na célula, a garrafa estava lá, no mesmo lugar, dando início às conversas de vizinhos. Ao passar em frente à casa do casal Souza — porque eu estava hospedada na casa ao lado, na família Silva — por já haver incorporado o hábito de perguntar pelo café, aproximava-me para saber das novidades, dessa vez sentada no velho banco de madeira.

Com a convivência, passei a compreender que aquela garrafa de café tinha um significado particular, que se assemelha ao praticado nas casas dos políticos tradicionais de cidade pequena, sempre em torno do prefeito ou vereador, o café oferecido é um símbolo de sociabilidade, aproximando as pessoas em torno de conversas sobre os acontecimentos cotidianos. O café, nessa situação específica, tem a função de aproximar os vizinhos que desejam saber alguma notícia sobre as “decisões” da empresa no assentamento; sobre a data de entrega das cestas básicas pela empresa às famílias; ou mesmo como andam as negociações na Justiça entre a empresa e as famílias. Sendo esse agricultor o líder da célula, os demais agricultores não se aproximam sem a “desculpa” do cafezinho, porque aquele é visto como alguém que está querendo saber das “fofocas” ou, ao mesmo tempo, também “levar” fofocas. Observei que esse líder tem o respeito dos demais, até mesmo porque já se conhecem desde a comunidade de origem, na qual ele também fazia o papel de interlocutor dos grupos domésticos.

O diálogo foi iniciado pelo casal e, na medida em que questões norteadoras da minha pesquisa surgiam, eu buscava fazer perguntas que os levassem a aprofundar suas reflexões sobre os acontecimentos narrados naquele momento. Esses diálogos foram conduzidos dentro de um clima de “bate-papo” que geralmente ocorre entre pessoas que estão se conhecendo melhor. Nesse momento, o casal também queria saber sobre mim, e assim, estabelecíamos um diálogo em que ora eu era pesquisadora, ora pesquisada. Começamos após o jantar do casal, que ocorre diariamente por volta das dezoito horas, geralmente os dois jantam sozinhos. O casal cria dois netos que chegam em casa para jantar por volta das vinte horas. A família não tem o hábito de reunir todos



os membros em torno da mesa para a realização das refeições. Esse primeiro contato ocorreu em uma sexta-feira, dia em que o casal costuma dormir mais tarde, porque, no sábado, não há trabalho na roça.

O casal nasceu no município de Elizeu Martins. Dona M. de Sousa, esposa de L. de Souza, nasceu na comunidade Lagoa Cercada, onde viveu até o ano de 2004, quando se mudou para o assentamento. Começou a trabalhar na roça ainda criança para ajudar a família e, após casar-se, passou a dividir as tarefas domésticas com o trabalho na roça e o cuidado dos filhos e do marido. Por sua vez, o Sr. L. Souza saiu da sua comunidade de origem ainda criança para morar em uma fazenda em Floriano, município distante 200 km, permanecendo lá até seus dezesseis anos. Quando saiu de Lagoa Cercada para Floriano, a Sra. Sousa estava com dois meses de nascida, a diferença de idade do casal é de aproximadamente oito anos. As famílias eram vizinhas e, entre idas e vindas do Sr. Souza, ao retornar para a casa dos pais aos dezesseis anos, passa um ano ajudando a família na roça antes de ir embora para Brasília. Passa aproximadamente dois anos por lá e retorna à Lagoa Cercada. Inicia, então, o namoro de apenas três meses, e em maio de 1975, casam-se.

O casal Souza tem origem em famílias numerosas, que sempre enfrentaram dificuldades para permanecer no campo, sobretudo quando os irmãos e irmãs iam constituindo famílias e as terras começavam a ser um problema, porque tinha de dividir em pequenos lotes para que o novo chefe de família pudesse gerar seu próprio sustento. O casal recorda as casas de seus pais e como era difícil acomodar tanta gente em espaços tão pequenos. A Sra. Souza tem dez irmãos e o Sr. Souza, onze. Mesmo depois de casado, ele assumiu a responsabilidade nos cuidados com a mãe que ficou viúva em 1990, permanecendo na mesma casa até 1999.

Nossa casa era de barro, paredes esburacadas, o piso era chão batido de barro vermelho, coberta de palha e tinha uma janelinha bem pequena, feita de madeira da região mesmo. Meu pai era zeloso, que só. Mas não podia construir uma casa maior porque tinha que diminuir no roçadinho que ficava nos fundos da casa. A vida nunca foi moleza prá gente da roça não! Mas, sabe, depois que o INCRA saiu dando terras por lá, muita coisa se ajustou (L. de Souza).

A vida da Sra. Souza sempre foi dedicada à roça e a ajudar a mãe nas tarefas domésticas, além de cuidar dos irmãos mais novos. Enquanto a mãe estava na roça, ela cozinhava e alimentava os irmãos mais novos; e a mãe vinha pegar al-



moço para o pai, que ficava na roça. Mesmo tendo uma escola na comunidade, a Sra. Souza não estudou porque o pai não permitia que as filhas frequentassem a escola. Ambos os membros do casal aprenderam a assinar o nome através do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL<sup>3</sup> em 1981. Nesse período, já estavam casados e com três filhos. Estudar, na opinião do camponês e da camponesa, nunca foi uma prioridade dos seus pais, que sempre conceberam o trabalho da roça para os homens e dos serviços domésticos para as mulheres, uma formação dos valores morais. Os relatos a seguir são ilustrativos.

A escola, que meus pais tinham para me ensinar era trabalhar na roça para ser homem de bem e de família. [O que é homem de família?]. É homem de responsabilidade que trabalha e quando se casa assume o sustento da família e não fica dependendo do pai ou sogro para sustentar a família. Assume suas responsabilidades de homem, de pai, de marido. [...] O estudo não era importante para meu pai (L. de Souza).

Eu achava tão bonito ver as crianças [...] as moças indo pra escola! Mas meu pai dizia que filha mulher não precisa da sabedoria das letras. Precisa era aprender a lavar e cozinhar, porque, se for pra escola, aprende a mandar recado no papel marcando pra fugir [com o namorado ou pretendente]. Ele dizia que as mulheres que fogem da roça são letradas, sabe, não podia se encontrar pra falar e mandavam um papel enrolado bem fininho marcando ao ponto de fugir com o homem e sair da vida da roça. [...] Assim, nenhuma de nós nunca foi pra escola até se casar (M. de Souza).

Dessa forma, no caso, fica evidente o receio dos pais para com as filhas, a representação simbólica da escola como possibilidade de perda da força de trabalho doméstico, para um mundo imponderável, no qual o pai não dispõe de controle direto, desestimulando, neste sentido, a filha no que se refere a escolhas alternativas para além da “escola”, tendo como opção apenas o trabalho. Esta talvez seja uma das razões que explica a pouca importância atribuída pela Sra. Souza às possibilidades que a escola na comunidade pudesse oferecer. Seria antes preciso romper com essa “grossa” estrutura de concepção do “mundo

3 O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. Criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBRL, cujo objetivo era proporcionar alfabetização e letramento a pessoas acima da idade escolar convencional. A recessão econômica iniciada nos anos oitenta inviabilizou a continuidade do MOBRL, que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar. Fonte: [www.pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_Brasileiro\\_de\\_Alfabetiza](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Brasileiro_de_Alfabetiza). Acesso em: 25 jan. 2011.



do trabalho”, exclusiva do saber fazer. A Sra. Sousa reproduz essa representação quase na sua totalidade, inconscientemente, não fosse seu desejo contido, mas traído pelo sentimento de encantamento ao ver “as moças indo pra escola”.

O contrário se deu com o camponês L. de Souza, que, ainda criança, foi entregue aos cuidados de uma família em uma Fazenda em Floriano, Sul do Piauí. Ele inicia sua história de vida dizendo que as pessoas que moram no assentamento têm histórias parecidas e que essa identificação possibilita às famílias se ajudarem mutuamente:

Minha história é parecida com a de muita gente aqui. Nasci na roça, sou homem de roça. Minha vida nunca foi fácil, sempre foi na labuta. Aos oito anos de idade fui morar no povoado Cachoeira em Floriano, trabalhando na roça plantando capim e tirando leite das vacas da dona da fazenda. Depois que eu tirava o leite, me apeava num jumento e ia vender leite na cidade todos os dias, numa uma lonjura de seis léguas. E esse trabalho todo, só pela comida, dormida, roupa e calçado. Eu era menino de cozinha.<sup>4</sup> Nessa região por aqui tem muita família que empresta seus filhos por uns tempos para gente rica e importante na região, que tem moral pra cuidar dos filhos dos outros (L. de Souza).

Entregar os filhos em idade de até seis anos para ser menino de cozinha era/é considerada uma prática comum entre as famílias do meio rural brasileiro como facilitador para de estudos e trabalho. No caso das famílias da região de Canto do Buriti, essa prática era utilizada com duas finalidades: primeira, a de promover relações de compadrio, através da relação de confiança gerada pela entrega do filho, por um determinado tempo, a um casal de fazendeiros que passam a ser “padrinhos” da criança. Para a família de camponeses, ter vínculos com fazendeiros ricos e influentes na região por meio do acolhimento de um de seus filhos significa que a família tem valores morais reconhecidos pela família abastada. Segunda, em função das dificuldades que as famílias de camponeses enfrentavam para alimentar os filhos. Esses filhos, “emprestados temporariamente” geralmente voltavam a viver com sua família de origem em duas situações: quando atingiam a idade de aproximadamente dezesseis anos; ou no falecimento da esposa do fazendeiro, responsável pelos cuidados da criança:

4 O agricultor assentado define menino de cozinha como aquela criança do sexo masculino que fica à disposição da dona da casa para fazer pequenos serviços, como, por exemplo, ordenhar as vacas e vender o leite na cidade, fazer compras nas bodegas vizinhas e levar recados sempre que necessário, conforme fazia.



Quando fui ficando rapaz, comecei a sentir vontade de ir morar com minha família, decidi que ia para casa ver o povo como estava e terminei não voltando mais para a Fazenda, porque a Dona Maria, esposa do fazendeiro, tinha morrido. Fiquei na Lagoa Cercada dos dezessete aos vinte anos, botava roça para meu pai, dava dias se serviço em outras roças, para comprar uma roupinha pra ir às festas. Depois desses três anos, resolvi ir para Brasília, aceitei o convite do meu sobrinho que já morava lá. Peguei minhas coisas e me mandei para Brasília. Mas essa viagem durou pouco, fiquei apenas um ano. Lá, em Brasília, trabalhei na construção civil, quer saber? Serviço pesado igual o da roça! Resolvi que era melhor cuidar da roça do meu pai que viver na cidade grande; Tudo que ganhava só dava para pagar aluguel e comer! Quando voltei, caí para dentro da roça e resolvi me casar, fazer minha família, e depois disso nunca mais saí no mundo procurando trabalho (L. de Souza).

Foram essas as experiências de migração que possibilitaram a L. de Souza decidir por não sair da roça. Quando ele diz “cair para dentro da roça”, fez-me recordar de Viegas (1998), ao usar a expressão “viver na roça é viver aqui dentro”. O sentido de viver na roça implica a circunscrição de sentimentos de identificação com um determinado espaço de sociabilidade. Significa estar totalmente voltado para o universo das coisas que dão sentido ao seu modo de vida, a sua campesinidade (WOORTMANN, 1990).

Nesse processo de transcrição das experiências das cinco famílias sobre suas trajetórias, o ponto de vista dos camponeses tornou-se para mim um recurso metodológico indispensável para a reconstrução de sua trajetória. Na visão de Bourdieu (1992), para se compreender o ponto de vista de um indivíduo, é preciso compreender as escolhas feitas por este no universo das escolhas que a ele se apresentam, ou seja, no chamado espaço dos possíveis. Desse modo, “as práticas dos indivíduos estariam sempre engendradas em condições objetivas, e seria possível perceber, através das escolhas dos indivíduos, sua posição social e vice-versa” (BOURDIEU, 1992, p. 191).

A decisão de não sair do seu lugar de origem não implica dizer que a família Souza elevou o seu padrão de vida a ponto de não mais sentir necessidade de migrar para outros espaços para garantir a reprodução social do grupo. O que compreendi, no período de convivência com essa família, foi que a migração, mesmo que temporária, não mais estava trazendo resultados financeiros que justificassem o abandono de seus modos de vida, família e vizinhos, para viver nas grandes cidades.



No entanto, a promessa de não mais migrar foi rompida quando a mudança para o assentamento Santa Clara aparece como possibilidade de melhorias na qualidade de vida de seus filhos, e a conquista dos lotes de terras, ao término do contrato de parceria, para dividir entre os filhos que ainda moram em São Paulo. A filha mais velha do casal também veio para o assentamento na condição de parceira rural; mora com os dois filhos em uma casa na mesma célula dos pais, tios e primos.

O casal Souza faz planos para voltar à sua comunidade de origem após o recebimento do título de propriedade das terras do assentamento no mês de março de 2014. Eles avaliam que, com a aposentadoria do casal, é possível que possam ter uma vida mais tranquila financeiramente, e, para se dedicarem a atividades mais leves, como a criação de pequenos animais na sua comunidade de origem. Ao saírem do assentamento ao término do contrato de parceria rural, pretendem dividir os lotes para os filhos que, na concepção do casal, “deixar essas terras para eles [filhos/as] foi um dos motivos que os trouxeram para o assentamento”.

### **2.1.2 Família Silva: uma migrante marcada pela dolorosa condição de ser mãe solteira...**

E. da Silva, 49 anos, mãe de três filhos e avó de três netos/as. Nasceu na comunidade Lagoa Cercada, no município de Elizeu Martins, é a sexta filha de uma prole de onze. Os três filhos e netos moram na mesma célula; o filho mais velho, quando veio para o assentamento já era casado, os dois outros se casaram depois que chegaram ao assentamento.

E. da Silva estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, foi “professora leiga” por um período de três anos. Após a instituição de concursos públicos, deixou de ser professora e passou a trabalhar na mesma escola como zeladora. Como era professora leiga, não pôde fazer o concurso, que exigia do candidato escolaridade mínima de ensino médio, que não possuía. A camponesa assentada divide sua vida em dois momentos: aqueles em que se viu pressionada pelas dificuldades, a passar uma temporada na cidade de São Paulo e outra em Brasília, Distrito Federal, e o difícil retorno à comunidade de origem, sem condição de viver apenas do trabalho da roça.

Para ajudar a família, essa camponesa começou a trabalhar na roça aos nove anos de idade, ajudando a mãe na cata do feijão e nos serviços mais leves,



como fechar com o pé as covas de milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*). Geralmente esse trabalho era realizado pelas crianças. Assim, procurou criar os filhos. Os meninos ajudavam na roça no horário contrário à escola, e a menina nos afazeres domésticos antes de ir para a escola. Na família Silva, a educação das mulheres sempre foi incentivada.

Quando a camponesa “perdeu o emprego” na escola, resolveu tentar a sorte em Brasília, no ano de 1983. À época, tinha apenas um filho. A viagem para Brasília foi intermediada por uma prima que já trabalhava como empregada doméstica em um condomínio residencial e, ao saber que uma vizinha da sua patroa estava precisando de empregada doméstica, enviou dinheiro para a compra da passagem; essa foi a primeira vez que a camponesa E. da Silva saiu da roça deixando o filho aos cuidados da avó materna.

A chegada em Brasília não foi fácil, sabe, aquele mundaréu de casas, carros, barulhos, me deixavam variada! Estranhei tudo! Nunca tinha saído da roça. A cidade que eu conhecia era o Canto [do Buriti]. Essa labuta em casa dos outros durou dezoito meses e sempre enviando uma parte do meu salário para minha mãe para comprar as coisinhas que meu filho estava precisando. Mas acordei um dia de muita chuva e pensei olhando aquele céu cinzento, vi uns passarinhos voando em bando e nessa hora o coração velho não aguentou mais não! Lembrei da minha vida na roça, uma saudade danada do meu filho. Cheguei pra minha prima e disse: “minha irmã, vou embora”. Disse isso como numa sexta-feira; quando foi no domingo eu já estava na rodoviária pegando o ônibus de volta para casa (E. da Silva).

Ao retornar, seu pai separou um lote de meio hectare para ela fazer o próprio roçado. Essa retomada das atividades cotidianas ocorreu de forma lenta. A camponesa recorda que “passou uns dias para me acostumar com tudo de novo”. Os seus dias eram divididos entre o trabalho na roça e outras atividades não agrícolas, como lavar e passar roupas para famílias da cidade, comercializar roupas e produtos de beleza em domicílio — atividade que continua realizando.

No final de 1993, E. Silva viaja para São Paulo para trabalhar como empregada doméstica, dessa vez levada pela irmã, que já morava em São Paulo há mais de dez anos. Nesse período, já tinha os três filhos e, ao viajar, levou a caçula, que estava com quatro anos de idade. Nesse contexto de idas e vindas da camponesa, a migração, conforme Fonseca (2000), tinha como objetivo principal a ajuda financeira à família de origem, seguida da necessidade de



autossustentação e melhoria de vida, esperada através de novas formas de trabalho. Ao narrar detalhes dessa segunda viagem, ela disse que essa mudança durou menos tempo que a viagem feita para Brasília há dez anos. Ela atribuiu o pouco tempo de permanência em São Paulo às mudanças econômicas pelas quais o país passava; a conversão do Cruzeiro-Real para URV.<sup>5</sup>

Vixe, nessa viagem pensei, agora o negócio tá bom! [pausa para risos]. Eu ganhei muito dinheiro nesses sete meses. Sabe era o tempo do URV, a senhora se lembra? Mas as coisas eram muito caras e terminava não dando para juntar dinheiro. Eu fui para ganhar dinheiro para ajeitar minha casa que ficava dentro do lote do meu roçado, mas vi que não ia dar para sobrar nada, resolvi pegar minha menina, botar a mala na cabeça e voltar para roça de novo (E. da Silva).

Esta foi à última migração de E. da Silva até sua decisão de ficar “entre os seus”, como ela costumava frisar nas suas falas; só sairia dali para algum lugar em que ela se sentisse segura para criar seus filhos; Mais de dez anos vivendo do trabalho da roça, como lavadeira de roupas e da comercialização em domicílio. No entanto, no final de 2003, justamente quando fazia dez anos da sua última migração, a camponesa toma a decisão de viver no Assentamento da Fazenda Santa Clara:

Chegou ao meu conhecimento a notícia da construção da Santa Clara e sabe que pensei: “vou aventurar mais essa saída da minha terra!” Corri atrás para me cadastrar, fiz tudo que eles pediam [reuniões das quais participou, exames médicos], assim ganhei a vaga, e hoje estou aqui, minha vida na santa Clara é outra coisa, muito melhor (E. Silva).

A camponesa atribui parte das dificuldades enfrentadas durante sua vida à condição de mãe solteira de três filhos, todos eles de pais diferentes. Este fato marca trechos importantes da sua fala, intercalando as dificuldades financeiras para manter os filhos; a necessidade de migrações temporárias para Brasília-DF e São Paulo-SP, como estratégia de acumulação de reservas (dinheiro), para sustentar os filhos nos períodos em que não estava na roça. Refletir sobre o passado não foi uma das tarefas mais fáceis para essa mulher. As recordações reavivaram sentimentos de dor que, por alguns momentos, fizeram-na chorar. Situação essa contornada pelo fato de eu estar hospedada em sua casa,

5 URV uma unidade real de valor – transição entre duas moedas de curso legal, o velho cruzeiro e o real, no ano de 1994.



o que me permitiu interromper nosso diálogo, trazendo assuntos costumeiros do presente, para em outra oportunidade continuarmos a reconstrução de sua trajetória. Esses diálogos ocorriam sempre na cozinha, enquanto eram preparadas as principais refeições do dia. Medidas como esta deixavam os entrevistados livres para acionar memórias que fossem significativas para eles. Essa estratégia demandou mais tempo do que o previsto inicialmente pela pesquisadora.

No que se refere a reconstruir a trajetória da camponesa E. da Silva, quando se discutem as práticas do grupo doméstico, em relação à valorização do casamento, é importante lembrar que esse sistema pode sofrer atualizações, de acordo com a posição e a trajetória do agente nos diferentes campos. Esse *habitus é compreendido* como um sistema de esquemas de pensamentos interiorizados e socialmente constituídos, capazes de originar todos os pensamentos, percepções e as ações características de uma cultura (BOURDIEU, 1996). No primeiro momento, interpretei aquele choro como expressão de sentimento relativo aos períodos de migração para sustentar os filhos, mas nos dias subsequentes, com a convivência diária em sua casa, compreendi que ele traduzia a situação de ser mãe solteira e o peso da responsabilidade de ser pai e mãe ao mesmo tempo, a única responsável pela manutenção das despesas familiares.

A camponesa nunca se casou com nenhum dos pais de seus filhos. Apenas o pai do segundo filho chegou a visitá-lo por algumas vezes quando criança, mas sem prestar nenhum apoio financeiro. Para criar os três filhos, precisou administrar melhor o tempo para cuidar da casa, dos filhos, da roça, e ainda trabalhar em outras atividades como vendedora ambulante, doméstica, professora e zeladora.

Ser mãe solteira, de três filhos de pais diferentes, sem ter convivido com nenhum deles? Não foi fácil, não! Trabalhei como empregada doméstica, lavei roupa pra fora, fui professora, zeladora de escola, vendia de porta em porta, como ainda faço hoje, mas tudo isso, sem deixar um dia sequer de ir na roça, para criar os três filhos sozinha. Quando meus pais souberam que eu estava grávida do primeiro filho, foi um escândalo! Meus irmãos quiseram me colocar para fora de casa, mas minha mãe não deixou, e meu pai, sempre dava o silêncio como resposta para tudo que estava acontecendo. Ora, se ainda hoje nos tempos mais evoluídos, aqui na Santa Clara, tem pai que ainda joga as filhas na rua quando descobre que elas estão grávidas! A senhora imagina na minha época? Sofri muita discriminação. Uma vez, fui pro casamento da filha de uma senhora respeitada, e ao chegar aceitei um convite pra dançar. Mas, numa ligeireza, a dona da casa me



chamou no canto da casa e disse que não aceitava mãe solteira dançando na sua festa. Saí como cão sem dono que entra nas casas e são chutados para sair [pausa para choro] (E. Silva).

Essa história de vida fala de como cada sociedade organiza os seus sistemas de valores de gênero e como tais sistemas implicam ou não em estruturas de desigualdade (BONETTI, 2007). A família de E. da Silva sempre cobrou que ela fosse casada, e essa cobrança, de certa forma, a afastou do convívio com os demais membros da família. Ela era acusada de não ter valorizado a tradição de casamento no religioso conforme praticado entre as irmãs mais velhas. Os casamentos eram, como ela disse, “ajeitados” entre as famílias, mas com ela não tinha dado certo, porque engravidou de alguém de fora da comunidade sem que a família conhecesse o rapaz. Conforme Bourdieu (1992), o casamento nas sociedades antigas era, sobretudo, assunto de família, ao passo que hoje, a busca do parceiro é, como se sabe, reservada à iniciativa do indivíduo. Esse rompimento com as regras de casamento viabilizado pela família representou o trincamento da estrutura organizacional dos matrimônios no grupo doméstico de E. da Silva.

Por ser a primeira filha a não casar e ter filhos como mãe solteira; sou culpada até hoje pelas outras mulheres da família que engravidaram; me culpam por todo dismantelo das outras não terem se casado virgens, ou das que amigaram. Eu nunca imaginei que ia ser tão difícil escolher meu caminho. Hoje voltaria atrás e casaria do jeito que meus pais sonhavam (E. Silva).

Esses acontecimentos na vida de E. Silva despertaram o desejo de um dia casar-se, como diz, de “papel passado”, porque sentia “vergonha de além da mancha que carregou a vida inteira por ser mãe solteira, agora levar outra, de ser amigada”. Ao encontrar o atual companheiro, após conviverem seis anos, oficializaram a relação em casamento coletivo, promovido no mês de abril do ano 2000. O casal não possui filhos biológicos. Quando se conheceram, os filhos e filha de E. da Silva já estavam entrando na adolescência, o que, na opinião da camponesa, dificultou a construção dos laços de pai e filhos entre eles. Os desentendimentos entre o padrasto e os enteados são frequentes. O fato de não ter dado um/a filho/a biológico/a ao companheiro é relatado com tristeza e frustração. O hábito do consumo de bebida alcoólica, adquirido pelo marido ao longo da convivência, é avaliado pela camponesa como uma fuga pela “decepção” de estar envelhecendo e não ter sido “pai de sangue”.



Eu sei que meu marido, V. da Silva, tem um desgosto danado por não ser pai de sangue. Se eu tivesse dado um filho para ele, acho que ele não bebia tanto. Tem dia que ele bebe muito, e eu penso que seja porque ele está envelhecendo e não tem nenhum filho para deixar quando se for. Ele cuidou da minha filha mais nova como filha, mas não é a mesma coisa, não tem o sangue dele, é como se não fosse parente, entende?! Hoje em dia eles não se dão porque falta o entendimento do sangue, a paciência que só o sangue dá, né? (E. da Silva).

De acordo com Woortmann (1995), os laços criados pela afinidade são conceitualizados entre camponeses como sendo mais fracos que os de consanguinidade, e fortemente carregados de ambiguidade. O sangue, porém, destaca-se como o símbolo-princípio central da ideologia de parentesco. Para a camponesa, os laços de parentescos constituídos a partir de casamentos ou apadrinhamentos não são fortes como os de parentes de sangue. Para E. da Silva, o sangue tem significado central nas relações de parentesco.

### **2.1.3 Família Costa: uma cidade com a cara de roça, com direito a terra, uma promessa!**

O camponês P. da Costa tem 52 anos e é casado com F. da Costa há 31 anos, com quem possui sete filhos/as biológicos e dois adotivos. Todos os membros dessa família nasceram na comunidade Gavião, no município de Canto do Buriti. Dos nove filhos, três já são casados. Os dois mais velhos ficaram tomando conta da propriedade da família no seu lugar de origem; antes de ir para o assentamento, o camponês P da Costa separou dois lotes da sua roça para os dois que constituíram famílias. A filha casou-se no assentamento da Fazenda Santa Clara e mora em uma casa na mesma célula em que moram seus familiares. Nessa célula, 70% das famílias possuem a mesma origem geográfica, de modo que, para aqueles filhos que vão constituindo famílias, os pais buscam negociar moradias na mesma célula. Essa tem sido prática comum entre as famílias, não apenas desta célula, esse fato é recorrente nas demais. Observei que, na dificuldade de encontrar casas disponíveis para negociação, as famílias aumentam as que estão morando ou constroem uma segunda no lote da família.

A relação desse camponês com as terras do assentamento já tem muitos anos, desde quando a, então criança, com oito anos de idade, P. da Costa, começou a trabalhar na antiga Fazenda Caju Norte, à época, de propriedade do Fazendeiro Manoel Chaves. Sua função na Fazenda era juntar as raízes que



ficavam no solo após arado. Esse era um trabalho comum entre os meninos, filhos dos trabalhadores contratados pelos fazendeiros da região. Geralmente, esses meninos quando rapazes continuavam trabalhando nessas fazendas. No caso do camponês P. da Costa, esse trabalho durou até seus dezoito anos de idade, quando decidiu que iria embora.

Em 1977, depois de completados 18 anos, foi para Brasília-DF. Trabalhou durante um ano como porteiro de um condomínio residencial e, quando foi demitido, ficou dois meses sem trabalhar e com dificuldades para alimentar-se e pagar o aluguel de um quarto que dividia com um primo. Ao tomar conhecimento de suas dificuldades, um conterrâneo o convidou para trabalhar com ele em uma fazenda no município de Formosa, Estado do Goiás. Nessa fazenda, trabalhou no corte de cana por um período de seis meses. Mas as condições precárias do trabalho e pagamentos atrasados fizeram-no retornar para Brasília, onde passou a trabalhar como ajudante de pedreiro em uma empresa de construção civil. Sua experiência de mobilidade no mercado de trabalho ocorreu quase sempre de forma precária, na informalidade e com baixa remuneração.

A decisão de retorno ao Piauí ocorreu no ano de 1979, após receber a notícia de que seu pai havia sofrido um derrame e não mais tinha condição de trabalhar na roça, pois perdera todos os movimentos, ficando como o camponês denomina, prostrado. Como filho mais velho, fazia-se necessário assumir a responsabilidade com a roça, os sete irmãos e cinco irmãs mais novos. O pai faleceu no ano de 1997, com 96 anos de idade e, segundo o camponês, com o orgulho “de nunca ter saído da roça. Nasceu e morreu no mesmo lugar”.

No período de 1998 até janeiro de 2004, o camponês trabalhou no plantio e colheita de caju, como assalariado, para a empresa Ceará Máquinas Agrícola - CEMAG, processadora de castanha de caju, instalada no município de Canto do Buriti. O trabalho realizado era colher os cajus e separá-los das castanhas; sempre que se fazia necessário, ajudava no plantio de caju.

Em abril de 2004, ao tomar conhecimento da seleção das famílias para serem parceiras da Empresa Brasil Ecodiesel na Fazenda Santa Clara, o camponês decidiu participar das reuniões de apresentação do projeto. Ele relata que se sentiu atraído pela possibilidade de conquista das terras, após os dez anos de vigência do projeto; com isso, resolveria sua preocupação, que era a de ter terra para os/as filhos/as após constituírem suas famílias, como também o adiantamento de safra que, em sua opinião, é um dinheiro “certo” que entra no



orçamento da casa, e pelos benefícios, como energia, escola e água, que na sua comunidade de origem não existiam.

Quando a gente ficou sabendo que ia ter água, energia, salário, escola, posto de saúde, pensei com a mulher: “é uma cidade com cara de roça, e no final de tudo ainda com direito a terra”. Não pensei muito não e disse: “mulher, nós vamos com o povo daqui”. Acho que eram umas dezoito famílias, os mais próximos da nossa comunidade, a gente se picou de lá pra cá. Uns foram embora, não deu certo, hoje temos onze famílias aqui, da mesma localidade. Meus meninos, hoje, já estão é tirando a formatura [nível médio], mas penso em voltar pra minha roça. Tudo que faço aqui é pensando lá na minha roça. Lá tenho meus bichos. Vou por lá todo final de semana. A mulher se acostumou com a luz, disse que só volta quando lá tiver energia. Os filhos solteiros, acho que não vão, estão construindo a vidinha deles por aqui. Essa terra aqui vai ser deles mesmo. A nossa, lá, não tem mais como dividir, já está pouco para mim, a mulher e os dois filhos que já têm família também (P. da Costa).

O camponês assentado afirma que a última vez que vai se mudar, na vida, será no retorno definitivo para a sua propriedade, depois que receber o título dos lotes do assentamento e deixar com os filhos, que, no momento, ainda estão solteiros. O desejo de retorno é presente nos casais mais idosos, assim como o de permanência nos filhos que estão constituindo famílias e novas redes de sociabilidade no assentamento. Essa é uma das estratégias adotadas pela família Costa para garantir a sua reprodução, sendo a migração um processo que permite esse movimento de idas e vindas no sentido de conquista da terra do assentamento como direito legítimo dos filhos.

### **2.1.4 Família Macedo: de camponeses ocupantes a camponeses assentados: a luta pela terra “[...] coisa que gente da cidade não faz”**

M. Macedo nasceu em Canto do Buriti, no ano de 1950, migrou internamente por quatro vezes dentro do estado do Piauí, e duas vezes para São Paulo; ao retornar para o Piauí em 1992, integrou-se ao Movimento dos Sem-Terra – um dos principais organizadores da ocupação das terras da Fazenda Caju Norte, no ano de 1995.

Seus pais, ainda crianças, moravam em Picos, em uma comunidade chamada Lagoa do Jambo, de onde na seca de 1939, todas as famílias flageladas



migraram em grupo para os municípios da região. Esse grupo foi se separando durante a caminhada, na busca de lugares para morar, e aquelas famílias que estavam mais fragilizadas pela fome ficavam nos primeiros lugares que o grupo encontrava, ficando por último as mais jovens que, nesse caso, eram a família de M. de Macedo. As três famílias que chegaram juntas em Buritizinho tinham relação de compadrio, mais tarde unidas pelo casamento dos filhos, no caso, os pais de M. de Macedo.

No município de Canto do Buriti, na comunidade de Buritizinho, “naquela época, as terras foram desvalorizadas, porque o povo da roça abandonou suas terras e casas por falta de condição de viver da roça”. Essas observações são resultados da memória de luta e sobrevivência da família Macedo, que é preservada com respeito pelos filhos e netos do camponês.

Sempre penso na hora da dificuldade e digo: “meus pais sobreviveram à seca de 1939, porque a gente não sobrevive às mazelas da vida na roça?”. Cresci sabendo que nasci de família de retirantes sobreviventes, por isso que quando comecei a organizar a ocupação com os pais de família que não tinha terra, pra invadir a sede da Fazenda Caju Norte, tinha na cabeça: “O povo da roça é forte, tem poder na mão, sabe fazer coisa que gente da cidade não faz! Por isso a gente tem direito a querer um pedaço de terra [...] pra plantar e morar” (M. de Macedo).

No relato do camponês, observa-se a presença de traços de suas tradições e motivações de ordem cultural - campesina, quando questionado sobre as motivações geradoras da decisão de participar de uma ocupação, oportunidade que sempre foi evidenciada pela vontade de voltar ao campo para alguns camponeses assentados, ou de ter um pedaço de terra para plantar e morar, com destaque para o fim da migração permanente de moradias e pelo mundo do trabalho.

Ao tomar conhecimento de que o filho estava em Canto do Buriti, o bisavô de M. de Macedo, que, à época, morava em Valença, decidiu mudar-se para perto do filho, J. M. Macedo, avô de M. de Macedo. O bisavô paterno do camponês comprou quatro hectares de terras e os dividiu entre os três filhos, todos já casados. Cada família ficou com um hectare para construir a casa e fazer o roçado.

Em 1954, as famílias de compadres casam os filhos, R. J. de Alves e J. S. de Macedo. O casal ficou morando na casa dos pais do noivo até a conclusão da casa, que ocorreu três meses depois. Nessa união não planejada e muito menos



arranjada, R. de Alves casou-se grávida de três meses, dando à luz o primeiro filho em 1954, o camponês M. de Macedo. Seus pais sempre trabalharam na roça e vieram morar na cidade depois da aposentadoria do casal. Quando o pai do camponês M. de Macedo faleceu, aos 74 anos, sua mãe, R. de Macedo, vendeu a terra em Buritizinho para comprar uma casa na sede do município de Canto do Buriti, onde vive atualmente aos 75 anos de idade. M. de Macedo tinha apenas um irmão, que morreu aos 21 anos.

M. de Macedo iniciou seus estudos aos nove anos de idade, morando na sede do município de Canto do Buriti aos cuidados da avó paterna. Nesse período, cursou até o ginásio (oitava série do curso fundamental) na Escola Marcos Parente, no município de Canto do Buriti, interrompendo os estudos para trabalhar em São Paulo, no ano de 1978, após receber o convite de um amigo que já morava lá e sempre vinha visitar os parentes nas férias. O convite foi aceito e permaneceu em São Paulo por um período de nove anos, trabalhando em uma fábrica de montagem de carros no ABC Paulista.

Casou-se pela primeira vez em 1979, quando estava morando em São Paulo. Tal fato aconteceu quando veio de férias e conheceu uma moça em Canto do Buriti. O casamento durou um ano e meio, tiveram um filho que ficou com a família de M. de Macedo. O filho mais velho do camponês tem 31 anos, é casado e tem duas filhas — trabalha na produção e comercialização de hortaliças no município de Elizeu Martins<sup>6</sup>.

A vida de migração do camponês dificultava a convivência em família, porque sempre que viajava para trabalhar, não levava a família consigo; esse foi o principal motivo do fracasso do primeiro casamento. Em 1982, em um de seus retornos para sua terra de origem, foi visitar uns parentes em Valença do Piauí<sup>7</sup> e conheceu a atual esposa, A. M. de Macedo, casando-se em março do mesmo ano. Em junho, retorna para São Paulo e a esposa fica em Valença com os familiares. Após o casamento, a camponesa continuou trabalhando na colheita de acerola em uma fazenda denominada Açude. Desde que se casaram, o tempo máximo que essa família conviveu numa mesma casa foi de aproximadamente três meses.

Em 1988 foi demitido da fábrica onde trabalhava, em São Paulo, e retornou para o Piauí, permanecendo com a família por três meses, período em que

6 Cidade da região Sudoeste Piauiense, microrregião de Bertolínia. Obteve emancipação política em 30/06/1957, está a 500 Km distante de Teresina e, em 2007, o IBGE estima a sua população em 4.723 habitantes.

7 Valença do Piauí é um município brasileiro do estado do Piauí. Localiza-se na microrregião de igual nome, situa-se no Centro-Norte do estado do Piauí, a cerca de 210 km ao sul da capital, com acesso principal através da BR-316 Sua população estimada em 2004 era de 20.863 habitantes.



ficou assegurado pela Previdência Social. Passados esses três meses, retorna para São Paulo, desta vez para trabalhar em uma fábrica de tecelagem, onde permanece por dois anos. No início do ano de 1991, ao retornar para o Piauí, foi convidado por um vizinho para trabalhar em uma fábrica de cerâmica no estado do Maranhão, mas a fábrica precisava conter despesas e demitiu os funcionários com menos de três anos de carteira assinada. Ao chegar ao Piauí para visitar a mulher e os filhos, já comunica a decisão tomada durante o retorno de que, na semana seguinte, iria trabalhar como vigilante de um condomínio residencial em Brasília, no lugar de um amigo que estava se aposentando.

Cheguei em casa e já avisei que estava de passagem: “vou trabalhar em Brasília”. Mas sabe que foi nessa viagem que me desencantei com cidade grande? Fui atacado por um monte de bandido no meu trabalho de vigilante, passei só oito meses e vim embora. Eu já estava cansado dessa vida de andar sem destino, à procura de trabalho para sobreviver. Sempre fui desenrolado, mas estava ficando cansado. Foi aí que resolvi ficar de vez no Piauí (Camponês M. de Macedo).

Essa decisão de permanecer no Piauí ocorreu em 1994. Nesse período, sua esposa e filhas permanecem em Valença e o camponês, em Canto do Buriti, na casa de sua mãe, até se organizar para trazer a família. Começa a trabalhar como “atravessador” para um comerciante da região de São Raimundo Nonato, ou seja, como “aquela pessoa que sai pelas roças comprando a produção a preços abaixo do mercado”.

No final de 1994, M. de Macedo começa a “plantar sua primeira roça”. Embora sendo filho de camponeses, sempre morou com a avó materna em áreas urbanas, para estudar e, por esse motivo, sua ajuda na roça se dava apenas nas colheitas ou no período das férias escolares. E, ao procurar ajuda no então Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canto do Buriti para filiação, encontra-se com duas lideranças do MST que estavam organizando trabalhadores/as para participarem de uma marcha para Brasília. O camponês foi despertado para as questões do movimento, após sua participação nesta marcha. Ao retornar, dedicou-se à causa dos trabalhadores Sem-Terra da região, o que resultou na organização da ocupação das terras da sede da Fazenda Caju Norte.

Quando entrei pro MST depois que cheguei de Brasília, fui fazer curso em Salvador, na Bahia e em Recife, no Pernambuco, sobre como organizar as famílias para uma ocupação. Esses cursos também ensinam a cuidar da roça e do meio ambiente. Aí,



fui, gostei e, quando voltei, sabia que tinha uma luta grande pela frente: ocupar as terras da Fazenda Caju Norte e ficar nela. Foram tempos difíceis para nós (Camponês M. de Macedo).

Após um ano de ocupação, os camponeses ocupantes fundaram a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Caju Norte, na qual M. de Macedo foi o primeiro presidente eleito por unanimidade, sendo reconduzido ao cargo por mais dois anos. O camponês avalia sua atuação como presidente da associação da seguinte maneira.

Depois que assumi a associação, me botei a trabalhar pelo nosso povo, vivia nos gabinetes de políticos em Teresina pedindo que olhassem para nossa situação da Caju Norte. [...] Ficamos sozinhos [...] O pessoal do MST foi embora, só ajudou a gente a ocupar a sede da Fazenda. A gente vivia como bicho, sem água, não tinha como fazer nada além disso. O tempo dos pais de família era todo na procura por água [...] Nessa época, o Governador Mão Santa [Francisco Moraes Souza], deu para gente o conserto da bomba, aí, aliviou a dificuldade da falta de água por uns três anos. Depois, queimou de novo! Aí, começa a luta de novo. Organizei com meus companheiros de luta uma marcha para invadir o INCRA em Teresina [...] foram três dias de viagem, se acampando nas estradas. Tudo isso para o INCRA reconhecer a nossa luta e transformar em assentamento do Caju Norte (M. de Macedo).

No relato acima, observa-se que o movimento, embora tenha desempenhado papel fundamental na organização e direção política e social das famílias, torna-se ausente no acampamento, o que levou os ocupantes a experimentarem uma emergente autonomia pela luta para permanecerem nas terras ocupadas. O camponês M. de Macedo relata que frente à necessidade de dar respostas aos demais ocupantes sobre as condições de moradia, de produção e organização das famílias, voltou a estudar para concluir o Ensino Médio, que, em sua opinião, “abriria novas janelas” para compreender, sobretudo, as relações de interesse entre o Estado, o MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canto do Buriti – esse último esteve envolvido no movimento de ocupação das terras da Fazenda Caju Norte.

O envolvimento com a associação o estimulou a voltar a estudar, a concluir o Ensino Médio - Magistério. Essa formação possibilitou-lhe trabalhar como professor na alfabetização de adultos e de crianças do “acampamento” por um período de três anos. No ano de 2004, com a chegada da Empresa Brasil Eco-



diesel nas terras da Fazenda, foi construída uma escola núcleo, que demandou a contratação de professores com formação superior. Dessa forma, os serviços de professor ofertados pelo camponês foram dispensados. Como forma de compensar a perda, a Empresa Brasil Ecodiesel o convidou para trabalhar na topografia das áreas onde seriam construídas as células de produção nas terras da Fazenda. Esse período de três meses de medição das terras e conhecimento das áreas do assentamento despertou no camponês o desejo de sair da área de ocupação da Caju Norte e morar em uma das células construídas pela empresa.

Um dia o presidente da empresa chegou e perguntou: “E aí, professor, tudo bem?” Ele me chamava professor toda vez que me encontrava. Respondi que não. Ele perguntou: “por quê?” Eu disse: “Rapaz, é o seguinte: eu quero me mudar para a célula tal, e não estão deixando, dizendo que já tem gente pra ir prá lá. E eu digo logo: Fui um dos primeiros a chegar aqui nessas terras, ajudei a organizar nosso povo, lutei indo pra Teresina atrás de recursos, e agora os seus funcionários vão me dizer que não posso morar onde eu quiser. Pois vou mostrar que vou. O presidente disse: “Ainda não foi por quê? Tem casa livre?” Respondi: “Tem, sim senhor”. Pois a senhora me acredita, essa conversa foi dez horas da manhã e quando foi depois do almoço eu já tava com a mudança vindo prá cá. Quando ganhei um não, com desdenho do funcionário X da empresa, lembra daquela música não sei se a senhora sabe: que fala da escola que o pai ajudou a construir e a filha não podia estudar e que só podia entrar na igreja<sup>8</sup>. A senhora conhece essa música? Eles que estavam chegando, aqui já tinha vida... sofrida... mas tava aí, se a gente não bater o pé, os pequenos, ah... são engolidos pelos grande! ( M. de Macedo).

A decisão de a família Macedo morar em uma das células da Fazenda Santa Clara causou conflitos e rompimentos entre os camponeses/as ocupantes. A sua saída da Caju Norte representava para o grupo seu enfraquecimento nos processos de reivindicações na luta por melhorias na infraestrutura da área de ocupação e de serem reconhecidos como assentamento rural administrado pelo INCRA. Com a chegada da empresa, sentiram-se inseguros quanto à sua continuidade na área de ocupação. Naquele momento, os camponeses ocupantes recebiam estar “perdendo” um líder de referência na luta do grupo por terra e moradia. A família Macedo justifica a mudança de moradia e de roça e da condição de camponês autônomo para a de camponês parceiro assentado pela busca de “melhorias dentro do próprio assentamento”.

8 Refere-se à canção popular Cidadão, do cantor Zé Ramalho.



Vim pra essa célula porque desde que medi as terras dela fiquei desejando morar aqui [...]. É uma área boa, fica próximo de tudo [...] da roça, da escola, do posto de saúde e da BR-324. E vivo sonhando em construir um restaurante na beira da BR [...] Que fica a quatrocentos metros de distância do nosso quintal (Camponês M. de Macedo).

As famílias de camponeses ocupantes estavam com receio de que a empresa viesse a tirar deles a autonomia na área de produção, pois também foi firmado com esse grupo o contrato de parceria que, no entanto, não interferiu nos cultivos já existentes nem na criação de animais. Para o camponês, a chegada da Empresa Brasil Ecodiesel - com o Projeto da Fazenda Santa Clara - trouxe mudanças positivas para a vida das famílias de camponeses ocupantes e assentados, mas define a produção de mamona como uma cultura em que os camponeses tiveram dificuldades para adaptar-se.

Após a chegada da empresa foram perfurados vinte poços, e quando falta água numa célula a outra já socorre. Tinha gente que passava a noite no povoado do Angico Branco pegando água e não tinha como voltar, isso era um sofrimento danado. Agora não, aqui todo mundo tem escola, posto de saúde. Um dinheirinho pouco que a empresa dá, trabalhando ou não, uma cesta básica pequena que já ajuda. Aqui, todo mundo tem bolsa família, todo mundo tem seu roçado, seus bichos presos. No caso, aqui, todo mundo cria porco, deixaram a galinha de mão, por que ela é atendida demais e dá muito prejuízo e não pode criar solta como o povo criava antes de vir morar aqui. Agora, dizer que gostei de cuidar da mamona não digo não. Só achei ruim trabalhar com mamona. O resto não me dei mal não. Na minha roça mesmo, eu não planto mamona não, só milho, mandioca e feijão. Gostei das safras que não teve que plantar mamona [2008/09]. A mamona [...] é uma planta infarenta<sup>9</sup> demais pra quem não tem costume de plantar (M. de Macedo).

Como no relato acima, é comum a manifestação dos camponeses sobre as dificuldades que tiveram para adaptar-se à produção de mamona. Na verdade, eu diria que eles não se adaptaram. A notícia de suspensão do cultivo de mamona nas safras 2008/09 foi recebida com satisfação pelos camponeses parceiros. Nesse período, a empresa plantou em parceria com os camponeses dois hectares de feijão BR-17 (*vigna unquiculata*) e um hectare de mandioca

9 Infarenta para o camponês é o mesmo que enjoada, uma planta que não traz prazer de realizar os tratamentos culturais e a colheita. A mamona parece ser o símbolo do rompimento com as práticas e saberes tradicionais. É por essa razão que ela aparece sem uso imediato para o camponês, que demanda razoáveis esforços para produzi-la.



(*manihot esculenta crantz*). Essa última para atender à demanda da fábrica de farinha inaugurada em agosto de 2010.

O Sr. M. de Macedo defende uma ideia compartilhada por outros camponeses, de que, após a saída da empresa no ano de 2014, a Fazenda Santa Clara vai virar cidade.

Esse assentamento vai virar cidade depois que a empresa for embora, essa é a minha próxima luta agora com os jovens que estão se preparando para esse futuro. O prefeito e os vereadores vai sair tudo daqui. Essas terras aqui vai valer muito dinheiro. E meu restaurante vai ter muito movimento de ônibus e caminhão que passa nessa BR (M. de Macedo).

Em outubro de 2010, o INCRA realizou o cadastro das famílias que moram na ocupação da sede da antiga Fazenda Caju Norte para dar início ao processo de reconhecimento da área enquanto assentamento a ser administrado pela instituição. Nesse cadastro, a esposa do camponês M. de Macedo entrou como beneficiária de uma casa e um lote de terras medindo dezoito hectares. Os camponeses ocupantes convidaram a família a reintegrar a casa e o lote que haviam deixado ao mudar-se para a célula. A estratégia encontrada para que a família não perdesse nenhum dos lotes foi manter o contrato de parceria com a Empresa Brasil Ecodiesel no nome do camponês, e, dessa forma, a família permaneceria com dois lotes diferentes: um no assentamento da Fazenda Santa Clara e outro no assentamento Caju Norte. Diferentemente das demais famílias de camponeses estudadas, para quem a vinda para o assentamento da Fazenda Santa Clara foi motivada pela oportunidade de deixarem para seus filhos e não dividirem a pouca terra que possuíam em seus lugares de origem, para esta família, o sentido atribuído a essa terra é comercial. Desejam conquistar terras no assentamento pensando na valorização ao longo dos anos, e o poder de barganha na negociação destas terras com empresários da região. As filhas do casal de camponeses também adquiriram casas e lotes após formarem famílias no assentamento.

É recorrente encontrar no assentamento da Fazenda Santa Clara famílias de camponeses parceiros assentados que já tiveram experiências em outros assentamentos rurais ou possuem mais de um cadastro em assentamentos do INCRA na região. A estratégia por eles adotada, para não haver cruzamento de dados pessoais da família beneficiada com terras, é cadastrar apenas um membro da família, como a família Souza, que tem dois cadastros, um no nome



do marido e o outro no da esposa. E há ainda casos de famílias que moraram em assentamentos de reforma agrária, mas não se adaptaram e desistiram de seus lotes, vendendo-o a outros camponeses que estavam interessados. Essas experiências são relatadas como negativas, por considerarem as terras onde foram assentadas de péssima qualidade e infraestrutura (escola, água e saúde). A maior parte das reclamações diz respeito ao “isolamento”, dificuldades enfrentadas para chegar à cidade. A esse respeito, Bergamasco (1997), Neves (1997), Leite e Medeiros (2004), em seus estudos sobre a formação de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (o que não é o caso do assentamento da Fazenda Santa Clara) revelam que, ao invés de uma efetiva reforma agrária, o que tem sido feito nos últimos anos é uma política precária de instalação de assentamentos. Uma das questões levantadas pelos autores é que grande parte dos assentamentos que resultam dessas ações padece de um plano de desenvolvimento e de infraestrutura necessária para a garantia da viabilidade produtiva e a superação das carências estruturais dos pequenos produtores rurais, como crédito, moradia, educação, saúde, entre outros.

### 2.1.5 Família Moura: “a terra está prometida, vamos ganhar!”

A camponesa T. S Moura, de 54 anos, nasceu no município de Jerumenha<sup>10</sup>. Filha de camponeses, perdeu o pai aos sete anos de idade e a mãe aos doze. Como a situação de moradia da família era de meeiros, ao perder os pais tiveram de entregar a casa na Fazenda para outro morador. Após a “visita de cova<sup>11</sup>” de sua mãe, segundo a camponesa, um tio materno levou-a juntamente com as duas irmãs para morarem com sua família no município de Manoel Emídio<sup>12</sup>.

A camponesa T. S. de Moura, a filha mais velha, à época, tinha doze anos de idade, e sentia-se na responsabilidade de assumir a “criação das irmãs mais novas”. Era preciso trabalhar muito, frisa a camponesa, para “colocar comida na boca de tanta gente”. Trabalhava durante o dia na roça, e, à noite, uma amiga de sua tia conseguiu-lhe uma vaga para lecionar na alfabetização de adultos no MOBREAL. Apesar de também saber apenas soletrar palavras pequenas, assumiu o compromisso, porque precisava ajudar a criar os irmãos. O ofício de

10 Jerumenha é um município do Estado do Piauí, que se localiza na Zona do Alto Parnaíba.

11 Referência ao sétimo dia, quando a família retorna ao cemitério para visitar o túmulo e rezar pela alma do/a morto/a.

12 Cidade da região Sudoeste Piauiense, microrregião de Bertolínia. Obteve autonomia política em 1963, está a 227m de altitude e, em 2007, o IBGE estima a sua população em 5.300 habitantes.



professora leiga durou três anos, período em que ajudou a comprar roupas e material escolar para os irmãos menores.

O ofício de professora foi interrompido após o casamento, em 1975, porque o marido não aceitou que a mulher trabalhasse à noite, alegando que o percurso era escuro e que não aceitava a esposa deslocar-se todas as noites. O deslocamento de sua casa até a sala de aula era de seis quilômetros (uma légua). Acrescente-se que nesse período não havia iluminação. A camponesa morava em uma comunidade chamada Coqueiro e ministrava as aulas em outra comunidade, chamada Queimada. Esse período é enfatizado como tumultuado, em razão de certos atos grosseiros do marido contra a mulher por sentir ciúmes dos alunos. Com receio de que as agressões se tornassem frequentes, a camponesa desistiu de dar aulas.

Assim que me casei eu era aquele tipo de mulher que vivia debaixo do pé do marido. Aquele tipo de mulher besta, que tudo que ele falava eu tinha que obedecer. Desisti de dar aula com medo dele. Hoje me arrependo. Mas quer saber? Deixa eu te falar a verdade. Quando eu comecei a ver que ele não era homem de trabalho e estava acostumado a viver sem trabalhar. Antes de me casar a luta já era grande para cuidar dos meus irmãos, essa luta ficou maior e mais sofrida pra levar nas costas a criação de cinco filhos. Hoje estão, aí, todos homens e mulheres de valor. Mas sei o que sofri nessa vida com um homem que ficava em casa só tomando cachaça e eu lá na roça dos outros dando dia de serviço pra levar comida pra casa. Quando eu chegava, ainda tinha que cozinhar comida pra ele. O desgosto foi crescendo e perdi o respeito por ele, e comecei a fazer o que eu queria do meu jeito. Me separar eu não ia porque a gente tem que carregar a cruz e eu não queria ser uma mulher separada (T. S de Moura).

O trabalho para a camponesa tinha um significado carregado de continuidade do compromisso dos pais. Não trabalhar para sustentar os irmãos era como se estivesse rompendo com a obrigação herdada dos pais. Nesse sentido, ficou claro que o compromisso do tio com os sobrinhos era “zelar pela moral das mulheres, que logo ficariam moças”, e as despesas com roupas e materiais escolares eram de responsabilidade da irmã mais velha, no caso, T. S. Moura.

Ao casar-se, a camponesa esperava que sua vida fosse menos sacrificada, que iria construir uma família com uma casa que pudesse chamar de sua e uma roça para trabalhar para o sustento da própria família. Era esse o seu desejo. Desde criança estava acostumada a trabalhar com os pais como meeiros e a



migrar para outras fazendas, quando os proprietários precisavam da área que as famílias de camponeses cultivavam.

Quando eu era pequena assim com sete a oito anos. Me lembro do meu pai estar com uma roça toda bonita, cheia de milho embonecando e o feijão canivetando. Daí, chegou o filho do dono, pediu a roça prá botar uns bicho e meu pai teve que entregar, porque a gente morava na casa dos donos, perto assim da roça. Tinha que baixar cabeça ou era mandado embora com as trouxas na cabeça. Eu sempre pedia a Deus para um dia ter a terra que meus pais morreram sem ter. Por essa humilhação eu não queria passar. Mas a vida não é como a gente deseja. Vivi essa situação, até como diarista nas roças alheias, de meeira, de tudo enquanto a senhora imaginar para poder plantar eu fui, só sai dessa vida de humilhação em 2004, quando ganhei esse pedaço de terra. Que está no meu nome, só eu posso desfazer dela (T. S. Moura).

Ao dar ênfase à frase “está em meu nome e só eu posso me desfazer dela”, a camponesa está chamando a atenção para o fato de o marido ter vendido sem sua autorização trinta hectares de terras que ganharam do INCRA no ano de 1979. Esse título de terra estava em nome do esposo, que negociou essas terras num momento de embriaguez e sem o seu consentimento, sendo comunicada posteriormente pelo comprador que bateu à sua porta querendo saber quando a família desocuparia a roça com a casa.

Desapontada com a venda da roça, a camponesa diz que “caiu pra dentro da roça e dava diárias como homens”. Certo dia estava em casa, reclamando de trabalhar tanto por tão pouco e não ter direito a plantar para si nem um pé de feijão, quando uma amiga que passava férias na comunidade Coqueiro disse que ela poderia ganhar mais dinheiro como empregada doméstica do que dando diária nas roças dos outros.

Esse bate-papo entre amigas ficou, segundo a camponesa, “martelando na cabeça”; ela confessa que essa tenha sido talvez a decisão mais difícil que tomou na vida. Na verdade, a vida da camponesa sempre foi marcada por decisões que considera difíceis. A primeira decisão que a assustou e trouxe-lhe insegurança foi “sair da roça pela primeira vez para Brasília, em janeiro de 1995”. Essa viagem durou dois anos, nos quais dedicou-se a dois empregos: um, durante o dia, como doméstica, para uma família de um casal com três filhos, amigos da “patroa” da amiga que a convidou para essa viagem; e o outro trabalho, conseguiu por indicação do porteiro, que tomou conhecimento de que um casal de idosos precisava de acompanhante para dormir. Parte do di-



nheiro que ganhava, enviava para uma vizinha fazer a compra da alimentação dos filhos e algum medicamento que eles precisassem. O marido ficou cuidando dos filhos, mas devido aos problemas que enfrenta com alcoolismo, era preferível que o dinheiro ficasse aos cuidados de uma amiga de sua confiança.

Após um ano e sete meses trabalhando em Brasília, consegue juntar dinheiro suficiente para alugar uma casa pequena em Guararoba (área do Distrito Federal considerada por ela de grande concentração de piauienses que se ajudavam nos momentos de dificuldades), e envia as passagens para o marido e os cinco filhos irem morar em Brasília. A camponesa sentia-se sozinha, e não sabia quando voltaria para seu lugar de origem.

Em 1998, a família se encontra toda morando em Brasília e dependendo apenas do salário da matriarca: despesa com aluguel, material escolar, alimentação e manutenção de sete pessoas na “cidade grande”. Na opinião da camponesa, a mudança da família para Brasília não tinha facilitado em nada seu convívio familiar, porque à noite não dormia em casa e nem sempre podia ir visitá-los nos finais de semana. Essa situação limite de desgaste físico e emocional levou-a à conclusão de que os custos, agora, eram bem maiores, para mantê-los com o salário que ganhava; além de não estar dando certo, também não estava compensando com a convivência. “A saudade continuava grande, a vontade de ver meus filhos crescer”. A partir dessa conclusão, que ainda relata com emoção, toma a decisão mais sofrida da sua vida - separar-se pela segunda vez dos filhos.

No finalzinho de 2001, depois que meus filhos fecharam o ano na escola, fui arrumar as roupas de todos eles com uma dor no coração! Mas tive que mandar de volta para o Coqueiro [comunidade rural de Manoel Emídio]. Sempre fui pai e mãe deles, o meu marido nunca foi chegado no trabalho, a bebida sempre foi a desgraça da nossa família. Até ele, mandei embora com meus filhos, porque era muita despesa. Eu disse: “vai homem, cuidar dos meninos, quando eu ganhar mais um dinheirinho pra comprar um pedaço de terra eu volto!” Aí, vamos ter nossa vida de volta! (T. S. de Moura).

Quando T. S. Moura diz: “vamos ter nossa vida de volta”, ela está se referindo ao trabalho na roça, na comunidade de origem, com todos os filhos e amigos por perto. A vida em Brasília, como empregada doméstica, representava para a camponesa uma atividade transitória, para realizar o sonho de comprar um pedaço de terra; por isso não era essa vida sentida como sua; a vida que a camponesa reconhece como sua é aquela vivida na roça.



A gente sai do lugar da gente pra trabalhar com coisa que a gente nunca trabalhou, mas até tive sorte achei uma patroa muito boa, me ensinou tudo, eu não sabia cozinhar comida pra gente da cidade, eu sabia fazer o feijão de gente da roça, mas fui aprendendo, mas com o sentido, o tempo todo lá na minha vida da roça. Eu pensava: “essa vida aqui não é minha, é emprestada, a minha vida é na roça. Tenho que ter força e resistir. Vou ganhar dinheiro e comprar minha terrinha!” (T. S. de Moura).

Como muitas experiências de migrações, camponeses/as nem sempre conseguem acumular bens trabalhando nos centros urbanos. Por mais que a camponesa estivesse trabalhando, segundo suas palavras, a ponto de sofrer “esgotamento físico”, o dinheiro só dava para garantir as despesas da família que continuava no seu lugar de origem. Ao retornar em 2002, fez uma pequena reforma na casa e continuou a dar “dias de serviço” nas roças de pessoas com quem ela já trabalhava antes de ir para Brasília.

No início de 2004, a camponesa toma conhecimento, através do, então, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Leal<sup>13</sup>, que uma “empresa de fora” estaria na sede da cidade convidando gente que tinha família grande, e que não tinha terra, para trabalhar com a produção de mamona. A decisão de querer participar do Projeto de Assentamento foi imediata.

Quando começou a falação sobre o projeto de mamona, que as famílias iam ganhar salário para trabalhar na roça da empresa, que ia ganhar cesta básica e no final de tudo a terra era da família, pensei: “É agora que minha vida vai tomar outro rumo!” Disse para meus filhos e marido: “Eu me vou embora pra essa Fazenda do governo e de uma empresa aí que nem sei o nome ainda, quem quiser me acompanhar que me acompanhe, se não quiser, fica por aqui mesmo, vão trabalhar e cuidar da vida de vocês. Eu estou cansada dessa vida sem promessa de nada no futuro. Vou pro lugar que posso trabalhar muito, mas a terra está prometida e vamos ganhar!” (T. S. de Moura).

A camponesa relata com satisfação a vinda para o Assentamento da Fazenda Santa Clara, e o quanto tem sido importante para a família plantar sua roça com os três filhos solteiros. A plantação de milho no “roçado da família Moura” é apresentada pela camponesa com orgulho (Figura 6). Ao olhar a área, ressalta: “sempre desejei ter casa e terra para chamar de minha, viver na roça e da roça”. Esse sentimento do ter e ser camponesa emergiram em todos

13 Sebastião Leal é um município do estado de Piauí, Brasil. Localiza-se na microrregião de Bertolândia, mesorregião do Sudoeste Piauiense. O município tem cerca de 4.080 habitantes.



os momentos que dialogamos, tanto na sua casa quanto na roça. Após falar que “para chamar de minha”, a camponesa imediatamente corrige a frase, “chamo de minha porque sei que vai ser minha, estou aqui trabalhando para isso. Essa foi a promessa [...] terra [...] casa e trabalho”.

**Figura 6** - Roça da camponesa T. S. de Moura com cultivo de milho



**Fonte:** Silva (jan. 2011).

T. S. Moura ressalta a diferença entre a relação que sempre teve com “terras alheias”, que, em sua opinião, por mais que trabalhasse, jamais seria dela. Ao vir para o assentamento “eu sabia que a terra tava prometida para dez anos de trabalho”. Duas filhas dessa camponesa casaram-se depois que chegaram ao assentamento e estão morando na mesma célula que a mãe. A filha mais velha, que morava em Brasília, conseguiu recentemente uma casa para morar com os três filhos, e como não é parceira da empresa, terá direito “a terra” e a casa, mas não receberá adiantamento de safra, pois não produz em parceria com a empresa.

## **2.2 (Re) construindo rede de sociabilidade: “entre parentes, compadres e vizinhos”**

A trajetória social dos/as camponeses/as assentados/as na Fazenda Santa Clara se entrecruza em vários momentos de suas vidas; quando discutem a importância da terra para a reprodução social do grupo doméstico, nas ativi-



dades da roça, na reciprocidade entre os vizinhos, sobretudo entre aqueles que possuem a mesma identidade por origem. De acordo com Woortmann (1990), a trajetória camponesa não é linear. Um movimento que se dirige a uma dimensão da modernidade pode ser, ele mesmo, necessário para que haja outro movimento, o de reconstruir a tradição. Transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a campesinidade. Norbert Elias afirma que a pessoa.

vive e viveu, desde pequena, numa rede de dependências que não é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal (ELIAS, 1994, p. 22).

Entre as famílias de camponeses da Fazenda Santa Clara existe uma interdependência gerada a partir de laços de convivências anteriores ao assentamento. Essa interdependência, utilizada por Elias (2001), é de fundamental importância na definição do conceito de configuração, que se refere aos laços de dependência, sejam eles de propriedade, trabalho seja de afeto, que vinculam os indivíduos. Na análise das configurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figuras específicas, em virtude de suas interdependências.

Dessa forma, entendo que os camponeses assentados devem ser observados nas configurações específicas das quais fazem parte e nas quais eles se reconhecem e se relacionam entre si. Todos os camponeses assentados e ocupantes, ao narrarem suas trajetórias, ligavam passagens consideradas importantes aos outros camponeses da célula em que estão morando ou das células vizinhas. Essa ligação foi observada, nas narrativas, sobretudo, em dois momentos: quando se referem à migração temporária ou definitiva pelas quais passaram e/ou passam; e quando identificam nos vizinhos, parentes e redes de reciprocidade construídas ao longo de suas vidas. Sendo-lhe atribuída significação especial nesse momento em que a vinda em grupos para o assentamento significa demonstração de solidariedade.

Quando decidimos sair da nossa comunidade [...] a gente veio em grupo, uns vieram dando apoio aos outros, e a gente disse: “Bem vamos prá lá! Se não der certo a gente volta, se der certo



a gente fica”. Assim, viemos em quinze famílias entre parentes, amigos e compadres. Primeiro, ocupamos uma célula, que não deu certo ficar porque era ruim para plantar, terreno arenoso e cheio de altos e baixos. Vendo que estava difícil trabalhar no nosso lote, a empresa resolveu colocar algumas famílias em outras células, mas a gente fez um pedido: para onde um fosse todos os outros fossem também porque já estávamos acostumados a viver todo mundo junto. Aí, a empresa resolveu colocar todos no mesmo lugar. Se a senhora observar, todo mundo aqui é parente, ou por sangue, ou parente de compadre e dos casórios. Casamento aqui é o que não falta para esse povo todo virar parente. Aqui se alguém falar mal de um é a mesma coisa de falar mal de todo mundo (L. de Souza).

Observei que L. de Souza exerce de liderança na célula em que mora, portanto, as famílias o reconhecem como líder. Durante nossa convivência, ele declarou que o pai era um líder na comunidade onde moravam, e que ele “herdou essa capacidade de organizar as pessoas e de ter o respeito delas”. Ao chegarem ao assentamento da Fazenda Santa Clara, os demais moradores da célula o escolheram como líder, sendo atribuído agora um novo papel a esse camponês assentado, o de mediador dos interesses do grupo junto à empresa. A propósito, considerando com Norbert Elias que

Essas configurações que se dão em torno dos indivíduos são permeadas por relações de poder, sempre em equilíbrio instável. Sendo assim, a individualidade e o comportamento de um indivíduo são incompreensíveis sem o conhecimento do desenvolvimento de sua posição social no interior da estrutura de poder da sociedade na qual está inserido (ELIAS, 2001, p. 43).

A sociabilidade entre essas famílias dos camponeses manifesta-se de várias formas e em vários espaços: entre as mulheres, os espaços legitimados são a cozinha e o terreiro das casas, que se encontram sempre limpos e com cadeiras disponíveis para as visitas; entre os jovens, o espaço existe em torno do campo de futebol no centro das células; entre os homens mais velhos, nas vendas ou bares; e, entre as crianças, em torno do centrinho, um espaço construído para reuniões e manifestações culturais dos camponeses, mas que foi eleito pelas crianças como local de brincadeiras. Conforme já discutido no capítulo I, nas terras da Fazenda existe um espaço comum a todos, o núcleo.

Os centrinhos de algumas células, após reformados pelos próprios moradores, foram destinados à realização de encontros de religiosos católicos e evangélicos. Embora nem sempre o uso do centrinho para cultos evangélicos seja



aprovado por todos os moradores, a exemplo de uma das células em que me hospedei, onde os moradores resistiam à reabertura do centrinho para cultos evangélicos, e ainda não tinham encontrado uma forma de gerenciar o surgimento de outras religiões dentro da célula. Essas dificuldades levaram os representantes das igrejas evangélicas que moram no assentamento a articular os cultos no núcleo administrativo da fazenda aos domingos, no espaço de cultura e lazer destinado aos funcionários.

Os camponeses assentados referem-se a seus lugares de origem como comunidade, que, para eles, é sinônimo de “lugares que existe amizade, ajuda dos vizinhos e parentes, muita gente da mesma família e os compadres”. Esse último aparece sempre de forma marcante na vida familiar dessas famílias estudadas. De forma mais articulada, Sabourin (2009) define comunidade rural como um local marcado por um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica, princípios baseados em sistemas de pertencimento e reciprocidade. Essas características, identificadas pelos camponeses quando se referem aos seus lugares de origem, são modelos reproduzidos pelos grupos nos seus modos de vida no assentamento. Essas redes de sociabilidade e práticas de reciprocidade não foram abandonadas nessas células para as quais as famílias vieram em grupos, pelo contrário, observei uma tendência em ampliá-las através dos casamentos e apadrinhamentos.

É recorrente nas práticas cotidianas dessas famílias a tentativa de reprodução dos valores de solidariedade; ou seja, introduzem aquelas famílias que não possuíam laços de parentesco nem de vizinhança ou de pertencimento ao mesmo grupo de origem, através das relações de compadrio. Em Woortmann (1995), a relação de compadrio é apontada enquanto forma de ampliar as relações de parentesco. A construção de um parentesco é selada dentro dos rituais da Igreja. Nesse sentido, para os camponeses das células estudadas, tornar-se compadre/comadre significa a construção de uma coesão maior dentro do grupo, sobretudo nos momentos de tomada de decisões que interferem na reprodução social do grupo doméstico e favorecem as trocas de dias de trabalho, como “noção de reciprocidade entre iguais, aquelas que contribuem para reforçar a ‘comunhão’, a solidariedade, através da comunicação que cria laços sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 86). Para esse tipo de colaboração, alguns camponeses chamam de “serão” ou “riosca”; esses termos são utilizados dependendo do lugar de origem geográfica da família. Quando são do município de Canto do Buriti, chamam de riosca, ou quando são de Elizeu Martins, chamam por serão.



Observei a existência de outra forma de fortalecer os laços de colaboração e tornar alguém de fora em alguém de dentro. Esse processo é legitimado pelos casamentos que ocorrem dentro da Fazenda Santa Clara. O rapaz de fora que se casa com uma moça de dentro, e geralmente vai morar na mesma célula em que moram os pais da moça. Existem vários relatos de negociação dos camponeses assentados para que os filhos que constituem famílias continuem na mesma célula e se tornem parceiros da empresa; às vezes, não é possível tornarem-se parceiros e a empresa cede uma casa na célula para o novo casal<sup>14</sup>. Entre as cinco famílias, são comuns os arranjos para acomodar os novos integrantes nas mesmas células em que moram. Por exemplo, uma família da célula C casou uma filha e não tinha como mantê-los na mesma célula. Souberam que em outra célula um rapaz estaria casando e que gostaria de ir para a célula em que a noiva morava. Assim, fizeram a troca e permaneceram nas suas células de origem. É comum eles se organizarem no sentido de estarem sempre nas mesmas células ou nas mais próximas.

Manter os filhos e netos na mesma célula significa continuar participando da vida dos filhos e acompanhar de perto o desenvolvimento dos netos. Aqui nessa célula moram os meus filhos que são meu sangue mais próximo, meus irmãos também moram aqui com meus sobrinhos e suas esposas, mas essa história de viver sempre junto nem sempre é só de flores não. Tenho um irmão que morava na casa aqui ao lado, e no ano de 2008 foi embora para Brasília, por desavença de família. A vida com parente que é do seu sangue num espaço tão pequeno como essa célula, não é fácil, imagina com pessoas estranhas! Aqui, a gente conta no dedo as famílias que não vieram com a gente. Nessa nossa célula viemos em bando<sup>15</sup>, quase todo mundo da mesma comunidade. Acho que hoje temos poucas famílias que não são de lá, aqui na célula, mas que nesses últimos tempos estão fazendo parte da família, ou casando os filhos de uns com os filhos dos outros, sendo compadre da gente que o respeito é o mesmo. E assim, vamos lavando a vida, aqui, na união que era na nossa comunidade. Meu irmão, lá, era o que tomava a frente das coisas e aqui o povo também quis ele para ser o líder da célula (E. da Silva).

De acordo com Oliveira (1998), na medida em que os camponeses se autodenominam vivendo em um ambiente comum, através da ação das redes sociais, são reconhecidos externamente como tal. Sempre que se tratar do conceito de comunidade rural camponesa, deve ser abandonada a tendência de

14 Esta relação não está presente no contrato de parceria.

15 Bando, para a camponesa, é o mesmo que grupo.



tratar a comunidade como realidade social imutável. Para tanto, o termo é entendido enquanto entidade simbólica cujo sistema de valores se apoia em laços sociais baseados no parentesco, vizinhança e amizade, proporcionando aos seus membros um senso de identidade e pertencimento, um determinado local. É esse senso de pertencimento e de reciprocidade praticado entre os parentes, compadres e vizinhos que legitima entre agricultores assentados a ideia de pertencer a uma comunidade, que hoje eles se dizem pertencer a uma célula.

As categorias família, parente, aparentados quando tomados em conjunto se opõem a estranhos, mas, tomados isoladamente, diferenciam graus de solidariedade internamente à categoria parente em seu sentido mais genérico (WOORTMANN, 1987). A categoria mais importante é a família, pois é entre seus membros que se realiza a maior parte das relações de parentesco, e é ela que define o mais alto grau de “obrigação”. Assinale-se que as cinco famílias do assentamento definem família como aquelas pessoas do mesmo sangue, indo até o reconhecimento dos primos de segundo grau como família. Conforme a noção de grupo doméstico estudado por Woortmann (1997), os depoimentos, enfatizando o supramencionado, a categoria família aparece quando se referem a pessoas do mesmo sangue, alcançando até os primos de segundo grau, enquanto os primeiros são chamados de “primos carnis”, no que diz respeito aos demais primos distantes, de terceiro e quarto grau. É comum os demais serem agrupados sob o rótulo classificatório generalizador de primo, sem especificação de grau de consanguinidade.

Vale esclarecer que as intrigas no interior da família são constantes nas células que possuem um número maior de pessoas por eles consideradas da família. E. da Silva descreve a relação entre seus familiares como complicada; em sua concepção, um não compreende a vida do outro, como, por exemplo, nas doenças. E recorda-se de um episódio que marcou sua vida no assentamento, qual seja: uma briga entre ela e sua cunhada. Em seu relato, deixa claro que a ausência do sangue a isenta do pertencimento à sua família. Certamente isto ocorre nos momentos de conflito, haja vista que, quando estão em harmonia ou precisando se fortalecer enquanto grupo, todos constituem uma família. “Meu irmão foi embora intrigado comigo, não procurou entender os motivos da briga, ficou do lado da mulher dele que não é do sangue dele e ficou contra o sangue dele” (E. da Silva).

Os camponeses, sempre que se referem às famílias de suas células, as definem como unidas. Em algumas células, ainda é marcante a troca de serviço



entre as famílias, dentro do mesmo modelo de trocas praticadas nas suas comunidades de origem, conforme explica L. de Souza: “Todos os anos por conta da dificuldade de pagar trabalhador, os homens da comunidade se uniam para fazer as roças em serão.<sup>16</sup> Passava às vezes vinte dias, um dia para cada roça” (L. de Souza).

A ajuda entre as famílias sempre esteve presente na comunidade de origem dos Costa, Moura e Souza. E eles continuam esta prática nos novos espaços de sociabilidade do assentamento, estimulando entre os camponeses trocas de serviços dentro e fora das células.

Aqui, sempre que uma família precisa da ajuda dos amigos, parentes ou da própria família, todo mundo está disposto a ajudar com a troca de dias de serviço. Quem pode pagar até paga, mas não é uma proposta de quem está indo ajudar, sempre quem faz é o dono do serviço. Quem sai pra ajudar sabe que vai para depois ser ajudado, e não por pagamento em dinheiro ( P. de Costa).

Em todas essas relações sociais aqui apontadas, há geração de reciprocidade horizontal nas formas de confiança, solidariedade, compartilhamento e redistribuição. Essas formas de reciprocidade se apresentam claramente nos grupos organizados a partir de relações de parentesco, vizinhança e ou compadrio. Assim, nesses grupos, destacam-se alguns tipos de relações de reciprocidade que Sabourin (2004) define como característicos da agricultura de origem camponesa: as formas de ajuda mútua na produção e de organização local e interfamiliar.

Essa presença de ajuda mútua foi observada também na realização de construções, reformas ou reparos dentro do assentamento. Em uma manhã de sábado, ao acordar, observei que estavam acontecendo algumas reformas e/ou ampliações em determinadas casas da célula. Fui até uma dessas casas e constatei que o jovem que estava fazendo o telhado de um cômodo recém-construído era um vizinho que trocava de serviço para quando fosse reformar sua casa já não precisar contratar pedreiros. Um faz o serviço de pedreiro e o outro de marceneiro. Notei também a movimentação de outro camponês que estava reformando a casa, pegando telhas que estavam na frente da casa em que eu visitava. Ao perguntar por que aquele senhor estava pegando as telhas, eles me

16 Serão, de acordo com o camponês, é o mesmo que trabalhar em grupo com uma duração de aproximadamente vinte dias de trabalho consecutivo. Por exemplo, vinte homens passam um dia em cada roça, fazem toda a limpeza e seguem para a roça do outro companheiro. Assim, todas as roças são limpas em um prazo de vinte dias.



responderam: — “aqui a gente procura comprar em parceria, porque sai mais barato para os dois lados, a gente divide as despesas com o frete e compra uma quantidade maior. É assim que o povo da roça sobrevive, dona”. Dessa forma, muitos dos “benefícios” nessa célula são realizados através da troca de serviços e até de compras conjuntas.

As trajetórias das cinco famílias demonstraram que a existência de redes de reciprocidade entre as que migraram em grupos foi e é central na sua reprodução social no assentamento da Fazenda Santa Clara. Foi demonstrado também que, ao virem para o assentamento, todos eles estavam conscientes da perda de autonomia na produção e nos espaços físicos de circulação e uso de novas habitações. No entanto, foi de forma individual e coletiva, espontânea e organizada, cotidiana e esporádica que as famílias manifestaram resistência na retomada de sua autonomia para garantir a reprodução social dos grupos.

Assim sendo, foi possível compreender que as redes de sociabilidade são tecidas permanentemente com novas estratégias de inclusão daquelas famílias que não pertencem à mesma origem geográfica, e que se conheceram a partir da chegada no assentamento, como o caso da família Moura. As famílias que moram nessa célula são de origens geográfica diversas, e estão tecendo redes de relações a partir dos casamentos promovidos entre os filhos/as e se articulando para trazerem membros da família que se encontravam nos centros urbanos do país e que sempre quiseram voltar, mas não tinham casa nem terra. É frequente essa mobilidade das famílias entre as células, de modo a se organizarem e a se adaptarem em um ambiente constituído a partir dos/as filhos/as casados e dos parentes que estão chegando para morar no assentamento. Geralmente as famílias fazem trocas em que, de acordo com as benfeitorias na casa e no quintal, um dos lados “volta dinheiro”, ou as negociações ocorrem quando a mudança é conveniente para as duas famílias. No caso da família Moura, quando a filha mais velha veio morar no assentamento, as famílias conseguiram fazer a troca entre as casas sem “voltar dinheiro”, de modo que as famílias ficassem na mesma célula; lado a lado.

As trajetórias das famílias Costa e Souza são marcadas por uma migração - se comparada às das famílias Macedo, Silva e Moura - que pode ser considerada menos intensa pela quantidade de vezes que migraram e o número de cidades em que moraram. Essas experiências vivenciadas pelas famílias Costa e Souza representaram para os/as migrantes o desejo de não mais sair da roça. Ao narrar esse desejo, argumentam que toda vez que viajavam, “quando estava lá, queria estar aqui”. Descobriram na migração que estar lá e estar aqui é não



estar em nenhum lugar. Sobre essa dualidade de sentimentos vivenciados pelos migrantes, Martins (1986) chama a atenção para o seguinte fato:

Ser migrante temporário é viver tais contradições com duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma construída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo, sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo e não estar em nenhum. É até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (MARTINS, 1986, p. 45).

Para as famílias Silva, Macedo e Moura, a migração temporária ocorria pela necessidade material de comprar terra e casa nos seus lugares de origem. A cada migração, esses/as camponeses/as levavam consigo a esperança de “juntar dinheiro” para comprar um pedaço de terra e uma casa para viver na roça. No entanto, a falta de qualificação para o trabalho urbano dificultava o acesso a empregos com melhores remunerações. Esses camponeses sempre que migraram para Brasília e São Paulo desenvolveram atividades de baixa remuneração, “bicos,” até mesmo passado por períodos de desemprego. Para essas três famílias, a casa e o roçado representam o fim da migração e a oportunidade de estar perto dos filhos/as e netos/as.

A roça, a casa e o “quintal produtivo” dessas três famílias apresentam aspectos diferentes das outras duas famílias. As casas possuem pintura diferenciada; investiram no aumento de algum cômodo ou alteraram os locais de acesso da casa. Todas as casas têm a porta da cozinha na lateral, dando acesso à cozinha da casa do vizinho. No caso da família Moura e Macedo, essas portas foram retiradas das laterais e colocadas no fundo da casa, dando acesso ao quintal.

As mudanças observadas nas características das casas podem ser analisadas como sinal de permanência das famílias no assentamento. Geralmente, as casas que não passaram por transformações na estrutura física são avaliadas pelas famílias como “o sinal de que irão embora depois dos dez anos”. No entanto, essa “ausência de reformas” não pode ser explicada de forma tão simples. O que apreendi em contato direto com essas famílias é que existe o receio de que a casa e a terra sejam apenas uma promessa que não será cumprida ao término do contrato de dez anos. Nesse sentido, essas famílias compreendem que fazer “benfeitorias na casa e na roça seria arriscar os poucos recursos da família”.

Por fim, os casais das famílias Souza e Costa, ao término do contrato de parceria, afirmam que retornarão para suas propriedades de origem, e que a



terra que receberão ao término do contrato de parceria será dividida entre os/as filhos/as solteiros, de modo que, ao constituírem suas famílias, não seja necessário diminuir os roçados como vinha ocorrendo ao abrigar as famílias dos/as filhos/as que se casaram e não tinham casa para morar nem terra para “dar o sustento da nova família”. No entendimento dessas famílias, o “sacrifício” que fizeram ao se mudarem para o assentamento foi pensado na possibilidade do acesso ao título da “terra prometida”. Por sua vez, as famílias Moura, Silva e Macedo, ao migrarem para o assentamento, o fizeram porque não possuíam terras nem casas. Essas famílias fazem planos para o futuro e acreditam que a próxima “luta” dos camponeses será para transformar o assentamento em cidade. Para esse grupo, a “permanência no assentamento está em primeiro lugar”.

No capítulo seguinte, abordo as relações socioculturais dos camponeses com a terra, trabalho, contrato de parceria rural, conflitos e resistência advindos de uma situação limite de tentativa de controle das famílias por parte da empresa. A “quebra de contrato de parceria” é discutida neste capítulo, por se apresentar de forma recorrente nas narrativas das famílias conferindo-lhes a identidade de parceiros rurais, dotados de direitos no acesso ao título de propriedade da “terra prometida”, ao término dos dez anos de contrato.





## CAPÍTULO 3

# RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DOS/ AS CAMPONESES/AS COM A TERRA, TRABALHO, (CONTRATO DE PARCERIA) E MORADIA: CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

### 3.1 Conflitos entre práticas culturais no roçado de antes e no lote de agora

A terra não é somente objeto do trabalho, mas também objeto onde a família agrega valor. Não valor de uso, nem de troca, mas como valor de patrimônio, valores sociais, valor-família, enquanto o lócus onde se cria sua moralidade. Diante disso é muito profícuo afirmar que: Neste plano, por exemplo, o conceito de valor de uso, ganha outro valor: o de uso enquanto valor (WOORTMANN, 1990, p. 12).

O trabalho, no caso, na roça, tem papel fundamental na formação moral de camponeses. Com presença marcante para os homens, está ligado à forma como vão construindo suas relações sociais nos espaços de morada e de produção de alimentos. Para Durham (2004), a história de vida de cada um e, com muito mais razão, a história de diferentes membros de uma mesma família se constrói a partir de experiências de trabalho diversificadas, que ocorrem dentro desse mesmo universo de oportunidades ocupacionais de atribuição de significado moral. Para o camponês L. de Souza, o trabalho na roça teve início cedo; aos sete anos de idade, trabalhava como vigia dos roçados de arroz, para evitar, ali, a invasão dos pássaros, considerados pelo camponês como uma das causas dos desperdícios nos cultivos de arroz.

Comecei a trabalhar na roça com oito anos de idade, já vigiava a roça de arroz naquele tempo, contra invasão dos pássaros. Não frequentava escola, e o que meus pais tinham para me ensinar



era trabalhar na roça para ser homem de bem e de família. Perguntei “o que é homem de família?” É homem de responsabilidade que trabalha e quando se casa assume o sustento da família e não fica dependendo do pai ou sogro para sustentar a família. Assume suas responsabilidades de homem (L. de Souza).

A camponesa E. da Silva ressalta que o trabalho na roça, quando jovem, não era considerado pesado, porque trabalhava com o pai e os irmãos, o que favorecia na hora de “pegar no pesado”, ficando essa tarefa sob a responsabilidade dos homens da família. Mas quando passou a fazer seu próprio roçado de milho, feijão e mandioca, mesmo que numa área pequena, a camponesa compreendeu que sofria mais que todo mundo, porque não mais contava com a ajuda dos irmãos nem do pai, porque “tinha virado” mãe solteira. “Lutar sozinha na roça” foi o termo que a camponesa mais usou em seus relatos:

O trabalho não era fácil pra mim, porque, lutava sozinha na roça. Meus filhos homens ainda não me ajudavam na roça e a menina, caçula, eu deixava nos serviços da casa. Quando o mais velho completou nove anos, comecei a levar pra ajudar nos servicinhos mais leve, como entupir as covas com sementes, na cata do feijão; já na quebra do milho eu evitava levar os bichinhos, as palhas coçavam chega ficar cinzentinho. Depois que eles cresceram, começou a ir comigo ajudando na limpa, na plantação e na colheita, já era um trabalho de igual pra igual, de gente grande, mas durou pouco, porque, aos dezoito anos, meu filho mais velho se casou e passou a trabalhar pela família da mulher dele, em terra dos outros, porque o meu pedaço de terra já não dava para sustentar as duas famílias (E. da Silva).

Nesse sentido, essa movimentação dos grupos em torno da conquista da terra tem como função garantir a reprodução simples da unidade camponesa, mantendo um vínculo estável com a terra, e, assim, evitar a reprodução negativa (MOURA, 1984), ou seja, menos terra para mais gente, forçando a minifundização a limites que comprometeriam a reprodução camponesa (GODÓI, 1999). Essa questão da terra insuficiente para acomodar os filhos que vão constituindo famílias é recorrente nas práticas das famílias camponesas do assentamento Santa Clara. Por esse motivo, os pais dizem que possivelmente voltarão para suas terras de origem; é como se deixar os filhos assegurados com um pedaço de terra para sustentar suas famílias fosse a contribuição que cada um pudesse deixar, através dessa mobilidade temporária (dos pais), que fica o tempo todo rondando os discursos sobre o futuro.

Por muito tempo ignorou-se a existência de uma lógica reprodutiva interna ao campesinato, o que Scott (2002) denominou de resistência e Suarez (1983)



chama “de ação de defesa contra pressões externas”. O fato de a Empresa Brasil Ecodiesel não reconhecer saberes e práticas anteriores nos modos de vida dos camponeses assentados na Fazenda Santa Clara deflagrou, dentro dos grupos, a criação de estratégias de resistência à produção de mamona, bem como estratégias cotidianas de retomada do processo de trabalho, relativamente autônomo, que perderam ao assinar o contrato de parceiros rurais. Scott (2002) afirma que, naquelas experiências cujos camponeses se encontram em uma situação-limite de controle, as estratégias na busca de espaços de autonomia nos processos produtivos tornam-se uma constante no cotidiano das famílias.

Quando começamos a falar sobre a relação da família com a roça em suas comunidades de origem e os lotes no assentamento, um camponês inicia a sua conversa chamando-me a atenção para um “pé de mamona roxa” (*ricinus communis L.*), um tipo de semente “asselvajada” que nasce em terrenos de disposição de lixo, monturos e áreas abandonadas (Figura 7).

Figura 7 - Pé de mamona roxa



Fonte: Silva (Jan. 2011).



A família considera um toque especial na paisagem frontal da casa, atraindo curiosos que geralmente interpelam o camponês sobre a origem da mesma. Ao olhar fixamente para esse pé de mamona roxa, comentou:

A mamona pra mim é assim, uma planta que fica aí, não dá sombra e nem comida [...] Só serve prá gente olhar e achar bonita quando tá cacheada. Aqui, nos lotes, o povo não planta mamona. Ninguém sabia trabalhar com ela. E além de não saber, penso cá comigo, que o povo também não quer cuidar. A colheita da mamona quando não é pura é uma trabalhadeira danada. No mesmo lote tem que passar umas três vezes até colher tudo. Um cacho fica maduro e o outro não e assim o povo não se acostumou. Eu nunca pensei, na minha vida, que um dia fosse plantar mamona! (L. de Souza).

Cabe observar que, quando o camponês afirma que “o povo não planta mamona”, ele está querendo dizer que os camponeses assentados não a cultivam por conta própria em seus lotes. A plantação só está presente nos lotes quando a empresa faz o plantio, caso contrário, não existe plantação de mamona. Nas safras 2008/09, a empresa optou por não plantar mamona em função dos prejuízos ocasionados nas duas últimas safras 2006/07. De acordo com o filho mais velho da camponesa E. da Silva: “[...] Na última, safra minha plantação de mamona deu dez quilos [muitos risos]. Espero que nessa plantação desse ano seja melhor. Mas acho difícil. Tem lote que já precisou retirar tudo porque as folhas queimaram” (W. da Silva).

Destaque-se a existência de um distanciamento dos/as camponeses/as com os três hectares plantados pela empresa. Em suas narrativas, essa relação de proximidade se apresentava quando se referiam a seus cultivos como “meu roçado” e aos cultivos em parceria com a empresa de “lotes da empresa”. Roçado era a forma como eles chamavam suas roças antes de virem para o assentamento; e lote foi uma linguagem incorporada à ideia de divisão das terras em lotes, uma prática comum nos assentamentos de reforma agrária. Na verdade, os lotes que eles se referem como da empresa fazem parte do lote que será da família ao término dos dez anos de contrato de parceria rural; no entanto, os/as camponeses/as, na maioria das vezes, ignoram as culturas existentes nesses lotes.

Mesmo tendo direito a parte do feijão consorciado à mamona, ao visitar alguns “lotes da empresa”, onde plantaram feijão, mamona e mandioca, observei que as famílias fazem os tratamentos culturais do feijão e deixam a mamona no mato, mesmo sendo o cultivo da mamona consorciada com o feijão (Figura



8). Essa prática de abandono da mamona nos “lotes da empresa” é recorrente entre as famílias.

Figura 8 - Plantio de mamona consorciada com feijão



Fonte: Silva (Jan. 2011).

É recorrente entre os/as camponeses/as a frase “aqui não tem mamona”. Assim, quando eles assumem a não existência da mamona, revela-se a construção simbólica de um distanciamento daquela cultura produtiva, que não lhes traz prazer ao cultivá-la. Dar invisibilidade a ela seria perceber e sentir os roçados como eles desejariam que fossem, como em suas comunidades de origem. Essa construção social da “invisibilidade” da mamona se deu pelo confronto diário entre camponeses e empresa quanto ao cumprimento contratual de tê-la como principal cultura nas terras do assentamento.

Durante o período em que permaneci no campo, convivendo com as famílias, tive a oportunidade de acompanhá-las nas atividades cotidianas, tais como alimentar os porcos (*Sus domesticus*), realizar tratos culturais dos roçados da família, colheitas, arranca da mandioca para ser processada na fábrica de farinha, construída pela empresas nas terras do assentamento, consultas médicas, compras na cidade etc. Contudo, as famílias nunca me convidaram para conhecer as “antigas”<sup>1</sup> roças de mamona, nem tocavam no assunto, caso não fossem interpelados. Aquele silêncio acerca dos “lotes da empresa” deixa-

1 Ao chamar de antiga, estou tomando emprestado o termo utilizado pelos camponeses ao se referirem aos lotes em que a empresa deixou de plantar mamona nas últimas duas safras.



va-me cada vez mais inquieta e desconfiada sobre onde estariam os lotes de mamona e por quais motivos eles não os apresentavam a visitantes. Quando questionados sobre a localização desses lotes de mamona, apontavam: “os lotes da empresa fica prá lá”. Na verdade, esse “lá”, que na expressão local tem um sentido de distante, na prática, é próximo, podendo ser avistado a partir dos roçados cultivados pelos camponeses. À distância do poste de energia elétrica está localizado o “lote da empresa”, não cultivado com mamona, e sim com milho e feijão (Figura 9).

Figura 9 - Camponês fazendo a capina no plantio de milho na sua roça. Um pouco adiante, o poste de energia elétrica demarca os limites com o lote da empresa



Fonte: Silva (dez. 2009).

O fato de a empresa não ter plantado mamona por dois anos consecutivos, em parceria com os camponeses assentados, fortaleceu a ideia da não existência da mamona nas terras do assentamento. Nesses dois últimos anos, a produção de mamona como cultura predominante foi substituída por 1.800 hectares de feijão, em parceria com os camponeses assentados, na qual cada família assumiu a responsabilidade pelos cuidados e colheita de três hectares. Essas duas últimas safras, na opinião dos camponeses assentados, foram consideradas “um ano de fatura” em que o “feijão desbancou” a produção de mamona. “Era feijão demais, até menino tinha dinheiro. Pensa numa safra boa!” Mas desenvolveu-se uma estratégia da empresa, para não perder os direitos usufruídos pela empresa por ser produtora de matéria-prima para o biodiesel em parceria com famílias camponesas.

A empresa tentou em 2008 plantar sozinha sem nós [camponeses parceiros assentados] umas duzentas hectares de uma mamona nova, assim, um tipo de teste da terra. Essa área fica lá na passagem das células I, T e O. Lá onde tem aqueles tem hoje a plantação de pinhão manso para teste também. Ali, é área das famílias que negociaram com a empresa, pra elas usar esses pedaços de lote e recebia o feijão consorciado sem precisar trabalhar na limpa e nem na colheita. Nesse teste, a empresa não queria gente parceira trabalhando, só os funcionários deles, pra ver se dava certo. Penso que a empresa tinha medo dos assentados melhar o negócio [...] A gente soube que deu uns seiscentos quilos por hectare. Então o problema não é a terra. É o cuidado com ela que os parceiros assentado não têm. O povo nosso gosta mesmo é de plantar feijão, milho e mandioca, é só plantar que vai longe uma beleza as terras e o povo trata com zelo. Esse ano vamos cuidar de um punhado de mamona da empresa para continuar recebendo o adiantamento de safra e o contrato não ser quebrado (M. Macedo).

A empresa tem realizado testes com novas variedades de mamona e culturas oleaginosas, como o pinhão manso (*jatropha curcas*), na tentativa de sair da crise produtiva que se instalou na Fazenda em função do insucesso na produção de mamona em parceria com os camponeses. Quando o camponês fala da decisão de a empresa plantar a mamona experimental sem a parceria das famílias, com receio de que dê errado, isto significa, também, que, durante os primeiros plantios de mamona, surgem as primeiras estratégias de resistência por parte dos camponeses contra a sua produção como principal cultura nos lotes do assentamento. Por não existir uma identificação, por parte dos camponeses, com o cultivo de mamona, eles se colocam em uma posição de embate contra ela. Em sua concepção, a mamona é o símbolo de rompimento com suas práticas e saberes tradicionais.

Eu cansei de ver gente na roça fingindo que estava fazendo a limpa da roça e não estava. Ficavam lá arranchados nas moitas os técnicos passava e registrava como lote limpo. Mas, nada! Era só eles passarem, que o trabalhador se mandava para o roçado dele (P. da Costa).

A primeira vez que cuidei de mamona, foi em 2004, aqui no assentamento. O mais difícil que achei na mamona foi a colheita. Ela tem um pó e um cheiro que a gente fica puxando o fôlego. Muito trabalhador aqui acostumado com toco brabo, estranhou a plantação de mamona. E mesmo assim, tinha que estar dentro da roça todo dia, porque, se não cuidar direitinho, o mato cobre rápido. Tem toda uma ciência pra colher a mamona. A gente já



sabia que vinha cuidar do feijão e da mamona da empresa, ninguém veio enganado, mas a senhora quer saber uma verdade? Gente é complicado de se trabalhar. O povo veio prá cá pensando assim: chego lá, pego minha terra e planto minhas coisinhas que serve pra comer, mas demorou pra isso acontecer, foi muito chafurdo<sup>2</sup> desse povo antes de plantar o que queria aqui. [...] Tinha nego aqui que pirraçava<sup>3</sup> essa empresa, aí, até ela se cansar de querer ser patrão do povo. [risos do camponês]. Quem compra o povo da roça como besta, perde o dinheiro (L. Souza).

Para a safra de 2010, a empresa preparou os lotes dos parceiros para retomar a plantação de mamona consorciada com feijão. A mudança para essa safra foi que a empresa preparou apenas três hectares, sendo dois determinados pela empresa a serem cultivados com feijão e mamona, e o terceiro hectare ficou a critério da família escolher o que plantar. Essa é a primeira vez que a empresa deixa um hectare de terra preparado para a família plantar o que desejar.

Quando se trata do saber e experiências acumuladas pelos camponeses, Suarez (1983) entende que “o campesinato desenvolve um conhecimento, ou saber, que lhe é próprio”, o que me leva a pensar que sua reprodução depende desse saber, tanto quanto das relações de produção que se inserem, e que a reprodução dessas relações de produção depende da operacionalização do saber que rege o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que são elas próprias a condição para essa operacionalização. Dessa forma, a mamona sempre foi vista pelos camponeses como um rompimento com a relação de produção que eles tinham com “suas” roças, relação esta que se encontra na base da reprodução de seus modos de vida.

Por outro lado, eles avaliam que os dois hectares de mamona consorciada com feijão, plantados na última safra, constituem estratégia da empresa para manter vigente o contrato de parceria rural, sob pena de ser acusado por quebra de contrato. “A empresa tem que plantar nem que seja um punhado de mamona, pois sabe que a quebra de contrato dói na cabeça e no bolso do dono da empresa”, afirma o camponês. Por contrato firmado, é dever da empresa preparar e plantar mamona nos hectares previstos em contrato. Caso contrário, caracteriza-se como quebra de contrato.

Se a empresa não plantar, aí a gente tem direito de brigar na justiça por nossos direitos. A senhora sabia que no ano de 2008 e

2 O camponês define *chafurdo* como bagunça confusão.

3 Pirraçar, na compreensão do camponês assentado, é o mesmo que teimar numa coisa para irritar outra pessoa.



2009 a gente não plantou mamona? Pois é, plantou não. Aí, muita gente resolveu plantar suas próprias roças como fazia antes, com tração animal e capina. Aqui, era um vai e vem de animal, parecia outro lugar! Acho que o povo tava feliz porque ia plantar o que sempre plantava. [...] Eu vim prá cá pra plantar mamona e sabia disso. Mas não vou mentir pra senhora dizendo que fiquei triste porque ela não deu lucro. Não fiquei não. (Camponês P. da Costa).

Na Fazenda Santa Clara houve o que Suarez (1983) chamou de marginalização da economia camponesa, com redução no âmbito da aplicação do conhecimento tradicional na roça, em especial aquele direcionado para a produção de alimentos, no qual estavam habituados a praticar. A autora mostra que experiências de desenvolvimento da agroindústria e da conseqüente valorização das terras, dentre outras questões relevantes, provocaram mudanças no tradicional processo de trabalho, orientado por um conhecimento camponês. Em estudo realizado numa Fazenda em Goiás, a autora aponta dois tipos de mudanças no modo de vida dos camponeses assentados/ocupantes: a primeira é uma ruptura que a autora considera violenta, no processo dominante e nas relações sociais de produção (experiência em que os trabalhadores tradicionais deixam de ter acesso à terra ao mesmo tempo em que o trabalho assalariado se faz presente). A outra é a mudança do processo de trabalho tradicional, que se dá através de reformulações e ajustamentos a novas condições e saberes (SUAREZ, 1983). Embora no caso da experiência da Fazenda Santa Clara não seja possível falar de uma “modernização na produção”, essa questão é frequentemente levantada por eles, quando relatam já haver contratado tratores para arar suas terras e, na ausência deste ou impossibilidade por conta dos elevados custos, optavam por usar arado e capina com tração animal (Figura 10).

Para Suarez (1983), os camponeses são mais que produtores de ideologias, procuramos vê-los como produtores de alimentos, pois, afinal, é como tal que eles sobrevivem; mais que produtores de mercadorias, procuramos vê-los como produtores de bens de uso, eventual ou necessariamente, tornando mercadorias. Nesse sentido, é importante perceber o/a camponês/a como agente ativo da sua reprodução e capaz de manipular o próprio sistema que o subordina.



Figura 10 - Camponês utilizando o arado com tração animal



Fonte: Silva (dez. 2009).

Quando os camponeses chegaram ao assentamento, perceberam a necessidade de formular estratégias de permanência e reprodução social em um ambiente que inicialmente se apresentava hostil. Conviver com as regras e proibições exigiu maior coesão social daquelas famílias que vieram em grupos. Os camponeses relatam que, além da adaptação à produção de mamona e abandono do cultivo de culturas a que estavam habituados, tiveram de conviver com a limitação na criação de animais nos seus lotes. A empresa só permitia a criação de animais presos.

As mulheres foram as que mais se ressentiram com essa proibição, porque eram elas as responsáveis pelos cuidados com a criação de pequenos animais. Avaliadas as alternativas de criação de animais nas novas condições de moradia e de relação com a terra, os camponeses chegaram à conclusão que criar galinha presa elevava os custos com ração e milho, o que, afinal, não compensava. A família Costa abandonou totalmente a ideia de criar galinhas em aviários, por entender que criar galinhas soltas era mais barato, e que confiná-las exigiria uma quantidade maior de alimentação, tendo em vista que, presas, não se alimentavam de outras fontes energéticas, que “ciscavam em outras freguesias”.

Percebendo que as mulheres estavam incomodadas com a proibição de criar galinhas soltas nos lotes, a empresa construiu em cada célula produtiva um aviário coletivo, cujos cuidados na alimentação das aves e local eram de responsabilidade das famílias. Ao final do ciclo produtivo das aves, a empresa ficava com uma parte dos ovos e aves, e as demais eram das famílias. Esse aviário não teve continuidade porque as famílias ignoraram a “nova” modalidade de criação de galinhas, pois, em sua opinião, o sabor não era como as galinhas caipiras que criavam soltas em seus lugares de origem. A ideia de criação das galinhas em grande escala, com finalidades de mercado, não despertou nas camponesas o interesse pela atividade e, aos poucos, foram abandonando os aviários. As famílias não julgaram a atividade como um sistema com capacidade para garantir a sua subsistência, justificada a partir da racionalidade camponesa pensada por Scott (1976) pelo conceito de economia moral, em cujo âmbito os camponeses evitam correr qualquer risco, o que o autor chamou de “segurança em primeiro lugar”. Para os camponeses da Fazenda Santa Clara, os aviários instalados pela empresa representavam a possibilidade pessoal de uma perda financeira maior em médio prazo, tendo em vista que as aves criadas em aviários têm um ciclo médio de comercialização de cento e vinte dias, o que exigiria investimentos em alimentação, medicamentos e aquisição de novas aves melhoradas.

As galinhas criadas nos galinheiros da empresa tinha a carne mole, e o povo não gostava da carne branca dela. A gente criava, mas os meninos, aqui em casa, diziam que era galinha de granja, ficava aí na panela até ir pro mato [jogar fora]. Depois, comecei a ver que isso não tinha muito futuro, criar galinha assim presa, depois era as famílias que tinha que manter o galinheiro, gastar um dinheiro que não se tinha. Aí, pensei aqui com meu marido: - “homem, esse negócio de galinha presa não vai dar certo, vai dar é prejuízo pra nós, acho que não vou mais não. Depois que sair essas galinhas de lá, a gente é quem tem que comprar outros pintos e ração. Acho que vou é gastar o pouco dinheiro que já entra aqui em casa”! (M. dos Souza).

Na avaliação dos camponeses assentados, a proibição da criação de animais soltos levou-os a optar pela criação de porcos em chiqueiros. Um tipo de criação que não era comum em seus lugares de origem. Geralmente eles criavam galinhas, caprinos-ovinos e gado. No período em que convivi com as famílias, me movimentando entre as células, observei que o prato oferecido era quase sempre carne suína, tornando-se mais apreciada que a galinha caipira ou qualquer outra carne. Em todas as casas em que me hospedei, pelo menos em três



dias da semana, a “mistura” no almoço era carne suína (Figura 11), com maior concentração nos finais de semana, dias em que ocorre o abate dos animais.

Figura 11 - Panela com carne suína – almoço na casa da camponesa de E. da Silva



Fonte: Silva (out. 2010).

Em uma tarde de quinta-feira, quando me encontrava na casa da família Souza, chegou um camponês propondo comprar um porco da família que se encontrava no chiqueiro do quintal. Enquanto negociava com L. de Souza, o vendedor de carne suína argumentava que estava preocupado com a procura da carne, pois muitas famílias receberiam pessoas em casa no final de semana devido aos festejos da comunidade Angico Branco, que fica a dez quilômetros do assentamento.

Esse camponês não é o único vendedor de carne suína no assentamento. Segundo suas informações, são aproximadamente dez pessoas que vendem com regularidade para todo o assentamento e se dividem entre si, sendo um vendedor para cada três células. Enquanto conversava comigo, o vendedor tentava convencer o casal Souza a vender o porco reservado para a chegada do filho mais velho que mora em São Paulo. Ao comprar o porco para o abate, durante a negociação, o comprador se compromete em entregar para o criador os miúdos<sup>4</sup> do porco. No entendimento da família que cria o porco, “seria muita avareza criar um animal, vender e não comer nem os miúdos”. Dessa forma, na

4 Compreende-se por miúdos dos porcos as vísceras: rins, bofe, fígado, tripas e coração.

maioria das negociações os miúdos ficam de fora. Mas segundo o comprador de porcos para abate, essa é uma prática adotada somente entre as famílias mais “chegadas”, ou seja, com relações, na maioria das vezes, de vizinhança, amigos, parentes e compadres. Já quando essa negociação ocorre com pessoas de células muito distantes e que não se relacionam no cotidiano, o animal é negociado completo, ficando os miúdos disponíveis para a venda.

Participei como ouvinte da negociação entre os camponeses e, ao longo de muitos argumentos sobre peso, valores, miúdos, por fim, quem definiu a negociação foi a mulher, que mostrou-se enfática ao dizer que não venderia porque estava engordando o porco para receber o filho. Perguntei se a carne suína no assentamento era apreciada pelas famílias e se esse gosto sempre foi presente na alimentação dos camponeses daquela região, como forma de constatar a presença marcante de criação de suínos observados nas células por onde passei e me alimentei durante a pesquisa de campo.

Olha, aí compadre, a doutora perguntando se macaco gosta de banana? Porco aqui é concorrido, mais que mulher bonita! Sexta e sábado aqui é uma matança danada de porco. Quase todo mundo tem um chiqueirinho no quintal ou na frente da casa [...] antes quem criava bode solto, gado e galinha, depois que veio pra cá, achou mais rumo criar o porco, sai mais barato. A gente dá lavagem, dá coisa que vai engordando o bicho, e a ainda a gente capa [castra] pra engordar. Antes, o povo aqui não dava valor a porco, mas sabe que hoje, desafio uma casa dessas aqui, se disser que não cria um leitão, ou compra a carne na mão de um pelador de porco. Aqui não tem quem não gosta de criar e comer porco (J. de Araújo – vendedor de carne de porco).

Nesse sentido, houve uma mudança acerca dos cultivos, criações e consumo que os camponeses estavam acostumados, para o que era possível criar ou cultivar naquela nova realidade de moradia e roça. Nesse aspecto, chegaram à conclusão que o porco em chiqueiro atendia àquela situação de adaptação às novas práticas impostas por um projeto que propunha transformar modos de vida no meio rural piauiense. Para Suarez (1983), o processo de modernização ou adaptação a mudanças implica a aquisição por parte do campesinato de um outro saber. Mesmo reconhecendo que o campesinato é portador de um saber próprio, saber esse que não apenas orienta a prática rotineira, mas que contém elementos capazes de neutralizar pressões externas, dissolutivas, de incorporar a inovação e de se atualizar face à mudança.



As quatro famílias que sempre “fizeram roça” relataram que capinavam com enxada ou à tração animal. E que sempre que iam cultivar pela primeira vez em uma área procuravam contratar uma hora de trator para arar a terra. E que nas próximas safras seria mais fácil para fazer a manutenção com enxada ou tração animal. Para a família Costa, o “adjunto” ou troca de dias de serviço, era uma alternativa mais barata para a sua família. Na comunidade de origem, essa troca era fortemente praticada entre os camponeses e, por terem migrado em grupo, continuam mantendo essa prática no período da colheita nos lotes do assentamento.

Essas estratégias utilizadas pelos camponeses, de ajuda mútua para colher ou plantar suas roças, continuam sendo utilizadas em áreas onde a empresa não prepara o solo com tratores. Nessas áreas em que os camponeses preparam com tração animal, enxada e contratando serviços de trator, pagas por valor-hora, externa à empresa. Nessa área, os parceiros não são obrigados a pagar renda para a empresa. Nas mobilizações para os “serões” ou “adjuntos” organizados pelos camponeses, não contam com a força de trabalho das camponesas que não possuem homens em casa para a troca dos serviços.

Por eu ser mulher e mãe solteira e não ter nenhum homem para trocar os dias de serviços, então, tinha que me virar sozinha, e não me colocavam no serão, e não era só eu não, outras senhoras na mesma situação, não participavam. O trabalho na roça só veio ficar mais leve pra mim, quando arrumei um marido. Aí, comecei a fazer parte do serão (E. da Silva).

Nas duas famílias – Souza e a Silva – chefiadas por mulheres, o trabalho de roça no assentamento é avaliado como mais leve, depois que vieram morar no assentamento. A forma de “labutar com a roça ficou mais leve, não no início, porque foi muito difícil o período em que a gente trabalhava sufocado com a pressão do pessoal da empresa”. Essas duas famílias consideram que, no início, a área para cada família fazer os tratos culturais da mamona era extensa, nunca tinham trabalhado em áreas com mais de um hectare e, de repente, se encontraram responsáveis por oito hectares. Outra questão foi a mudança na escala de produção.

Nossos avós já tinham plantado mamona na época que dava dinheiro, só que elas nasciam sozinhas, já ouviu falar na mamona de munturo? Pois era essa, dava aí à toa. Aqui não, a coisa era tudo ensinado como fazer, as carreirinhas [...] então, foi difícil, porque a gente não sabia muito o que fazer. Da noite para o dia,



a gente sair de uma vida que a gente mandava nela, e vinha para outra que a empresa tinha que dizer como era pra ser feito. Muita gente estranhou ( T. S de Moura).

A relativa perda da autonomia sobre a produção e a tentativa de controle dos espaços físicos do assentamento, sobretudo nos três primeiros anos de implementação do Projeto, foram consideradas um dos motivos para que os camponeses começassem a abandonar os lotes da empresa e não produzissem nem para si nem para a empresa. Foi justamente quando surgiram as denúncias de que as famílias passavam por privação alimentar no assentamento, tendo em vista que dependiam somente da alimentação da cesta básica doada pela empresa e do adiantamento de safra.

Antes, a gente tinha que comer só a comida da cesta. Depois que as famílias colocaram o pé na parede, a vida aqui virou uma maravilha. Hoje planto de tudo um pouco, no meu lote e no quintal [que alguns chamam de roçadinho], planto mais frutas, acerola, caju, laranja e manga e macaxeira. E no nosso lote [roçado] plantamos milho, feijão e mandioca para produzir farinha e goma. Na área da empresa, um pouco de mamona e feijão para manter o contrato de parceria rural ativo ( P. da Costa).

Ao considerar a experiência dos camponeses assentados na Fazenda Santa Clara, entendo que se trata de um campesinato que vem se atualizando frente aos desafios de reprodução social e permanência no meio rural. Considerando “o espaço camponês como um espaço moral, de reciprocidade e de trabalho, vejo que a terra significa o que o trabalho significa, e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que o objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (WOORTMANN, 1990, p. 43). Sem a posse da “terra de trabalho”, a reprodução social camponesa se fragiliza, visto que esta constitui um espaço “pleno de significações, pois, ao mesmo tempo em que ele é trabalho, o é também de lazer e ócio, de construção das redes de parentesco, de convívio com a natureza, enfim, de transcurso da vida, quase por inteiro” (GEHLEN, 1998, p. 40).

Para Woortmann (1999), campesinidade é uma qualidade que se apresenta no campo, ou alhures, em maior ou menor grau, nos diversos grupos sociais e em condições diversas de trabalho. Analisa valores sociais e subjetividades do trabalho enquanto valor ético, e a família não apenas como força de trabalho, mas “da produção cultural enquanto valor” (WOORTMANN, 1999, p. 13), e da terra, não como fator de produção, mas como patrimônio onde realiza o



trabalho que constrói a família como valor. De acordo com o autor, analisar a inserção do camponês no mercado não significa uma baixa campesinidade. O trabalho assalariado constitui, por parte dos camponeses, estratégia adotada com o objetivo de garantir sua reprodução social frente às suas novas necessidades e às transformações econômicas e sociais.

### 3.2 Dos “roçadinhos” aos “quintais produtivos”

Por quintais produtivos entende-se a proposta introduzida pela empresa, e estimulada pelo Centro Piauiense de Ação Cultural - CEPAC, com o objetivo de aproveitamento integral da área. Localiza-se no fundo e na frente das casas das famílias camponesas parceiras. Essa área possui 0,9 hectare em formato peculiar de uma fatia de pizza, utilizada pelas famílias para a produção dos roçadinhos.

Essa área geralmente é utilizada pelas famílias para o cultivo de frutas, macaxeira, hortaliças, plantas ornamentais e para a criação de suínos. Observei que em algumas casas não existe nenhum cultivo nos quintais. As famílias dizem que geralmente são casas cujos donos não moram no assentamento e só aparecem quando vêm receber a cesta básica.

Essas casas que não tem nada no quintal, só têm o dono e as tralhas<sup>5</sup> dele, é porque estão aqui de passagem. Eles vivem desconfiados se essa terra será deles ou não, por isso dizem que não vão investir, porque o prometido pode não ser cumprido. Aqueles que não acreditam que a empresa vai doar as terras. E que não deixa tudo bonitinho, com a cara do dono, por esse motivo (M. S. Gonçalves).

Esta variação nos quintais e/ou roçadinhos deve-se à insegurança de algumas famílias que não acreditam que a terra será dividida em lotes ao término dos dez anos, conforme estabelecido no contrato de parceria rural agrícola. Para essas famílias, em particular, a empresa é a proprietária das terras, o que gera inseguranças em função da falta de confiança que sentem em relação à Empresa Brasil Ecodiesel, quanto a honrarem o compromisso de entrega da terra ao término dos dez anos. No entanto, a camponesa M. S. Gonçalves mostra, com orgulho, a aquisição de tijolos e telhas para ampliar sua casa e melhorar as condições de moradia da família. E diz que o quintal tem a função

5 Tralhas, na linguagem nativa, é o mesmo que móveis, roupas e eletrodomésticos, é um sentido dado a coisas sem muito valor comercial.



de ensinar os filhos a trabalhar na roça, mesmo que não seja reconhecido pelo parceiro como importante.

O “roçadinho” ajuda na alimentação da família e na educação para o trabalho rural dos meninos. Para Heredia (1979), tudo o que não é controlado pelo chefe da família não é considerado como principal ou importante para a família; por esse motivo, os roçadinhos perdem a importância porque são as mulheres e os meninos responsáveis pelo que se cultiva neles.

A propósito da importância dos roçadinhos como prática pedagógica para os meninos, Heredia (1979) observa que a roça é a unidade de produção na qual todos os membros trabalham, mas pertence ao pai da família. O que é produzido na roça traz prestígio e honra ao pai, e ninguém recebe nada por trabalhar para ele, porque os membros da família ajudam o pai. A compensação se dá na hora de consumir seus produtos. A roça abastece a casa e garante o sustento da unidade de consumo familiar, enquanto o roçadinho pertence aos outros membros da família, aos filhos e à mulher. Portanto, garante o consumo individual. Essa situação descrita por Heredia (1979) é encontrada entre as famílias de camponeses/as no assentamento. Ao referir-se aos roçadinhos, dizem que “é nesse aqui [roçadinhos] que ensinamos os meninos “a lida da roça”; a cuidar das macaxeiras, a aguar as frutas, a fazer a capina e dar comida para as galinhas e porcos. Já às meninas não é cobrada a iniciação em atividades agrícolas, mas sim nos afazeres domésticos, como aprender a cozinhar, a lavar louça e roupas, e ainda a cuidar dos irmãos mais novos, como refere Moraes (2003).

Dessa forma, o fato de parte das famílias de camponeses/as parceiros/as não se identificar com o assentamento da Fazenda Santa Clara está ligado diretamente à trajetória social de cada família. Por exemplo, existem aquelas famílias que não querem “investir” na sua área de quintal nem na casa de moradia. Após longas conversas, observei que, quando viviam como meeiros, arrendatários ou moradores, ressentiam-se por já haver passado por situações de terem que abandonar a área toda plantada, porque o proprietário iria “precisar” das terras. Daí a explicação porque não acreditam que a empresa cumprirá o contrato de parceria rural. Portanto, a empresa se comporta como os proprietários de terras convencionais no âmbito da sociedade do trato que expulsam seus moradores, quando não estão mais atendendo a função básica de trabalhadores na propriedade.



### 3.3 “Ser parceiro rural, agricultor familiar, trabalhador rural e assentado - tudo leva a gente a um único lugar: a terra”

Na convivência diária com os camponeses, observei que eles utilizavam quatro categorias em seus discursos, a saber: agricultor/a familiar, parceiro/a rural, assentado/a e trabalhador/a rural. É através do uso constante e em situações diferentes que esses atores sociais procuravam redefinir suas estratégias de acesso a bens e serviços ofertados pelas instituições governamentais, não governamentais e privada, tais como: a Empresa Brasil Ecodiesel, Governo Estadual, Municipal, Sindicato dos Trabalhadores e, mais recentemente, o INCRA. Sobre o tema ora discutido, Cunha (1986) afirma que essas identidades formuladas pelos agentes sociais são relacionais e políticas. Ou conforme Pao-liello (1999). Nesse sentido, é importante ficar atento à flexibilidade de categorias culturais e de suas práticas, favorável a ajustes que, mais do que orientados para a reafirmação de um modo de vida particular, procuram reconstruir um espaço social de existência que demanda inclusão jurídica e política, através do reconhecimento de direitos.

Nesta direção, chamou a atenção no uso dessas quatro categorias, a fluidez e a forma contextualizada com as quais são utilizadas. Durante minhas idas ao campo, participei como observadora das reuniões que aconteceram no núcleo e células com representantes do INCRA, Sindicato, Associação, PRONAF etc. Presenciei negociações e/ou reivindicações dos camponeses parceiros assentados junto à Brasil Ecodiesel. E para cada um desses momentos foi adotada uma estratégia identitária pelos camponeses.

Observei por muitas vezes que a categoria jurídica parceiro rural era acionada nos momentos em que os/as camponeses/as parceiros/as se reportavam à empresa ou quando, nas situações de conflito, sobre a possível quebra de contrato por ambas as partes, o Contrato de Parceria Rural Agrícola era referido como o documento que legitima relação jurídica que lhes confere a identidade de parceiro rural. A propósito, Manuel Castells (1999) trata teoricamente como se dão processos desta natureza, no que se refere às identidades.

A construção das identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 1999, p. 23).



Nesse sentido, vale lembrar que, ao denominarem-se parceiros rurais, os camponeses colocam-se como sujeitos de direitos em relação ao acesso à terra, à casa e ao adiantamento de safra, tendo em vista essa denominação como um dos aparatos de poder que legitimam sua condição na relação com a empresa Brasil Ecodiesel.

Por seu termo, a categoria política assentados/as foi acionada em dois momentos: um quando os camponeses se referem à sua moradia não como célula, mas compreendida a partir de toda a área da Fazenda Santa Clara. O segundo, durante as reuniões com representantes do INCRA. É como se, ao assumir a identidade de assentado, nesses encontros, fosse para reivindicar os benefícios disponibilizados pela instituição. Mesmo não sendo totalmente do conhecimento dos camponesas quais são esses benefícios.

Eu nem sei o que o INCRA tem para dar para gente. Mas se tiver alguma coisa, nós queremos. Dizem que eles só dão benefícios ao povo que é assentado. Mas aqui a gente é assentada. O nome que a gente conhece para quem vive assim como nós é assentado. Só que de jeito diferente (A. da Costa).

Ao considerar-se assentado, o camponês percebe a Fazenda Santa Clara como um assentamento. Para muitos deles não são claras as diferenças entre os assentamentos de reforma agrária e o assentamento público privado, conforme Lei Estadual 5.333/ 15/10/2003, que institui o Projeto de Produção de Mamona no Estado do Piauí como tal. Para os/as camponeses/as parceiros/as assentados/as, é indiferente se o assentamento é público ou privado. Observei que o uso da identidade assentados/as tem a ver com a ideia de que “é o assentamento que faz existir o assentado” (LEITE *et al.*, 2004, p. 64-65), sendo essa a ideia que eles têm do espaço onde vivem. É importante observar que o uso da categoria assentado/a pode estar ligado às experiências anteriores de famílias que já moraram em assentamentos rurais de política de Reforma Agrária. Outra possibilidade levantada por eles é que todas as pessoas de fora os veem como assentados, e não como parceiros ou trabalhadores/as rurais. Assentado e agricultor/a familiar, na opinião dos camponeses, são termos amplamente divulgados nos meios de comunicação e facilitam às pessoas se identificarem ou não. Identidades lançadas por pessoas ou instituições, como a de assentados, lembra o que diz Bauman (2005):

As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta e é



preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p. 19).

Observei que a categoria social agricultores/as familiares<sup>6</sup> geralmente é acionada quando os/as camponeses/as estão em reuniões com agências de financiamento, como Banco do Brasil e Banco do Nordeste, e ao preencher os formulários do PRONAF<sup>7</sup>. Uma questão que me chamou a atenção foi que o uso dessa categoria está mais presente no discurso dos camponeses jovens e com maior grau de escolaridade. Mas compreendi também que essa familiaridade dos jovens com a categoria agricultor familiar se deve também ao fato de eles utilizarem as linhas de crédito do PRONAF – B para comprar porcos e plantar mandioca. Os/as camponeses/as mais velhos sentem-se inseguros para fazer empréstimos, de modo que se torna pequena a quantidade de famílias beneficiadas pelas linhas de crédito do PRONAF. Esse receio, principalmente por parte daqueles que não sabem ler nem escrever, se deve ao endividamento que ocorreu no ano de 2006, quando foram vítimas de uma ação coletiva de manipulação de empréstimos na Fazenda Santa Clara, intermediada por um administrador da empresa nesse período.

Não quero nem enxergar empréstimos para agricultor familiar. Fizeram aqui um empréstimo no nome de muita gente, e quando os coitados iam receber o dinheiro, recebia só a metade. O cheque não era entregue no banco de São Raimundo Nonato, era entregue aqui na mão do Francisco Cabral Lustosa, que já trazia os animais para gente comprar. Olha, aqui ele vendia burro cego, animal doente, e a gente era obrigado a ficar. Me lembro que essa confusão de cheque, aqui, deu até surra em parceiro que não quis comprar uma égua com a pata doente. Eu mesmo, lhe digo, vieram aqui e me mandaram pegar o cheque. Eu disse que não ia e que eles procurassem dar seu jeito de devolver o dinheiro para o Banco, porque, aqui em casa ninguém assinou papel de empréstimo. Sei que muita gente deve o banco até hoje e o Lustosa foi mandado embora da empresa por roubo (P. da Costa).

6 O reconhecimento oficial dos agricultores familiares como sujeitos de direitos é recente na história brasileira. Nos últimos doze anos, foram criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar, e esta foi reconhecida legalmente. O PRONAF, criado em 1996, constituiu-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social, e a Lei da Agricultura Familiar, de 2006, define oficialmente esta categoria produtiva. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/lei/agricultorafamiliar>. Acesso em: 18 abr. 2010.

7 Conhecido como microcrédito rural, é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/lei/pronaf>. Acesso em: 18 abr. 2010.



Sobre a compra de animais doentes, encontrei por acaso um camponês que trabalhava, à época, como funcionário da Empresa Brasil Ecodiesel. Ele conta que era o responsável pela compra dos animais e obedecia ordens do gerente de produção da empresa no ano de 2006.

A ordem era: comprar animal bichado, bem barato e vender caro para os parceiros. Eu saía nesse mundo comprando os animais. Trazia cego, manco, e os parceiros levavam sem reclamar. Aqueles que reclamavam eram perseguido, aqui. A pressão era grande nessa época. Fizeram até um movimento no final de 2005 denunciando as presepadas do Francisco Cabral Lustosa. Sei que muita gente aqui tem medo de assinar qualquer coisa por causa desse PRONAF (S. de Alencar, ex-funcionário da Brasil Ecodiesel).

Sobre a manifestação a qual o camponês se refere, esta ocorreu no final de 2005, quando os camponeses parceiros se organizaram entre as dezoito células e bloquearam a BR- 324 por um período de vinte e quatro horas. A proposta da manifestação era chamar a atenção do Estado e do Banco do Brasil para a situação de endividamento das famílias com empréstimos realizados. No entanto, a partir da penetração de agentes ambientais que atuam na região, o movimento passou a ser divulgado como de denúncia de suspeita de exploração do trabalho infantil e descumprimento do contrato de parceria por parte da empresa e desmatamento para a produção de carvão. A questão central do movimento, que era “resolver a questão do endividamento dos camponeses com o banco”, foi anulada por força de agentes externos que estiveram presentes em tal evento, como relata o camponês líder da célula em que mora.

Eu me sinto responsável pela entrada do ambientalista J. Barros aqui na Santa Clara. Na época a gente estava organizando uma manifestação para pedir providências ao Estado sobre o endividamento das famílias com o PRONAF. Levei ele até nossos companheiros líderes das células, envolvi ele em nossas reuniões, pois não é que no dia a coisa foi toda pra outro lado? Saiu coisa [denúncias] aqui que até pra nós foi novidade. O certo é que pedamos uma coisa e foi outra (M. A. Santos).

As famílias dizem que essa experiência negativa com o PRONAF, no assentamento da Fazenda Santa Clara, contribuiu para que muitos dos camponeses, principalmente os que se sentiram lesados com dívidas que eles dizem não terem contraído junto ao banco, tenham resistência para denominar-se agricultores familiares, e que não desejam usufruir das linhas de crédito destinadas a esse segmento.



Pude observar que a identidade de trabalhador rural é mais comum quando se referem aos benefícios sociais da aposentadoria rural. Todos/as são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Canto do Buriti em Elizeu Martins. Esses camponeses dizem que, quando é necessário preencher qualquer “papelada”, têm sempre o cuidado de colocar a profissão como trabalhador/a rural. Mas percebi que ser trabalhador/a rural não representa para eles/as apenas uma identidade introduzida pelas instituições. Também pude notar que, nos momentos de descontração entre amigos e em família, a identidade assumida é a de trabalhadores rurais, sempre representada na individualização do “homem e mulher da roça”. Essa identidade assumida “constitui fontes de significados para os próprios atores sociais, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Em se tratando de processo de mudança, os marcadores identitários assentado, parceiro rural e agricultor familiar exigem sua incorporação em um processo de desconstrução de modos de vida anteriormente consagrados. O efeito da (re) construção das identidades é a elaboração de novos sistemas classificatórios e de visão do mundo, concebidos de acordo com interesses dos atores sociais (BOURDIEU, 1981). Redefinindo socialmente os outros, os mediados, submetidos a processos de mudança, reconstroem simbolicamente o grupo e os princípios de seu pertencimento. Aceitando e incorporando este papel, elaboram e colocam em prática alternativas de vida.

Quanto a identidades introduzidas por instituições com o objetivo “de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”, caso da identificação parceiro rural, categoria pela qual a empresa trata os camponeses assentados nas células de produção, trata-se de uma “identidade legitimadora” nos planos jurídicos e políticos. Como tal, ele aponta para processos de disciplinarização dos atores sociais envolvidos (CASTELLS, 1999, p. 24) como a responsável pela definição dos padrões que servirão de parâmetro oficial para os indivíduos se identificarem.

Castells (1999), ao demonstrar que as identidades não são naturais, mas sim construídas, levou-me a refletir sobre a função dessas identidades na reprodução social do grupo estudado. Na verdade, essas identidades por eles assumidas apontam para estratégias de sobrevivência e reprodução social em um ambiente de dominação e controle. Os/as camponeses/as parceiros/as assentados/as jogam frequentemente, autoafirmando-se com essa “nova” relação com a terra, família, trabalho, empresa e mercado, lidando com identidades



estratégicas (BOURDIEU, 1998; CUCHE, 1999) de forma consciente. Ainda tratando de identidade, Bauman (2005) discute sobre a existência daqueles sujeitos que tiveram o acesso negado à escolha da identidade.

Aqueles que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se resentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (BAUMAN, 2005, p. 14).

De fato, teoricamente, para “um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, podem haver identidades múltiplas” (CASTELLS, 1999, p. 22). O autor mostra a diferença existente entre os papéis sociais que os indivíduos assumem e que são definidos a partir de normas, e estruturados pelas instituições e organizações da sociedade. Conforme narrativa do camponês parceiro assentado.

A gente usa o nome que interessa às instituições que tem poder para fazer alguma coisa por nós. Na verdade, todos esses nomes estão certos. Sabe por quê? Porque, ser trabalhador rural, assentado, parceiro rural e agricultor familiar levam a gente a um único lugar: a roça para sustentar as nossas famílias e lidar bem com a empresa [...] A gente precisa se garantir no que fala para depois o corpo não padecer ( M. dos Santos).

O uso das categorias agricultor/a familiar, parceiro/a rural, assentados/as os transformam em sujeitos socialmente reconhecidos no universo das políticas públicas rurais. Caso essas categorias deixem de ser usadas pelos atores sociais da Fazenda Santa Clara, eles se consideram excluídos do espaço social em que essas identidades são construídas pelas instituições.

Castells faz referência a situação semelhante quando define identidade de resistência como aquela que se dá a partir “dos atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência” (CASTELLS, 1999, p. 24). Dessa forma, o que acaba ligando os indivíduos é justamente o que têm em comum, dito de outro modo, é esse sentimento de inferioridade que a lógica da dominação provoca naqueles que estão submetidos e silenciados, embora essas identidades sejam buscadas como estratégias de sobrevivência e reprodução social desses grupos. O uso dessas categorias nesse



momento não lhes dá a certeza de que as utilizarão para sempre e muito menos que jamais experimentarão outras identidades. Compreendo essa dinâmica de uso e desuso de identidades da seguinte forma:

Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação (BAUMAN, 2005, p. 91-92).

Nesse sentido, observei que os camponeses pesquisados têm consciência acerca da necessidade do uso dessas identidades como estratégia de acesso a bens e serviços, e que não usá-las poderia excluí-los desse acesso. Mas observei também que seu uso não representa para eles/as o nascimento de um novo sujeito, e sim o nascimento de um personagem que tem hora para entrar e sair de cena. E que, se for necessário, nessa “vida de insegurança” na qual consideram viver, “vamos ser chamados de João, Maria, Pedro, o importante é não ficar de fora”.

### 3.4 Controvérsias sobre a quebra de Contrato de Parceria Rural Agrícola - entre discursos, práticas, “sedução” e “armadilha” na conquista da terra prometida

“A empresa vive mudando as regras do contrato”, diz um camponês parceiro, referindo-se à forma como as decisões são tomadas pela empresa sem o conhecimento das famílias. As mudanças ocorridas nas negociações entre a Empresa Brasil Ecodiesel e os camponeses não foram compreendidas por estes últimos. A incompreensão das mudanças que serão explicitadas neste tópico foi apontada como encorajadora para aproximadamente 320 famílias entrarem com ação na Justiça do Trabalho contra a Empresa Brasil Ecodiesel, no mês de novembro de 2009, reivindicando indenizações por “quebra de contrato” e direitos trabalhistas.

Quando iniciei a pesquisa de campo, vivenciei a dualidade no trato do assunto justiça do trabalho no assentamento; em alguns momentos, a tratavam com “tabu”; em outros, como o assunto preferido. Eu tive de aprender a observar em quais momentos e em quais grupos esse assunto era abordado pelos camponeses. Em alguns ambientes **não era favorável** qualquer pergunta sobre



o contrato de parceria ou sobre a “quebra de contrato”. Aos poucos, fui percebendo a existência de dois grupos: de um lado, aqueles que entraram com a ação trabalhista contra a empresa evitavam falar no assunto; e, por outro, aqueles que não entraram com a ação trabalhista e que passaram a ser os “comentaristas” oficiais desse assunto no assentamento. É comum, ao relatarem detalhes dessa iniciativa, os comentaristas se referirem às famílias que entraram na justiça como “traidoras”, “ingratas” e “burras”.

Ao denominá-los de traidores e ingratos, argumentam que “a empresa, apesar de tudo, deu a eles a oportunidade de ter terra para trabalhar, morar e ser proprietário no futuro”. Essa ideia de “gratidão” apresentou-se fortemente entre as famílias que não possuíam casas nem roça antes de virem para o assentamento. No entanto, para aquelas famílias que possuem “propriedades” em seus lugares de origem, essa ideia de “gratidão” não é compartilhada, pelo contrário; eles/as percebem essa relação como de contrato, como uma troca, na qual estão trabalhando para adquirir a terra e, por compreenderem dessa maneira, não agem como se devessem gratidão à empresa. Quando os chamam de “burros”, os comentaristas partem do princípio que o grupo não tem força para ganhar na Justiça uma ação que reivindica direitos por vínculos empregatícios e por quebra de contrato por parte da empresa. Nos dias em que a FM Santa Clara, administrada pela associação dos moradores da Caju Norte, divulga a relação dos pessoas convocadas para as audiências de conciliação, o assentamento é tomado por um silêncio, principalmente entre aqueles que tiveram os nomes divulgados.

Dentre os temas que envolvem os discursos sobre a quebra de contrato, um particularmente me chamou a atenção, que foi o uso de termos jurídicos por parte dos/as camponeses/as assentados/as e o contexto por eles articulado. Destacam-se, na linguagem jurídica, a qual me refiro, os termos parceira outorgante (empresa) e parceiro outorgado (conjunto familiar) das cotas de partilha descritas no item 6 do contrato, que trata dos percentuais cobrados pela empresa sobre a produção de mamona e das culturas consorciadas nos lotes cultivados em parceria com as famílias, assim como de rescisão no item 21, que trata das penalidades sofridas tanto pelo parceiro outorgado quanto pelo outorgante, no caso de descumprimento do contrato. Com a convivência na casa dessas famílias, observei que os jovens que sabem ler e escrever costumam ler o contrato de parceria para pais e vizinhos.

A modalidade de cessão das terras para a instalação da Fazenda Santa Clara, com o objetivo de cultivar mamona, está consubstanciada em uma controvertida parceria que implica perda de autonomia produtiva por parte das



famílias, com anuência oficial do Estado, e isso entra em confronto com o que prescreve o II Plano Nacional de Reforma Agrária.

A visão contemporânea e democrática de reforma agrária, sintonizada com a perspectiva de demanda do modelo agrícola, desdobra-se na definição de um público-alvo abrangente formado pelos segmentos da população rural que tem no acesso à terra um limite à sua reprodução econômica e social e ao exercício de sua autonomia (PNRA, 2005, p.17- grifo meu).

As famílias reclamam que, ao assinar o contrato de parceria rural, perderam a autonomia na decisão do que plantar. Foi nesse contexto de abandono das práticas de cultivos dos roçados anteriores e de adaptação às novas práticas e culturas produtivas, voltadas totalmente para o mercado, que iniciaram os conflitos e tensões com as acusações mútuas de quebra de contratos. De um lado, a empresa acusa as famílias de abandono dos lotes, o que em sua opinião se caracteriza como rompimento com o contrato; de outro lado, as famílias acusam a empresa de não cumprir o acordo salarial, conforme interpretação do discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita de inauguração oficial da Fazenda Santa Clara, no dia 24 de agosto de 2005, data que marca a primeira colheita de mamona. O discurso do presidente da República passou a ser utilizado pelos camponeses como legitimador nas cobranças pelo direito de receber salário fixo na Fazenda Santa Clara.

O nosso petróleo, o petróleo verde da mamona, nunca acaba. Porque acaba um pé, a gente planta outro. Acaba outro, a gente planta outro [...] A mamona pode ser uma das possibilidades para o povo pobre deste país melhorar de vida. E para mim, gente, não tem coisa mais orgulhosa do que ver um pai de família trabalhar, receber seu salário, pegar a mulher e os filhos, ir na bodega mais próxima e encher a casa de comida<sup>8</sup> (Luiz Inácio Lula da Silva).

As narrativas evidenciaram que “salário” e terra eram as expectativas das famílias quando chegaram ao assentamento. Geralmente eles reproduzem em suas falas a parte do discurso do presidente da República que fala de “salário”. Eles dizem que a empresa descumpriu o item 5.4 do acordo, que trata da entrega da área arada, gradeada e semeada, à época certa do plantio da mamona, quando, na verdade, as áreas foram preparadas em períodos consi-

8 Consultar na íntegra a reportagem que trata da inauguração da Fazenda Santa. Clara <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/clipping.php?id=139>.



derados “fora de época”<sup>9</sup>, ocasionando prejuízos na produção. Assim, percebi que quando surge qualquer situação que venha a contribuir para a formulação de estratégias de defesa de direitos que lhes beneficie, rapidamente, os camponeses a incorporam em seus discursos. Conforme depoimento do camponês parceiro.

Eu saí da minha terra porque a proposta de receber um salário mínimo, mais dez reais por mês que era tudo que eu desejava. Muitas promessas maravilhosas foram feitas. Hoje vejo que nada se cumpriu. Eu até chamo esse projeto da terra prometida. O contrato de parceria seduziu muita gente, mas depois vimos que era uma armadilha para o povo vir pra cá. Até o presidente andou aqui falando do nosso salário. Cadê? Hoje se transformou em 160 reais por mês. Olha que deixei minha propriedadezinha lá em Colônia do Gurgueia e estou aqui. Sabe, as coisas não foram como eu esperava. Mas voltar também não quero. Chega de andar com a mudança na cabeça. A área aqui é mais [bem] localizada do que o lugar que a gente morava. Quem sabe um dia não vira cidade, aí as terras vão ficar valorizadas (N. dos Santos).

Aparentemente, esses camponeses aparecem, muitas vezes, em posição de subalternidade para quem observa de imediato; mas na convivência com as famílias e participando do seu cotidiano, pude observar que eles possuem estratégias para se apropriarem das informações contidas no contrato de parceria, e transformá-lo em instrumento da reivindicação de seus direitos pela suposta “quebra de contrato” por parte da empresa. Uma dessas estratégias foi observada durante uma reunião dos moradores das quatro células que compõem a única associação. Dentre eles havia um camponês de 35 anos de idade, reconhecido no assentamento como uma pessoa bem articulada, que possui bom relacionamento com todas as famílias e considerado um mediador entre os/as camponeses/as e a empresa. Esse camponês que conduzia a reunião estava discutindo algumas cláusulas do contrato de parceria e sempre frisava: “para a gente lutar pelos nossos direitos, temos que conhecer os nossos direitos”.

Nessa proposta de parceria rural, as famílias são identificadas como fornecedoras de matéria-prima, a mamona, mediante regras de preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita. A comercialização e preços praticados pela empresa estão definidos no instrumento particular de promessa de compra e venda de grãos de mamona.

9 Fora de época são os meses de janeiro, fevereiro e março, quando já estão ocorrendo às últimas chuvas. De acordo com os camponeses, o período certo para o plantio de mamona é quando ocorrem as primeiras chuvas.



O contrato de compra e venda não trata do adiantamento de safra que os camponeses assentados recebem mensalmente. Ainda sobre o contrato de compra e venda e sobre os conflitos gerados sobre ele, os camponeses organizaram uma manifestação em frente ao núcleo, com o objetivo de reivindicar a renovação no contrato de compra e venda da mamona, ajuste do pagamento do adiantamento de safra, recebimento das cestas básicas e regularização na distribuição de água para algumas células, que, na ocasião, se fazia através de carro-pipa, prática comum no assentamento quando as bombas dos poços quebram.

Em agosto de 2007 juntamos aqui uns cem trabalhador de coragem e saiu todo mundo de casa convencido a invadir o escritório do núcleo para obrigar a empresa a renovar o contrato de parceria vencido [na verdade, o de compra e venda da mamona], acerto do valor da mamona que era para dois anos o preço e nunca mudou, consertar a bomba de três células que já fazia três mês de quebrada, e atraso nas cestas. Nessa época tava tudo começando a debandar, porque a empresa já estava falindo (A. de Castro).

As controvérsias acerca do que rege o contrato de parceria rural têm sido o assunto preferido entre as famílias. Todas as famílias querem dar sua opinião sobre algumas das cláusulas do contrato. Na sua maioria, as interpretações sobre a condução do contrato, sempre as favorecem. São poucas as famílias que assumem terem quebrado o contrato com a empresa. Porém, esse “assumir” a quebra de contrato por parte da família só ocorre internamente ao grupo. Quando se trata de reivindicações, essas mesmas famílias, que em outros momentos afirmaram também ter quebrado o contrato, juntam-se aos demais e passam a afirmar que a empresa foi à única das partes a quebrar o contrato de parceria.

Segundo a camponesa M. dos Santos, “quem quebra o contrato primeiro é quem deve pagar por isso”. Eles dizem que a quebra de contrato, por parte da empresa, traz para eles o direito a indenizações, e que esta questão está clara no contrato de parceria (item 21), que trata da rescisão do contrato, na qual prevê indenização de nove mil reais por ano de funcionamento do projeto com ajuste anual. Essa indenização é chamada pelos camponeses de “um dinheiro que a gente tem direito”, dinheiro este tido como oriundo do governo federal.

Eu soube desse dinheiro que a gente tem direito a receber como indenização pela quebra de contrato. Eu fui atrás [fala da ação



trabalhista contra a empresa] é nosso esse dinheiro. O Lula, presidente de gente pobre como nós, tem mandado dinheiro pra esse povo da empresa. Quando ele veio aqui falou do nosso salário. Quem manda esse dinheiro? Não é ele? Como ele sabia do nosso salário? [...] Aqui uma companheira assentada numa outra célula [sinaliza para sua direita], mandou até uma carta para o presidente para perguntar quanto eles estão dando para a empresa manter a gente aqui. Esse dinheiro, aí, não é desse povo dono da empresa, é o presidente que manda para ajudar os pobres. Depois fica essa confusão para cima e para baixo de quebra de contrato. Eles quebraram primeiro quando diminuiu nosso salário de duzentos e cinquenta para cento e sessenta [reais] ( J. de Almeida).

Outro ponto importante levantado pelas famílias trata-se da celebração de promessa de compra e venda da mamona. Esse contrato torna-se obrigatório para a concessão e manutenção do selo combustível social. Em outras palavras, não bastam, portanto, a compra e o devido pagamento, por parte do produtor de biodiesel; faz-se necessário regularizar a transação por contratos anuais. No entanto, ficou evidenciado que a Empresa Brasil Ecodiesel mantém a prática de transações comerciais informais com as famílias assentadas, a exemplo do pagamento antecipado da safra, não há registro formal dessa negociação. Os valores e acordos praticados não estão previstos no contrato de parceria nem no contrato de promessa de compra e venda da mamona.

O PNPB (2007) estabelece as cláusulas mínimas e essenciais a constarem nos contratos de compra e venda. Essas cláusulas foram obedecidas integralmente pela Empresa Brasil Ecodiesel quando na elaboração do contrato de parceria celebrado com os/as camponeses/as. Uma das questões observadas foi o descumprimento na definição de prazos para a renovação e reajuste dos contratos de compra e venda da mamona. A empresa o estabeleceu como uma tendência de renovação, de modo informal, no qual se observa a ausência de aditivos, sendo essa uma das reivindicações da manifestação dos camponeses parceiros na tentativa de invasão ao escritório da Fazenda Santa Clara, em agosto do ano de 2007; ainda assim, quando os valores de reajuste do preço contratado não foram estabelecidos no contrato.

Quanto ao valor de compra da matéria-prima, as cláusulas referentes demonstram diminuto aumento do preço, no intervalo de dois anos, o que gerou conflitos e tensões entre os camponeses e a Empresa Brasil Ecodiesel. O preço final certo e ajustado para o produtor é de R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos) por quilo. Com grau de pureza de até 85%, abaixo desta porcentagem, o valor



será de sessenta e dois centavos. Esta é a cláusula do modelo contratual do ano de 2005; em 2007 ocorreu a última atualização do contrato de compra e venda da mamona realizada na Fazenda Santa Clara. Os preços fixados foram de sessenta e seis e sessenta e quatro centavos, cuja diferenciação de preço está ligada ao grau de pureza da mamona. No entanto, os camponeses passaram a questionar a qualidade das sementes recebidas, que, no seu entendimento, apresentavam qualidade inferior à esperada pela empresa. Assim, eles dizem que não seria justo receberem pelo pagamento da mamona um preço menor em função de uma qualidade que não era de sua responsabilidade, mas sim de quem adquiriu a semente, no caso, a empresa, que entregava os lotes arados e semeados não tendo as famílias como interferir na compra dessa semente.

Por fim, entre os problemas apontados pelas famílias e pela empresa, a falta de diálogo entre eles teria sido o que provocou maiores prejuízos à relação entre os parceiros e a empresa. Nesse sentido, o contrato de parceria foi transformado no “vilão” da experiência de produção de mamona na Fazenda Santa Clara. Essa dificuldade de diálogo, resultante de uma administração autoritária, abriu muitas possibilidades para questionamentos, conflitos e até mesmo ações trabalhistas contra a empresa.

A situação em relação às ações trabalhistas contra a empresa no momento desta pesquisa era de expectativas por parte tanto das famílias que entraram com ação quanto as que optaram por não o fazerem nesse momento. Por outro lado, também trouxe o sentimento de insegurança quanto ao posicionamento da empresa, caso a justiça negue seus pedidos de indenização. As famílias dizem temer pela “perda da causa na Justiça”, com receio de serem expulsas de suas casas e roça, assim, perdendo o direito à terra ao término do contrato de dez anos de parceria. Já as demais famílias, que não entraram com ação contra a empresa, aguardam com curiosidade os resultados e dizem que, se for positivo, também buscarão na Justiça os seus direitos. Assim, a “quebra de contrato” que se apresenta em meio a opiniões divididas nos discursos dos camponeses, na prática, ficou evidenciado que todos desejam a mesma coisa: “ser indenizados pela empresa”.

### **3.5 Células de produção: lugar de morada, dos roçadinhos e da (re) construção da autonomia relativa**

O local onde localizam-se as casas do assentamento é denominado célula de produção. Denominação atribuída pela empresa ao modelo de construção



no qual as casas são dispostas em círculos. Cada célula possui mil hectares, sendo composta por trinta e cinco casas e um salão medindo 6m<sup>2</sup>, destinado a atividades culturais e conhecido por centrinho. Assim os identificam por estar localizado no centro de cada célula. As casas possuem 36m<sup>2</sup> distribuídos por cinco cômodos: uma sala, dois quartos, um banheiro e uma cozinha. São pintadas nas cores branca e amarela, numa forma padronizada pela empresa, possuem uma janela na sala, piso de cimento bruto, paredes de blocos de cimento com areia grossa, sem reboco, na versão da casa entregue pela empresa quando chegaram ao assentamento (Figura12).

Na planta original das casas, as portas dos dois quartos e do banheiro dão acesso à sala de estar, e a porta da cozinha, que fica na lateral da casa, ao quintal. Essa área do quintal produtivo medindo 0.9 hectare é destinada ao cultivo de frutas, hortaliças e macaxeira (*manihot esculenta*), ou como algumas famílias denominam: mandioca doce.

Ao construir as casas em formato de células, a ideia inicial era de que todos pudessem visualizar, ao mesmo tempo, uns aos outros, e, conseqüentemente, o movimento cotidiano de cada família (Figura 13). A possibilidade de a organização de seus espaços de moradia facilitar o controle da empresa e de terem sua privacidade invadida pelos vizinhos não agradou às famílias. Uma das questões também apontadas como dificuldade em aceitar essa nova organização espacial de suas moradias se deve ao fato de não ter semelhanças com as moradias anteriores.

Em casa pequena a gente sempre morou, mas assim, todo mundo dentro de uma roda foi estranho. Achei diferente. Mas sabe, aquela coisa de uma casa mais distante da outra era melhor. Um espirro, aqui, o vizinho dá definição. Você já viu que muita gente tá isolando as casas? Mudando porta de lugar. Nem que a empresa quisesse, controlaria o povo mais (camponesa A. da Costa).

Como estratégias de controle dos espaços de moradia, as famílias passaram a plantar árvores frutíferas e ornamentais no centro das células, com objetivo de dificultar o processo de “vigilância da empresa” e manter a privacidade em relação a vizinhos, principalmente aqueles que não eram do seu convívio antes de virem para o assentamento.



Figura 12 - Croqui etnográfico da planta de uma das casas do Assentamento Santa Clara na versão

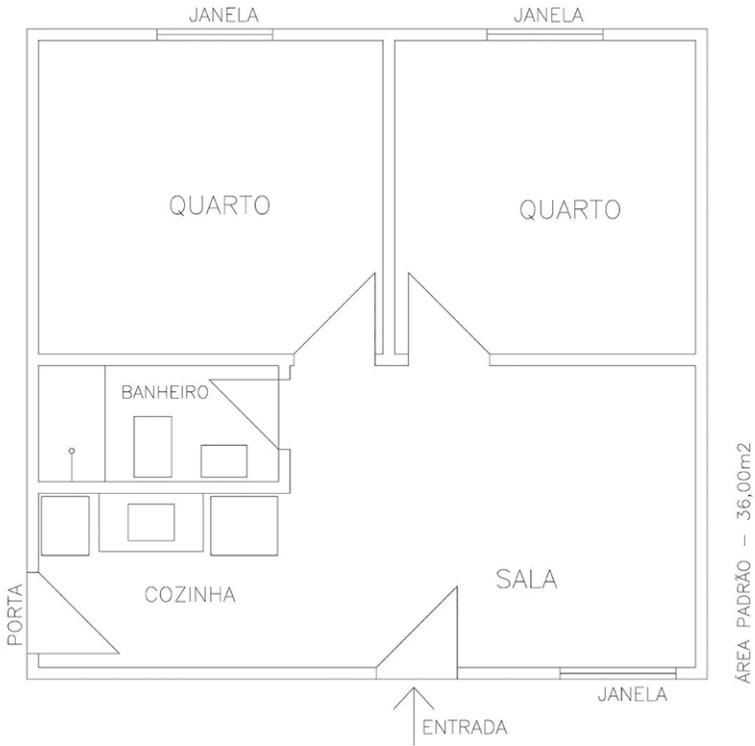


Figura 13 - Croqui etnográfico de uma célula de produção sem alterações na infraestrutura das casas



A estratégia adotada, de plantar árvores de grande porte, provocou alguns desdobramentos que ocasionaram punição para algumas famílias, com o corte do adiantamento de safra por um mês, como forma de intimidar a ação do grupo. Nesse período, dizem os camponeses, que a empresa tinha uma política administrativa baseada no “autoritarismo e queria controlar tudo o que acontecia nas terras da Fazenda”. Uma camponesa se recorda que, por diversas vezes, as famílias foram obrigadas a retirar as plantas do centro das células; quando não, a própria empresa enviava um trator para retirá-las, alegando que a célula estava com aspecto de área abandonada.

De acordo com Scott (2002), essas atitudes de interferência no desenho original pelos camponeses podem ser compreendidas como formas cotidianas de resistência, que surgem entre camponeses que vivem pulverizados ao longo da zona rural, enfrentando obstáculos para a ação coletiva e organizada. Nesse sentido, as formas cotidianas de resistência que emergiram no assentamento parecem particularmente importantes para o processo de retomada da relativa autonomia perdida nos espaços de moradia e da roça.

A proibição da alteração do espaço físico do assentamento era interpretada pelos camponeses não como uma questão estética, conforme argumentava o gerente de administração, mas sim como reação à violação das regras estabelecidas no item 8 do contrato de parceria, que trata da proibição de benfeitorias nas áreas cedidas ao parceiro-outorgante sem autorização da empresa.

Convivendo com as famílias nas células, observei que a estratégia adotada por elas não tinha como objetivo apenas proteger a sua “privacidade” dos vizinhos, como a maioria argumentava. Essa foi uma estratégia também pensada para não serem vistos pelos funcionários da empresa, nem por vizinhos que eles consideravam delatores, quando abandonavam os tratos culturais dos lotes de mamona. Alguns camponeses parceiros, no período dos tratos culturais da mamona, por resistência à cultura, “optavam” por ficar em casa nos horários em que deveriam estar nas roças. Porém, no contexto da casa vigiada, o fato de estarem morando em casas dispostas em círculos possibilitava serem vistos na entrada da célula através da porta principal de suas casas. Para melhor compreensão das alterações físicas a figura 14 apresenta as novas construções, que destaco na cor vermelha.



Figura 14 - Croqui etnográfico de uma célula de produção com alterações físicas de maior recorrência no assentamento da Fazenda Santa Clara



Com base em Scott (2002), entendo que essa luta prosaica, mas constante, dos camponeses parceiros contribuiu para que a Brasil Ecodiesel recuasse com sua política administrativa, baseada no controle e na punição, não por entender que os camponeses parceiros merecessem essa mudança, mas porque compreenderam que estavam perdendo o controle sobre eles e que o projeto tal como foi pensado estava se alterando, a partir dessas práticas de resistências cotidianas. Compreendo essa nova gestão, que os agricultores assentados avaliam como “jeitosa”, bem mais como uma estratégia de sobrevivência e permanência da empresa nas terras da Fazenda Santa Clara. A saída de sua parceria agrícola, firmada com os agricultores assentados, antes dos dez anos, colocaria a empresa em uma situação de quebra de contrato, o que implicaria em indenização das famílias assentadas.

A palavra controle surge por diversas vezes no discurso das famílias. Elas dizem que a empresa pensou esse modelo de moradia, disposto em círculos, para facilitar o controle uns dos outros. E nessa situação de vigilância constante a qual eles se referem, citam a tentativa de a empresa transformar os líderes das células em delatores oficiais. A empresa queria transformar os líderes nos “olhos da empresa em cada célula”. Mas a tentativa foi frustrada, mesmo naquelas poucas células onde a escolha do líder teve interferência da empresa. Em geral, as famílias escolhem seus líderes, mas naquelas células cujos moradores não manifestaram interesse em indicar um líder, a empresa indicava. O papel do líder, nesse contexto, é de mediador entre a empresa e as famílias parceiras.

Ainda sobre os aspectos de controle, vigilância e punição das famílias nos espaços de moradia, o modelo adotado pela empresa levou-me a pensar teoricamente nas semelhanças com o panóptico de Jeremy Bentham (FOUCAULT, 1979) - uma composição arquitetônica de cunho coercitivo e disciplinatório. O formato e função circular das células de produção do assentamento trazem características físicas e funcionais de construção panóptica. Sobre este assunto, a empresa diz não ter conhecimento desse modelo, mas atribui ao formato uma facilitação para o trabalho dos funcionários ao visualizar todas as famílias ao mesmo tempo.

Quando o camponês M. de Macedo diz que a empresa “queria transformar os líderes nos olhos da empresa em cada célula”, isso também implicava para o grupo o surgimento de conflitos entre as lideranças e as famílias. A cada visita dos funcionários da empresa à casa do líder aumentava a desconfiança nos demais sobre sua “fidelidade” com o grupo. E eles dizem que se questionavam: “o que tanto conversavam na casa do líder?”. Para Foucault (1979), o sistema de vigilância do panóptico é baseado na desconfiança e no medo. Deste modo, as pessoas, ao se sentirem observadas, procuram fazer melhor seus trabalhos. Nesse modelo em formato de círculos, ao tempo em que você é vigiado, também terá o poder de controlar e vigiar os companheiros para que tudo funcione bem.

[...] Se não fosse as plantas que o povo cismou que era para plantar, ainda dava pra ver todo mundo, se ficasse no meio da célula. Mas gente é difícil, cismaram que a empresa queria era vigiar o povo. Aí, saíram plantando caju para atrapalhar a visão da empresa. Hoje, a gente já não sabe de tudo que o outro faz nas suas casas (N. de Abreu).

A expectativa da empresa era de que todas as células produtivas desenvolvessem bem o seu papel vital de funcionar no assentamento, e que ocorresse um processo de comunicação, mesmo saído do núcleo, mas que fosse aceito e colocado em prática no interior de cada célula; o que de fato não ocorreu, e terminou por ocasionar uma série de conflitos internos. Na verdade, esperou-se que os camponeses parceiros respondessem com docilidade à tentativa de disciplinarização e adestramento, para fazerem o que era do interesse da empresa; porém, esse “corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo” (FOUCAULT, 1987, p. 141).

Ao questionar as famílias sobre o formato circular, no qual estão dispostas suas casas, todos os pesquisados, sem exceção, expressaram opiniões se-



melhantes. Em geral, as respostas sempre vinham com gracejos, dizendo que nunca imaginaram morar em casas dispostas em círculos, semelhantes às habitações indígenas. Identificavam ali a existência de uma relação de poder assimétrico, evidenciada por eles a partir da constituição do assentamento no formato circular. Ao se referirem às tribos indígenas, não estão apenas falando das casas distribuídas em círculos, estão acionando também a figura do “chefe” para vigiar o grupo. No caso do assentamento, o “chefe” ou “cacique” está vinculado à presença da empresa através de seus funcionários.

Acho que os índios viviam assim. [pausa para risos] Será? Acho que o chefe da tribo ficava no meio só vigiando todo mundo [pausa risos]. Fico imaginando o cacique esbravejando no meio e todo mundo correndo<sup>10</sup>. É a mesma coisa aqui, quando o carro da empresa estourava entre a célula um e trinta e cinco, só se via gente correr para se esconder, porque não estava na roça. Mas acho medonha essa invenção, todo mundo que passa no asfalto<sup>11</sup> fica curioso, querendo conhecer como vive esse povo um olhando para o outro, tudo redondo! (A. Alves de).

Eu vejo as células aqui [casas] como um chapéu de sol, porque é redondo, as abas representa as casas e o centrinho seria o miolo do chapéu. Das portas da cozinha as pessoas se [podem] darem as mãos de vizinhos para vizinhos, então se a porta está aberta do mesmo lado, a gente se vê na obrigação de dar um bom dia ao vizinho. Isso mostra que é para ter união (L. dos Santos).

Eu acho que o dono da empresa viu em algum lugar, achou bonitinho e resolveu fazer aqui nesse mundaréu de terra (camponesa M. da Silva).

Parece casa de E.T [extraterrestre]. Vi uma vez no Jornal que eles deixam essas marcas redondas na terra (P. da Costa).

Em um dia de domingo, quando fui convidada a almoçar na casa da família Costa, ocasião em que um dos irmãos do Sr. Costa o visitava pela primeira vez após a vinda para o assentamento, questionaram sobre a origem daquele modelo de habitação e chamou-me a atenção a explicação que a filha do casal Costa deu aos tios. Essa jovem relatava que um morador do assentamento - ao assistir, na TV Cultura a uma reportagem sobre os indígenas das aldeias Kaikotore e Gavião Parkatêjê, que vivem no Pará - começou a explicar para os demais moradores de onde vinha a ideia de casas em círculos. Ao retornar para

10 Claro está que se trata de uma representação das sociedades indígenas, de uso corrente na sociedade brasileira, que atribui sentidos a tais sociedades com base nas hierarquias sócio-políticas não-indígenas.

11 Refere-se à BR-324 que liga os municípios de Canto do Buriti e Elizeu Martins no Sul do Piauí.



Teresina, procurei informações sobre essa história, narrada pela jovem, e encontrei registros desses indígenas que passaram pela experiência de tentativa de modernização da parte física da tribo. Após receberem recursos referentes ao pagamento de indenização da Eletronorte, foram orientados a substituir as atuais casas de palha por outras de tijolos, mas em forma circular. O resultado foi que cada círculo compõe trinta e três casas pintadas de branco, com portas azuis e um pátio central, destinado às atividades cerimoniais. (Figura 15).

Quando questionado sobre a decisão de construir as casas em formato de células de produção, o gerente de Agricultura familiar da Empresa Brasil Ecodiesel atribuiu a inspiração para o modelo à experiência dos Kibutzs. E continua dizendo que nessa ideia buscaram os “princípios da coletividade e da igualdade, conforme praticado em Israel”. A união da qual a empresa fala ocorre entre famílias, mas não entre estas e a empresa (Figura 15).

Embora as famílias não tenham concordado com a denominação de célula, a nomenclatura atribuída pela empresa foi plenamente assumida pelos camponeses parceiros em seus diálogos diários quando se referem a suas casas. As famílias descrevem a dificuldade em se adaptarem ao modelo de moradia e quais estratégias utilizaram para lidar com essa nova realidade. Citam, entre outras adotadas, modificações na estrutura física da casa.

Figura 15 - Vista aérea da Aldeia Kaikotore – PA e, ao lado, vista aérea da célula H do Assentamento Santa Clara - PI



**Fonte:** Disponível em: [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)

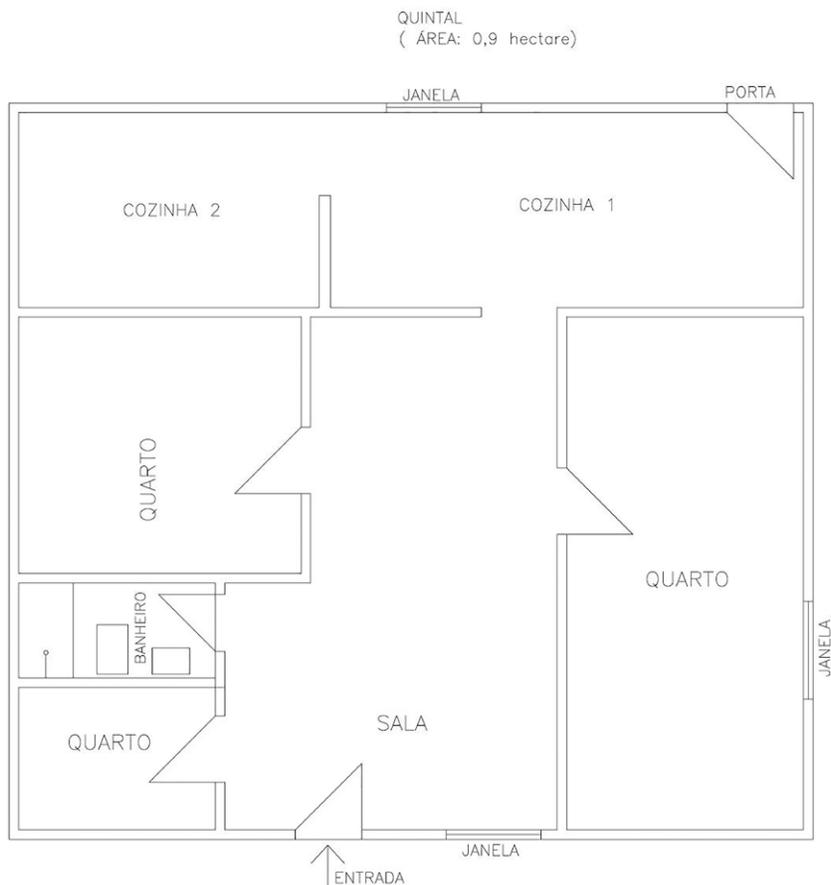
**Fonte:** Arquivos – Brasil Ecodiesel

Observei que as modificações nas casas, com maior recorrência, foram: reboco das paredes, pinturas de outras cores, ampliação do número de cômodos, piso de cimento liso e/ou de cerâmica e, principalmente, mudanças na localização das portas de acesso ao quintal, que, na planta original, está na lateral da casa; mas o desejo das famílias era que essa porta os levasse ao quintal. As famílias não consideraram quintal os cinco metros que ficam na lateral de suas casas (Figura 16). Compreendi também que essas mudanças realizadas com



recursos próprios representam mais que uma simples reforma, e sim a decisão de continuar vivendo no assentamento após a saída da empresa. Essa questão foi por diversas vezes evidenciada, quando diziam: - “quem veio para ficar tem outro trato com a casa, a roça e o quintal”. Esse trato são justamente reformas e/ou ampliação. Em contraponto a essa observação, conferi de perto que nas casas daquelas famílias que estão de “passagem” não foram realizadas mudanças; não existe nenhuma planta ornamental na frente da casa, como ocorre com as demais, muito menos qualquer cultivo no quintal.

Figura 16 - Croqui etnográfico da planta de uma das casas do assentamento da Fazenda Santa Clara com alterações físicas de maior recorrência

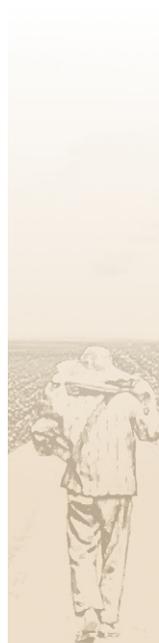


Em todas as células, é possível observar que os espaços físicos estão passando por transformações constantes. A cada retorno meu ao campo, observava que as células passavam por transformações. Eram casas reformadas, ampliadas, modificadas as portas que dão acesso ao quintal, novos bares, açougues, mercearias, cercas separando as casas etc. Essas construções estão ocorrendo sem o controle e muito menos autorização da empresa.

Muitos são os sentidos atribuídos a essas casas. Elas não são apenas moradias, são também espaços transformados em pequenos cultivos de frutas, plantas ornamentais, legumes e criação de pequenos animais. É nesse espaço, marcado pela dinâmica da circulação das famílias e vizinhos pelos espaços de moradia, que se vão tecendo as relações sociais do grupo doméstico.

Pude observar, durante o período de convivência com a família Costa, que a casa, naquele momento de mudanças e insegurança, era o único espaço em que o Sr. Costa poderia ainda exercer sua autoridade de pai e marido. Nesse sentido, a atenção dos camponeses para manter o controle da autoridade no o espaço doméstico é uma estratégia para compensar a perda da autonomia vivenciada na roça. As famílias, ao assinarem o contrato de parceria rural, perderam total autonomia sobre o que e como produzir e, nessas relações assimétricas de poder, a casa representava o único espaço de controle do chefe da família; portanto, não concebiam interferências externas.

No capítulo seguinte, tratarei das práticas cotidianas das famílias camponesas e como homens, mulheres, crianças e jovens recriam e se articulam em e com novos espaços de interação social.







## CAPÍTULO 4

### COTIDIANO DA FAMÍLIA CAMPONESA: RECRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL

#### 4.1 Conjunto familiar - “o projeto aqui foi pensado no trabalho da família com muita gente”

O Projeto de assentamento da Fazenda Santa Clara foi pensado com base no contrato de parceria por conjunto familiar – “grupo de pessoas naturais compreendendo o parceiro, esposa ou marido, filhos e enteado”. A concepção de família para a empresa está baseada na “visão que se tinha nos anos setenta acerca do papel das famílias camponesas, [que] era de um elemento funcional para o processo de acumulação capitalista” (ALMEIDA, 1986, p. 1).

Quando cadastrado, “o conjunto familiar”, com prioridade para ser assentado, era aquele com, no mínimo, quatro membros com capacidade de trabalho na roça, e com saúde. Para essa confirmação, a empresa contratou um médico para avaliar as condições de saúde das famílias cadastradas, habilitando-os ou não para o trabalho. Como resultado da seleção que priorizou famílias, cujo chefe tivesse até cinquenta anos de idade, é possível observar que no assentamento são poucas as famílias constituídas por casais idosos, embora a regra da idade pudesse sofrer inflexões.

Quando a gente foi convidado para participar da reunião para cadastrar as famílias, a gente tinha que ter família grande, porque, só o casal, não era negócio para a empresa, e a gente fazia um exame com médico da empresa para saber se estava com saúde. Se não tivesse, não podia vir morar aqui [assentamento]. Gente de idade também não podia ser assentada, porque não aguentava o trabalho na roça, mas, aí, os filhos sendo muitos a família entrava, mas com o cadastro feito no nome de um mais jovem<sup>1</sup> (N. dos Santos e Silva).

1 Esta situação lembra a analisada por Carneiro (1983), sobre irrigantes no Piauí. A autora aborda, inclusive, inflexões na hierarquia familiar com consequências para o lugar fático e simbólico do pai.



Esse processo de seleção das famílias ocorreu através da divulgação nos municípios circunvizinhos de Canto do Buriti (PI)<sup>2</sup>, de Sebastião Leal (PI), de Elizeu Martins (PI) e Colônia do Gurgueia (PI). Nessa etapa do Projeto, a empresa contou com a colaboração das lideranças sindicais da região. Após a mobilização, as famílias participaram de uma oficina de sensibilização, cujos técnicos, contratados pela Brasil Ecodiesel, expunham a proposta da empresa; e, ao término das oficinas, as famílias presentes já optavam ou não pela mudança para o assentamento. Ao retornarem para suas casas, aquelas que decidiram pela mudança já sabiam o dia e a hora em que a empresa mandaria o transporte para trazê-los juntamente com seus pertences.

Essa lógica de seleção do “conjunto familiar”, adotada pela Empresa Brasil Ecodiesel, aproxima-se da discussão sobre famílias rurais provocada por Almeida (1986) no sentido de que as famílias rurais podem gerar lucros para a agroindústria e especuladores de terras. Nessa perspectiva, as famílias camponesas selecionadas para a produção de mamona no assentamento representavam para a empresa um negócio rentável, pois, para ter acesso à terra no término do contrato de parceria rural, a família tinha de produzir. Assim, selecionar famílias numerosas com idade adequada ao trabalho na roça, a empresa contava não apenas com a mão de obra do casal, mas de toda a família. Essa estratégia representou, principalmente nos dois primeiros anos, aproximadamente 2.500 pessoas trabalhando na condição de parceiros rurais para a empresa no assentamento da Fazenda Santa Clara.

Quanto à estrutura interna das famílias do assentamento Santa Clara, predomina tipicamente a nuclear, composta por pai, mãe e filhos nascidos da união do casal. Nesse modelo, ainda é destacada a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a indissolubilidade das uniões e legitimidade da prole (GOLDANI, 1993).

Nesta situação pesquisada, as famílias contam com a participação de todos os membros nas atividades da roça, exceto as crianças. O envolvimento dos filhos com o trabalho na roça tem uma função além da organização da produção familiar, o direito de acesso à terra. Esses filhos que trabalham na roça dizem que, para ter direito a uma parte dos lotes dos pais, é necessário demonstrar interesse pela roça. Sendo a possibilidade de ocupar novas terras, para deixar como herança para os filhos, uma das questões motivadoras para as famílias que vieram para o assentamento, conforme tratado em capítulos anteriores.

2 De acordo com os cadastros das famílias (registro da empresa Brasil Ecodiesel), mais de 50% das famílias são oriundas do município de Canto do Buriti (PI).



Para a Empresa Brasil Ecodiesel, a partir da definição no contrato de parceria rural agrícola, o grupo de pessoas considerado como família é: esposo, esposa, filho/a, enteado/a. A família, no sentido contratual da empresa, é compreendida como pessoas que pertencem à mesma unidade doméstica, compartilhando uma casa, e que trabalham conjuntamente no mesmo lote. Para tanto, não é importante para a empresa se o grupo doméstico possui ou não grau de parentesco, ligado por uma linhagem de filiação ou casamento, e sim, como uma unidade de trabalho e produção. No caso estudado, o recrutamento dos parentes se deu por interesses econômicos da empresa, com o consentimento da família, com foco na viabilização da produção de mamona.

Essas famílias foram pensadas a partir dos meios de produção e reprodução de seus membros. É a partir da roça, da casa, dos quintais produtivos, que o grupo doméstico é reconhecido como família, sendo essa uma concepção de família como unidade de renda. De acordo com Zaluar (1994), no contexto de produção e reprodução das famílias pobres, a identidade acionada é a de trabalhador, seja em área urbana ou rural, as confluências são as mesmas, o que de fato muda são as experiências e os significados atribuídos por cada sujeito.

As estratégias de reprodução social dessas famílias foram observadas através de variados arranjos, na busca de potencialidades naturais e transformação em recursos e resgate dos conhecimentos tradicionais, para atender às necessidades de consumo da família e de acúmulo de reservas, tanto de insumos quanto de alimentos para os períodos secos. Nesse sentido, observei que o movimento das famílias gira em torno da relação entre trabalho e consumo, sempre atrelado à possibilidade de a família conquistar a terra prometida, como eles costumam referir-se à promessa dos lotes do assentamento.

A divisão social do trabalho nas famílias caracteriza-se da seguinte forma: homens trabalham nos lotes em caráter de exclusividade, as mulheres e filhos menores de dezesseis anos cuidam dos roçadinhos<sup>3</sup>. Os camponeses dizem que costumam levar os/as filhos/as menores para ajudar na roça em dois momentos: na plantação, fechando as covas com o pé; e na época da colheita, ambas atividades nos lotes da família. Para os tratos culturais que precisam de uso de ferramentas como enxada, facão, foice e outros instrumentos cortantes, eles dizem que evitam a presença dos/as filhos/as ainda pequenos, deixando que eles tenham os primeiros contatos com essas ferramentas nos roçadinhos, com

3 Sobre o uso do diminutivo no discurso de mulheres camponesas para referir ao seu mundo cf. Moraes (2003).



a ajuda da mãe. Vê-se, assim, a distribuição de atribuições entre as figuras paterna e materna na iniciação das crianças no mundo do trabalho.

No assentamento da Fazenda Santa Clara, embora as famílias se identifiquem como chefiadas apenas pelo homem, e somente na ausência deste, por mulheres, na prática, observei que essa chefia tem sido compartilhada por outros membros da família, particularmente, entre aquelas em que o homem demonstra dificuldade para aprovisionar. E, como resposta a essa dificuldade, companheiras e filhos/as buscam novos arranjos na unidade doméstica com o objetivo de complementação da renda familiar. Dizem que, com a autorização do pai, os filhos jovens trabalham em firmas de construção de estradas que se instalam provisoriamente nos municípios de Canto do Buriti e Elizeu Martins, mas continuam retornando para casa nos finais de semana e que as filhas e companheiras trabalham como “sacoleiras”, serviços domésticos, seja como mensalista ou diarista, caso este das faxineiras, como em Elizeu Martins, lavadeiras e cozinheiras para funcionários de empresas que se instalam temporariamente nas adjacências do assentamento.

Nas famílias em que todos os membros são responsáveis pela manutenção das despesas domésticas, surgem conflitos entre marido e mulher, pai e filhos/as. As mudanças no padrão de relacionamentos foram observadas quanto à autoridade do pai sobre filho/as, e dos maridos com as mulheres. E que o modelo de autoridade masculina do provedor é permanentemente questionado, principalmente, quando mulher e filho/a assumem parte da responsabilidade com a reprodução social da família. Os maridos/pais apontam para mudanças de atitude nas mulheres quando começaram a ajudar nas despesas da casa, embora reconheçam essa participação como fundamental para a sobrevivência da família.

Algumas regras são estabelecidas, como por exemplo, cabe à mulher responsabilizar-se pelo recebimento das contribuições que filhos/as dispensam para cobrir parte das despesas da família. Os maridos/pais optam por não receberem a ajuda dos/as filhos/as e mulher em forma de espécie, pois, segundo as esposas, era como se ele estivesse admitindo precisar dessa ajuda. Geralmente, os maridos/pais sentem-se constrangidos em admitir que precisam da ajuda do/as filho/as e esposas para a manutenção das despesas da casa. Assim, esta pesquisa evidenciou ser comum a prática de esposas e filho/as solteiro/as buscarem fora do assentamento condições materiais para contribuir com a reprodução social da família.



## 4.2 A contribuição das mulheres na reprodução social da família

Considerarei pertinente começar a falar sobre a presença das mulheres no assentamento, a partir da escolha do nome Santa Clara, na ocasião, “eleito” pelos primeiros moradores como o mais interessante para um Projeto que eles consideravam “escuro”. Eles dizem que atribuíram a Santa Clara a “missão de clarear seus caminhos”, conforme narrativa de um camponês que se considera o primeiro a chegar para morar em uma das células de produção, no mês de março de 2004.

Quando cheguei, aqui, estava aquela confusão toda na construção disso tudo aqui [olha para as terras do assentamento e gesticula com a mão apontando para o pôr do sol e voltando a mão ao queixo, com olhar de quem tenta recordar momentos passados]. Outros ficava uns dizendo que seria São Francisco de Assis o nome do assentamento, o pai dos pobres, né?! Ai, uns trabalhador que estava trabalhando aqui, e que ia ser assentado, como eu no caso, eles diziam “é melhor Santa Clara que é mulher”. Perguntei: “por quê?” E eles respondiam: “É porque mulher é jeitosa, onde tem mulher pelo meio tudo é mais organizado”. A senhora não acha? [concluiu com risos] (N. de Carvalho).

Dessa forma, segundo dizem, o fato de Santa Clara ser mulher foi um fator determinante para a escolha do nome do assentamento. De acordo com narrativas da religião católica, Santa Clara ficou conhecida por ser destemida e enfrentar sua família para dedicar sua vida à luta pelos pobres. E essa luta ocorreu ao deparar-se com a pobreza evangélica vivida por São Francisco de Assis, abandonando, a partir de então, sua família nobre para segui-lo. Sobre a escolha do nome, há controvérsias. A empresa, ao chegar no Piauí, já teria definido o nome para o Projeto, mas os camponeses que se consideram os primeiros moradores confirmam terem participado da escolha do nome Santa Clara. Assim, o grupo dá início a uma tradição oral sobre sua própria participação ou um mito de origem.

As narrativas sobre a escolha do nome do assentamento chamou-me a atenção por ser comum nos assentamentos rurais a predominância da participação dos homens nas decisões e circulação dentro desses espaços. Observei que, mesmo os homens reconhecendo a importância das mulheres na organização social do grupo, elas ainda são minoria no contrato de parceria rural; e seu trabalho na roça ainda é compreendido como “ajuda” ao grupo doméstico.



De fato, na fala acima, a mulher é simbolizada como a curadora, organizadora do espaço, uma “ajuda” imprescindível.

Os homens, ao se referirem ao trabalho das mulheres na roça, sempre utilizam o termo “ajuda” para definir sua participação na economia da unidade doméstica. Durante o trabalho de campo e acompanhando as famílias nas suas atividades cotidianas, observei que a “ajuda” das mulheres à qual os homens se referem acontece nas seguintes condições: o despertar do dia para as mulheres ocorre primeiro que o de todos os membros da família. Ou seja, mais ou menos às cinco horas da manhã, ela prepara e serve o café com “massa”<sup>4</sup> para o marido ir para a roça. Quando o marido sai, ela continua os afazeres da cozinha, aguardando o horário de acordar os/as filhos/as em idade escolar, preparando-os para estar às sete horas no local por onde o transporte escolar passa para levá-los à escola. Da porta de casa, a mãe observa os filhos até o transporte partir.

Em seguida, inicia o preparo do almoço: “cata” o feijão,<sup>5</sup> considerado pela camponesa um alimento que exige um tempo maior de cozimento, e, por esse motivo, opta pelo fogão à lenha como forma de economizar o gás. Observei que o fogão a gás é mais utilizado para fazer café e para o cozimento de alimentos rápidos. Enquanto o alimento é cozido, ela se dedica à limpeza do quintal dos fundos. Em um trabalho de muito zelo, sai varrendo as folha que caem durante a noite. Entre uma varrida e outra, ela corre para verificar as panelas que estão no fogão. Quando termina a limpeza do quintal, enche de água um cocho de borracha, feito de pneu de caminhão, e coloca de molho as roupas da família. As roupas grossas, ela coloca para “quarar” numa pedra que fica ao Sol; e as peças leves e menores, deixa para as filhas lavarem depois da escola [após o almoço]. A limpeza da casa é feita pelas filhas mais novas.

Já está próximo das onze horas, a camponesa começa a organizar a comida que tem que levar para o marido, na roça. A comida dos/as filhos/as ficam em pratos em cima da mesa, cobertos por um pano de prato. Os/as filhos/as, ao chegarem em casa já sabem que aquela comida é para eles/as, e que a mãe foi para a roça, levar a comida do pai e “ajudar” na capina do feijão. Quando os filhos ainda são muito pequenos, com idade de até quatro anos, a mãe recorre às vizinhas para “darem uma olhada nos/as filhos/as”, enquanto vão para a roça; ou em outras situações como, por exemplo, quando vão à cidade. É

4 Cuscuz com carne e/ou ovos.

5 Distribui-o na quantidade que vai para o cozimento, sobre a mesa sem toalha, e seleciona os grãos “sadios” dos “podres” e vai jogando dentro de uma bacia de plástico pequeno. Lava-o e em seguida põe numa panela de pressão no fogão à lenha.



comum essa troca de favores entre as mulheres da mesma célula, apontando para a reciprocidade horizontal, que ocorre pela ajuda mútua entre as famílias, comunidades ou outros grupos segmentários (MENEZES, 2002; SABOURIN, 1997).

Assim, elas trabalham na roça, cuidam das crianças, dos afazeres domésticos, mas pelo fato de estas atividades não serem remuneradas, são entendidas como “ajuda”. Sobre o reconhecimento do trabalho das mulheres, Carneiro (1983) ressalta que, nas famílias camponesas, os homens “trabalham” e as mulheres “ajudam”<sup>6</sup>.

No Assentamento da Fazenda Santa Clara, as categorias “ajuda” ficaram associadas a mulheres, e “trabalho” a homens, tanto pela empresa quanto pelas próprias famílias. Por ser o homem responsável pelo trabalho nos lotes, esses ficaram mais distantes da esfera doméstica. Contudo, os quintais produtivos, que as famílias em alguns momentos chamam de roçadinhos, são de responsabilidade das mulheres e filhos/as menores de dezesseis anos. Observei, durante a “panha” (colheita) do feijão na roça da família Costa que, quando filhos/as e a esposa estão trabalhando no mesmo lote, existe uma relação de poder vertical, que se concentra na figura do homem, que, naquele momento é pai, patrão e marido.

Essas relações de poder não são estáticas ou cristalizadas em um padrão de famílias camponesas, como frisa Bourdieu (1999), elas são marcadas por mudanças e permanências. Como no caso da família Moura, chefiada pela camponesa, mesmo com a presença do esposo, o contrato de parceria rural é em seu nome. É ela quem recebe o adiantamento de safra, e se responsabiliza pelos tratos culturais dos lotes. Observei enquanto os acompanhava nos trabalhos da roça e do quintal produtivo que os filhos reportam-se a ela para a tomada de qualquer decisão sobre o que plantar ou comercializar os porcos que criam.

Registre-se um fato curioso sobre o trabalho da mulher na roça ainda ser uma atividade não remunerada. Pude observar que, além da troca de serviço entre famílias próximas, identificada durante a pesquisa de campo, é comum também a contratação de serviços em duas modalidades: uma com pagamento de diárias, nessa, raramente a mulher é contratada; ou por hectare, nessa, o homem é contratado e leva todos os membros da família para trabalhar. Essa

6 Mirian Oliveira Santos (2007) afirma que as famílias camponesas “organizam-se em torno de papéis sociais bem definidos: à mulher cabem as atividades reprodutivas, e embora também trabalhe na lavoura, o seu trabalho é caracterizado como “ajuda”, de forma que, hierarquicamente, perde importância em relação ao trabalho desempenhado pelos homens” (SANTOS, 2007, p. 90).



negociação que se dá entre o “chefe da família”, no caso o homem, e o contratante dos serviços. Aí, o trabalho da mulher e das filhas conta como ajuda, e não como uma diária a mais; já aos filhos é concedido pagamento pelos dias que trabalharam. Assim, as mulheres da casa não recebem pelo dia de serviço, pois “ela foi ajudar a concluir um contrato que ele havia feito de colheita ou de plantio”. Conforme entendimento do camponês:

Na verdade, a mulher vem com a gente nessas diárias quando ela pode. Aí, às vezes tem que sair pra dar conta de menino, da comida, é por isso que a gente não conta que o trabalho dela seja diária. A mulher trabalha pouco na roça. Ela tem o dinheirinho dela da [Programa] bolsa família<sup>7</sup>, não precisa de mais dinheiro não [risos]. Deixa ela com a labuta de casa, e vindo aqui [roça] só ajudar mesmo (I. da Silva).

Quando o camponês se refere ao pouco tempo dedicado à roça por parte das mulheres, é importante compreender que, nos períodos de plantio e colheita, o trabalho da mulher na roça se dá em tempo integral. Nesse período, ela é a última a dormir, preparando a comida para o dia seguinte; e a primeira a acordar, para fazer o café e “requeutar” a comida antes de ir para a roça com o marido e filhos/as. No entanto, é na relação de oposição e complementaridade entre casa e roça que os camponeses constroem sua identidade social. É também por meio dessa relação que se organizam as relações entre os sexos, a definição dos gêneros e a hierarquia no interior do grupo doméstico.

A roça é, nesse sentido, ainda percebida como um espaço socialmente masculino (CARNEIRO, 1983). As tarefas aí realizadas são genericamente reconhecidas como trabalho, e conferem ao homem a condição de trabalhador. A casa, por outro lado, é o espaço da mulher, onde ela pode exercer suas funções de mãe e dona-de-casa. Por esse motivo, socialmente, foi construída a ideia de que a mulher não trabalha, sua ocupação é vista como “serviço de mulher” ou como “ajuda” (CARNEIRO, 1983), portanto, de importância menor em relação à praticada pelos homens.

Uma parcela significativa das mulheres do assentamento Santa Clara, como elas dizem, “trabalham movimentando o dinheiro” do Pronaf-mulher. Uma linha de crédito disponibilizada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDS, para financiar projetos técnicos propostos por mulheres. Elas

7 Esta forma de referir-se ao dinheiro deste programa tem-se generalizado no meio rural. Este programa é, também, responsável por mobilizar investimentos no comércio local.



dizem que elaboram o projeto técnico voltado exclusivamente para os roçadinhos, porque é uma das exigências do programa; mas, na prática, parte desse dinheiro é utilizada para compra e revenda de mercadorias em domicílio pelas denominadas “sacoleiras”. Essa atividade é de reconhecida importância na ajuda das despesas da família. O dinheiro usado para comprar animais e/ou novos cultivos nos quintais é compreendido como investimento na terra, que tem a função de “poupança” não monetária para ser utilizada nos momentos de dificuldades, bem como na complementação diária da alimentação da família<sup>8</sup>. Ainda sobre a importância da mulher para a reprodução social da unidade familiar camponesa, reconhece-se que:

O seu trabalho é indispensável à complementação do trabalho agrícola na esfera produtiva, mais ainda na esfera do consumo e nas tarefas domésticas – é ela quem organiza o consumo interno da unidade familiar e é impossível produzir-se a independência econômica de uma nova unidade doméstica sem o seu trabalho (GODÓI, 1999, p. 71).

As mulheres dedicam-se aos quintais produtivos, diariamente, às seis horas da manhã, e, por volta das dezessete horas, horário que elas consideram “frio”, para molhar as hortaliças, as fruteiras e fazer a limpeza dos chiqueiros dos porcos. O cuidado com o quintal é dividido com os meninos menores de quatorze anos; já as meninas, assumem as tarefas domésticas de cuidar dos irmãos menores, lavarem louças e roupas.

Todos os dias eu coloco os meninos para fazer a colheita da macaxeira, limpar uns pezinhos de mato que vão nascendo, dar águas aos bichos, porque, assim eles não fica só na escola e aprende a trabalhar na roça quando crescer ( S. da Silva).

Os quintais, além de uma atividade importante para a reprodução social das famílias, também têm a função de iniciar os meninos no universo do trabalho. A escola, para algumas famílias no assentamento, é responsável pelo distanciamento dos meninos, quando adultos, do trabalho na roça. As mães acreditam que é quando criança que “aprendem com o pai o valor do trabalho”. Queixam-se das “leis” que proíbem as crianças de trabalhar na roça. Esse assunto foi extremamente abordado nas narrativas das famílias, porque a empresa mantém viva essa discussão dentro do assentamento, como prevenção

8 Sobre fundos de alugel, cerimonial, este em sociedades camponesas, ver Wolf (1975).



de acusações futuras de trabalho infantil, como já ocorreu em anos anteriores. Por esse motivo, envolver os filhos menores nos “roçadinhos” é fundamental na transmissão de valores do trabalho e não é caracterizado como trabalho infantil por se encontrar na esfera doméstica. Sobre transmissão de práticas culturais na família, Santos (2007) afirma:

A mulher funciona como um elemento-chave não apenas para a “sobrevivência” dos indivíduos, mas também para a transmissão do capital cultural, do capital econômico, para a proteção e socialização de seus componentes e de solidariedade entre gerações. Atuando como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, a família opera como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas e também como espaço de produção e transmissão de práticas culturais (SANTOS, 2007, p. 89).

A família Macedo convidou-me para acompanhá-los à “panha” (colheita) do feijão em que o Sr. Macedo estava trabalhando com a mulher. Chegando ao lote, observei que ali se encontrava uma média de vinte pessoas trabalhando, dentre elas, quatro mulheres. Mas uma mulher, em especial, chamou-me a atenção. Tratava-se de uma senhora de aproximadamente 50 anos de idade que estava “ajudando” o marido e os filhos que foram contratados por “empreita”<sup>9</sup> para a colheita de um hectare de feijão. Essa senhora destacava-se das demais mulheres pelo cuidado com a aparência. Usava luvas e protetores de joelho cor-de-rosa, combinando com a cor do esmalte. Ela facilitou minha aproximação, oferecendo-me água e depois café. Ao agradecer pelo café, aproveitei para fazer-lhe um elogio às unhas bem cuidadas; e o marido, que estava de cabeça baixa, catando o feijão, mas atento à nossa conversa, respondeu de onde estava: - “Ela se arruma para ver se o dia passa ligeiro e a coisa não fica tão feia na roça. O trabalho de roça é duro, e se a mulher ainda for toda descafeletada,<sup>10</sup> aí danou-se!” [risos do camponês]. A camponesa ouvia o marido com olhar de satisfação; ela disse que ele aprecia sua vaidade. Quando estava me despedindo para voltar à célula, ela disse: “se quiser tirar uma foto, pode tirar!” (Figura 17). E acrescentou: “para mostrar ao povo que mulher da roça gosta de andar bonita”. Finaliza com muitos risos.

9 A colheita contratada por hectare e não por diárias.

10 Descafeletada, na linguagem nativa, é o mesmo que desarrumada.



Figura 17 - Camponesa “ajudando” o marido na colheita de feijão por empreitada



Fonte: Silva (março - 2010).

Essa camponesa afirma que sua vaidade está ligada ao uso de perfumes, batons e esmaltes. Ela diz que o dinheiro que as mulheres do assentamento usam para comprá-los vem da comercialização de hortaliças, bolos, ovos, porcos ou, em alguns casos, do percentual que recebem por serem consultoras de vendas da Avon e da Natura.<sup>11</sup> Ela diz que não têm coragem de gastar o dinheiro do Programa Bolsa Família com vaidades. Prefere comprar alimentos e, quando “sobra”, adquire eletrodomésticos ou móveis, porque, como é um dinheiro certo, com o qual a família conta todos os meses, torna-se mais fácil honrar o pagamento de prestações mensais.

Assim, as mulheres se responsabilizam pelo gerenciamento do dinheiro recebido através do programa de transferência de renda mínima do Governo Federal. Os agricultores “assentados” chamam o dinheiro do Programa de “o dinheirinho da mulher”. As obrigações impostas pelo programa também são tida como de responsabilidade das mulheres. Os homens não contam com esse dinheiro quando falam de sua situação financeira, e ressaltam ter vergonha de usá-lo ou pedi-lo emprestado.

11 Respectivamente, Avon e Natura são empresas com sistema de comércio de cosméticos e utilidades domésticas comercializados por sistema de revendas através de catálogos de apresentação dos produtos, em domicílio.



Minha dona, pra mim usar o dinheirinho [recurso do Programa Bolsa Família] que a mulher recebe todo mês, é preciso ter uma necessidade muito grande. O presidente Lula dá é para elas cuidar dos meninos, é como se fosse um pagamento pelo zelo dos meninos (J. dos Santana).

Esse processo de legitimação da mulher como responsável pela administração do dinheiro recebido pelo Programa Renda Mínima do Governo Federal, denota processo de empoderamento maior da mulher na família. Elas dizem que “receber o dinheiro” é uma “força, um poder para as mulheres”, pois antes, tudo geralmente era concentrado no marido. Embora as mulheres do assentamento não sejam remuneradas ao trabalhar na roça e seu esforço físico seja considerado “ajuda”, ficou evidente que elas têm consciência da importância do seu trabalho para a reprodução social do grupo, embora a representação social do trabalho da mulher camponesa como ajuda ainda seja forte nos membros do grupo doméstico do assentamento.

Assim, quando os camponeses se liberam desses estigmas relacionados à subordinação das mulheres, novas experiências emocionais lhes são possibilitadas, como a de ajuda nas tarefas doméstica, observada na família Santos. Empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 11). É importante esclarecer que essa hierarquia observada, na não remuneração do trabalho da mulher na roça não nega a identidade de trabalhadora rural, como elas se autodenominam, quando se tratam de seus direitos previdenciários. Elas dizem que são associadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e que sua principal atividade é na roça, e querem acesso aos direitos de trabalhadoras rurais legalmente constituídos. Assim, os próprios companheiros as apresentam como trabalhadoras rurais e pagam a contribuição mensal das companheiras no sindicato para assegurar o benefício da aposentadoria.

### **4.3 O cotidiano de uma criança no assentamento - um dia com o menino Chicão e a menina Mariazinha**

Dia oito de março no assentamento, embora seja inverno, a temperatura mais parece verão; são seis horas da manhã e o sol nos saúda com um calor típico do Piauí. As árvores na frente das casas dançam com o vento que lhes acaricia a copa.



Nesse momento, começa o dia do menino Chicão, de nove anos de idade. Ele próprio prepara seu café e faz muito barulho na cozinha. Nesse horário, seu pai ainda dorme. A sua mãe está amamentando o filho caçula com apenas três meses de idade. Assim, os cuidados maternos são destinados ao membro mais novo da família<sup>12</sup>. Já o seu pai acorda sempre mais tarde, por volta das oito horas da manhã. Ele geralmente trabalha na roça apenas no período de colheita. Os tratamentos culturais na roça e nos lotes da empresa são realizados por mão de obra externa à família. O camponês justifica a contratação de mão de obra externa à família da seguinte forma: primeiro porque a mulher não ajuda na roça; segundo, os filhos são pequenos; e terceiro, tem problemas de saúde que não lhe permitem fazer esforço físico, tal como a roça exige. Argumenta que não consegue acordar cedo em função da quantidade de medicamentos que toma diariamente. A irmã do menino Chicão, de seis anos de idade, ainda dorme. Normalmente ela acorda por volta das nove horas, toma café, agora preparado pela mãe, faz as tarefas escolares, varre a casa e depois assiste a programas de televisão até o horário de tomar banho e almoçar, antes de ir para a escola.

O menino Chicão toma seu café de um modo muito particular, típico de pessoas apressadas, de pé, em frente a uma mesa de madeira, de quatro cadeiras, que se encontra na sala de estar. Ele olha rapidamente para o braço esquerdo onde usa um relógio analógico preto e percebe que já está quase na hora de o ônibus escolar passar. Sai correndo com os livros debaixo do braço, vestindo uma camisa branca de tergal com botões frontais, sandálias de dedo e bermuda na altura dos joelhos, de cor azul-marinho. Nesse dia, o menino Chicão não usou o uniforme da escola porque estava sujo.

São exatamente sete horas e o ônibus escolar da empresa já vem lotado de alunos/as de outras células. O menino Chicão entra no ônibus e fica em pé, porque todas as cadeiras já estão ocupadas. Bate-papo com os colegas que estudam com ele e moram em outras células, sobre as notas da última prova de português. O percurso de sua casa à escola no núcleo do assentamento é de aproximadamente dez minutos. Ao chegar à escola, a professora já se encontra em sala de aula colocando alguns cartazes na parede com o tema da aula daquele dia.

No horário do intervalo, observo de longe que o menino Chicão coloca as sandálias nos cotovelos e vem com uma bola agarrada junto à barriga, organiza um time improvisado em meio à poeira e, sob o sol quente das dez horas da manhã, começam a jogar. Corre para aqui, corre para acolá, briga com uns,

12 Como se vê aqui, na prática e a depender das contingências do grupo familiar, há inflexão no esquema idealizado dos papéis.



dá tapinhas na cabeça de outros, se zanga porque o amigo não fez nenhum gol e, finalmente, o toque da campainha. É hora de acabar a brincadeira e todos voltarem para a sala de aula. A escola, em geral, é tomada pelo silêncio pós-recreação.

Ao meio-dia, a campainha toca outra vez. Pela alegria dos/as alunos/as percebe-se que esse é o horário mais aguardado por todos/as, que vêm correndo ao encontro do ônibus. De longe, avisto o menino Chicão, que corre em direção à guarita do núcleo, pois esse era o local em que havíamos combinado de nos encontrar no final da sua aula. Nesse dia, o menino Chicão não retornou a pé como costumava fazer diariamente. Ele prefere voltar a pé ou de bicicleta no horário de meio-dia porque o ônibus inicia o percurso pelas células da Sede da Fazenda Caju Norte e leva em média quarenta minutos para ele chegar à sua casa. Ele fez questão de ir comigo, já que eu era convidada para almoçar uma galinha ao molho, à cabidela.<sup>13</sup> O percurso de volta à sua casa, resolvi fazer no meu próprio carro. Ao me encontrar na guarita, eufórico, perguntou: “Vamos de carro?” Respondi: “Sim”, justificando que o Sol estava muito quente, e caminhar naquele horário, para mim, que não estava acostumada, poderia atrasar o almoço da família. Ele acenou com a cabeça e disse: “- ainda mais branquinha assim como a senhora é”.

O fato de voltar para casa de carro trouxe para o menino Chicão um contentamento singular. De pronto, convidou dois amigos que sempre voltam juntos para a célula onde moram. Quando iniciamos o percurso entre as células que antecedem à sua, ele imediatamente desceu o vidro da janela do carro e começou a acenar para todos que saíam à janela, prática comum dos moradores quando ouvem carros e motos se aproximarem das células. Percebi que, para o menino Chicão, quanto mais visto, melhor seria, pois esse passou a ser o seu assunto preferido, ir de carona para sua casa com uma “mulher da capital” que lá iria almoçar.

Quando chegamos à sua casa, lá se encontravam à nossa espera para almoçar: sua mãe, pai, irmã, tio e um vizinho. Mas antes de servirem o almoço, fui convidada pelo menino Chicão a conhecer o roçado [quintal produtivo] que fica nos fundos da casa. Com muito orgulho, me apresentava as fruteiras que ficam mais próximas à casa, a parte que chamam de quintal produtivo ou roçadinhos; logo depois, nos dirigimos para uma área de dois hectares cultivada com mandioca, milho e feijão, que é a roça da família.

13 Galinha à cabidela é um prato em que se utiliza o sangue da galinha para engrossar o caldo. É também conhecida como galinha ao molho pardo, mas a família ao me convidar utilizou o termo “galinha cabidela”.



Ao retornamos, o menino Chicão não almoçou, ainda, porque todos os dias ele tem que levar a irmã até a escola. A viagem dessa vez é realizada com uma bicicleta vermelha, grande, apropriada para pessoas adultas. Mas o menino pedala sentado no varão da bicicleta; em aproximadamente trinta minutos, estava de volta. Chegou completamente suado e, sob a solicitação da mãe, foi tomar banho, antes de almoçar. Depois do banho, pegou o prato de comida que já estava feito, em cima da mesa, e sentou-se no chão - com um prato branco, esmaltado, com aspecto envelhecido - apoiando-o entre as pernas. Ligou o televisor e, entre uma colherada e outra, soltava risadas ao assistir às trapalhadas do personagem do desenho animado “Bob Esponja”.

Nesse momento, toda a família já havia anunciado que tiraria uma sexta, menos o menino Chicão, que estava aguardando o horário, quatorze horas, para abrir o “açougue-bar” do pai, que só chegaria lá por volta das dezesseis horas. Assim, fomos para o núcleo, e ele abriu o estabelecimento,<sup>14</sup> dizendo: “- pronto! Agora está aberto o estabelecimento do papai, só que o povo [clientes] só chega mais tarde, quando o sol esfria”.

Essas horas vagas, ele aproveitou para brincar de rabiscar o chão com o pneu traseiro da bicicleta. Pedalava em velocidade e freava, fazendo subir muita poeira. Só interrompendo quando um senhor o chamou para “tomar uma dose”. O menino Chicão desceu correndo da bicicleta, deixando-a jogada ao chão, e veio atender o primeiro cliente da tarde. Ao aproximar-se do cliente, deu um “tapinha” de saudação na altura do seu ombro; gesto esse que observei seu pai fazer em outras ocasiões ao receber clientes no “bar açougue”.

Após atender o cliente, eu e o menino Chicão começamos a conversar sobre suas preferências, o que costumava fazer no dia a dia. E ele descreveu sua rotina da seguinte maneira: ir à escola, cuidar da irmã, ajudar o pai no bar e brincar nas horas que ele considera vagas, que se trata do horário até o pai chegar para tomar conta do bar. Na verdade, suas horas não eram tão vagas, pois, apesar de estar brincando, o tempo todo se preocupava com o controle de quem entrava ou saía do bar; e, à noite, ao chegar à célula, brincava até o horário de dormir.

Quando seu pai chegou, por volta das dezesseis horas, o menino foi fazer as tarefas escolares no interior do “bar”, enquanto aguardava o horário de ir buscar a irmã na escola, que seria por volta das dezessete horas e trinta minutos. Ao ouvir o som da campainha, ele corre ao encontro da irmã, que traz na garupa da bicicleta. Os dois chegam ao bar, brincam de corre-corre enquanto

14 Estabelecimento, categoria utilizada para designar bares e mercearias no assentamento.



esperam o horário de o pai fechar o “açougue bar”, o que ocorre mais ou menos às dezoito horas e trinta minutos. Aos poucos, o menino começa a recolher as cadeiras que ficam na porta do bar, organizando o ambiente para fechar. Dessa vez, saem os três montados em uma única bicicleta. O pai pedalando, a menina no varão e Chicão na garupa.

Ao chegar em casa, o menino Chicão e sua irmã colocam o material escolar em cima de uma meia parede que divide a sala da cozinha, e ambos saem correndo para o centrinho,<sup>15</sup> que se tornou o espaço de lazer para as crianças das células. Eles permanecem horas à noite brincando de queimada.<sup>16</sup> Geralmente, são convocados pelas mães a entrarem para dormir, após a novela das vinte e uma horas da Rede Globo de Televisão. A partir desse horário, passam a gritar pelos/as filhos/as da porta de casa, olhando para o centrinho, tentando reconhecer-los/as dentre todas aquelas crianças que correm de lá para cá, chamando-os/as para dormir. Após o recolhimento das crianças, essa célula é tomada por um silêncio absoluto.

As crianças do assentamento têm o condão de transformar responsabilidades em brincadeiras, coisas sérias em diversão. As meninas, em geral, assumem cedo os cuidados com os irmãos menores e, em alguns casos, o preparo de alimentos que a mãe deixa no fogo enquanto vai para a roça. Com a menina Mariazinha, de nove anos de idade, observei que essa rotina não é diferente. Ela acorda todos os dias às seis horas e trinta minutos para acender o fogo do fogão à lenha, enquanto sua mãe embala o filho de seis meses que chora. Ela disse que geralmente é a primeira a acordar, pois quer terminar os afazeres domésticos antes das dez horas da manhã para ir brincar no centrinho, com as demais crianças, até o horário de tomar banho para ir à escola. Mas diz também que nem sempre consegue, principalmente nos dias que precisa “cuidar das panelas no fogo”, quando a mãe sai para fazer faxina na cidade de Elizeu Martins. Nesses dias em que a mãe precisa sair, a menina fica em casa e não sai para brincar. Não há tempo para estudos, além do tempo da escola.

Todos os dias, ao levantar-se, ajuda a acender o fogo. Enquanto o café é preparado, ela começa a “aguar” o piso de cimento bruto, para não fazer poei-

15 Centrinho, nome dado a um salão construído pela empresa para as famílias se reunirem ou realizarem atividades festivas ou associativas. Espaço esse nunca utilizado para esse fim.

16 Queimada, brincadeira infantil comum no assentamento, seu objetivo é fazer o maior número possível de prisioneiros em cada grupo. Será vencedor o grupo que, no final de um tempo previamente determinado, fizer o maior número de prisioneiros, ou então, aquele que aprisionar todos os jogadores adversários. Para essa partida, as crianças estavam utilizando a cabeça de uma boneca, segundo eles, por falta de uma bola pequena ou meias para fazer a própria bola. Nesse jogo, precisa-se apenas de uma bola.



ra quando começar a varrer. Ela se coloca encostada na vassoura e, com um pano de remover poeira no ombro direito, começa a conversar comigo. Nesse momento, ela me fez um verdadeiro interrogatório sobre casamento, filhos/as etc. Percebi que ela tinha um interesse particular nos temas casamento, casa e filhos. Enquanto ela conversava e gesticulava as mãos, eu observava aquela menina franzina, de pele clara, cabelos cor de mel encaracolados, com as pontas queimados do sol, falar de casamento, com aparente empolgação, e narrar as histórias ocorridas na célula, principalmente sobre gravidez na adolescência, brigas entre casais, filhos criados sem pai. E, para finalizar, ela sorri timidamente e diz: “- vou casar cedo para ter a minha casa”.

A menina Mariazinha é a quinta filha, e falou com tristeza que todos os irmãos e irmãs são filhos de pais diferentes, e que nunca conviveram com o pai, inclusive ela. A vida afetiva de sua mãe sempre foi conturbada em função do consumo excessivo de álcool, por isso ela diz que sempre teve de aprender cedo a cozinhar, porque nos dias em que a mãe não levantava cedo, porque tinha dormido alcoolizada, ela e a irmã mais velha cuidavam da limpeza da casa, das roupas e da comida. Sua irmã de quatorze anos já constituiu família e mora em Elizeu Martins. Talvez esteja nesse fato uma das explicações para o desejo de Mariazinha casar-se cedo. Todos os dias ela cuida da limpeza da casa, lava as roupas menores, as louças dos que deixaram para ela lavar quando chegar da escola; e, à noite, ela brinca no centrinho. Ela diz que não gosta de brincar de bonecas, porque já cuida de “criança de verdade”, que gosta de corre-corre, queimada e andar de bicicleta pelas outras células. Percebi que as crianças se movimentam por parte considerável das células do assentamento, seja a pé, de bicicleta, seja outro “transporte”, adaptado pela própria criatividade das crianças (Figura 18).

Essas são algumas das atividades lúdicas criadas pelas crianças para se divertirem no assentamento. A bicicleta e o carrinho são brinquedos adaptados pelas crianças para circular entre as células. Para promover a brincadeira de circular pelas células, são necessárias duas crianças; no entanto, eles dizem que o ideal seriam sempre três: uma para montar, outra para empurrar e a outra para descansar. Também observei que o centrinho é um dos espaços mais disputados pelas crianças nas células. Eles o legitimaram como espaço de lazer e costumam se referir ao centrinho como “nossa casa de brincar”.



Figura 18 - Sequência de fotos - Entre brinquedos, espaços e brincadeiras



Fonte: Silva (jan. 2010).

Observei que as brincadeiras preferidas de meninos e meninas no assentamento estavam relacionadas a andar de bicicleta, jogar bola e brincar de correr. Elas dão preferência àquelas que permitam “brincar juntos”, interagindo com crianças de fora e de suas células. Era comum encontrá-las brincando em outras células. Geralmente a bicicleta e o carrinho de mão são utilizados com objetos de circulação entre os espaços do assentamento em busca de descobertas e novas relações de sociabilidade.

As crianças dominam os espaços das células, elas sabem o número das casas e quem são as outras crianças que lá vivem. E ainda sobre esse conhecer, foi a partir da observação de uma criança de oito anos que compreendi que todas as células têm sua entrada entre a casa, de número um e trinta e cinco; e sua saída entre as de número quinze e dezesseis ou dezessete e dezoito, o que pode ser observado na que demonstra o croqui etnográfico de uma célula (Figura 13).

A percepção das crianças moradoras do assentamento em seu ambiente, no espaço em que vivem na pluralidade, na valorização das pequenas coisas, no vivenciar o desenvolvimento dos animais e das plantas, na criação de brincadeiras é muito rica. O ser criança no campo está vinculado ao próprio lugar. Como relata Souza (2004), é correr livre, desfrutar da natureza, ter os animais como companhia e brinquedos; ou seja, é ter uma infância caracterizada pelo lúdico que faz uso de espaço e elementos naturais, “pluralidade de infâncias”. Barbosa (2008) pontua que a infância não é singular nem única, mas vivida de modos diferenciados nos variados tempos e espaços. É, portanto, plural.

Quando estas crianças se referem à vida de “menino e menina da roça”, se apegam à liberdade que têm de circular sozinhos/as e de não terem medo da violência da cidade grande. Essa forma de encarar suas vidas no assentamento pelo viés da tranquilidade, penso que seja influência das experiências de seus pais e mães que já moraram em grandes centros urbanos, como São Paulo e Brasília, e das suas narrativas a respeito. Sem desconsiderar os noticiários televisivos, que circulam informações sobre a violência urbana. Parte desse

contingente de crianças nasceu no assentamento da Fazenda Santa Clara; e outra veio com aproximadamente três anos de idade. Assim, compreende-se que elas não possuem experiências urbanas, além do contato com pequenas cidades dos municípios vizinhos que podem ser tidos como “rurbanos” (CARNEIRO, 1998); o universo rural foi o único que elas aprenderam a significar, que avaliam como um bom lugar para viver.

#### 4.4 A festa de aniversário - “a gente dá a festa, para dividir com as pessoas a fartura da família”

Em um de meus retornos ao assentamento, no dia 25 de fevereiro de 2010, tomei conhecimento de que todos esperavam com entusiasmo a festa de aniversário da camponesa Selma da Silva, que aconteceria no sábado, dia três de março. A notícia do aniversário, de início, parecia mais uma informação corriqueira, e cheguei a pensar que se tratava de uma pessoa de grande popularidade no assentamento e que, por esse motivo, todos estavam aguardando a tão esperada festa.

Enquanto almoçava, uma chamada na Rádio FM Santa Clara anunciava: “Não perca a festa de aniversário no Núcleo, com música ao vivo! O tocador vai tocar a noite inteira, minha gente!”. Passaram-se oito dias e chegou o tão esperado acontecimento que reuniria crianças, jovens, adultos e idosos. A festa de aniversário de Dona Selma.

Hoje é dia de festa, e todos se animam com a possibilidade de se divertir. Alguns adiam viagens e/ou compromissos; outros procuram chegar da roça mais cedo. As crianças e adultos cortam os cabelos em um salão de corte masculino localizado no núcleo. As meninas, na célula em que mora a aniversariante, desfilam com os cabelos enrolados em bobes e toucas; pintam as unhas debaixo das árvores que ficam em frente às suas casas. Observei que as pessoas estavam se preparando para o grande momento. A família da dona do bar organiza o salão em que ia acontecer a festa. Lavam o *freezer*, o chão, os copos, as mesas e cadeiras. Como diz a proprietária do bar, tudo naquele dia tem de estar impecável “como manda o costume dos aniversários feitos aqui”.

No dia três de março, acordei cedo para tomar café com a aniversariante e etnografar todos os preparativos do seu aniversário. Cheguei à sua casa por volta das seis e meia, e ela, sorridente, me recebeu dizendo para eu não observar a bagunça da casa. Porém, olhei para todos os lados e constatei que não havia nada bagunçado, a casa estava toda organizada, com tudo em seu devido lugar,



pois ainda não havia movimento em função dos preparativos da festa. Depois de tomarmos café com cuscuz e carne de porco, a camponesa me apresentou todos os cômodos da casa. A família alterou todos os cômodos, que cercou a casa separando-a das demais, mudou a cor e aumentou mais três cômodos: uma cozinha para fogão à lenha, dois quartos, além do piso liso queimado<sup>17</sup> na cor vermelha.

A sala é dividida por uma estante de madeira na cor marfim, formando assim uma sala para assistir televisão, sentados em cadeiras de espaguete e, na outra parte, a sala destinada às principais refeições do dia, com uma mesa de madeira com quatro cadeiras. Desta sala, a porta dá acesso à primeira cozinha (Figura 19), que possui um armário branco, um filtro, uma geladeira e um fogão a gás de quatro bocas, todos em cor branca. Esta cozinha dá acesso à segunda, considerada rústica, com fogão a lenha, prateleiras de madeira com panelas com o fundo preto, por serem utilizadas apenas no fogão a lenha. Geralmente os visitantes não têm acesso a esta área, somente pessoas mais próximas são convidadas a “prosear nesse espaço”. O fogão a lenha é utilizado para alimentos que demandam um maior tempo de cozimento e representa uma importante economia para a família.

Figura 19 - Sequência de fotos - A aniversariante nas duas cozinhas de sua casa



Fonte: Silva (mar/2010).

17 Uma técnica de piso de cimento, considerada de baixo custo, muito comum no assentamento, com recorrência da cor vermelha.

Ao entrar nos quartos, observei que seus filhos/as estavam dormindo. Nesse dia, seu companheiro havia saído às cinco horas da manhã para a roça de uma família que havia contratado seus serviços para “bater o feijão”.<sup>18</sup>

À época da colheita do feijão, a camponesa disse que trabalha batendo feijão com uma máquina, carregada por um carro modelo *Jeep*, na cor azul (Figura 20). Ela diz que essa máquina e carro são de propriedade de um comerciante do município de Canto do Buriti, e todos os anos eles trabalham com “70% do apurado” para o dono e 30% para quem trabalha com a máquina.

Figura 20 - Marido da aniversariante na roça “batendo feijão” com máquina alugada



Fonte: Silva (março/2010).

Após apresentar a casa e falar sobre o trabalho de seu marido, convidou-me para ficar na cozinha enquanto temperava uma galinha caipira para cozinhar no fogão à lenha, servida como prato principal no almoço aos parentes que chegaram do município de Canto do Buriti para participar da sua festa de aniversário. Nesse momento, observei que um dos filhos, o de oito anos, havia acordado. Ao entrar na cozinha, ele foi comunicado pela mãe que não comeria da galinha, pois era “reimosa”.<sup>19</sup> A criança estava com a cabeça coberta com uma toalha para não tomar sol;

18 Bater feijão refere-se ao processo de colocar as vagens na máquina para descascá-lo.

19 Comida reimosa, na linguagem nativa, é aquela que faz mal a algum ferimento ou doenças.



estava proibida de ajudar o irmão na retirada das raízes de macaxeiras no roçadinho, para não pegar peso. Todas aquelas restrições foram-me gerando curiosidade: afinal, que doença tinha aquela criança com aparência saudável? Então perguntei: “Por você não pode comer carne de galinha?”. A própria criança responde com muita convicção, não havendo espaço para qualquer pessoa questionar do contrário: “Eu arranquei um dente [permanente]. Tenho que ficar oito dias de repouso. Só acho ruim porque gosto de ler, mas não posso, porque a gente pode cegar”. De fato, constatei que no almoço essa situação de “dieta” foi respeitada pela criança. Em seu prato tinha apenas arroz e feijão. Comia com tranquilidade sentada em uma cadeira na cozinha do fogão à lenha, observando o movimento dos/as vizinhos/as que chegavam para ajudar nos preparativos da festa.

Durante os preparativos, a aniversariante recebeu a ajuda dos homens para cortar as carnes, e das mulheres no preparo. Também observei que vizinhos, amigos e parentes chegavam com alimentos de presente, temperos, e emprestavam alguns utensílios de cozinha, como panelas, conchas, bacias e fôrmas de bolo. Uma rede de solidariedade se formava em torno dos preparativos da festa de aniversário<sup>20</sup>.

Assim, a partir do ritual<sup>21</sup> de preparação das comidas na casa da aniversariante, observei a existência das redes de colaboração, que Menezes (2002) e Sabourin (2004) denominam de reciprocidade simétrica, uma prática de sociabilidade que é produto de respeito e amizade entre as famílias que moram na mesma célula. Os vizinhos chegavam, colaboravam na execução de alguma tarefa e saíam para dar espaço ao outro que chegava. Ainda pela manhã, três homens vieram em horários diferentes para cortar as carnes. E depois do almoço vieram duas mulheres, também vizinhas, ajudar no cozimento da alimentação a ser servida aos convidados na festa, à noite.

Observei que as tarefas são distribuídas por gênero. Aos homens competia matar e tratar as criações;<sup>22</sup> às mulheres, o preparo dos alimentos e organização do ambiente. Já às crianças do sexo masculino, cabia-lhes retirar as raízes de macaxeira e descascar, colher milho, cuidar da alimentação dos porcos e ficar sempre por perto para cumprir “mandados” da mãe; e as meninas teriam de

20 Sobre a ideia de redes de solidariedade a partir dos laços de parentesco, Woortmann (1990) afirma: “As trocas entre as famílias são expressão de igualdade e reciprocidade. As trocas, sejam elas de alimentos ou de trabalho, representam a manutenção da ordem moral camponesa. Para a prática das trocas como uma linguagem que articula categorias nucleantes de significado e que apresenta a comida como elemento central” (WOORTMANN, 1990, p. 25).

21 Conforme Leach (1972), o ritual está sempre dizendo alguma coisa sobre algo que não é o próprio ritual. Ou seja, o ritual, por si só, não é suficiente para a apreensão do sentido.

22 Criação, na linguagem nativa, é o mesmo que bode, carneiro ou ovelha.



ajudar na manutenção da limpeza da casa, para não deixar acumular louça suja na pia.

A interação entre as mulheres, quando estão na cozinha, se dá em torno das conversas sobre assuntos diversos e da bebida de forma moderada. Elas riem de histórias de aniversários passados, fazem gracejos com um papagaio que fica na parede observando todos os movimentos. As crianças são “expulsas” a quase todo momento da cozinha, tanto pela mãe quanto pelas vizinhas que estão ajudando. Se entre as mulheres na cozinha ocorre esse processo de interação, entre os homens se dá o contrário ao ocuparem esse espaço. Durante o corte da carne, eles se mantêm de cabeça baixa, em um silêncio somente rompido no momento em que o machado bate no osso que é colocado sobre um pedaço do tronco de cajueiro, habitualmente utilizado pela família para esse fim. Certamente, o fato de estarem em um ambiente de domínio da mulher gera nos homens que estão ajudando um desconforto visível, e em alguns deles, certa pressa em terminar suas tarefas. Eles, ao terminarem o trabalho, ficavam na sala conversando e bebendo com o companheiro da aniversariante que já havia chegado da roça.

Conversando com a aniversariante, durante a preparação dos alimentos para a festa, sobre a quantidade de pessoas convidadas e a quantidade de comida preparada, ela disse:

A comida é só para os convidados da gente, aqueles mais próximos. Os outros convidados mais distantes, como a festa de aniversário aqui é livre,<sup>23</sup> eles vão mesmo para dançar, para brincar. A comida, eles comem só se sobrar mesmo, e ninguém faz briga por isso não, todo mundo sabe que é assim! (Selma Silva, aniversariante).

Às vinte horas, chega o momento mais esperado por todos. A festa de aniversário. A expressão de preocupação não abandona o rosto da aniversariante, pelo menos nas primeiras duas horas de iniciada a festa. Ela corria para um lado, corria para o outro, recebia um amigo aqui, outro acolá, acomodava um aqui, outro ali, nas poucas cadeiras existentes no ambiente.

Aos convidados “próximos” é destinada uma área privilegiada da festa, no centro do salão, onde são disponibilizadas mesas com cadeiras para servir “os comes e bebes”. Os convidados “distantes” ficam no entorno do espaço, for-

23 Geralmente, as festas de aniversário são realizadas em locais públicos para que todos/as do assentamento participem, por esse motivo a camponesa utiliza o termo “livre”.



mando um círculo em torno dos que estão sentados no centro. As comidas de fato só são destinadas aos convidados “distantes” depois de servidos os convidados “próximos”. Mas esse fato não faz com que eles se sintam menos prestigiados em relação aos primeiros. Essa é uma regra construída socialmente, e legitimada pelo grupo durante as festas de aniversários no assentamento e certamente é diferente em um habitus orientado pelo sentido prático, como teorizado por Bourdieu (1996).

Passado o momento da recepção dos/as convidados/as, como, por exemplo, bate-papo, a degustação dos aperitivos e das guloseimas, o tocador dá uma pausa para alguém anunciar que chegou a hora de “cantar os parabéns” e dividir o bolo. No entanto, notei que as pessoas presentes não deram importância ao ritual dos parabéns. A aniversariante foi conduzida por uma amiga até a mesa onde estava o bolo, e os demais convidados continuaram onde estavam; poucas pessoas se levantaram para cantar parabéns. Estiveram do lado da aniversariante o companheiro, os três filhos e uma amiga. Até a partilha do bolo, a aniversariante pouco sorria, estava o tempo todo tensa, era como se até aquele momento nada pudesse dar errado. Tudo tinha que sair conforme planejado. A aniversariante deu o primeiro pedaço ao marido, chamando-me para registrar o momento com uma foto da família (Figura 21). Nesse momento, observei que seu rosto esboçava um leve sorriso de felicidade. A partir dessa foto, inicia-se a sessão “registro fotográfico”. Ela chamava um por um dos convidados e pedia que eu registrasse o momento.

**Figura 21** - Sequência de fotos da festa de aniversário da dona Selma, no assentamento Santa Clara



Fonte: Silva (mar./2010).

O ponto alto da festa se deu não no momento da partilha do bolo, e sim, a partir do momento em que a aniversariante começou a dançar com os convidados. Esse momento é marcado pelo desfazer daquela expressão de preocupação que esteve presente em seu rosto nas primeiras horas da festa.

Na festa, jovens, adultos, idosos e crianças se divertem embalados pelas músicas entoadas pelo tocador, que, além de atração artística principal da festa, também é parente da aniversariante. Os jovens pediam músicas como a Rebolation do grupo baiano Parangolé, e forró eletrônico. Todos dançavam

desinibidos e queriam ser registrados em fotografia durante a execução de suas coreografias. Observei que parte considerável dos jovens presentes na festa já estava embriagada<sup>24</sup>.

Um fato que me despertou a curiosidade foi o impacto que uma câmera fotográfica e minha presença causaram na festa. Passei aproximadamente quatro horas fotografando os convidados, sem pausa. Reconheço que esse fato me incomodou, a ponto de alegar que a bateria da câmera havia descarregado. A todo instante a aniversariante chegava com alguém que apresentava como integrante de sua rede de relações sociais ou de parentesco, muitos deles/as vindo de sua comunidade de origem para prestigiá-la nesse dia. Essa procura por serem registrados em fotografia passou a ser constrangedora, principalmente quando aquelas pessoas que estavam na festa e que não conheciam a aniversariante passaram a me abordar para fotografá-las em seus grupos. Isso ocorreu tanto com os jovens quanto com os adultos. Comecei a sentir-me incomodada com aquela situação e resolvi afastar-me do ambiente do salão principal. Observando por algum tempo, tudo à “distância”, o que, de certa forma, favoreceu-me a percepção ampliada de tudo o que estava acontecendo no entorno da festa.

Por fim, já eram duas horas da manhã, e a festa continuava animada, embora o cenário já apresentasse mudanças com ares de final de festa. Muitos copos pelo chão, cadeiras vazias, o que era impossível de se ver no início da festa, por conta da grande quantidade de pessoas circulando pelo espaço. Alguns convidados já dormiam embriagados, encostados nas paredes do salão, e outros debaixo de árvores que ficam à sua frente.

Apesar de a festa já estar apresentando sinais de que chegara ao fim, a aniversariante agora começava a dançar com o marido. Até o momento, todas as suas danças foram com os/as convidados/as, enquanto seu marido dançava com as esposas de seus parentes e amigos. Observei que havia a troca momentânea de casais, sem nenhum constrangimento por parte dos envolvidos na festa. A dança com o anfitrião ou a anfitriã tem para os convidados o sentido de acolhimento por extensão da ideia de pertencimento à rede de amizades da família da aniversariante e de *status* por parte dos convidados. O grau de prestígio é medido quando a pessoa é convidada a dançar com o anfitrião ou a anfitriã. Encontrava-me próxima de um casal de convidados que já havia dançado com a aniversariante e seu marido, e perguntei: “- os donos da festa dançam

24 Para Durkheim (2003), as principais características das festas são: 1) a superação das distâncias entre os indivíduos; 2) a produção de um estado de “efervescência coletiva”; 3) a transgressão das normas coletivas. A ideia de “objeto sério” ou “finalidade grave” foi totalmente abandonada.



com todos os convidados?” Uma senhora, que aparentava aproximadamente 60 anos, respondeu-me: “- não. Só com aqueles mais apreciados pela família. É para a gente sentir que é bem-vindo e agradecer por a gente ter vindo. E todo mundo comenta: “- fulano tem valor, dançou até com o dono da festa”.

Em função dos exageros no consumo de bebidas alcoólicas por parte de alguns convidados “próximos” e “distantes”, os ânimos começaram a se exaltar. Observei a ocorrência de alguns incidentes localmente chamados de “brigas de bêbados”. A aniversariante diz que essas “brigas” informam o momento de retirar-se da festa. Em poucos minutos, a cozinheira da Empresa Brasil Ecodiesel, que mora no alojamento do núcleo, pega em meu braço sem muita explicação e sai me levando; a única coisa que me disse foi: “- vamos, vou te deixar no seu apartamento, está na hora de dormir”. Eu não compreendia a emergência, se a briga era de bêbados. E, se era algo tão recorrente, então, por que tanta pressa das pessoas em irem para casa? Após minha saída, chegaram dois homens considerados pelos moradores do assentamento como “os acabam festas”. Eles terminaram a festa quebrando cadeiras e mesas; e, nessa “briga de bêbados”, houve registro de ferimentos por faca em um dos filhos da proprietária do bar.

As festas de aniversário no assentamento são esperadas com expectativa, principalmente com a torcida para que o/a aniversariante comemore. Uma professora de Elizeu Martins, residente no núcleo, diz que fica olhando no calendário qual é a próxima festa e se a pessoa vai comemorar. Em sua opinião, esse deve ser um acontecimento em que as famílias vão encontrar-se e divertir-se. Nesse sentido, Durkheim (2003) fala da importância das cerimônias festivas para reavivar os laços sociais que correm, sempre, o risco de se desfazerem. As festas seriam uma força no sentido contrário à dissolução social do grupo. E, no que tange às brigas de encerramento das festas, podemos pensar como Mafessoli (1985, p. 23): “uma cidade, um povo, mesmo um grupo mais ou menos restrito de indivíduos, que não logrem exprimir coletivamente sua moderação, sua demência, seu imaginário, desintegra-se rapidamente”. Assim, para Durkheim (2003), a festa é capaz de colocar em cena o conflito entre as exigências da vida séria e a própria natureza humana. São elas as responsáveis por refazerem e fortalecerem o espírito fatigado por aquilo que há de muito constrangedor no trabalho cotidiano. Nas festas, por alguns momentos, os indivíduos têm acesso a uma vida menos tensa, mais livre, a um mundo onde sua imaginação está mais à vontade.

O sentido atribuído à festa de aniversário pela camponesa é de compartilhar com os/as amigos/as o ano de fartura e fugir um pouco da dureza da vida.



A gente dá a festa, para dividir com as pessoas a fartura na família. O povo aqui só tem a vida de trabalho, uma alegriazinha só quando tem um aniversário. Por isso, vira essa festa toda e no outro dia está todo mundo na labuta com coragem, não é? (Selma Silva, aniversariante).

A função de utilidade atribuída às festas de aniversário, de acordo com a narrativa acima, aproxima-se da ideia discutida por Leach (1972) de que a festa deixa de ser “inútil” e passa a ter uma “função”, pois, ao fim de cada cerimônia, de cada festa, os indivíduos voltariam à “vida séria” com mais coragem e disposição.

Para Brandão (1989), a festa é o lugar simbólico onde cerimonialmente separam-se o que deve ou não ser esquecido; por esse motivo atribui às festas o exagero do real em que ela se apossa da rotina, mas não rompe com ela. Esse processo, Brandão (1989) vai denominar de o breve ofício ritual da transgressão. Assim, a ideia de transgressão relaciona-se, para ele, ao exagero, à ultrapassagem de limites, ao excesso. Até as inversões seriam exageros, simbolizando aspectos sempre latentes no comportamento dos sujeitos.

#### 4.5 Cemitérios – “a gente vela<sup>25</sup> aqui e enterra na nossa terra [...] de onde a gente veio”

Ao percorrer as terras da Fazenda Santa Clara e do assentamento Caju Norte, observei que não existem cemitérios oficiais e não oficiais. A curiosidade sobre o que faziam com as pessoas que morriam acompanhou-me por uns dias, até que, em um dos bate-papos em frente à casa da família Souza, uma senhora chegou dando a notícia do falecimento de uma idosa, na célula M. Foi nesse contexto de surpresa da família pelo falecimento dessa senhora que indaguei sobre local o enterro.

Desde que as famílias veio para cá, só morreu sete pessoas. E elas foram enterradas nos lugares que eles moravam. Aqui, o povo ainda não quis ter cemitério. Ainda prefere voltar para ser enterrado no meio dos seus (Camponês L. de Souza).

As famílias camponesas que moram nessas duas áreas dizem que a construção de um cemitério ainda não é necessária, porque os/as moradores/as mais

25 Velar, aqui, é compreendido não como o velório, mas como os dias em que o ente familiar está, como eles dizem, “esperando a hora da morte chegar”. Para algumas famílias do assentamento, “velar” é o mesmo que sentinela – “ficar zelando pela hora em que o ente vai fazer a viagem”.



velhos/as sentem desejo de ser sepultados/as em suas comunidades de origem, “perto dos seus”. No entanto, relatam também que essa necessidade poderá ser demandada a partir da população jovem que está constituindo famílias no assentamento.

Para nós, velhos, que ainda tem o coração e o umbigo enterrado nas terras onde a gente nasceu, fica difícil querer ser enterrado longe dos nossos. A gente vela aqui e enterra na nossa terra, assim, de onde a gente veio. É importante receber o apoio das pessoas que sempre viveram com a gente. Mas a senhora sabe que isso não vai ser problema para essa turma de gente nova que está aí, casando. Eles vão se desapegando do lugar que nascerem. É aqui que estão fazendo a vida deles e é aqui que eles vão querer ser enterrado. A vida é assim, muda sempre (Camponesa A de Souza).

Quando o camponês diz que “é importante receber o apoio das pessoas que sempre viveram com a gente”, no momento do enfrentamento da morte, um momento que eles definem como doloroso, a cerimônia que marca a partida de um ente querido deve ser compartilhada com pessoas que compartilharão esse momento de dor. Não é o fato de querer ser enterrado ao lado de outros membros da família que alimenta a prática de levarem seus mortos para serem enterrados em seus lugares de origem, mas sim a possibilidade de um rompimento com a solidão da dor do/a enlutado/a<sup>26</sup>.

Com essas famílias ocorre o contrário. No retorno “aos seus”, as lembranças da vida e da convivência com aquele/a que partiu são formas de minimização da dor dos enlutados que, durante o velório e/ou enterro, “contam prosas sobre a/o defunto”. Eles dizem que essas “prosas” são compartilhadas por todos aqueles que conviveram com o/a “defunto/as”, que trazem o sentimento de permanência desses/s entes familiares, entre os vivos, na direção contrária à referida individualização da dor.

26 “A partir da individualização da dor, as relações sociais mantidas nos ritos de despedida, incluindo o luto, tornam-se fragmentadas, superficiais, e, principalmente, constrangidas pela falta de noção daquilo que pode/deve ser dito, tornando as expressões de sentimentos minimizadas e as condolências padronizadas” (ELIAS, 2002, p. 32).



## 4.6 Capela Santa Clara – “O povo aqui prefere que as missas aconteçam no ‘centrinho’ de cada célula”

Ao construir as células do assentamento da Fazenda Santa Clara, a Empresa Brasil Ecodiesel recuperou uma antiga construção dentro da Fazenda, que era destinada à moradia dos vaqueiros da Fazenda Caju Norte, e a transformou em uma capela, que recebeu o nome de Santa Clara. Os camponeses dizem que poucas foram as missas que lá ocorreram. Recordam de dois casamentos de filhas de camponeses parceiros no ano de 2006 e que, desde então, as famílias passaram a não mais frequentar a capela (Figura 22).

Figura 22 - Sequência de fotos - Capela Santa Clara abandonada pelos camponeses da Fazenda



Fonte: Silva ( out./2010).

A resistência dos camponeses em frequentar a capela é atribuída à sua distância da maioria das células. Por não ter iluminação e ficar isolada, não se adaptaram. Alguns comentaram que, em outros lugares, a igreja é “no centro de tudo”, e que não gostaram da ideia de frequentar uma “igreja abandonada”. De fato, constatei que a capela está localizada em uma área isolada e, à noite, torna-se inviável o acesso devido à falta de iluminação. Existe também um entendimento, por parte dos camponeses, de que a construção de uma igreja deve ser resultado dos esforços dos párocos juntamente com a comunidade, e não uma determinação da empresa de onde deveria ser ou não o local de suas práticas religiosas.

Um camponês ocupante lamenta que as famílias não se tenham identificado com a capela e, aos poucos, a destruíram. As fotos demonstram os sinais da destruição e abandono da Capela Santa Clara.

A capela Santa Clara foi construída pela empresa com muito carinho. Minha filha se casou lá, acho que foi o primeiro casamento que aconteceu na capela. O povo aqui prefere que as missas aconteçam nos centrinhos. Tem células que as famílias recuperaram os centrinhos para as novenas. Quando a empresa queria os centrinhos para reuniões de associações, o povo abandonou os centrinhos. Agora que a empresa desistiu dos centrinhos, o



povo está recuperando para fazer os encontros de igrejas. Hoje acontece no centrinho culto evangélico e missa católica. Assim, todo mundo fica feliz. Agora, a Capela Santa Clara, acreditado que o povo não aceitou porque foi a empresa que construiu. Aqui tudo que a empresa fazia o povo botava o pé na parede e queria fazer do jeito deles! (M. de Macedo).

A resistência dos camponeses tal como manifestada na busca da autonomia do que plantar em suas roças, na decisão de alterar os espaços de moradia, no uso que deveriam fazer ou não nos centrinhos, também foi manifestada quanto ao local das práticas religiosas.

As famílias camponesas evangélicas estão construindo uma igreja no núcleo da Fazenda, ao lado da BR-324. A opção pelo lugar se deve, segundo o pastor, à facilidade de acesso e iluminação. Enquanto, a sede da Igreja Assembleia de Deus não fica pronta, os cultos estão acontecendo no salão de lazer do núcleo, aos domingos, no horário das dezenove horas. Durante a semana, ocorre em algumas células com maior concentração de famílias evangélicas. Observei que em apenas uma célula existe resistência das famílias em aceitar que o centrinho seja usado para cultos evangélicos; nas demais, a convivência entre católicos e evangélicos mostrou-se tranquila.

#### 4.7 Jovens do assentamento: “no trânsito de incertezas entre a cidade e a roça”

Entre a população jovem do assentamento de quinze a vinte e quatro anos, <sup>27</sup> as opiniões se dividem sobre permanecer ou não na área rural. Assim, aqueles que dizem querer “sair da roça” argumentam que os projetos voltados para a agricultura não conseguem pensar o jovem como um agente com capacidade de dar continuidade às atividades agrícolas<sup>28</sup>.

Assim, considerando o cenário atual para a juventude rural, eles dizem que não se sentem motivados a continuar na “roça”. No entendimento daqueles jovens que

27 Definição com base no IBGE (1996) sobre população jovem no Brasil.

28 Ainda sobre essa invisibilidade apontada pelos jovens do assentamento da Fazenda Santa Clara, Carneiro (1998) afirma que o jovem rural é “invisível para a maioria das pesquisas acadêmicas e projetos de desenvolvimento voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais. No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura” (CARNEIRO, 1998, p. 1).



migram, sobretudo para Brasília e São Paulo, quando completam dezoito anos,<sup>29</sup> o jovem do campo não tem oportunidade de fazer trabalhos mais especializados porque não são vistos.

Eu estudei aqui no assentamento até concluir o segundo grau. E trabalhei para juntar o dinheiro da passagem e fui embora para Brasília atraído pelas facilidades da cidade. Mas todo dia imaginava que eu podia ganhar meu dinheiro investindo nos lotes do meu pai. Mas, sabe a gente que estuda um pouco mais fica querendo continuar na roça, mas com outras ideias, e não só o da enxada. Aqui sei que muitos da minha idade estão construindo sua vida aqui, e esses vieram para ficar mesmo, já casaram, cuidam do seu lote, compra porco, vende e tem entendimento de ficar aqui (W. dos Santos Neto, 21 anos).

Quando esse jovem diz que quer continuar “na roça, mas com um pensamento diferente”, está se referindo ao uso de novas tecnologias, investimentos e mudanças nos modos de produção e comercialização. Entre esses jovens que migram para os centros urbanos, há uma compreensão de que ser do “interior” é ser atrasado. Esses, em conversas, costumam desprezar sua identidade rural. Sempre dizem que “são da cidade”, porque possuem casa na cidade, mas continuam cultivando suas roças no assentamento. Na verdade, durante o tempo em que permaneci no assentamento realizando a pesquisa de campo, observei que eles raramente estão na casa da cidade, pelo contrário, sempre os via no assentamento. Eles afirmam que gostariam de ser jovens da roça, mas “adiantados”. Esse modelo de jovem “adiantado” é inspirado nos filhos dos produtores de soja no município de Bom Jesus do Piauí. Mas há os que dizem não desejarem continuar vivendo na roça:

Não quero continuar morando aqui [assentamento], assim que eu terminar o ensino médio vou embora para Brasília. Aqui não tem emprego e não quero trabalhar na roça. Meu pai acha que tenho que continuar na roça como ele, mas não quero essa vida para mim. [perguntei que vida? Ele respondeu] Essa vida de sofrimento: se chove, tem, se não chove não tem; trabalha como doído sol a sol e no final de tudo só dá pra comer, quando dá. Quero nada viver assim, vou embora! (A. de Abreu 19 anos).

Nesse contexto, poderíamos dizer que, em alguns casos, as migrações temporárias dos jovens são incentivadas como uma garantia de ajuda nas despesas

29 Dados do IBGE, Censo 2000, alertam que o ponto máximo de migração do meio rural para o urbano está entre 15 e 19 anos para as mulheres e 20 e 24 anos para os homens.



da família. É comum, também, eles dividirem a mão de obra familiar disponível em duas categorias: aqueles que prestam serviços em outras roças (diárias), ou até mesmo saem do assentamento para trabalhar em Canto do Buriti; e aqueles que se dedicam apenas à roça da família. Nos casos observados, os jovens que são incentivados a buscarem outros serviços são aqueles que menos se identificam com o “trabalho na roça”. Essa recusa pelo trabalho na roça não é uma questão simples de se avaliar. As famílias dizem que até chegarem ao consenso de que esses jovens “saindo para trabalhar fora são mais úteis”, entretanto, meio a tensões e intrageracionais, particularmente, entre avós e netos. Geralmente os mais velhos, discordam com a saída dos netos para os centros urbanos e incentiva-os a continuar o trabalho na roça como a família sempre o fez.

Por outro lado, estão os jovens que já constituíram famílias no assentamento. Esse grupo tem como característica a baixa escolaridade dos homens e, em alguns casos, ausência de educação formal. Geralmente eles constituem família em torno dos dezessete anos de idade e assumem o papel de chefe de família instituído a partir do contrato de parceria rural firmado com a Empresa Brasil Ecodiesel. Em casos mais recentes, observa-se a construção de casas em terras no lote dos pais, como estratégia de não saírem da mesma célula.

Esses jovens, já casados, quando chegam da roça por volta das dezessete horas, se direcionam para o campo de futebol (Figura 23) que fica no centro de cada célula, para jogar com os outros jovens, a maioria também casados. O jogo dura até as dezoito horas e trinta, eles dizem que não prolongam o jogo porque não há iluminação na área. Após o jogo, ficam sentados no centro do campo, conversando sobre diversos assuntos. O dia em que participei da rodada de bate papo após o jogo, assunto abordado pelos jovens era a situação de um amigo que teve que se “juntar” com uma moça porque o pai dela descobriu que ela não era mais virgem. Nas narrativas dos jovens, expulsar uma filha de casa por ter engravidado ou perdido a virgindade antes do casamento, ainda é, uma prática comum no assentamento. Dentre os jovens casados que estavam no campo, cinco deles casaram-se porque, como eles dizem, “o pai da moça descobriu que nós fez o negócio, aí a gente tem que assumir a responsabilidade de homem”. Outra característica encontrada nesses jovens que constituem famílias cedo, como eles dizem, é a de nunca terem morado na cidade. E afirmam não terem o desejo de sair da roça. Querem continuar morando no assentamento, mesmo depois que a empresa encerrar o contrato de parceria.



Figura 23: Jovens jogando futebol no campo da célula.



Fonte: Silva (Set. 2010).

As famílias apontam como fator negativo da migração dos jovens do assentamento, vícios adquiridos durante suas idas e vindas para as grandes cidades. Uma camponesa diz que o assentamento, “vive momentos difíceis com a juventude que fica entre a cidade e a roça”. Ela atribui ao alto consumo de álcool, de drogas, e mais recentemente o registro de inúmeros assaltos na BR- 324, a jovens que migram para São Paulo e Brasília, que nesse período que passam fora não encontram trabalho e terminam entrando no mundo da criminalidade.

Em março de dois mil e dez, em uma operação policial para conter os frequentes assaltos a transportes na BR-324, foram presos onze jovens entre dezoito e vinte e três anos, acusados de envolvimento nesses assaltos. Nesta apreensão os jovens entregaram objetos das vítimas, e drogas como *crack*<sup>30</sup> e maconha (*Cannabis sativa*). Os moradores alegam que a formação desses grupos de jovens no assentamento é liderada por aqueles que saem para a cidade grande e, ao retornarem, organizam os grupos com aqueles que nunca saíram da roça, mas que desejam ter um celular ou um tênis, conforme depoimento de uma mãe que teve o filho de dezoito anos preso nesta operação policial.

Quando a polícia veio, só nessa célula, levou oito jovens que estavam no assalto à carga e de ônibus entre Elizeu Martins e o assentamento. Foi um desespero para os pais trabalhadores, direito, sem conhecimento de nada, descobrir que o filho tava usando droga e roubando os carros que iam passando no asfalto. A vergonha era tanto que as famílias não sabiam nem como olhar pra os vizinhos no dia seguinte. E ainda ter que lutar pra pagar uma taxa, lá, para esses meninos não subir para Vereda Grande<sup>31</sup>. Olha, foi uma situação que nós que vive na roça nunca

30 Crack é uma droga, geralmente fumada, feita a partir da mistura de pasta de cocaína com bicarbonato de sódio. É uma forma impura de cocaína e não um subproduto. O nome deriva do verbo “to crack”, que, em inglês, significa quebrar, devido aos pequenos estalidos produzidos pelos cristais (as pedras) ao serem queimados, como se quebrassem (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Crack>>).

31 Penitenciária, Gonçalves de Castro Lima, em Vereda Grande, no município de Floriano, Piauí.



pensou que um dia ia passar, sabe! As coisas que eles pegaram de uma banda de forró que passava no asfalto tava tudo escondido no mato, eles usavam e deixavam lá prá gente não dar conta dessas coisas. A área aqui é grande, a violência tem dado muito medo de andar à noite. O pessoal da empresa, mesmo, não anda mais a noite pelas células, desde que três funcionários foram parados, vindo de Elizeu Martins. Botaram revolver nele e tudo! Só que quando eles reconheceram, mandaram eles ir embora. Se arrependeram, porque, é gente daqui. Mas não é bom confiar não. Aqui dentro, tem que andar pisando leve. Os jovens andam cheios de drogas, é uma tristeza (M. da Conceição M).

A situação de embriaguez e uso de certas substâncias psicoativas por parte dos jovens no assentamento foi verificada em uma festa chamada “Seresta”, em que estive presente até o final. Nesse dia, esses jovens que, na maioria, andam sempre em grupos, estavam dançando e bebendo. Eles se diferenciam dos demais jovens do assentamento pelas roupas, tênis, adereços, como, por exemplo, bonés, brincos e tatuagens. Nessa noite, fui abordada por dois jovens, um de dezessete anos e o outro de vinte e um. Eles observaram que eu estava com o gravador de voz na mão e uma caneta. Questionaram se eu era jornalista, respondi que não, e expliquei os motivos pelos quais me encontrava ali. Eles disseram que queriam dar uma entrevista. Eu, percebendo o seu estado de embriaguez, disse que poderíamos marcar para o outro dia. Eles se recusaram e tive que ligar o gravador. No primeiro momento, fingi que havia ligado o aparelho, mas o jovem de vinte e um anos disse que a luz vermelha não estava acesa. Desculpei-me pela “falha” de não ter ligado o gravador, e iniciamos a “entrevista”.

Hoje quero falar para os jovens da Santa Clara. Jovens que estão me ouvindo, não saiam para a ilusão da cidade grande. Lá você vai usar crack e quando não tiver dinheiro para comprar vai roubar de estranho e, depois, da sua família também. Eu puxei FEBEM, e hoje estou aqui querendo deixar de usar o bagulho e não consigo. Jovem não use o crack porque ele mata! (Mc B, 21 anos).

O uso de substâncias psicoativo e a prática de assaltos estão ligados a jovens do sexo masculino. Não houve registros da participação de jovens do sexo feminino na formação desses grupos. A problemática que envolve as meninas, no entendimento das famílias, é a gravidez precoce e a prostituição. As famílias recordam que, em uma das células, havia um prostíbulo, que funcionava com o agenciamento de meninas de outras cidades e, em alguns casos, do próprio



assentamento. As famílias se organizaram solicitando providências da empresa no sentido de fechá-lo, o que ocorreu após um ano de funcionamento.

Jovens do assentamento pensam seus projetos de vida para o futuro baseados na idealização do urbano como possibilidade de construção de “uma vida menos sofrida” com o trabalho na roça. No entanto, as experiências citadinas desses/as jovens/as os fazem questionar possibilidades de construção de um projeto de vida voltado para o assentamento. Eles/as vivem a dualidade do sentimento de pertencimento e negação da sua origem rural. Em função desse sentimento, é comum se abrirem para novas experiências que, em determinados momentos, os aproximam da cidade e os distanciam do campo ou em sentido contrário. O sentido atribuído a essa migração pelos jovens é de aprendizado e busca de melhorias financeiras que lhes deem condições de, ao retornar para o assentamento, comprar uma motocicleta. Na avaliação desses jovens, do sexo masculino, em especial, aquele que sai do assentamento e, ao retornar, não conseguiu “juntar” dinheiro para comprar um transporte, é considerado pelos demais como tendo feito uma “viagem fracassada”. Esses jovens, ao adquirirem suas motocicletas, passam a oferecer serviços de mototáxi dentro do assentamento e nas cidades vizinhas.







## CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, procurei descrever a trajetória social, o cotidiano e os modos de vida de famílias camponesas do assentamento Fazenda Santa Clara, que vivem na condição de parceiros rurais da Empresa Brasil Ecodiesel. Esta investigação privilegiou as transformações sociais e culturais ocorridas nos modos de vida dos/a camponeses/a, parceiros/as, assentados/as. Através da abordagem etnográfica, baseada na observação participante, no diálogo, sobretudo na escuta de narrativas, reconstruí a trajetória social das famílias Costa, Moura, Macedo, Silva e Santos. A dinâmica social dessas famílias dentro e fora do assentamento evidenciou as adaptações de ordem prática cotidiana, como se inseriram e se enraizaram na “terra prometida”.

O resultado desta pesquisa, conforme observou Brandão (1999), sobre o estilo de escrita etnográfica, tem muito de trabalho exploratório e um estilo deveras pessoal, com a pretensão de aliar rigor acadêmico à prazerosa aventura de autoconhecimento. Neste momento final, é mister esclarecer que, pelo fato de ter o interesse direcionado a pesquisar questões relacionadas ao universo rural – espaço familiar, por minha condição de neta de camponeses cultivadores de mamona, precisei, durante o seu desenvolvimento, internalizar a necessidade de um distanciamento que me permitisse inserir os indivíduos em categorias mais amplas para a realização da análise. Assim, é correto afirmar que, conforme Velho (1978), essa aproximação e familiaridade não significaram que, *a priori*, pudesse compreender a lógica de suas relações.

Dessa forma, compreendi que as experiências vivenciadas pelos/as camponeses/as trouxeram elementos relevantes para a discussão acadêmica sobre as propostas de assentamento público privado como estratégia de acesso à terra e “inclusão social no campo”, assim como sobre as mudanças nos modos de vida das famílias assentadas, formas de resistência cotidiana e reorganização social e espacial nos assentamentos.

Os assentamentos rurais no Piauí foram criados com base em dois modelos: um proposto pelo INCRA e outro pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Ambos são frutos da demanda social de camponeses/as sem-terra,



na maioria dos casos sem organização nem militância política ou de classe. Corroborando com essa ideia, Martins (2003) afirma que os protagonistas sociais da luta pela terra não são, essencialmente, os protagonistas políticos da luta pela reforma agrária. Em outras palavras, eles lutam para resolver a conquista imediata de formas de sobrevivência.

O Projeto de assentamento público privado da Fazenda Santa Clara foi pensado desconsiderando a realidade social, cultural e produtiva das famílias assentadas. Trata-se da construção de um assentamento voltado para a produção comercial de uma cultura destinada exclusivamente à industrialização que, na concepção dos/as camponeses, “não serve para alimentar a família nem os animais”. As famílias camponesas atribuem à mamona a responsabilidade por eles terem que abandonar sua tradição produtiva, milho, feijão e mandioca. Essas diferenças tornaram-se condicionantes para o (in)sucesso do assentamento, no que diz respeito à produção da mamona destinada à produção de biodiesel.

As diferentes maneiras de apropriação do espaço no assentamento se deram de forma conflituosa, conforme demonstrado em toda a descrição etnográfico. A pressão para produzirem dentro das metas estabelecidas pela empresa, a fiscalização constante da circulação das famílias dentro das células, nos horários em que “deveriam” estar nos lotes cultivados pela empresa, as proibições de criar pequenos animais à solta, tudo isso influenciou diretamente na economia doméstica das famílias, e em mudanças nos hábitos alimentares. Por exemplo, deixaram de criar galinhas para criar suínos, substituindo o cultivo e consumo do feijão de corda tradicional pelo feijão de corda desenvolvido para o consórcio com a mamona. Com a impossibilidade de realizarem outros cultivos fora do calendário agrícola da empresa e a relativa perda de autonomia sobre o que produzir e como produzir, tensões e conflitos foram desencadeados entre a empresa e os/as assentados/as, levando-os a abandonar as áreas de cultivo da empresa e a adotarem estratégias de resistência à subordinação. Historicamente, certos estudos sobre campesinato referem a presença de práticas de submissão e a sujeitos passivos nos processos de mudanças sociais. No entanto, as especificidades observadas no campo me levaram a questionar essa visão ingênua que os percebe como pacientes e obedientes.

Assim, na perspectiva da reprodução social do grupo doméstico, no assentamento, desenvolveram-se como estratégia, “práticas de resistências cotidianas”, às relações de dominação que se configuram de forma rotineira e através de expressões difusas e fragmentadas. Assim, as tensões e lutas não



visíveis dentro do assentamento levavam a empresa a compreender o espaço como algo “controlado”. Dessa maneira, os/as camponeses/as parceiros/as assentados/as foram alterando o projeto inicial e dando-lhe características dos modos de vida tradicionalmente praticados com anterioridade à vinda para o assentamento.

Os resultados dessa pesquisa evidenciaram o impacto das mudanças provocadas por este modelo de assentamento privado nos seus modos de vida, a saber:

- *A relação com a terra:* muitas famílias camponeses saíram da condição anterior de moradora submetida às regras do proprietário, para a condição de parceiras assentadas submetidas às regras da empresa.
- *A dificuldade de se adaptar ao calendário agrícola da empresa:* em razão de terem que abandonar suas culturas tradicionais, para produzir cultura de risco à reprodução social dos grupos domésticos. Eles desejavam produzir para comercializar, mas dentro da lógica de uma economia moral que valoriza escolhas próprias. Nesse sentido, Menezes (2002b) afirma que a racionalidade camponesa não é algo unidirecional, na verdade, compõe-se de uma associação de fatores econômicos, sociais e culturais. Assim, o acesso ao mercado é para eles/as de fundamental importância, porque, o consumo da família não se resume aos bens produzidos, e é na comercialização praticada dentro do assentamento e nos municípios vizinhos que garantem o acesso a produtos que não produzem.
- *O modelo de gestão vertical e autoritário* adotado pela empresa reforçou a construção de relações de poder assimétricas, em que cada vez mais os/as camponeses/as se distanciavam da empresa, gerando um ambiente hostil e de desconfiança.
- *O modo de produção comercial:* no cultivo da mamona, interferiu negativamente no modelo de reprodução social das famílias. Acostumadas a cultivar no máximo três hectares, ao chegar ao assentamento, passaram a cultivar sete hectares de mamona consorciada com feijão – o que resultou na absorção integral de toda a mão de obra disponível na família, inclusive das mulheres, responsáveis pelos cultivos dos roçadinhos.

Como resultado das tensões, conflitos e distensões, os/as camponeses/as se indispuseram ao modelo de administração adotado. Acrescente-se que uma das práticas com maior recorrência entre aqueles que resistiam às regras impostas pela empresa foi o abandono parcial dos lotes de mamona nos períodos



críticos para a cultura, como as épocas de realização dos tratos culturais e da colheita, repercutindo diretamente nos resultados da produção. Além disso, os camponeses trouxeram para o cerne de seus discursos essas dificuldades como motivadoras na reformulação de seus saberes tradicionais e (re)construção de seus modos de vida no assentamento, apropriando-se das identidades sociais de agricultor familiar, parceiro rural, assentado, e trabalhador rural, de acordo com suas necessidades, como estratégia de negociação, permanência e reprodução social no assentamento.

Pude observar, no decorrer dos discursos, que essa linguagem surge então como sendo capaz de inserir ou excluir as famílias dos benefícios disponibilizados pelas instituições, presentes na sua realidade cotidiana. Mesmo que aparentemente essas diversas identidades pareçam contraditórias, elas têm sentido para cada um/a dos/a camponeses/as que as instrumentalizam como estratégia de interação, através das convenções simbólicas das diferentes instituições com as quais se relacionam, como, por exemplo, o INCRA, a Empresa Brasil Ecodiesel, Bancos, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Assim, considerei os/as camponeses/as estudados/as nesta pesquisa “agentes de transformação social” em concordância com Scott (2002). E não a de camponeses/as como vítimas passivas no contexto do controle e da relação de reciprocidade vertical proposta pela empresa no assentamento. Desta forma, a partir da convivência com essas famílias e a observação de suas práticas cotidianas, cheguei à conclusão de que seria um erro pensar sua condição de camponeses/as parceiros/as assentados/as como algo imóvel, estático, mas sim como conjunto de interações, reinterpretações e superações em que se colocam na posição de “agentes ativos de transformação social” (MARTINS, 2000).

Entretanto, foi a partir dessa pretensa passividade que a empresa avaliou as famílias assentadas, e não como produtoras de cultura e detentores de conhecimentos com capacidade para interferir no processo de tomada de decisões e transformação no espaço do assentamento. Isto significou, de alguma maneira, um elemento surpresa para a empresa – a capacidade de retomada da autonomia produtiva e organizacional do espaço de moradia.

Um traço característico dessa retomada do controle da situação, por parte dos/as camponeses, nos últimos dois anos, foi a introdução do cultivo de mandioca e milho, tanto nos lotes destinados previamente à produção de mamona quanto nos destinados à roça e aos roçadinhos. Também foi evidenciado, nas alterações físicas nas casas e nos centros das células, o que representou para as famílias terem o controle do espaço de moradia, perdido quando chegaram



ao assentamento. Pude observar alterações diversas em praticamente todas as células, como a construção de mercadinhos, bares, clubes, açougue, salão de beleza etc. Essas construções se deram de forma desordenada e sem a autorização da empresa, demonstrando, assim, perda de controle na administração do assentamento.

Na visão da empresa, as dificuldades enfrentadas na administração do assentamento ocorreram devido à sua inexperiência em assentar famílias. Dessa forma, é certo afirmar que a empresa não conseguiu compreender que assentar pessoas não é uma ação simples, em que basta uma pitada de regras e obediência, para que tudo funcione perfeitamente. Na prática, essas famílias mostraram que são atores sociais que trazem consigo modos de vida diferentes, formas sociais em transformação, que se encontram ali por motivos diversos, e que agem de acordo com os interesses que os motivaram a essa mudança – a terra, a moradia e trabalho.

A caracterização da dinâmica social em que se constroem os modos de vida dos/as camponeses/as da Fazenda Santa Clara levou-me a compreender as formas como se dá o relacionamento entre os grupos domésticos, seja na ajuda mútua no trabalho seja mesmo na troca de dias de serviços. A dinamicidade de suas vidas é pensada a partir do ciclo do plantar e colher. Dessa forma, “[...] suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar” (ALMEIDA, 2003, p. 75).

Apreendendo sentidos das relações sociais em determinadas células, particularmente naquelas onde há um maior número de famílias, oriundas da mesma localidade, observei de laços mais sólidos de solidariedade. Mas isso não significa dizer que a convivência não seja, também, conflituosa – o que a literatura discute como algo “natural” das redes de sociabilidade. Corroborando a ideia de sociabilidade no meio rural, “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p.23).

Com efeito, pude observar que as relações cotidianas dos grupos domésticos que moram nas mesmas células apresentaram estreitas relações de reciprocidade simétrica, principalmente, entre as famílias unidas por laços de parentesco, afinidade ou de vizinhanças, e que migraram para o assentamento em grupos ou que aos poucos foram se reorganizando nas células, e trazendo membros de suas famílias que estavam morando em outros Estados do País.

Por último e não menos importante, compreendi, ao reconstruir as trajetórias das cinco famílias, os significados subjetivos da migração temporária para



os/as camponeses/as parceiros/as assentados/as na perspectiva teórica discutida por Martins (1986), que define o migrante temporário como quem vive a transição de um tempo a outro, e mantém as contradições da duplicidade ao mesmo tempo; a expectativa de voltar a ser o que no momento não é e o intervalo que separa esse reencontro que define a condição de ser migrante temporário.

A migração temporária se inscreveu na trajetória dessas famílias não apenas em função da inviabilidade de sobrevivência, mas como uma prática de relevância na reprodução social da unidade familiar, representada pelas benfeitorias nas casas, roças, conquista de terras, aumento da reserva não monetária e aquisição de bens de consumo. A lógica da migração camponesa, de acordo com Woortmann (1990), não é apenas uma consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Nesse sentido, migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa e melhorias na qualidade de vida.

Por fim, depreende-se, desse contexto de interpretação geral, a necessidade de ampliar a pesquisa etnográfica ou outras formas de pesquisas que possam comparar este caso com outras experiências específicas, e/ou para atender questões que emergiram durante o trabalho de campo e que não puderam ser respondidas diante dos limites dos objetivos propostos e do tempo disponível para esta modalidade de investigação sempre insuficiente e fugaz.



## POSFÁCIO

A experiência vivenciada pelos agricultores no sertão do Piauí foi caracterizada pela sua subordinação às regras da indústria do biodiesel. Como exemplo, podemos citar o modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater adotado pela usina, que era excludente e vertical. Os agricultores parceiros eram cobrados por escala de produção baseada em um calendário agrícola que não valorizava seus conhecimentos e experiências. Contudo, esses agricultores não se adaptaram ao modelo de Ater e, aos poucos, foram subvertendo as regras do modelo de calendário agrícola com a introdução de cultivos para o autoconsumo, sobretudo, a partir da seca prolongada no ano de 2010. Muitos agricultores no Piauí abandonaram a produção de mamona porque o custo da alimentação subiu e eles precisavam plantar seu próprio alimento, já que com a venda da pouca mamona, isso tornava-se inviável.

Outro aspecto de destaque para a não inclusão social da agricultura familiar no Piauí está ligado aos sucessivos aumentos dos percentuais da mistura obrigatória do biodiesel ao óleo diesel. Um programa que exige um volume extraordinário de matéria-prima não está pensando em inclusão de agricultores que produzem mamona colhendo manualmente e realizado tratos culturais de hectares acima da capacidade de mão de obra disponível na família e no final ainda colher apenas 250 ou 450 quilos, conforme registrado nas safras de 2009/2010. O Governo aumentava a demanda por biodiesel, provocado pelo setor empresarial, e as usinas parceiras precisavam acelerar a produção de matéria-prima pressionando os agricultores parceiros, em outras palavras, o programa de inclusão social do PNPB é regido pelas regras do mercado do agronegócio.

No caso específico da Fazenda Santa Clara, ao assinarem o contrato de parceria, os agricultores tinham de concordar com o modelo de produção adotado pela Brasil Ecodiesel, cujo trabalho familiar era a contrapartida para assegurar o direito a titularidade dos lotes do NPSC ao término do contrato de parceria. Mesmo assinando o contrato, os agricultores resistiram ao modelo de calendário agrícola baseado na lógica produtivista e mercantil capitalista. Como consequência dessas resistências, a empresa registrava quedas bruscas



na produção da mamona em decorrência do abandono dos lotes pelas famílias, que passaram a se dedicar aos roçados para o autoconsumo, mesmo sem a autorização da empresa.

Quando a empresa tomou conhecimento de que os agricultores estavam cultivando roçados clandestinos nas terras do NPSC, redefiniu o calendário agrícola, introduzindo o cultivo de mandioca e feijão na condição de meeiros. Como as terras, juridicamente, pertenciam à empresa por um período de dez anos, cabia a esta o direito de exploração comercial e, conseqüentemente, de exploração da mão de obra dos agricultores parceiros. Entretanto, a relação de meeiros também não foi pacífica. Centenas de famílias decidiram não entregar a parte da produção que, supostamente, cabia à empresa.

Os investidores dos agrocombustíveis esperavam que os agricultores do NPSC se tornassem os responsáveis pelo abastecimento das refinarias do grupo, o que, na prática, não aconteceu, vindo inclusive a comprometer o funcionamento do polo de esmagamento instalado no município de Floriano, no estado do Piauí, por ausência de matéria-prima. Quando isso não acontece, a empresa deixa de ver o NPSC como empreendimento viável e dá início à sua saída, decretando falência no ano de 2012, deixando os agricultores desassistidos e com sérias dificuldades de se manterem numa área de grandes proporções territoriais. Desse modo, a empresa parceira abandonou os agricultores sem realizar o processo de distribuição dos lotes de 25 hectares para as famílias conforme previsto em contrato.

A situação não melhorou muito nos anos seguintes e, desde o ano de 2015, o Estado vem negligenciando todas as demandas referentes ao cumprimento do contrato de parceria que previa a entrega da titularidade dos lotes para as famílias que permaneceram no projeto. Uma década e meia se passou e as famílias não receberam a titularidade dos lotes e vivem a incerteza de continuarem ou partirem para novas rotas de migração por não terem condição de permanência nessas terras. Sem a titularização dessas terras, os agricultores estão excluídos do acesso a crédito rural e programas de assistência técnica rural. A estabilidade do domínio da terra por intermédio da propriedade é fundamental para as famílias se sentirem seguras quanto a sua permanência nas terras do NPSC.

Em 2019, a situação vivenciada pelos agricultores é de total abandono. Os agricultores estão organizados em associação, criada recentemente com o intuito de provocar o Estado para a regularização fundiária das terras do NPSC. O legado do programa do biodiesel no NPSC é de devastação. Os espaços fí-



sicos construídos para uso coletivo estão se deteriorando por falta de manutenção. Dentre esses espaços, a escola de ensino infantil não possui água para o desenvolvimento das atividades escolares e nem para o consumo humano, parte do teto da escola e do posto de saúde desabaram, a escola de ensino médio foi desativada pelo Estado no ano de 2015, deixando centenas de jovens fora da sala de aula. As bombas dos poços artesianos que abastecem as residências nas células estão queimadas, obrigando as famílias a comprarem água potável. No período chuvoso, as famílias que moram nas células mais distantes da PI-141 ficam isoladas pelas péssimas condições de acesso das estradas vicinais.

Apesar da retomada da autonomia perdida durante os anos de parceria rural, os agricultores familiares que continuam, atualmente, no NPSC, estão aos poucos retomando os cultivos nos seus roçados. A organização da produção está voltada para o autoconsumo e a parte excedente é destinada à comercialização nas feiras livres dos municípios vizinhos. As famílias estão se dedicando aos cultivos de sequeiro, com destaque para o milho, feijão e mandioca. Em anos favoráveis à produção de caju, as famílias se dedicam à colheita dos frutos para venda *in natura* do pseudofruto e fruto (castanha) do caju, sendo esta uma importante fonte de renda no período de entressafra.

A criação de pequenos animais (aves caipiras, suínos e caprinos) é uma atividade que vem sendo retomada aos poucos. Como não conseguem acessar crédito bancário, as famílias não conseguem adquirir as matrizes melhoradas. Além disso, a criação de animais daqueles que já iniciaram a atividade encontra-se comprometida por falta de água. Observou-se também que a prática da migração temporária do chefe da família para as colheitas em outras regiões do Brasil voltou a fazer parte da composição da renda familiar.

Enfim, para muitas famílias que ingressaram no projeto com o objetivo de conquistar um pedaço terra para garantir a reprodução social do seu grupo familiar, restou a descrença na política fundiária desenvolvida pelo estado do Piauí. A resistência e enfrentamento às adversidades são palavras de ordem no cotidiano desses camponeses que lutam pelo direito à terra e contra a omissão do Estado.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **RBCS**, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente, 2003.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, M. C. S. Culturas e processos de socialização das crianças pequenas. In: **Pátio**: educação infantil. Porto Alegre, v. 5, n. 15, p. 6-9, nov. 2008.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERGAMASCO, S.; NORDER, L. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense. 1997.

BONETTI, A. de L.. Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada? In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (Org.). **Entre pesquisar e militar**: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, p. 122-155, 1981, (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papi-rus, 1996.

BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer**. Miraflores/Portugal: Difel, 1998.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Ja-naína. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, C. R. **Diário de campo: a antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas-SP: UNICAMP, 1989.
- BRASIL. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. **Agrícola**, ano XIV, n. 1, jan./fev./mar. 2007.
- BRASIL. O Brasil dos Agrocombustíveis, do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, de abril de 2008. Relatório.
- BRASIL. Plano Nacional de Produção e uso de Biodiesel. Disponível em: [www.inovaçãotecnologia.com.br](http://www.inovaçãotecnologia.com.br). Acesso em: 25 mar. 2007.
- CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. São Paulo, 1987.
- CARNEIRO. M. J. Sujeição e idealização do passado: reflexão sobre as representações das condições de vida do irrigante. **Revista Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, vol. 13, p. 71-82, 1983.
- CARNEIRO. M. J. **O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.
- CARVALHO, H. M. de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. NEAD: Brasília, 1999.
- CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, vol. II, 1999.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 17-62, 1988.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.
- CUNHA, M. C. da. “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”. In: CUNHA, M. C. da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, p. 97-108, 1986.



- DA MATTA, R. O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. (Org.) **Aventuras sociológicas**. Rio de Janeiro: Zahar, p.23-35, 1987.
- DEERE, C; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DUARTE, L.F.D; GOMES, E. C. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.
- DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. O rei no seio da sociedade de corte. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Estampa, p. 91-119, 1995.
- ELIAS, N. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995a.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: 70, 1999.
- ELIAS, N. ELIAS, N; SCOTSON, J. L. Observações sobre a fofoca. In: **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 121-133, 2000.
- ELIAS, N. ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- EVANS-PRITCHARD. E. E. **Antropologia social**. Tradução de Ana M. Bessa. Lisboa: 70, 1972.
- FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: **Antropologia e poder** Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Unicamp, 2003.
- FONSECA, C. F. **Fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: UFRS, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 280 p., 1987.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GEERTZ, C. **Obras e vidas - o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: UNICAMP, 1999.

GOLDANI, A. M. As famílias contemporâneas no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos trajetórias e sentimentos**. Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v.46, n. 2. São Paulo. 2003.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEACH, E. **A diversidade da antropologia: perspectivas do homem**. Lisboa: 70, 1982.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, p.1-36, 1974.

MACHADO, P.H.C. **As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense**. Teresina: Corisco, 2002.

MALINOWSKI, B. Objeto, Método e alcance desta pesquisa. In: **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores).



- MARTINS, J. S. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MEDEIROS, L. S de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2004.
- MENDES, M. A. **De Trabalhadoras Rurais a chefe de famílias em ZEIS: visitando as trajetórias e estratégias femininas**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2002.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENEZES, M. A. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott**. In: RAÍZES, v. 21, n. 1, p.21-44, jan./jun. 2002.
- MENEZES, M. A. **Questionamentos às categorias migrante de retorno e migrante**. Cadernos de Ciências Sociais, n. 3, p. 47-51, 1992.
- MENEZES, M. A. **Relações de solidariedade em comunidades de camponeses trabalhadores migrantes**. *Inf. & Soc.:* Est, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 39-49, jan./dez. 1996.
- MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: UFPB, 2002.
- MENEZES, M. A. Reciprocidade e a economia moral: repensando a teoria do campesinato. In: MARTINS, P. H. e CAMPOS, R. **Polifonia do dom**. Recife: Universitária, p. 209-234, 2006.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MICELI, Sérgio. Elementos para leitura do quadro. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 22-26, 2001.
- MORAES, M. D. C. de. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do Sudoeste piauiense**. 475 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 2000.
- MORAES, M. D. C. de. Ainda queremos ser tão? (reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí). 25ª RBA. 11 a 14 de jun. 2006, Goiânia. **Anais**. CD Rom. 20p.
- MORAES, M. D. C. de.; FRAZÃO, F.; ROGÈRIO JR. T. **Migrações dos trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de**



**São Paulo e Rio de Janeiro.** Relatório parcial com base em dados secundários e visita de campo aos municípios piauienses pesquisados. Teresina, 35p., 2006.

MOURA, M. M. **Os camponeses.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

OLIVEIRA, B. C. C. A. **Tempo de travessia, tempo de recreação:** profecia e trajetória camponesa. Tese (Doutorado) – FFLCH. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, C. R. **O trabalho do antropólogo.** Brasília/São Paulo: Paralelo; Quinze; Unesp, 1998.

OLIVEIRA, C. R. **Os diários e suas margens.** Brasília: UNB, 2002.

PAOLIELLO, R. M. **As tramas da herança: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) - São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

SANTOS, M. O. A mulher e a reprodução social da família. **Revista Ártemis**, v. 7. p. 88-94, dez 2007.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. Mesa 2. A cultura brasileira em contextos pós-nacionais. In: **Anais Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste.** CISO, XI., 2003, Sergipe. TOMO. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, p. 75–103, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, R. P. **O cálculo da força de trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar.** v. 2. Belém: UFPA, p. 671-682, 1996.

SCOTT, R. P. Mensagens cruzadas: políticas públicas e relações familiares no meio rural. In: SCOTT, R P.; CORDEIRO, R. de L. M. (Org.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. 1. ed. Recife: UFPE, p. 243-262. v. 1, 2006.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2004.

SUAREZ, M. et al. Saber e reprodução camponesa. In: **Anuário antropológico.** 81: Tempo Brasileiro. p. 147 -229, 1983.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica:** objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, G. **O desafio da cidade.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.



- VIEGAS, M. C. Estudos de arte de pesca tradicionais – mugiganga e sombreira – em duas comunidades piscatórias do Norte: Aguda e Angeiras. *Telat. Cient. Téc. Invest. Pescas Mar*, 1998, nº 51, 16 p.
- WHITAKER, D. et al. A transição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: Whitaker, D. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WOORTMANN. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: UnB; São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**: Relatório final. Série. Antropologia, Brasília, n. 20, 1978.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, January-June 1990, p. 35-51, 1990.
- WOORTMANN, K. **A comida, a família e a construção do gênero feminino**. Série. Antropologia, Brasília, n. 50, p. 1-43, 1985.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**, Brasília / Rio de Janeiro: Ednub / Tempo Brasileiro, p. 11-73, 1990.
- WOORTMANN, K. Sobre a formação de antropólogos. **Anuário Antropológico/1996**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 9-31, 1997.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UNB, 1997.
- ZALUAR, A. Os trabalhadores em suas famílias: trabalho e pobreza. In: **A máquina e a revolta**. 2. ed. Brasília: Brasiliense, p. 87-111, 1994.





Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 16 x 23 cm,  
em e-book formato pdf em fevereiro de 2020.



Mais do que o chão onde pisamos, a terra é mãe, é provedora, é vida. A questão do acesso à terra sempre foi fator primordial na formação da sociedade brasileira. Afinal, quem tem direito a essa vastidão de terras em que se plantando, tudo dá? Os latifundiários, que mantêm incontáveis extensões de terras improdutivas como investimento futuro? O capital privado, que com incentivos do Estado utiliza terras agricultáveis para a produção de insumos muitas vezes estranhos à cultura local? Ao Estado, que inúmeras vezes deu as costas às necessidades da população camponesa?

Estas questões são pano de fundo para a primeira obra da socióloga Maria Elza Soares da Silva lançada pela Editora SertãoCult, que de forma sensível retrata a árdua luta pela sobrevivência de camponeses no interior do Piauí. Convencidos de que estavam dando um passo seguro para a tão sonhada aquisição da terra para a reprodução de seu modo de vida, viram-se lançados em uma realidade desconhecida, desenraizados de seus costumes e práticas agrícolas tradicionais a fim de se adequarem à lógica da produção do agronegócio. Mas esse processo não se deu sem resistência.

Para uma convivência harmoniosa, concessões foram feitas tanto pelos camponeses parceiros quanto pela empresa que os contratou para que produzissem mamona para a produção do biodiesel. Ambos os lados tinham a ganhar: a empresa, a manutenção de um lucrativo contrato com o governo federal. Os camponeses, a promessa de que tais terras seriam deles após dez anos de trabalho. Mas o choque entre as práticas tradicionais, a dinâmica capitalista e os interesses políticos veio comprovar que nem sempre promessas são cumpridas. O sonho da terra prometida no interior do Piauí segue acalentando os dias daqueles trabalhadores, cujas histórias de vida são registradas de forma envolvente pela autora, que numa experiência etnográfica de fôlego insere o leitor na rotina de conquistas e dificuldades dos camponeses parceiros da Brasil Ecodiesel - usina pioneira na implementação da dimensão social do Programa Nacional de Uso de Produção do Biodiesel - PNPB.